

Desidério Sares Batista



BASES PARA UMA PROPOSTA DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO
DO NÚCLEO HISTÓRICO DE CACELA E DA ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO



Universidade de Évora
Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Maio / 97

103070

946.9

Agradecimentos

Queremos deixar expresso agradecimento ao Professor Doutor Arq. Virgolino Ferreira Jorge, pelo rigor, saber partilhado e disponibilidade com que orientou esta dissertação de mestrado.

Ao Professor Doutor José Eduardo Horta Correia, à Professora Doutora Delminda Moura, ao Professor Arq. José Aguiar, ao Arq. José Daniel Santa-Rita e à Doutora Maria Luisa Estácio da Veiga A. Santos agradecemos os conselhos, ensinamentos e inextinguíveis colaborações.

Ao colega e amigo Henrique Cabeleira agradecemos a disponibilidade sempre manifestada, o encorajamento, o imprescindível apoio técnico-informático e a revisão do texto.

À colega Florinda Lixa queremos também agradecer todas as formas de auxílio e apoio dispensadas.

Ao Sr. Lúcio Alves agradecemos a colaboração prestada na realização e na digitalização das fotografias e ao Sr. Ernesto Ramos o apoio técnico-informático.

Os mais sinceros agradecimentos à minha família pelas longas conversas, sábias, sobre a vila de Cacela a partir dos anos trinta.

Uma palavra de agradecimento à Associação de Defesa, Reabilitação e Investigação do Património Natural e Cultural de Cacela e aos meus conterrâneos pela colaboração prestada.

Finalmente devemos agradecer à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica a bolsa de estudo concedida, que em muito facilitou a realização deste trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
I - PARTE	
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO	
1.Localização.....	14
2.Caracterização paisagística.....	18
2.1.Análise da paisagem	18
2.1.1.Enquadramento na região natural	19
2.1.2.Características biogeofísicas.....	19
2.1.2.1.Geologia e geomorfologia.....	20
2.1.2.2.Relevo	20
2.1.2.2.1.Hipsometria.....	20
2.1.2.2.2.Linhas estruturantes da paisagem	23
2.1.2.2.3.Declives/inclinação das encostas	23
2.1.2.2.4.Orientações dominantes das encostas	23
2.1.2.2.5.Síntese Fisiográfica	25
2.1.2.3.Clima.....	25
2.1.2.4.Drenagem natural.....	26
2.1.2.5.Pedologia.....	27
2.1.2.5.1.Capacidade de uso do solo	30
2.1.2.6.Flora e Vegetação.....	32
2.1.3.Zonagem	34
2.1.4.Compartimentação e biodiversidade.....	35
2.1.4.1.Principais biótopos e respectivas comunidades animais.....	36
2.1.5.Avaliação das componentes estéticas	40
-Profundidade	
-Luz e côr	
-Grandeza	
-Forma e figura	
-Movimento	
-Vida	
-Cultura	
2.1.6.Avaliação socio-económica.....	44
2.2.Evolução da paisagem.....	48
2.3.Aptidão dos espaços e potencialidade da paisagem.....	61
3.Origens históricas	65
4.Evolução socio-económica	73
4.1.Da época de fundação ao século XIII.....	73

4.2.Do século XIII ao século XVI.....	77
4.3.Do século XVI a 1775. De 1775 ao século XX.....	78
4.4.No século XX	82
4.5.Análise socio-económica em 1997	85
4.5.1.Estatuto e ocupação dos fogos	85
4.5.2.Finalidade e tipo de utilização	86
4.5.3.Ramos de actividades e número de trabalhadores	87
4.5.4.Análise demográfica e socio-económica das populações residentes	87
4.5.5.Caracterização dos trabalhadores no núcleo histórico	95
4.5.6.Caracterização dos proprietários dos fogos e dos utentes não proprietários.....	96
4.5.7.Aspectos gerais	97
4.5.8.Problemas e aspirações das populações residentes	98
4.5.9.Conclusões	100

II - PARTE

LEITURA DA ESTRUTURA URBANA

1.Identificação das etapas de formação e fases de crescimento urbano.....	103
1.1.As épocas de formação e o perímetro urbano muralhado.....	104
1.2.Fases de crescimento	106
1.3.A forma urbana e os actuais limites do espaço urbano.....	109
2.Morfologia arquitectónica.....	110
2.1.Edifícios monumentais	
2.1.1.Fortaleza	111
2.1.2.Igreja.....	113
2.1.3.Cemitérios.....	115
2.2.Edifícios habitacionais-Characterização construtiva: sistema construtivo, componentes materiais e técnicas	117
2.2.1.Edifícios do século XVI	117
2.2.2.Edifícios do século XVIII.....	122
2.2.3.Edifícios das primeiras décadas do século XX.....	125
2.2.4.Edifícios do período pós 25 de Abril de 1974.....	131
2.3.Análise arquitectónica do núcleo histórico em 1997	134
2.3.1.Tipologias.....	135
2.3.2.Volumetria.....	136
2.3.3.Characterização construtiva: sistema construtivo, componentes materiais e técnicas	136
2.3.4.Alterações, adições e elementos dissonantes	139
2.3.5.Situação habitacional	140
2.3.5.1.Serviços básicos e instalações sanitárias.....	141
2.3.5.2.Quintal e/ou logradouro, insolação e humidade.....	142
2.3.5.3.Estado de conservação dos edifícios	142

2.3.5.4.Intervenção a efectuar e sua prioridade.....	144
2.3.6.Conclusões.....	145
2.4.Análise arquitectónica da zona especial de protecção, em 1997	146
3.Espaços exteriores urbanos.....	148
3.1.A geometria desenhada pela malha, a rede e a estrutura de relacionamento dos espaços exteriores públicos.....	148
3.2.Espaços públicos e espaços privados	150
3.2.1.Espaços públicos não lineares.....	150
3.2.2.Espaços públicos lineares	151
3.2.3.Espaços exteriores privados.....	151
3.3.As actividades e o mobiliário urbano	152
4.O carácter urbano, a imagem da vila e os seus elementos.....	155

III - PARTE

BASES PARA UMA PROPOSTA DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO

1.Objectivos.....	159
2.Quadro legal de apoio.....	160
3.Estratégias de intervenção propostas.....	165
3.1.Propostas de intenções e acções prioritárias.....	167
3.1.1.Os instrumentos normativos internacionais a respeito da salvaguarda do património arquitectónico e paisagístico e o significado dos conceitos fundamentais	169
3.2.Estratégias de condução das acções.....	179
3.2.1.Metodologia	181
3.2.2. Quadro de intervenções.....	184
4.Proposta de Regulamento para um Plano de Salvaguarda e Valorização.....	187

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta surge como prova de dissertação do curso de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, criado pela Portaria nº 525/89 de 10 de Julho.

Se o grande contributo deste curso se prende com a sistematização inovadora de metodologias para a reabilitação do património histórico edificado e da paisagem histórica, afigurou-se-nos de grande relevância e utilidade a sua aplicação, no âmbito do conceito de paisagem global, num único objecto de estudo.

Pelo que a escolha desse objecto deveria ser bastante criteriosa. Ele deveria reunir, por um lado, qualidades e potencialidades que justificassem o estudo a que nos propúnhamos e, por outro, necessitar de intervenções que visassem a sua recuperação, salvaguarda e valorização.

O núcleo histórico de Cacela, classificado de Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 2/96 de 6 de Março e a Zona Especial de Protecção, em vias de classificação, integrados no Parque Natural da Ria Formosa, estavam nestas condições.

A paisagem histórica onde a povoação se localiza, marcada pelo encontro das “fácies marítima e terrestre”, para além de possuir um conjunto singular de componentes biofísicas e estéticas expressa nos seus espaços urbano, rural e marinho, suporta diferentes e importantes actividades económicas e sociais, e redes de comunicação internas.

Constitui por isso uma herança que é necessário transmitir às gerações vindouras, pelas seguintes razões:

- povoamento equilibrado do território onde o carácter único da paisagem é acompanhado pelas soluções urbanas e arquitectónicas, sendo evidente a forte relação entre a povoação e o sítio genético.
- integração dos diferentes sistemas de utilização das estruturas biofísicas numa estrutura permanente cujos componentes constituem um sistema contínuo de vida silvestre, ou seja, a permanência, num quadro humanizado, da presença de vida selvagem.
- manutenção da rentabilidade da terra ao longo do tempo, ou mesmo o seu aumento, sem que se degrade o fundo de fertilidade do espaço agrícola; e permanência da exploração racional dos recursos marinhos e a sua compatibilização com a conservação da natureza.
- conciliação da protecção dos recursos naturais com a sua utilização para o recreio através de um equilíbrio entre os objectivos da conservação e os da usufruição.

Resultado do trabalho de civilizações, povos e gerações, a paisagem histórica de Cacela, caracterizada por um acerto entre as circunstâncias do meio e a humanização, considerada, ainda, biologicamente equilibrada, de acentuada diversidade ecológica e cujo conteúdo estético é de inegável valor cultural, continua a ter um importante papel económico e social na permanência das potencialidades produtivas da “região” e no desenvolvimento do seu valor intrínseco.

Se as indústrias paleolíticas de Cacela constituem os primórdios da humanização do seu território, a sua fundação poderá remontar à época de colonização fenícia do Mediterrâneo ocidental. Teria então um carácter de entreposto comercial que os romanos terão modificado e transformado em *urbe*. Esta terá sido composta por um *oppidum* e por uma *villa*.

Os muçulmanos erguem no mesmo local um sistema defensivo com um pequeno *habitat* interno e uma cisterna.

Se a passagem de recinto fortificado islâmico a praça-forte portuguesa (residência e quartel do Mestre e dos freires de Santiago de Espada durante a Reconquista) marcou decisivamente e para sempre a estrutura conceptual urbanística da povoação, a sua morfologia urbana irá, com a edificação da igreja manuelina (que incorporou elementos do templo medieval) e da fortaleza joanina, receber influências igualmente marcantes e decisivas do urbanismo quinhentista.

Sede de concelho entre 1283, ano em que recebe foral de D.Dinis, e 1775, ano em que o seu território é integrado no recém criado concelho de Vila Real de Santo António, a vila de Cacela ficará com a sua história ligada para sempre à causa liberal, pois foi à “sombra” da sua fortaleza, acabada de reedificar (1794) que, a 24 de Junho de 1833, se deu o desembarque dos partidários de D.Maria II, recebidos um mês depois, a 24 de Julho, com apoteose, em Lisboa. No início do século XX, reflexo da conjugação das potencialidades naturais do território e do dinamismo sócio-económico do meio, a povoação conhece o maior impulso no seu desenvolvimento social e económico, acompanhado pelo crescimento urbano que ditará os actuais limites do núcleo histórico.

A vila de Cacela constitui, hoje, um aglomerado de notável originalidade, especial significado e forte simbologia, integrada numa paisagem distinta e sem par no litoral algarvio.

A riqueza dos sucessivos planos topográficos criados pela sua estrutura urbana, que mantém o essencial da sua integridade, o elevado efeito qualificador da cisterna árabe, da cerca medieval, da fortaleza quinhentista - setecentista, da igreja manuelina, de alguns elementos da sua arquitectura popular como os telhados, as chaminés e as platibandas, assim como o jogo de texturas e cores, conferem ao conjunto urbano um ambiente com elevado interesse do ponto de vista cultural, arquitectónico e social, do qual não pode estar ausente a riqueza dos valores biológicos, económicos, cénicos e culturais da sua “paisagem agro-marinha”.

No entanto, nos últimos vinte anos, por motivos que se prendem, fundamentalmente, com a especulação imobiliária reflexo do “boom” turístico e com a falta de uma gestão integrada do património cultural e natural, o núcleo histórico de Cacela e a paisagem envolvente têm sido alvo de um processo que tem conduzido à deformação e empobrecimento do carácter, da expressão e da imagem da arquitectura da vila, ao mesmo tempo que tem provocado profundas alterações demográficas que se repercutem sobre os vários domínios da vida colectiva, representado uma ameaça para o equilíbrio social da povoação.

Também o seu plano de enquadramento, caracterizado por uma paisagem composta por uma complexa sobreposição e interrelação de domínios espaciais, tem vindo a ser sucessivamente adulterado e descaracterizado.

O *locus* do núcleo urbano, ao combinar as vantagens de uma posição comercial com as de um sítio defensivo, fez com que o aglomerado tivesse sido, ao longo do seu percurso histórico, parte integrante do território, tendo-se estabelecido, desde sempre, relações biunívocas entre este e a povoação.

A adaptação do povoado ao território constituiu, durante séculos, um entendimento específico da paisagem.

No entanto e se, devido ao processo de evolução estas relações deixam de existir, a imagem e a função, tanto do aglomerado como do espaço cultural e natural que o envolve vão, paulatinamente, perdendo o seu significado, acabando por anular-se. Pelo que o núcleo urbano foi e terá de continuar a ser o ponto de partida e um referencial para o equilíbrio da paisagem em que está integrado.

Não se poderá, pois, pensar na requalificação do núcleo histórico de Cacela se não se mantiver ou reforçar a sua razão de ser no território. Decorrendo, naturalmente, essa razão, da visão integrada e horizontal dos problemas do território e do papel que a povoação aí desempenha. O que pressupõe a integração das exigências da conservação do património arquitectónico e paisagístico no processo de reabilitação urbana integrada e no ordenamento do território.

A salvaguarda do património tem obrigatoriamente que se integrar na realidade quotidiana do meio que o envolve, caso contrário é reduzir o património que se quer defender ao estado de simples objecto de contemplação.

De facto, o núcleo urbano de Cacela, privado do seu carácter unitário e do seu quadro paisagístico, cultural e ambiental, perdia grande parte do seu significado.

É pois integrada no seu “quadro de vida” que se propõe a conservação, salvaguarda e valorização da antiga vila.

Esta nunca foi exclusivamente porto comercial, praça militar, centro político-administrativo e religioso ou núcleo residencial e turístico, desligada e indiferente em relação aos sistemas produtivos.

É o seu carácter unitário e a sua integração no meio que a tornam um “organismo” complexo e essencial.

É esta caracterização que se deverá ter em conta no lançamento das bases para o planeamento global da paisagem que permita a todas as camadas da estrutura social e económica a reafirmação do seu carácter essencial específico.

Na realidade, a salvaguarda e valorização do núcleo histórico de Cacela e da zona especial de protecção só é viável se integrada na conjuntura funcional da resolução das necessidades sociais, contribuindo assim para o aumento do seu valor de utilização.

O conceito de salvaguarda ganha, contudo, contornos muito distintos consoante o objecto em causa. Definido este, pareceu-nos que a perspectiva de uma conservação integrada é aquela que mais leva em consideração a globalidade da área de intervenção.

Assim, ao avançar-se para uma abordagem de âmbito global, integrando os domínios cultural e natural, e não sectorial, meramente histórica ou ecológica, ampliou-se bastante o ângulo a partir do qual se observa a paisagem do ponto de vista patrimonial. Facto que fez evoluir na mesma direcção as metodologias de abordagem, os postulados jurídicos que as enquadram, a investigação multidisciplinar e o cruzamento de conhecimentos em áreas temáticas complementares numa visão de síntese dada pela formação em Arquitectura Paisagista e pelo presente curso de mestrado, ao mesmo tempo que se procurou uma metalinguagem que facilitou o desenvolvimento de uma estratégia comum.

Neste sentido procedeu-se à elaboração de um *corpus* informativo de base, globalizante, sobre a paisagem, os ecossistemas marinhos e terrestres, o tecido urbano e os edifícios, o tecido social e económico da zona, a partir do qual as estratégias de intervenção são mais razoavelmente traçadas.

Pretendem-se, assim, intervenções mais alargadas que assegurem para além das acções sobre o edificado, a reabilitação socio-económica e funcional do núcleo urbano e da paisagem envolvente.

Pelo que, a suficiente investigação de base, ao permitir o encontro de “especialidades” e de intenções e ao apoiar eficientemente a *praxis*, garante o enquadramento das intervenções no património arquitectónico e paisagístico de forma integrada numa “política global de ordenamento” dos espaços urbano, rural e marinho.

Eis o percurso estratégico seguido no processo de desenvolvimento do *corpus* informativo com vista à definição das Bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico de Cacela e da Zona Especial de Protecção:

- entender a evolução da paisagem global no sentido de integração da povoação na sua envolvente territorial, estudando-os nas suas interrelações e inter-dependências, com vista à solução conjunta de problemas e à optimização do meio, por forma a conceder às populações equidade no processo e melhor qualidade de vida. Estabelecer, portanto, relações fortes e constantes com o planeamento global da paisagem articulando o ordenamento biofísico e a reabilitação urbana com o planeamento social e económico, tendo sempre em atenção o equilíbrio ecológico, a gestão racional dos recursos naturais, uma efectiva manutenção das características tipológicas (no que respeita aos edifícios) e urbanas, e o bem estar das populações residentes.
- não privilegiar *apriori* qualquer sector de intervenção ou perspectiva disciplinar de modo a obter-se uma interpretação e compreensão integradas do núcleo urbano, do espaço rural e da zona lagunar, e não um somatório de perspectivas por vezes antagónicas sobre o território e a população nele fixada.
- colocar continuamente diferentes e adequadas respostas à múltipla diversidade de problemas da modificação da paisagem, da deterioração social e física do núcleo urbano, entendendo o património como uma herança e procurando solidificar a ponte, sempre difícil de manter, pela qual se liga ao passado, ao momento actual e ao futuro.
- utilização do forte enraizamento e conhecimentos da área objecto de estudo num processo participativo constante, ligado directamente à Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela e do envolvimento da população na construção da paisagem que lhe pertence.

Importa referir que se procurou que o contacto vivencial com a realidade não constituísse, à partida, um problema e não induzisse em nenhum momento a tentações de pragmatismo que pudessem, de algum modo, conduzir ao imediatismo de conclusões ou “saberes” ou ao praticismo empirista. Pelo que se procedeu a uma observação diferencial dinâmica posicionando os elementos da paisagem nas diversas circunstâncias do seu domínio espacial, passando a ser a lógica das relações e das organizações que tomamos como a paisagem real que interessa ao nosso conhecimento.

O nosso estudo seguindo a metodologia orientada pelo Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge dividiu-se em três partes fundamentais.

Na primeira procedeu-se ao estudo histórico-geográfico de Cacela. Para o efeito houve que sistematizar a investigação através da aplicação dos seguintes itens:

1. Localização - referência aos dois conceitos importantes relacionados com a localização da povoação: o de *situação* - intimamente relacionada com a sua função original, e o de *sítio* - que compreende o conjunto de características do local concreto onde se implantou o núcleo urbano.
2. Caracterização Paisagística - análise da paisagem incluindo o enquadramento na região natural, os aspectos biofísicos (pedologia, hidrogeologia, vegetação, etc.) a zonagem, ou seja, a definição das estruturas ecológica e produtiva da paisagem, a sua compartimentação e biodiversidade, a avaliação dos componentes estéticos, a evolução da paisagem global e a sua potencialidade. Este estudo envolveu não só a análise biofísica do território e as leituras ecológica e cultural da paisagem, mas também a análise do sentido, processos, objectivos e razões determinantes das transformações da paisagem em termos sociais e

culturais. Tendo-se identificado, desde logo, os elementos estruturantes e dissonantes da paisagem e dos três tipos de espaços onde deverão necessariamente desenvolver-se os esforços de salvaguarda: espaço de suporte da vida de relação - “contínuo construído”- núcleo urbano; estrutura ecológica da paisagem- “contínuo natural”- Reserva Ecológica Nacional, e estrutura útil da paisagem - “contínuo produtivo”- Reserva Agrícola Nacional.

3. Origens históricas - resumo histórico de carácter genérico, desde os primórdios da ocupação humana do território até à criação do município de Cacela e de 1283 aos nossos dias.
4. Evolução socio-económica da área de intervenção, da época de fundação da povoação à actualidade. Registo das características gerais e evolução do tecido social e económico e da apropriação do espaço urbano e do território, pelas populações e pelas actividades. Perceber o papel que o núcleo urbano desempenhou ao longo do tempo no território, as formas que expressaram esse papel, as ideias chave que orientaram a sua expressão, o tipo de população que sucessivamente se apropriou do núcleo urbano e da paisagem envolvente e as características básicas do seu estatuto social e do seu modo de vida na relação com o espaço.

Análise demográfica e socio-económica das populações residentes no núcleo histórico e na zona especial de protecção em 1997, onde para além da definição do estatuto e ocupação dos fogos, finalidade e tipo de utilização, se procedeu à caracterização económica e social das populações relativamente à idade, composição das famílias e situação perante a actividade, categoria e ramos de actividade e diagnóstico dos principais problemas e aspirações das populações.

Informação que constitui um precioso auxiliar para a compreensão da realidade presente e construção da sua qualificação e desenvolvimento.

Na segunda parte efectuou-se o estudo da história da evolução do tecido urbano, de importância fundamental para a compreensão da morfologia urbana e para a interpretação do seu desenvolvimento.

Para a leitura da estrutura urbana procedeu-se à identificação das etapas de formação, preenchimento e crescimento do tecido urbano; transformação do seu parcelamento, traçado viário e edificação; caracterização morfológica fundamental e tipologias principais de cada fase de crescimento; acontecimentos marcantes; elementos e processos estruturantes dessa evolução.

A leitura da imagem do edificado como objecto próprio de análise e intervenção realizou-se de forma a identificar as características do núcleo histórico e da zona especial de protecção no que se refere à génese histórico-artística dos edifícios - épocas e tipos de edificação - e sua singularidade e valor dos seus componentes, a sua integração num padrão construtivo - sistema construtivo, componentes materiais e técnicas, análise crítica da imagem arquitectónica actual e estado de conservação dos edifícios.

A análise arquitectónica do núcleo histórico e da zona de protecção, em 1997, contribuiu para o levantamento: das características da organização espacial e construtiva de todos os edifícios; do conjunto de alterações, adições e elementos dissonantes que apresentam; da situação habitacional; do estado de conservação e principais manifestações patológicas; das intervenções a efectuar e sua prioridade.

Esta informação interessa para esclarecer a capacidade de uso que os edifícios oferecem, tendo em atenção as actuais exigências do modo de vida e os problemas construtivos que será necessário encarar para a sua reabilitação e conservação.

Procedeu-se posteriormente à análise do espaço exterior urbano como objecto em si, como espaço arquitectónico formalmente definido a três dimensões, onde se processam actividades e comportamentos que contem/realiza a vida urbana, que produz sensações e emoções e transmite significados.

Analizada a povoação segundo os principais elementos que a constituem - as pessoas, as actividades e os espaços - definiu-se a sua expressão particular - o carácter urbano, e procedeu-se à interpretação e avaliação dos seus aspectos significativos - a imagem urbana.

Na terceira parte são elaboradas Bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização do núcleo histórico de Cacela e da zona especial de protecção, cujos objectivos se definem no âmbito do alargamento da noção de património, na qual se abarcam as relações da povoação com o seu meio envolvente natural e cultural.

Numa concepção dinâmica e abrangente, no sentido do planeamento global da paisagem, estabelecem-se estratégias de intervenção considerando que a reabilitação da paisagem histórica, na perspectiva de uma conservação activa e integrada do património urbano, arquitectónico e paisagístico, é aquela que mais leva em consideração a globalidade da área de estudo.

Daí a estruturação de operações que conjuguem no espaço urbano, rural e marinho, os diversos tipos de acções de reabilitação prioritárias de modo a tornar compreensível a totalidade dos seus múltiplos objectivos.

As intervenções propostas enquadram-se numa filosofia geral que reflecte o espírito das diversas leis nacionais de defesa e salvaguarda do património e que respeita as teorias do desenvolvimento das acções de conservação, tal como têm sido entendidas nos vários documentos internacionais. De entre estes destacam-se, ao nível dos princípios, a Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios (Veneza, 1964), a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Washington, 1987), o Apelo sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território (Granada, 1976), a Carta Europeia do Litoral (1981) e a Carta Europeia do Ordenamento do Território (1984).

Defendemos que o vasto alargamento da noção de património só poderá ser enfrentado na prática com um correspondente alargamento da participação da sociedade. As estratégias para a viabilização, tanto operacional como financeira, prevêm a participação de todos, conciliando recursos oriundos dos vários âmbitos e níveis da administração pública e o comprometimento e envolvimento da sociedade civil na co-responsabilização e consecução das diferentes acções de conservação e reabilitação.

É neste sentido que se apresenta o quadro de intervenções, definido-se as várias operações de reabilitação prioritárias a realizar no núcleo histórico e na zona especial de protecção, e respectivos intervenientes responsáveis.

Por fim concebe-se um “documento” normativo” global - proposta de regulamento para um Plano de Salvaguarda e Valorização - que identifica servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública ao uso dos solos e que estabelece um conjunto de orientações para o uso, ocupação e transformação do solo no âmbito do núcleo histórico de Cacela e da zona especial de protecção, com a intenção de disciplinar e controlar as intervenções na área considerada.

I - PARTE
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO



1. Localização

A localização dos núcleos urbanos está relacionada com dois importantes conceitos: o de «situação» e o de «sítio».

Se o primeiro corresponde ao posicionamento face a outras povoações, à área territorial que lhes funciona como suporte e às vias de comunicação, e está directamente relacionado com a função original, com a razão da sua fundação, o sítio compreende o conjunto de características - topográficas, hidrográficas, geológicas, pedológicas e climáticas - do local concreto de implantação.

A existência de uma razão de ser de natureza estruturante na formação dos primeiros aglomerados concorre para que as modernas teorias históricas introduzam no seu vocabulário o conceito de «lugares centrais»; conceito que pressupõe a interdependência entre alguns povoados e o seu suporte territorial e que adquirem uma verdadeira dimensão quando essa relação histórica se prolonga por diversas épocas.

A ocupação humana do Algarve põe em relevo a tendência para a litoralização do povoamento e para o estabelecimento, desde muito cedo, de um tipo de povoamento baseado num sistema de actividades agro-marinhas directamente apoiado por um comércio marítimo à distância.

A base do sistema de povoamento da região, formada por uma linha contínua de locais costeiros, entre os quais se conta Cacela, evidencia uma interdependência com a posição que cada um deles, ainda hoje, ocupa no território.

Localizado no concelho de Vila Real de Santo António, o núcleo histórico de Cacela dista 12 quilómetros daquela cidade pombalina e de Tavira e, ainda, de Castro Marim, sua congénere histórica.

A sua posição marítima e as actividades daí decorrentes, como a pesca e o comércio, e a sua posição rural, entre férteis terras, com uma boa produção agrícola, conferem-lhe riqueza e prestígio durante séculos.

No entanto e para além da importância proporcionada pela exploração e comercialização dos recursos naturais Cacela detém, ao longo da história, uma importância, às vezes transcendental, associada à sua situação geo-estratégica.

A povoação ocupa um ponto notável do litoral, dominando visualmente um vasto território, com evidente vocação para ter desempenhado, desde a sua fundação, um importante papel nas rotas comerciais com o Mediterrâneo e o mundo árabe, e na vigilância e defesa da orla costeira e do *hinterland*.

No entanto o valor da sua localização sofreu várias alterações ao longo do tempo devido a factores de várias ordens, nomeadamente a desígnios políticos que consistiram na extinção do seu concelho e na sua integração no município de Vila Real de Santo António, devido a causas naturais relacionadas com mudanças no ecossistema costeiro e devido a causas sociais e económicas relacionadas com a dispersão da população pelo espaço agrícola e com a evolução da rede de transportes e a consequente facilidade de comunicações que obviaram, com a construção do caminho-de-ferro e da estrada nacional entre o Guadiana e Faro, a fundação de um novo centro urbano, dois quilómetros a nordeste, cuja designação - Vila Nova de Cacela - revela a sua filiação.

A antiga vila de Cacela, hoje erradamente conhecida por “Cacela Velha” e/ou por “Sítio da Igreja”, não perdeu contudo a sua razão de ser, pois continua com vários poderes e funções sobrepostas - militar, religioso, residencial, turística - e com uma ligação orgânica ao território envolvente do qual continua «centro»; embora o seu equilíbrio social se encontre ameaçado

pela “sangria populacional” e envelhecimento demográfico que se repercutem sobre os vários domínios da vida colectiva.

Nesta região de horizontes abertos ao mar mas também à fértil orla terrestre, a localização dos núcleos populacionais em pontos chave do litoral foi determinante para as estratégias de povoamento, “...os pontos onde prendem e enfeixam as rotas marítimas foram, desde cedo, lugares privilegiados para a troca de produtos e a convivência dos homens. O fermento da vida urbana foi, muitas vezes, o porto, que na cidade mediterrânica conserva uma importância excepcional, colorindo a aglomeração do seu matriz de gente e fazendo sentir, por toda ela, o ritmo vivo do seu trabalho...”¹

O crescimento progressivo da actividade comercial, apoiado no aproveitamento dos recursos endógenos, contribuiu para a atracção e fixação de povoados ao longo de várias épocas. Cacela ganha, progressivamente, desde a sua fundação, consciência do seu papel não especificamente produtivo. Decisivo neste aspecto está o seu sítio genético - na ponta mais avançada e escarpada da arriba litoral, num ponto de confluência de águas, de difícil acesso para quem ataca e fácil defesa para quem protege - que, ainda hoje, impressiona pela sua capacidade defensiva e de controle da área envolvente.

Na realidade, o *locus* do núcleo histórico de Cacela combina as vantagens de uma posição comercial com as de um sítio defensivo.

Se não parecem restar dúvidas que a escolha do sítio, através de um entendimento específico da paisagem, se relaciona com a função comercial ligada à navegação, ela é principalmente ditada por razões práticas como sejam a defesa da povoação e das riquezas do território - o que explica a sua posição de acrópole - e a facilidade e disponibilidade de abastecimento, nomeadamente de água.

Assim, e se o carácter original terá sido predominantemente comercial e não excluiu, antes pelo contrário, terá estimulado a necessidade de defesa - pois quanto mais rica uma povoação mais apetecível se torna -, a função militar que Cacela desempenha, muito possivelmente, desde a época de ocupação romana, põe em relevo a resposta directa das características do sítio às exigências dessa função.

Nesta perspectiva a escolha recaiu no promontório mais elevado e expressivo do litoral, à cota 26 m, junto a uma linha de água, que, pelas suas condições naturais de defesa, lhe serviu de palco para as trocas comerciais e esteve indubitavelmente ligado a uma estratégia que visou também o aproveitamento dos solos e da pastorícia e a exploração dos recursos marinhos.

É esta tipologia que Cacela dispõe e talvez seja essa a principal razão de um tão marcado papel na estruturação económica, social e política do território, que chegou a ter apreciável dimensão.

*“...Nada há no Mediterrâneo tão típico da união da geografia com a história como as cidades...Quando os povos clássicos atingiram um grau elevado de civilização, começaram a fundar cidades ou a dar estabilidade urbana às aglomerações anteriores...A mesma preocupação de defesa que vimos actuar na concentração do povoamento...primou na escolha do sítio: lugar alto, acrópole, fortaleza, coração da vida urbana, domina os arrabaldes..., abertos ao comércio, próximos das vias de trânsito e avista o agro que alimenta a cidade. Lugares hoje reservados à curiosidade histórica, tiveram durante séculos a sua função coordenadora e defensiva...”*²

Cacela fica na costa do sotavento algarvio, na margem direita da ribeira, sua homónima, num ponto elevado da falésia, de onde domina a fértil planície costeira e a Ria Formosa: uma

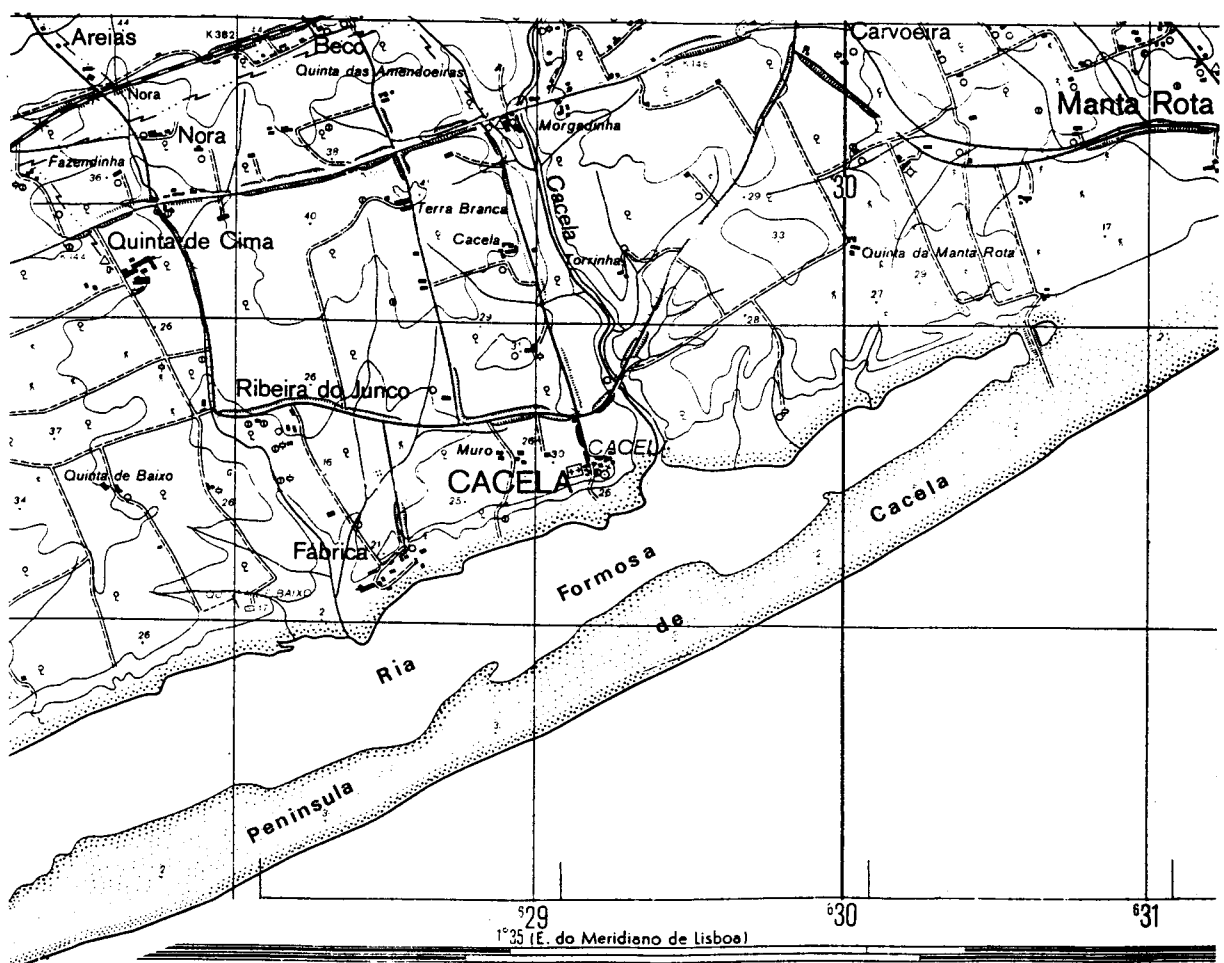
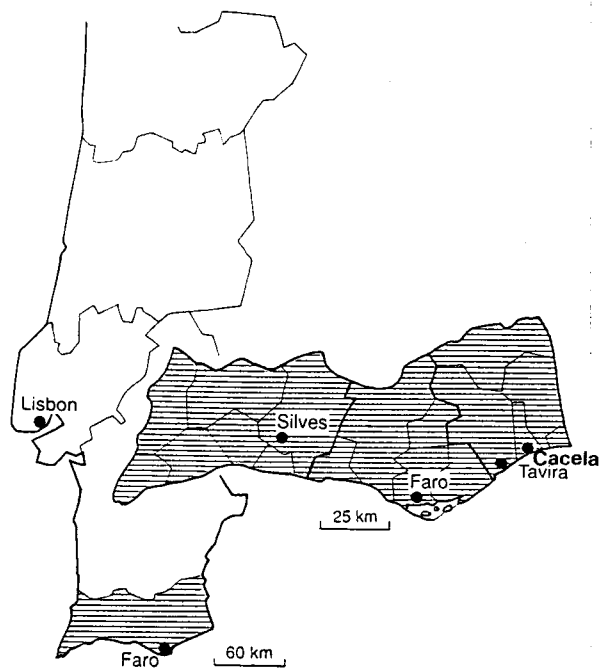
¹ RIBEIRO, Orlando, *Portugal O Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1991, p.35

² Id., *Ib.*, p.26

extensa área lagunar que se estende por sessenta quilómetros, compreendida entre Manta Rota e o Ancão e contida entre a orla terrestre e um sistema de ilhas-barreira e de barras, por onde se efectua a entrada e saída das águas do mar, ao ritmo das marés.

A zona lagunar, constituída por sapais, vasas, canais e esteiros, alberga uma flora característica das difíceis condições em que sobrevive - ventos fortes, salinidade e luminosidade excessivas e grandes amplitudes térmicas -, constituindo um meio privilegiado para a vida animal, representada por numerosas e diversificadas espécies de peixes, crustáceos, moluscos e aves.

No seu assentamento original, a povoação disfruta desta localização privilegiada, ocupando uma pequena plataforma, exposta a sul/sueste e sobranceira ao mar, o que lhe confere a imagem de uma pequena acrópole concentrada na modesta área de aproximadamente um hectare.



2. Caracterização paisagística

“...Consequência da acção do homem sobre a Natureza e da reacção desta em face daquela acção foram surgindo em substituição das paisagens naturais e primitivas, as paisagens mais ou menos humanizadas...A paisagem humaniza-se a partir das modificações pelo homem da paisagem primitiva ou de alterações sucessivas de paisagens já humanizadas que deixaram de corresponder aos interesses da colectividade ou foram destruídas por processos especulativos ou usos inadequados...”³.

A paisagem, ao ser considerada a componente unificadora do território onde as populações se relacionam entre si e as coisas, constitui a expressão integrada da comunidade com a Natureza, enquanto níveis de uma só realidade.

Considera-se que os sistemas biofísicos humanizados são compostos de partes do meio natural não alterados pelo homem, constituindo a estrutura natural da paisagem, e por partes transformadas ou produzidas pelo homem, correspondendo às componentes culturais da paisagem. Resulta, assim, que o território utilizado pelo homem é, na sua estrutura, uma combinação de componentes naturais e culturais que se caracteriza por uma interdependência de todos os factores bióticos, abióticos e humanos dos ecossistemas que caracterizam a paisagem⁴.

Defendemos, portanto, que a paisagem seja interpretada como um todo, onde se avaliam os ciclos, as actividades e a forma dos elementos e dos objectos nas suas harmonias e enquadramentos.

“...A interpretação da paisagem faz-se cada vez com maior conhecimento dos fenómenos biológicos, permitindo por esse facto a intervenção conscientemente no meio biológico e físico...”⁵.

2.1. Análise da paisagem

A análise da paisagem deverá, por isso, contemplar os diferentes aspectos do território, de forma a percebermos as suas potencialidades e problemas, permitindo a elaboração de propostas conscientes relativamente à salvaguarda e valorização do património e ao desenvolvimento sustentável da área objecto de estudo.

Inerente ao planeamento da paisagem global está o conceito de território como recurso esgotável e a necessidade do conhecimento prévio da área em estudo, assim como dos meios, agentes e processos de intervenção necessários à sua reabilitação integrada.

O núcleo histórico de Cacela e a zona especial de protecção constituem uma «unidade espacial» bem definida relativamente às condições e meios de vida da comunidade que aí habita, permanente ou ocasionalmente, ou aí trabalha.

Torna-se então necessário conhecer e analisar essa unidade espacial de forma a obter respostas que facilitem a compreensão sobre quais os tipos de relações estabelecidas ao longo do tempo entre o território e a sua ocupação humana.

³ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *Da formação do Solo à Socialização da Paisagem*, in «Uns Comem os Figos...», edição Seara Nova, Lisboa, 1975, p.92

⁴ CALDEIRA CABRAL, Francisco, *O “Continuum Naturale” e a Conservação da Natureza*, in «Conservação da Natureza», Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1980, pp.35 e 36

⁵ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *ob.cit.*, p. 93

De entre os elementos que contribuem para o carácter da área de intervenção sobressaem os elementos “naturais”, impostos pela Natureza e os “artificiais”, resultantes quer directa quer indirectamente de acções exteriores, na sua maioria da responsabilidade humana, incidentes sobre o sistema.

À análise biofísica do território, que constitui o estudo analítico prioritário e que se encontra subjacente a todo o processo, caberá a descrição qualitativa e quantitativa da realidade física, do ambiente individualizado do território, entendendo este como “...uma porção da superfície terrestre identificável através dos elementos organizativos naturais, da carácter físico, biótico ou ecológico, ou através dos elementos administrativos ou construtivos impostos pelo Homem...”⁶.

Na avaliação do espaço urbano e do território e dos respectivos processos humanos envolvidos é possível “manipular” quatro sistemas de identificação: biofísico, ecológico, económico e paisagístico.

Estes sistemas são analisados através de vários parâmetros que, no seu conjunto, permitem obter um nível de conhecimento adequado para apoio à decisão relativamente a acções de salvaguarda, valorização e gestão do núcleo histórico e da zona de protecção.

2.1.1. Enquadramento na região natural

Segundo Orlando Ribeiro “...O Algarve divide-se, pela constituição geológica, numa série de faixas paralelas: a Serra..., o Barrocal... e o Litoral, de arriba até Quarteira e, para leste, de restingas arenosas que deixam atrás de si lagunas e canais. A divisão transversal entre Barlavento e Sotavento (em relação ao vento predominante de oeste)...; a separação faz-se geralmente por Faro...”⁷.

A área em estudo situa-se, como já se referiu, no Sotavento Algarvio e integra-se no Parque Natural da Ria Formosa. Esta Área Protegida constitui, entre o Ancão e Cacela, a faixa sul de uma das três regiões naturais que é usual considerar no Algarve: o Litoral⁸.

A configuração geomorfológica da Ria Formosa - um sistema lagunar que está separado do mar por um cordão dunar litoral interrompido por barras naturais e artificiais - confere-lhe uma individualidade paisagística que Pina Manique e Albuquerque⁹ assinalou na sua carta das regiões naturais: formações lagunares, sapais e dunas litorais confrontando a norte com a paisagem dos regadios mediterrâneos e da policultura algarvia.

2.1.2. Características biogeofísicas

Através da caracterização da área em estudo pretende-se estabelecer uma ponte em termos biofísico-espaciais entre o núcleo histórico e a zona envolvente, e definir através de uma perspectiva analítica, as propriedades e atributos físicos e biológicos que permitem identificar “zonas” que se diferenciam entre si.

⁶ ABRAMI, Giovanni, “Progettazione Ambientale-Una Introduzione”, 1ª edição, Cooperativa Libreria Universitaria del Politecnico de Milano, Milano, 1987, p. 7

⁷ RIBEIRO, Orlando, *ob.cit.*, p. 162

⁸ Divisão de Ordenamento e Projectos do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, *Plano de Ordenamento do Parque Natural de Ria Formosa*, Lisboa, 1986, p. 1

⁹ ALBUQUERQUE, J.Pina Manique e, *Regiões naturais. Caracterização eco-fisionómica*, in Atlas do Ambiente, 1985

Partindo-se da topografia local é possível estabelecer as linhas estruturantes da paisagem e correspondentes pontos notáveis. Foram estes elementos físicos que influenciaram o desenvolvimento inicial e a escolha do local de implantação das diferentes estruturas existentes, reflectindo parte do potencial endógeno do território. Este comporta ecossistemas com diferentes características - terrestres e marinhos.

Se relativamente ao meio terrestre é possível detectar, em termos espaciais e de uso, três situações alternativas e complementares - o talvegue, a cumeada e a falésia, relativamente ao meio marinho destacam-se a zona húmida lagunar e a zona de dunas e praias.

A forma como estas “situações” se combinam entre si, associada à natureza geológica/litológica da “região”, determinam diferentes padrões de paisagem.

O uso do solo e a distribuição das diferentes actividades sobre este encontram-se, pois, directamente relacionados com as condições do meio, nomeadamente com a sua morfologia e demais características por esta determinadas.

2.1.2.1.Geologia e geomorfologia

A área em estudo pode ser analisada quanto à sua constituição morfoestrutural como integrando duas unidades principais: a zona húmida lagunar (incluindo a península de Cacela - cordão dunar litoral e as praias) e a planície costeira.

De acordo com a Carta Geológica do Algarve ¹⁰, folha oriental e respectiva Nota Explicativa, a zona húmida da Ria Formosa é uma formação recente do período Holocénico que engloba duas formações litológicas dominantes: aluviões fluvio-marinhos e dunas litorais e areias eólicas, enquanto que a planície costeira integra formações sedimentares do período Plistocénico - a que correspondem cascalheiras, terraços e tufos calcários, localizados junto à foz da Ribeira de Cacela, e do período Miocénico - a que corresponde uma unidade geológica singular no contexto nacional designada por «Formação de Cacela», constituída por conglomerados, areias finas e siltitos de cor amarelada e que “...contem a melhor jazida de moluscos fósseis de Portugal, alguns ainda conservando a cor original da concha (Ribeira de Cacela...)...” ¹¹.

Factor dominante na definição destas unidades morfoestruturais foram as sucessivas evoluções climáticas e avanços e recuos do mar que acompanharam as eras geológicas.

A sua acção e a natureza litológica dos terrenos definiram as formas de relevo actuais.

2.1.2.2.Relevo

2.1.2.2.1.Hipsometria

É possível observar a existência de duas plataformas hipsométricas a altitudes bastante diferentes: a mais baixa entre as cotas 2 e 6 m e a mais alta a partir da cota 24 m.

A transição entre elas é feita através de uma variação brusca de cota que liga a base da falésia ao seu topo.

A zona mais elevada, incluída na plataforma hipsométrica superior aos 28 m de altitude, é ocupada pela parte poente do cemitério e pela Quinta do Muro contígua a este.

A povoação encontra-se implantada na plataforma dos 24 aos 28 metros de altitude.

¹⁰ MANUPPELLA, G., *Carta Geológica do Algarve, Esc.1:100 000, Folha Oriental e Nota Explicativa*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1992

¹¹ Id., *Ib.*, pp. 8 e 9

2.1.2.2.2.Linhas estruturantes da paisagem

As linhas estruturantes da paisagem são aquelas que nos permitem aperceber da sua morfologia. A sua disposição no território relaciona-se com as redes de circulação e distribuição locais relativamente à população e bens.

São elas que asseguram mais eficazmente as actividades de troca, distribuição e recolha.

Os nós desta rede constituem aquilo a que se designa por pontos notáveis da paisagem, pois como o nome indica, localizam-se em posições estratégicas sobre o território.

O sítio genético de Cacela, ao reunir estas condições, constitui um ponto notável da paisagem.

Por estas e outras razões é possível definir quatro linhas morfológicas fundamentais em termos de estrutura da paisagem. Estas linhas correspondem, no sentido norte-sul, à linha de cumeada, -paralela à estrada de acesso à povoação, e à linha de talvegue- formada pela ribeira; e correspondem, no sentido este-oeste, à encosta de vertentes abruptas de declive escarpado que constitui a falésia miocénica, e ao cordão dunar litoral de cuja existência depende o sistema lagunar.

Integrada na grande Bacia Hidrográfica que drena para a Ria Formosa, a ribeira de Cacela intercepta este aceptor terminal junto ao núcleo urbano. Este, para além de constituir um ponto notável da paisagem, localiza-se num centro de confluência.

2.1.2.2.3.Declives / Inclinação das encostas

Destacam-se duas situações principais a que correspondem classes de declives diametralmente opostas e que traduzem o perfil do terreno.

A classe de declives acentuados, com inclinações superiores a 16%, respeitantes às vertentes abruptas da arriba e aos taludes que constituem as margens da ribeira, o que deverá funcionar como impeditivo à construção e como factor limitativo à circulação pedonal e ao recreio, e as classes de declives entre 2% e 5% e entre 5% e 8%, relativas aos terrenos na base da falésia e aos terrenos agrícolas, com inclinações suaves, da planície costeira.

2.1.2.2.4.Orientações dominantes das encostas

A orientação das encostas constitui um dos instrumentos mais expeditos e eficazes em termos de análise e planeamento do território.

A distribuição periférica das áreas mais declivosas, associada a situações de transição entre ecossistemas de diferentes características, encontra-se directamente dependente da história geológica do terreno, da intensidade dos processos erosivos, fundamentalmente de origem marinha ou fluvial que aí actuaram e da natureza do substrato existente.

A disposição das manchas de declives sobre o território, condicionadas pelas formas de relevo existentes e pela sua orogénese, vai demarcar áreas de diferente exposição relativamente à radiação solar.

A área objecto de estudo apresenta, contudo, uma grande uniformidade de exposições no terreno com predominância das exposições a sul, sueste e este. No entanto, o conjunto de linhas de relevo que enquadram a povoação permite-lhe uma exposição contínua ao movimento do sol, o que confere ao núcleo urbano e zona envolvente grande variedade cénica relativamente ao contraste luz/sombra na paisagem.

Relacionando a orientação geral das encostas com as condições microclimáticas e a influência destas sobre as condições de conforto ambiental, a área de estudo apresenta essencialmente zonas de temperatura agradável - exposição aos octantes S, SE e E, que constituem simultaneamente zonas de elevado valor em termos de qualidade única da paisagem de Cacela sobre a falésia, a ria e o mar.

Em termos microclimáticos a área é particularmente sensível aos ventos dominantes o que, no Inverno, influencia negativamente as condições de conforto ambiental nos locais mais expostos.

2.1.2.2.5. Síntese fisiográfica

A transição entre o ecossistema marinho - plano húmido confinado por dunas e praias - e o ecossistema terrestre - planície costeira sulcada pela ribeira de Cacela -, é marcada pela vertente abrupta da encosta que constitui a falésia.

A ribeira, principal linha de drenagem natural da “região”, para onde escoia grande parte da área considerada, corre num “vale” encaixado.

O traçado da rede viária de acesso à povoação, condicionado pela divisão da propriedade, não é totalmente concordante com a fisiografia local, o que provocou o aparecimento de taludes, mais ou menos expressivos, ao longo das estradas.

No meio urbano, onde se atinge um elevado grau de artificialidade, as características da implantação urbana adaptaram-se às “condições naturais” pré-existentes, respeitando-as.

A circulação pedonal é assegurada, pontualmente, por escadas que estabelecem continuidade entre planos topográficos cuja separação é feita por estruturas de suporte de terras, como muros e muretes.

2.1.2.3. Clima

*“...Calor e secura...Estas duas palavras resumem a dominante mediterrânea do clima português. Calor de moderado e fugaz Inverno, de Verão precoce, intenso e prolongado; secura estival, marcada por toda a extensão do território...”*¹².

O clima da área de estudo poderá ser definido como tipicamente Mediterrânico, Csa de Koppen, com a maior parte da precipitação durante o período mais frio, com Invernos suaves e Verões quentes e secos. Segundo a classificação climática de Thornwaite o clima é *CI B'2 sa'*, ou seja, sub-húmido seco, com grande défice de água no Verão.

A maioria dos valores dos parâmetros meteorológicos relativos a esta área foi retirado do Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António¹³.

A temperatura média anual é de cerca de 18°C, com três meses em que as temperaturas máximas e superiores ultrapassam os 25°C, apresentando uma amplitude de variação anual de 13°C.

A média das temperaturas mínimas de Janeiro, mês mais frio, é de cerca de 7°C e das máximas do mês mais quente, Agosto, de 30°C.

¹² RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 6ª edição, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1991, p. 45

¹³ RISCO, Projectistas e Consultores de Design, *Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António - Relatório nº 6 - Caracterização Paisagística*, V.R.S.A., 1986, p. 13



O Balanço Hídrico de Thornwaite revela a existência de um período de estação seca que vai de Abril a Outubro e a estação húmida nos restantes meses, ou seja, de Novembro a Março.

O período de déficite de água no solo vai de Junho até finais de Outubro.

A precipitação média anual é da ordem dos 505 mm e concentra-se nos meses de Novembro a Abril.

A insolação média anual atinge as 3 100 horas, ocorrendo o máximo em pleno Verão e o mínimo em Dezembro e Janeiro.

A nebulosidade é baixa todo o ano, verificando-se uma média anual de 39 dias de céu encoberto, com um máximo de dias em Janeiro.

A humidade relativa anual varia entre os 65% e 75% ao longo do dia.

Os ventos, cuja velocidade média anual é da ordem dos 12 Km/h, são dominantes de norte durante os meses de Inverno e de Sudoeste durante os meses de Verão, trazendo salsugem com eles. Outra particularidade, com forte expressão local, é a que diz respeito aos ventos do quadrante Leste que sopram durante a época menos chuvosa e sempre associados a valores muito elevados de temperatura e de ondulação no mar e a que se dá a designação de «Levante».

2.1.2.4.Drenagem natural

Se relativamente ao espaço rural a sua drenagem se encontra directamente relacionada com as estruturas geológica, litológica, morfológica e hidrográfica, assim como com as condições climáticas observadas, no que diz respeito ao espaço urbano as condições de drenagem superficial encontram-se directamente dependentes das condições de impermeabilização do terreno.

Definidas pelas linhas estruturantes da paisagem consideram-se duas unidades fisiográficas que contactam pela linha de cumeada, anteriormente definida, que reparte as águas pluviais para as duas bacias de drenagem. Uma correspondente à ribeira de Cacela, para onde drena a quase totalidade da área considerada e outra correspondente à ribeira do Junco, para onde se faz o escoamento da superfície localizada a poente da linha de fecho.

A fisiografia local permite a delimitação de duas bacias de recepção de águas superficiais que drenam para a Ria Formosa.

As características do escoamento sub e superficial dependem, para além de outras características fisiográficas, da extensão das referidas bacias, da natureza do substrato e da forma e do índice de ocupação do solo.

A bacia hidrográfica da ribeira de Cacela tem as seguintes características ¹⁴ :

classificação decimal	área (Km 2)	perímetro (Km)	comprimento (Km)	altitude média (m)	altura média (m)
502	10,18	14,5	6	62,173	62,173

A ribeira apresenta um regime tipicamente torrencial, com escoamento concentrado nos meses de Novembro a Abril, permanecendo com pegos durante os restantes meses do ano.

Na zona especial de protecção do núcleo histórico de Cacela os solos com baixo índice de ocupação e maioritariamente revestidos com vegetação constituem, juntamente com o leito da ribeira e a galeria ripícola, zonas permeáveis capazes de captar e armazenar parte das águas, o que traz à partida duas vantagens importantes: a redução dos caudais de escoamento e possibilidade de armazenagem de défice em termos de capacidade útil do solo e a redução da velocidade de escoamento. O que assume localmente extrema importância, pois o regime de chuvas é torrencial.

Relativamente à drenagem no espaço urbano as superfícies impermeabilizadas são directamente utilizadas como canais receptores, nomeadamente os elementos da rede viária local, com traçado e pendente favoráveis à drenagem dessas superfícies para os terrenos adjacentes.

2.1.2.5. Pedologia

Segundo Erwin Kopp “...do passado geológico do Algarve resultam substratos originais relativamente pobres em nutrientes...O clima é, juntamente com o substrato e o tempo, um factor decisivo para a formação dos solos...Muitos dos solos actualmente formados têm todavia origem no Terciário (de 60 - 2 milhões de anos) ou no decorrer do Quaternário (2 milhões de anos até hoje)...” ¹⁵.

De acordo com este autor e com a Carta de Solos de Portugal ¹⁶ as famílias de solos mais importantes existentes na zona especial de protecção são:

- solos calcários pardos de margas arenosas (Pcs) situados fundamentalmente a poente da estrada de acesso à povoação, entre esta e o cruzamento;
- solos mediterrâneos amarelos ou vermelhos de arenitos, isentos de calcário (Vtc) que se localizam ao longo da ribeira e a norte da estrada paralela à linha de costa;
- solos calcários vermelhos e pardos (Vc) entre aqueles e a estrada de acesso ao núcleo urbano, antes do cruzamento; e
- regossolos arenosos ligeiramente húmicos de arenitos e dunas, isentos de calcários (Rg).

¹⁴ Divisão de Ordenamento e Projectos do SNPRCN, *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa*, 1986, p. 34

¹⁵ KOPP, Erwin, *Os solos do Algarve e as suas características*, Direcção Regional de Agricultura do Algarve, Faro, 1989, pp. 12 e 13.

¹⁶ CARDOSO, J.C., *Carta de Solos de Portugal*, Esc. 1:50 000, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, SROA, Lisboa, 1975

Erwin Kopp ¹⁷ detectou nas diferentes famílias de solos uma série de problemas que se passam a referir, propondo para cada uma delas os seguintes melhoramentos:

- solos calcários pardos (Pcs)

problemas	melhoramentos
-teores elevados de calcário	-adubos ácidos; porta enxertos resistentes
-valores de pH alcalinos; sais	-exploração adequada; lavagens
-deficiência em fósforo	-adubos à base de fósforo
-deficiência em microelementos	-adubação foliar

- solos mediterrâneos de arenitos (Vtc)

problemas	melhoramentos
-pouca profundidade; armazenamento de águas	-lavoura profunda
-deficiência em fósforo e potássio	-adubação básica
-erosão	-controlo de água exterior

- solos calcários vermelhos e pardos (Vc)

problemas	melhoramentos
-grandes quantidades de calcário	-culturas adequadas com porta-enxertos resistentes
-pequena espessura do solo	-destruição das crostas
-deficiência em microelementos	-adubação foliar
-existem limitações no cultivo de vinha e fruteiras	

- os regossolos arenosos e dunas correspondem a zonas de areias e ao codão dunar litoral cujo principal problema é a erosão, pelo que devem ser eficazmente protegidos do pisoteio e da pastorícia.

Há ainda a considerar os solos dos sapais que “...são em grande parte constituídos por aluviões halomórficos de salinidade elevada, de textura fina, argilosa ou argilo-limosa, assentando num subsolo arenoso...” ¹⁸.

2.1.2.5.1.Capacidade de uso do solo

Às unidades pedológicas descritas correspondem, segundo a Carta de Capacidade de Uso do Solo ¹⁹ as seguintes classes e sub-classes de capacidade de uso agrícola:

¹⁷ KOPP, Erwin, *ob.cit.*, pp. 108-143

¹⁸ COSTA, José Carlos Augusta da, *Flora e Vegetação do Parque Natural da Ria Formosa*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1991

¹⁹ SROA, *Carta de Capacidade de Uso*, Folha 50-D, Esc. 1:50 000, Lisboa, 1959

- classe A - todos os terrenos localizados a poente da estrada, recta, de acesso à povoação e parte da “várzea” entre aquela, o cruzamento e a ribeira, ou seja, cerca de 75% da área que integra a zona especial de protecção.
- sub-classe Bs - os terrenos situados entre a ribeira e a estrada, recta, de acesso ao núcleo urbano, excluindo a parte da “várzea” integrada na classe A.
- sub-classe Cs - os solos do topo da falésia que, de acordo com a referida Carta, têm limitações na zona radicular.
- sub-classe Es - inclui os “depósitos de areia” na base da falésia e o sistema dunar.

Daqui se conclui que a zona especial de protecção do núcleo histórico integra essencialmente solos com elevada capacidade de uso agrícola (classe A e sub-classes Bs e Cs).

De acordo com a FAO as terras agrícolas são indiscutivelmente um recurso patrimonial da humanidade e, por princípio, não devem ser utilizados para outros fins.

Estas classes de solos, por se integrarem na Reserva Agrícola Nacional, estão protegidos por lei.

2.1.2.6. Flora e vegetação

A Carta Ecológica de Portugal ²⁰ e a Carta Ecológica do Parque Natural da Ria Formosa ²¹ distinguem na área de estudo três zonas edafo-climáticas:

- a zona psamo-mediterrânea, que se estende ao longo do cordão litoral (península de Cacela) e nos “depósitos de areia” junto à base da falésia;
- a zona halo-mediterrânea, que corresponde ao interior da laguna, e
- a zona M-eumediterrânea, que corresponde à planície costeira integrando a falésia, os terrenos agrícolas e a ribeira.

Segundo a referida cartografia e de acordo com José Augusta da Costa ²² e Hermann Lautensach ²³ a caracterização autofítica destas zonas ecológicas é a seguinte:

- vegetação psamofílica ou arenícola nas dunas e areais;
- vegetação halofítica nas zonas húmidas salgadas; e
- plantas indígenas de diversas partes da região mediterrânica e plantas endémicas, na planície costeira.

No estudo da vegetação existente actualmente na área de estudo, há a considerar as comunidades vegetais do meio marinho e as comunidades vegetais do meio terrestre.

Relativamente às primeiras saliente-se os andares subtidais de algas e *Zostera sp.* e a pseudo-estepe limnícola dos sapais e salgados constituída, essencialmente, por *Spartina maritima* (morraça), *Salicornia sp.*, *Suaeda maritima* e *Atriplex halimus* (salgadeira) ²⁴.

²⁰ ALBUQUERQUE, J. de Pina Manique e, *Carta Ecológica de Portugal*, 2ª edição, Atlas do Ambiente, C.N.A., Lisboa, 1982

²¹ Divisão de Ordenamento e Projectos do SNPRCN, *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa*, Carta nº 4, Esc. 1:200 000, Lisboa, 1986

²² COSTA, José Augusta da, *ob.cit.*

²³ LAUTENSACH, Hermann, A Cobertura Vegetal in « Geografia de Portugal » de Orlando Ribeiro, edições João Sá da Costa, Lisboa, 1988, pp. 539-576

²⁴ COSTA, José Augusto da, *ob.cit.*, p.1

Nas comunidades vegetais do meio terrestre saliente-se:

- a pseudo-estepe psamícola dos sistemas dunares, cuja composição florística integra fundamentalmente: *Ammophila arenaria* (estorno), *Artemisia maritima* (artemisia), *Helichrysum italicum* (perpétua das areias); *Thymus carnosus* (tomilho das areias) e *Lygos monosperma* (piorno branco ou retama);
- a classe *Cisto-Lavanduletea* - na falésia e nas margens escarpadas da ribeira -, que engloba agrupamentos vegetais essencialmente mediterrânicos, mas com composição predominante de espécies eumediterrâneas, de que o género *Cistus* é a expressão mais nítida; à *Cistus crispus* (roselha comum) e *Cistus hirsutus* (cisto hirsuto) associam-se a *Lavandula stoechas* (rosmaninho), a *Daphne gnidium* (trovisco), a *Pistacia lentiscus* (aroeira), a *Ulex densus* (tojo gatunha), que é uma espécie endémica em Portugal, e a *Chamaerops humillis* (palmeira anã), que é uma endémica do Algarve;
- a policultura arbórea ou «pomares de sequeiro» de *Prunus dulcis* (amendoeira), *Ficus carica* (figueira), *Olea europaea* var. *sativa* (oliveira) e *Ceratonia siliqua* (alfarrobeira) e pomares de regadio, essencialmente de *Prunus persica* (pessegueiro) e *Prunus armeniaca* (damasqueiro), entre culturas agrícolas anuais, sebes de *Punica granatum* (romanzeira), de *Opuntia ficus-indica* (figueira da índia) e de *Acacia dealbata* (acácia mimosa), e contando com elementos dispersos de *Cupressus sempervirens* (cipreste dos cemitérios) e *Pinus pinea* (pinheiro manso), recém plantados. Além destas espécies, há a considerar ainda a introdução recente de espécies ornamentais exóticas, nomeadamente a *Phoenix canariensis* (palmeira das canárias) e a *Washingtonia robusta* (palmeira de leque);
- as formações ribeirinhas ou ripícolas, fortemente condicionadas pelo regime hídrico da ribeira, são constituídas essencialmente por *Ulmus minor* (ulmeiro), *Arundo donax* (cana), *Nerium oleander* (loendro), *Tamarix africana* (tamargueira), *Thypha latifolia* (tabua ou tábua-larga) e *Juncus acutus* (junco).

Há a considerar ainda os “mantos”, mais ou menos extensos, de pequenas plantas anuais que durante determinadas épocas do ano marcam, com as suas côres, a paisagem. Cabe fazer especial referência às seguintes espécies: *Oxalis pes caprae* (trevo ou santa-noite), *Chrysanthemum coronarium* (malmequer do campo), *Gladiolus italicus* (calça de cuco), *Papaver sp.* (papoila) e *Muscari comosum* ²⁵.

“...O clima mediterrâneo, com o Verão bem marcado, faz-se sentir de duas maneiras na vegetação: pela repartição de certas espécies mais exigentes em calor e *secura*, confinadas ou dominantes no Sul..., e pela série de formas de ajustamento que determina... Entre as plantas mediterrâneas mais importantes na fisionomia da vegetação figuram..., a aroeira ou lentisco,...o loendro, a cana e uma série de cistos; o grupo do rosmaninho e dos tomilhos perfumados dos terrenos secos; algumas árvores ou arbustos cultivados, óptimos reagentes climáticos que mostram, pela sua propagação embora devida ao homem, as possibilidades extremas da região: a triade algarvia da amendoeira, figueira e alfarrobeira, a laranjeira, oliveira, e, em muito menor grau, a vinha. Oriundas da América Central, as piteiras e figueiras-da-Índia alinham-se nas sebes e bordas dos caminhos como elemento inseparável da fisionomia meridional do País. A palmeira-das-vassouras, de porte anão, apenas se encontra no Algarve, onde caracteriza um clima mediterrâneo quente e próximo do mar. Mas nem aqui a influência oceânica se apaga de todo, lembrada ainda nas derradeiras plantas

²⁵ MABBERLEY, D.J., e PLACITO, P.J., *Algarve Plants and Landscape*, Oxford University Press, Oxford, 1993, pp. 89 e 93

lenhosas comuns à Europa média que lograram alcançar estas paragens meridionais: algumas espécies de urzes, giestas e piornos...”²⁶.

2.1.3.Zonagem

De acordo com Caldeira Cabral, existe a necessidade de, como condição da vida urbana e rural, “...de manter em forma congruente, os elementos essenciais da paisagem natural, conservando ou mesmo reconstituindo a sua continuidade e funcionalidade. Assim se tomou consciência da necessidade de manter o “Contínuo Natural” e o “Contínuo Cultural”. Só no entendimento destes dois Contínuos, o Natural e o Cultural, se poderá encontrar a posição correcta em relação ao Homem, que queremos servir...”²⁷.

“...Só muito recentemente se compreende que o homem, embora indubitavelmente numa excepional posição, também fazia parte da biocenose e por isso o estudo da paisagem tem necessariamente de o incluir individualmente e como sociedade organizada.

*Não era portanto apenas um factor extrínseco mas, porque incorporado na sua própria obra, agindo umas vezes conscientemente mas a maior parte das vezes instintivamente ou apenas com a consciência de fins próprios a atingir, fazia parte do conjunto de factores auto-regulados que intervêm na paisagem...”*²⁸.

Para Ribeiro Teles²⁹ “...A Paisagem vai sendo gradualmente transformada pelo homem e com essa transformação vai integrando-se cultura no território. A Cultura é portanto património, imagem e expressão dessa evolução. As marcas culturais do passado são também Natureza...”.

Neste sentido na área de estudo ressaltam, desde logo, dois tipos de espaços onde deverão necessariamente desenvolver-se estudos analíticos que sustentem as bases para uma proposta de salvaguarda:

- espaços construídos, de suporte da vida de relação, de interesse histórico cultural, ou seja, espaços que se caracterizam por uma intensa acção humana responsável pela transformação do espaço através da construção de edifícios destinados ou adaptados a funções específicas, e de infraestruturas diversas de apoio às relações comunitárias, identificadas com o núcleo histórico, e
- espaços culturais e naturais, que se caracterizam por uma menor ou inexistente acção construtiva, que correspondem a espaços de produção agrícola, onde se incluem as infraestruturas de comunicação entre os espaços habitados, e espaços de reserva ecológica que, no seu conjunto, definem a zona especial de protecção do núcleo histórico.

No entanto, se relativamente ao núcleo histórico, cujo tecido urbano se encontra solidamente estruturado e delimitado, interessa estudar o seu ambiente cultural, económico e social e o seu significado específico, para o entendimento do seu papel no seio da paisagem, como forma de

²⁶ RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 6ª edição, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1991, pp. 47 e 48

²⁷ CALDEIRA CABRAL, Francisco, *O “Continuum Naturale” e a conservação da Natureza* in «Conservação da Natureza», Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, p.37

²⁸ CALDEIRA CABRAL, Francisco, *Zonagem sob o ponto de vista paisagista*, in «Separata dos Anais» do Instituto Superior de Agronomia, vol. XIV, Lisboa, 1943

²⁹ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *A Propósito de Ecossistema Urbano e Conservação da Natureza*, in «Conservação da Natureza», SEA, Lisboa, 1982, p.128

perspectivação global dos problemas envolvidos na construção dos espaços territoriais, no que diz respeito à zona especial de protecção importa para já definir as suas estruturas fundamentais, ou seja, definir áreas com possibilidades biológicas diferentes.

Assim, poder-se-á afirmar que a paisagem apresenta duas estruturas fundamentais: a estrutura permanente, constituída pela superfície de protecção e sistemas equilibrados, e a estrutura útil ou produtiva da qual faz parte a superfície de produção.

A estrutura permanente da paisagem integra, na área de estudo, os seguintes biótopos: dunas, praias e laguna; falésia, zonas de vegetação associadas às áreas agrícolas como sebes e manchas de arbustos; e as margens e leito da ribeira com a respectiva galeria ripícola. Constituem meios biológicos extremamente ricos que revitalizam as cadeias ecológicas de toda a paisagem, formando um verdadeiro *continuum naturale*. O que significa que a estrutura permanente da paisagem corresponde “grosso - modo” à área afectada à Reserva Ecológica Nacional.

Por sua vez, a estrutura útil ou produtiva é constituída por solos agrícolas, ou seja, pela superfície total de terreno mantido à custa do normal funcionamento das actividades de cultivo, dependendo portanto da intervenção humana. Corresponde ao conjunto das unidades pedológicas cujas classes de capacidade de uso definem a sua integração na Reserva Agrícola Nacional.

Da combinação das estruturas permanente e produtiva da paisagem resulta o fundo de fertilidade dinâmico do espaço, cuja manutenção e aumento passa pela proibição e eliminação de todas as medidas, culturas e técnicas que conduzam à sua degradação.

Só assim a paisagem mantém os equilíbrios biológicos e acertos ecológicos determinados pelas leis naturais.

A zonagem da área de estudo compreendeu, pois, a definição do “contínuo construído”- núcleo histórico -, a definição do “contínuo natural” - estrutura permanente da paisagem/ Reserva Ecológica Nacional, e a definição do “contínuo produtivo” - estrutura útil da paisagem / Reserva Agrícola Nacional.

2.1.4. Compartimentação e biodiversidade

Se para o ordenamento biofísico do território a extensão de solo ocupado, a definição e as características das estruturas fundamentais da paisagem são questões elementares e altamente condicionantes dos cenários e estratégias de planificação, a compartimentação será como refere Ribeiro Teles”...o segundo passo da génese das paisagens históricas, a considerar na sua apreciação....” (³⁰).

A compartimentação da paisagem está directamente ligada à difusão e continuidade da estrutura permanente e à presença da vida selvagem ou silvestre. Esta depende, na área de estudo, do sistema lagunar, das sebes vivas de compartimentação nos campos de cultura e das manchas de arbustos a eles associadas, do revestimento arbustivo e herbáceo da falésia, das árvores dispersas que caracterizam a “cerca algarvia” e da galeria vegetal que acompanha o leito de cheia da ribeira de Cacula.

São estes atributos e “formas de compartimentação” da paisagem que, ecologicamente organizados, permitem a permanência da vida natural no território que envolve a povoação, constituindo uma componente fundamental da estrutura da sua paisagem histórica.

³⁰ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *A Conservação das Paisagens Históricas e Rurais*, in “Correio da Natureza”, Nº17, SNPRCN, Lisboa, 1992, p.54

2.1.4.1.Principais biótopos e respectivas comunidades animais

A zona especial de protecção comporta, efectivamente, uma diversidade de biótopos e consequente diversidade faunística dependentes, em larga medida, da situação de transição entre ecossistemas- terrestres e marinhos - de diferentes características.

Estes biótopos, de excepcional importância para a fauna, definidos no que diz respeito às características das unidades e à sua ocupação são:

- planície costeira - zona agrícola
- falésia
- ribeira de Cacela
- zona húmida lagunar
 - sapal
 - vasas e canais
 - viveiros de bivalves
- península de Cacela - cordão dunar litoral
 - dunas
 - praias

As suas características específicas conferem-lhes, apesar de mais ou menos intensa humanização a que estão sujeitos, as condições para albergar uma fauna bastante diversificada.

A planície costeira é o único biótopo humanizado com carácter de permanência. O núcleo urbano não foi considerado por não se julgar significativo a nível de povoamentos faunísticos, sendo no entanto de realçar a presença de alguns reptéis (osgas e camaleões, nos quintais, roedores (ratos e doninhas) e pássaros (pardais e andorinhas).

A área agrícola caracteriza-se pelos campos plantados de amendoeiras, figueiras, alfarrobeiras e oliveiras, com o abandono progressivo das culturas sob coberto, entre vinhas, explorações de horticultura e parcelas desarborizadas que comportam culturas ao ar livre, quase sempre com rotação bianual dum cereal de praga (trigo, cevada) com uma leguminosa (fava, ervilha, grão-de-bico) e sem pousio anual.

A aquisição de terrenos por parte de estrangeiros tem vindo, gradualmente, a alterar e descaracterizar a “paisagem tradicional da cerca algarvia” por substituição das espécies da flora local por espécies ornamentais exóticas.

As sebes vivas que delimitam as propriedades constituem elementos fundamentais do equilíbrio biológico da paisagem.

À sua “formação tradicional” - figueiras- da- Índia e romanzeiras-, tem vindo a acrescentar-se o loendro e algumas espécies arbustivas e trepadeiras, exóticas.

É evidente a extrema interdependência das espécies faunísticas com os vários biótopos, utilizando-os em função das necessidades de utilização biológica (alimentação, refúgio, nidificação).

É o que acontece com espécies de mamíferos relativamente raras a nível nacional ou ameaçadas na Europa Ocidental presentes na área agrícola mas intimamente ligadas e

dependentes da falésia, com revestimento arbustivo e sub-arbustivo denso, e da ribeira, com uma vegetação ripícola relativamente bem conservada.

É o caso da *Genetta genetta* (geneta) e *Felis silvestris* (gato-bravo), dependentes dos habitats da planície costeira a que não são estranhas a disponibilidade de presas - espécies domésticas e espécies selvagens, essencialmente a *Oryctolagus cuniculus* (coelho - bravo) que abunda na falésia e nas sebes de figueira-da-Índia.

Aquelas duas espécies estão referenciadas pelo Conselho da Europa como ameaçadas, por destruição dos *habitats* preferenciais.

Relativamente aos mamíferos importa destacar ainda a existência, nestes biótopos, da *Mustela nivalis ssp. iberica* (doninha), considerada um endemismo ibérico, e as espécies que constam do quadro seguinte:

Mamíferos. Espécies ocorrentes. Abundância relativa por biótopos

Espécie	Nome vulgar	Planície costeira área agrícola	Falésia	Ribeira	Dunas
<i>Erinaceus europaeus</i>	Ouriço-cacheiro	MA	MA	MA	
<i>Talpa caeca</i>	Toupeira	MA	MA	MA	
<i>Pipistrellus pipist.</i>	Morcego	C	C		
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho-bravo	A	MA	A	A
<i>Arvicola sapidus</i>	Rato-de-água			A	
<i>Apodemus sylvaticus</i>	Rato-do-campo	A	C	C	
<i>Rattus rattus</i>	Ratazana	A	C		
<i>Vulpes vulpes</i>	Raposa	C	C	C	
<i>Mustela nivalis</i>	Doninha	C	R	R	
<i>Genetta genetta</i>	Geneta	R/C	R/C	R/C	
<i>Felis silvestris</i>	Gato-bravo	R	R	R	

MA - Muito abundante

A- Abundante

C - Comum

R - Raro

Fonte: PETRUCCI-FONSECA, F. et al., *Sobre a fauna de mamíferos do Sotavento algarvio*, Departamento de Zoologia e Antropologia, Faculdade de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1984.

O biótopo ribeirinho constitui, por sua vez, suporte a numerosas espécies anfíbias: cágados, cobras -de-água, batráquios, que se alimentam nas águas doces adjacentes.

Estas e outras espécies de anfíbios e répteis ocorrem também na planície costeira, na falésia e nas dunas.

Destacam-se por serem endemismos ibéricos os anfíbios *Alytes cisternasii* (sapo fossador) e *Pelobates cultripes* (sapo-de-unha negra) e os répteis *Chalcides bedriagai* (cobra de pernas pentadáctila) e *Chalcides striatus* (cobra de pernas tridáctila) e *Psammoudronus hispanicus* (sardanisca-ibérica), entre outras espécies ocorrentes de anfíbios e de répteis distribuídos pelos biótopos, do seguinte modo:

Anfíbios e répteis. Espécies ocorrentes. Distribuição por biótopos.

Espécie	Nome vulgar	Planície costeira área agrícola	Falésia	Ribeira	Dunas
<i>Alystes cisternasii</i>	sapo-fossador	x		x	
<i>Pelobates cultripes</i>	sapo de unha negra	x			x
<i>Bufo bufo spinosus</i>	sapo-comum			x	
<i>Rana perezi</i>	rã-comum			x	
<i>Mauremys leprosa</i>	cágado-comum			x	
<i>Chamaleo chamaleon</i>	camaleão *	x	x		x
<i>Chalcides bedriagai</i>	cobra pentadactica		x		
<i>Chalcides striatus</i>	cobra tridactica	x	x	x	
<i>Psammodromus hisp.</i>	sardanisca ibérica		x		
<i>Malpolon monspes.</i>	cobra-rateira	x	x	x	
<i>Matrix maura</i>	cobra-viperina				x

* em vias de extinção e protegido por lei

Fonte: Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, p. 65.

O biótopo “zona húmida”, considerado como o sistema lagunar entre a faixa terrestre e o cordão dunar litoral, englobando áreas de bivalves, sapal, vasas e canais, detém uma grande riqueza e diversidade faunística.

Apresenta um conjunto de condições que faz com que desempenhe uma importantíssima função de “nursery” (maternidade) para uma grande diversidade de espécies aquáticas que vão suportar várias cadeias alimentares ³¹

Se relativamente às espécies piscícolas é de salientar, pelo seu valor comercial, a *Dicentrarchus labrax* (robalo), *Solea lascaris* (linguado), *Anguilla anguilla* (enguia) e *Sparus aurata* (dourada) é no que diz respeito aos moluscos bivalves - ameijoas e ostras - que a sua importância, económica, é maior.

É no entanto no que diz respeito à avifauna que a riqueza e diversidade existentes conferem a esta zona húmida uma elevada importância a nível nacional e internacional, pois constitui uma importante zona de invernada de aves aquáticas e limícolas, oriundas do norte e centro da Europa.

Na área de estudo destacam-se pela significância nacional e europeia, as seguintes espécies de aves: *Sterna albifrons* (andorinha-do-mar-anã), *Himantopus himantopus* (perna-longa), *Egretta garzetta* (garça-branca), *Ciconia ciconia* (cegonha-branca), *Calidris alpina* e *Haemotopus ostralegus* (ostraceiro).

³¹ Divisão de Ordenamento e Projectos, SNPRCN, Plano de Ordenamento do PNRF, Lisboa, 1986, p.63

Aves. Espécies ocorrentes. Distribuição por biótopos

Espécie	Nome vulgar	Planície costeira área agrícola+falésia	Ribeira	Dunas	Zona húmida
<i>Egretta garzetta</i>	Garça branca		x		x
<i>Sterna albifrons</i>	Andorinha do mar-anã			x	x
<i>Himantopus himantopus</i>	Perna longa				x
<i>Calidris alpina</i>	Seixoeira				x
<i>Haematopus ostralegus</i>	Ostraceiro				x
<i>Coconia ciconia</i>	Cegonha-branca	x			x
<i>Bubo bubo</i>	Bufo-real	x			
<i>Tyto alba</i>	Coruja das torres	x			
<i>Gallinula chloropus</i>	Galinha-de-água		x		
<i>Merops apiaster</i>	Abelharuco	x	x		
<i>Halcyon leucocephala</i>	Martim-pescador		x		
<i>Burhinus oedicephalus</i>	Alcaravão			x	

Fonte: em colaboração com Frédéric Carlier, para este trabalho

Se no meio terreste os principais impactes sobre a fauna dizem respeito à grande pressão humana, à destruição ocasional do coberto vegetal e a alguma pressão venatória, ainda que esteja totalmente proibida, no meio marinho os principais impactes sobre a fauna são fundamentalmente a pesca e a mariscagem incontrolada e a forte presença humana nos meses de Verão.

2.1.5. Avaliação das componentes estéticas

Para além das componentes biofísicas, já referenciadas, a paisagem histórica de Cacela tem um conjunto de componentes estéticas que se encontram expressas nos seus espaços urbano, rural e marinho.

A paisagem, natural e cultural de Cacela, tem uma «estrutura bruta»- conjunto de atributos, elementos e sistemas-, que não resulta da intervenção humana, e uma «estrutura arquitectónica» produzida, em maior ou menor grau, pelo trabalho.

A paisagem compõe-se, assim, de uma complexa sobreposição e interrelação de domínios espaciais, pelo que a sua análise jamais poderá assentar em critérios que a confundam com um cenário pictórico, estático. A análise e avaliação qualitativa da paisagem, ao movimentar-se sobre o território para descobrir e interpretar o domínio espacial e visual de cada um dos seus elementos e do seu conjunto, através de um sistema de vistas, dinâmico, permite a relação com a vida local.

O processo, dinâmico, diferencial e abrangente, de observação e visualização da paisagem permitiu a seguinte avaliação das suas componentes estéticas:

- Profundidade

Se em relação ao núcleo histórico de Cacela fez sentido definir um espaço próprio no interior do qual a povoação tem uma dominância e onde qualquer alteração é susceptível de modificar o seu sentido e expressão, o seu plano paisagístico de enquadramento ultrapassa os limites ditados pela zona especial de protecção, abrangendo toda uma área que se estende até às linhas de horizonte e até à estrada nacional 125.

De facto, se o plano de enquadramento tem uma demarcação fundamental em relações estruturais entre o referencial e o conjunto de elementos que faz o seu enquadramento, o plano de fundo da antiga vila tem um significado de extrema importância estética e cultural.

Em Cacela a relação visual é recíproca e uniforme pois dela tem-se um absoluto domínio da envolvente e de qualquer ponto desta a povoação é sempre um referencial, de dia ou de noite.

Assim, quer as linhas de horizonte, rectilínea no mar e ondulada nos campos agrícolas e na serra, quer a silhueta da povoação, de invulgar recorte e beleza, constituem elementos de forte e especial significado nesta paisagem cuja profundidade detém um elevado valor estético.

O núcleo urbano constitui, de facto, um verdadeiro miradouro a partir do qual se obtêm vistas panorâmicas de excepcional beleza e alcance visual, testemunhando de algum modo a função de “atalaia” que sempre desempenhou ao longo do seu percurso histórico.

Os dois edifícios, recentemente construídos nas proximidades imediatas do núcleo histórico, entretanto embargadas por desrespeito pelos planos de ordenamento em vigor, interferem negativamente no equilíbrio e harmonia da paisagem, constituindo elementos que de modo abusivo quebram a leitura da sua “profundidade”.

- Luz e côr

De Cacela vê-se durante todo o ano o nascer e o pôr-do-sol o que, associado às linhas de relevo do território, cria na paisagem uma grande variedade cénica no que diz respeito ao contraste luz/sombra e claro/escuro.

Eugénio de Andrade ³² resume de modo magistral o conteúdo estético da paisagem histórica de Cacela.

Cacela

Está desse lado do verão

onde manhã cedo

passam barcos, cercada pela cal.

Das dunas desertas tem a perfeição,

dos pombos o rumor, da luz a difícil transparência

e o rigor

Orlando Ribeiro descreve também de modo assaz particular e comovente a paisagem do Algarve. A luz e a côr desta paisagem são componentes estéticas que tornam viva esta descrição. Os campos de Cacela retratam-se nela.

³² ANDRADE, Eugénio, *Escrita da Terra*, Limiar editora, 5ª edição, Porto, 1983

*“...as construções branqueadas de cal, as manchas escuras do arvoredor, os tufos de aroeira, os loendros à borda de água, os leques rasteiros da palmeira-das-vassouras, tudo debaixo de um céu azul intenso, oferecem imagens que debalde se procurariam noutros lugares. Vir aqui no Inverno, sentir o calor do meio do dia, gazar a noite tépida quando as estrelas se fazem grandes e brilhantes, é a melhor forma de compreender o clima e a riqueza dos seus dons. As amendoeiras em flor (no meio do Inverno) constituem um elemento inconfundível da paisagem...”*³³.

Povoada por diferentes registos de tons, esta é uma paisagem de luz e cores: o brilho das águas, o colorido forte dos barcos e das portas e janelas, o ocaso reflectido na ria, o branco dos muros e dos piornos em flor, a claridade da alba e das dunas, os verdes do sapal e os sépias da falésia...

No entanto Cacela não é o “Eden” e se a luz continua a maravilhar e a inspirar poetas e pintores, também é verdade que a cor da paisagem urbana tem sido bastante alterada, por substituição da cal e dos pigmentos naturais das paredes dos edifícios por “tintas de água” e “tintas de areia”. Ao mesmo tempo que se verifica, através de um processo de uniformidade cromática, com o uso e abuso do azul, ao empobrecimento da imagem da sua arquitectura. A paleta cromática da antiga vila integrava além do branco da cal, o ocre, o cinzento pó-de-sapato e o cor-de-rosa-velho dos pigmentos naturais, entretando desaparecidos.

Mas também a riquíssima expressão cromática dos telhados antigos tem vindo a ser substituída pela rigidez monocromática das telhas de fabrico industrial.

Assim e se a integração dos estudos cromáticos em projectos de conservação do património e nas acções de reabilitação urbana é um imperativo, também a manutenção dos agrossistemas tradicionais e da flora espontânea e tradicional, rica em diversidade cromática no decorrer das estações, é o garante de uma das componentes estéticas mais valiosas e particulares da paisagem de Cacela: as suas cores.

- Grandeza

Em Cacela a paisagem é grande e sublime. Vai da sua alma à azul distância de um mar a perder de vista. Mas se dos seus largos se vê a própria Cacela com as suas muralhas, as suas casas brancas e jardins floridos, dela vê-se em amplo horizonte o campo cultivado da planície e a “natureza agreste” da falésia.

À “unicidade ambiental” urbana e à diversidade e complexidade da paisagem corresponde um meio ambiente que não é simplesmente relativamente bem organizado mas também poético e simbólico.

De facto, à paisagem deversificada devido a factores naturais como a geologia, o relevo, a hidrografia, corresponde uma relação acentuada entre o povoamento e a sua localização.

Desta relação depende a sobrevivência de uma paisagem viva e integral capaz de continuar a produzir uma imagem clara e a ser um símbolo poderoso com um forte significado expressivo. Encerrando numa pequena área urbana testemunhos materiais das várias épocas e períodos históricos, a antiga vila de Cacela detém uma clareza de estrutura e vivacidade de identidade aparecendo na paisagem como um “local” notável.

³³ RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa Editora, 6ª edição, Lisboa, 1991, p. 163

Mas se o núcleo urbano é parte dominante da imagem paisagística, a própria paisagem funciona como um sistema vasto de memórias e símbolos fortes que definem a sua “grandeza”.

A paisagem é uma parte intrínseca do núcleo histórico e não faz sentido fora dele.

Como refere Kevin Lynch “...*Uma paisagem impressionante foi a base sobre a qual muitas raças primitivas erigiram os seus mitos socialmente importantes...*”³⁴.

- Forma e figura

A paisagem de estudo não só simboliza e localiza o núcleo histórico de Cacela como entra profundamente em cada actividade tradicional diária, constituindo ainda um “cenário” de múltiplas actividades, mantendo viva a própria memória da paisagem.

Em Cacela a forma envolvente conserva uma relação isomórfica com a base da paisagem “originária” e a forma interior continua a pôr em destaque as características do *locus* e as regras próprias da sua construção, onde está implícita a compreensão do «sítio», a sensibilidade à sua expressão paisagística e uma evolução vivencial dos comportamentos.

Resultantes de morfologias diferentes, ocorrem no território elementos com formas contrastantes - leito da ribeira / linhas de contorno das parcelas agrícolas, canais e esteiros da ria / linhas de contorno dos viveiros de bivalves - que coexistem com estabilidade.

Pelo que a paisagem é facilmente identificável por uma co-espacialidade estável de elementos com formas contrastantes em que uma malha recticular, definida pela configuração do parcelamento agrário, na orla terrestre, e dos viveiros na zona húmida, se combina com a meandrização da ribeira e dos canais da ria.

Na paisagem de Cacela, apesar de algumas intervenções recentes, nefastas, os elementos que definem a sua forma e figura - cordão dunar litoral, zona húmida lagunar, núcleo urbano com a sua população tradicional, ribeira e áreas cultivadas - encontram-se em equilíbrio de variedade e continuidade, onde a importância do conceito vivo e da forma inconfundível, constituem elementos portadores de significados que marcam o seu conteúdo estético.

Esta paisagem tem uma forma dinâmica, resultante da apropriação gradual dos espaços em termos de percepção estética e tem um conteúdo, feito de sistemas, responsável pela sua estrutura, também ela viva e dinâmica.

- Movimento

O modelado do terreno é um elemento determinante da expressão arquitectónica da paisagem, condicionando a utilização e ocupação do solo.

Resultado de interacções complexas, o modelado da paisagem de Cacela caracteriza-se por uma grande variedade de tipos de relevo - dunar, plano a ondulado suave, movimentado (falésia) - a que corresponde uma diversidade paisagística de características diferenciadas, rica de expressões e significados.

A paisagem é marcada por “linhas relevantes” - limites formados por características topográficas como o cordão dunar litoral, a falésia e a ribeira - que, ao constituírem elementos predominantes, apresentam qualidades direccionais importantes.

Esta paisagem está organizada por um sistema geral de direcções a que se encontram intimamente ligados conjuntos característicos de movimentos.

³⁴ LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, edições 70, Lisboa, 1982, p. 14

Se o movimento solar é omnipresente, o ritmo das marés, condicionando o aspecto da paisagem marinha e as actividades ligadas à ria, determina “movimentos” de excepcional valor estético e cultural, nomeadamente a entrada e saída dos barcos na barra, a travessia da ria para a restinga arenosa ou o vôo das várias espécies de aves aquáticas.

Mas também os ventos dominantes provocam movimentos característicos e singulares que se prendem com a ondulação no mar e na ria e com a constante mudança de posição dos barcos ancorados e dos seus reflexos nas águas.

Por outro lado, o sistema de vias de circulação terrestre está organizado em relação à rede de aglomerados urbanos, ao núcleo histórico e ao seu próprio carácter interno de espaço, vista e movimento.

A rede viária, para além de adquirir importância por razões estruturais, é facilmente identificável. A sua continuidade e qualidade direccionada assumem particular evidência na paisagem.

Esta é modelada também por linhas de movimento - meandrização da ribeira e dos canais da ria, o vôo das aves de arribação avançando numa direcção geral ao longo da linha de costa, as correntes rápidas das marés na enchente e na vazante - de elevado valor estético.

- Vida

Na área de estudo subsistem, por um lado, aspectos característicos dos hábitos e cultura dos habitantes, patentes no desenvolvimento das actividades tradicionais como a mariscagem, a pesca artesanal e a agricultura, o que tem permitido a continuidade e evolução própria da vida tradicional local; e, por outro lado, subsistem refúgios da vida selvagem através da presença dos sistemas biológicos garantidos pela existência da ribeira, das sebes vivas, dos agrossistemas tradicionais, das dunas e da zona húmida lagunar.

Local de nidificação e passagem de numerosas espécies de aves de grande importância para o equilíbrio ecológico da “região”, a paisagem de Cacela constitui um importante núcleo de vida natural.

Também os diferentes sistemas de utilização da terra incluem-se, ainda, numa estrutura permanente cujos componentes constituem também eles um sistema contínuo de vida silvestre.

No entanto, tanto o garante das características da vida tradicional local, como os vários biótopos de suporte da vida selvagem, encontram-se ameaçados quer pelo envelhecimento demográfico da população e consequentes alterações no vários domínios da vida colectiva, quer pela crescente pressão das populações em férias.

Assim, a manutenção e fixação de uma população jovem, tradicional, ligada profissionalmente à ria e à terra, parece constituir a única forma de assegurar tanto a evolução própria da vida tradicional ribeirinha como a defesa dos meios biológicos extremamente ricos que, sendo mamanciais de vida, revitalizam as cadeias ecológicas de toda a paisagem.

- Cultura

A construção da paisagem de Cacela teve como base a experiência, a cultura e a sabedoria que conduziram à valorização da sua forma estética e riqueza biológica.

A adaptação do aglomerado urbano à paisagem, o desenvolvimento equilibrado da sua estrutura urbana, a localização mais apropriada das casas antigas no espaço agrícola, a melhor

distribuição das sebes e a implantação mais favorável dos viveiros de bivalves, estão de acordo com os princípios ecológicos.

Nela participaram também a cultura, baseada na durabilidade dos sistemas económicos, e os aspectos relativos à sua própria perenidade.

A instalação das sucessivas comunidades no território resultou do papel dessas mesmas comunidades na construção da paisagem, tendo sido um dos objectivos dessa construção a máxima complexidade da paisagem.

De facto, em Cacela o Homem interviu na natureza de modo a tornar a sua paisagem o mais complexa e diversificada possível.

No núcleo urbano, para além da arquitectura militar e religiosa de elevado valor histórico e cultural, a arquitectura é também expressão do povo, feita por ele e para ele, representando o testemunho vivo da personalidade e da especificidade local.

A partir da população residente na povoação e nas férteis terras que a envolvem, a paisagem foi sendo gradualmente transformada e com essa transformação foi-se integrando cultura no território. Imagem e expressão dessa evolução, a cultura é considerada património, sendo as marcas culturais do passado também Natureza.

No entanto, a partir da década de setenta, a “cultura turística e urbana” passa a ter uma relação muitas vezes incorrecta com o território, afectada pelos seus diversos imaginários de “habitat”, ideologias e interesses contraditórios. Ela tem sido, a partir de então, a principal responsável pelas contínuas intervenções negativas no território, pautadas pelo mau gosto e pela falta de escrúpulos, provocando sucessivos “atentados” ao património arquitectónico e paisagístico local.

Como refere Ribeiro Teles *“...um espaço em que a população não esteja interessada na cultura, não respeita as marcas da cultura do passado, é uma sociedade incapaz de criar, de conservar a Natureza. Só a cultura integra a Natureza na obra do homem...O futuro da Natureza é construído pelo homem...”*³⁵.

Na área de estudo, o conteúdo estético de inegável valor cultural e a própria memória que a paisagem encerra poderá dar lugar, a curto prazo, a uma paisagem urbana irremediavelmente adulterada e a uma paisagem rural simplificada.

Para que isso não se verifique importa contrariar o processo imobiliário especulativo, o “escorraçar” da população tradicional e o abandono ou substituição dos agrossistemas tradicionais.

Ainda segundo o mesmo autor³⁶ *“...A gradual afirmação da identidade cultural de um povo vincula-se através do encontro desse povo com a terra. Construíram-se paisagens que ainda são hoje suporte e memória das comunidades e, portanto, marcos culturais e históricos...que é necessário transmitir às gerações vindouras...”*.

2.1.6. Avaliação socio-económica

Embora se faça mais adiante uma análise socio-económica detalhada da área em estudo, importa desde já reter alguns indicadores que nos permitem fazer uma avaliação socio-económica da paisagem.

³⁵ RIBEIRO TELES, Gonçalo. *A propósito de ecossistema urbano e Conservação da Natureza* in «Conservação da Natureza», SEA, Lisboa, 1982, p. 137

³⁶ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *A Conservação das Paisagens Históricas e Rurais*, in «Correio da Natureza», Nº 17, SNPRCN, Lisboa, 1992, p.52

A tipologia que Cacela dispõe parece constituir a principal razão de um tão marcado papel na estruturação económica, social e política do território envolvente, cuja expressão chegou a ter apreciável significado.

De facto o núcleo urbano, ligado intrinsecamente às actividades económicas dos grupos humanos que habitaram o seu território ao longo dos séculos e às condições de defesa dos mesmos, foi sendo organizado como o seu suporte eficaz, aperfeiçoando este, simultaneamente.

No entanto, nas últimas décadas, as alterações demográficas e dos hábitos sociais, a modificação dos mecanismos tradicionais que controlavam o metabolismo urbano (abastecimento de água, fornecimento de energia, etc) e, principalmente, a lei da oferta e da procura promovida pelo incremento do turismo, provocaram um vasto conjunto de atropelos, mais ou menos graves, ao equilíbrio geral e ao sentido da evolução da paisagem.

Embora sem causar o impacte negativo que provocou noutros pontos do Algarve, o desenvolvimento do turismo continua a produzir, na área de estudo, directa ou indirectamente, as principais modificações da paisagem e dos modos de vida.

Ao serem alterados os modos de vida da comunidade humana, modificou-se a paisagem em que se insere.

No entanto, a paisagem histórica de Cacela é uma paisagem de grande valor cultural, histórico e estético onde se conservam, ainda, sólidos laços com a natureza.

O núcleo histórico e a zona especial de protecção, actualmente com 47 habitantes permanentes, perderam entre 1960 e 1990 cerca de 30% da sua população, sendo a tendência para um aumento significativo do decréscimo demográfico pois a população residente em idade de reforma representa aproximadamente 30% da população total.

Além disso, e ao mesmo tempo em que se assiste ao aumento do peso da parcela da população idosa verifica-se, quase sempre, uma saída da população quando atinge a idade de entrada no mercado de trabalho.

Assim, e embora a habitação predomine sobre as restantes funções, apenas metade do número de fogos do núcleo histórico constitui residência permanente, enquanto na zona especial de protecção apenas um dos cinco fogos é habitado durante o ano inteiro.

Efectivamente assitiu-se, a partir de meados da década de setenta, provocado pelo desenvolvimento do turismo, a um movimento estrutural que se traduziu pelo decréscimo significativo da população tradicional e pela perda de importância das actividades agro-marinhas, ao mesmo tempo que se verificou o aumento de uma população flutuante que aqui passa férias e a abertura de três similares de hotelaria de apoio turístico.

Estes, constituindo pequenas empresas familiares, empregam seis dos dezasseis indivíduos que constituem a população activa, o que lhes confere grande importância socio-económica.

Por um lado e se a antiga Vila continua a perpetuar no tempo funções históricas como a função militar na fortaleza e a função religiosa na igreja e no cemitério, por outro verifica-se uma gradual perda de importância da pesca, outrora a principal actividade empregadora, cujos efectivos transitaram para os grupos não produtivos mas que, por dificuldades económicas derivadas das parcas reformas, continuam a praticar uma actividade agro-marinha de autosubsistência, de extrema importância na manutenção e conservação da paisagem e das características sociais e culturais da povoação.

Se a igreja e o cemitério são os responsáveis pela grande afluência de público ao núcleo histórico, a riqueza patrimonial e paisagística e a famosa gastronomia contribuem para um grande aumento da sobrecarga humana, o que deixa marcas óbvias na paisagem devido ao uso

incorrecto que não tem em conta a sensibilidade ecológica do meio, além de provocar a saturação e poluição do espaço urbano e envolventes.

Embora as recentes alterações na estrutura social e a descaracterização e adulteração do património urbano, arquitectónico e paisagístico, a área de estudo continua a ter um importante papel socio-económico na manutenção das potencialidades produtivas do território e no desenvolvimento auto-sustentado.

Do ponto de vista económico as principais actividades implantadas são as dependentes da exploração dos recursos do meio aquático - pesca artesanal, mariscagem e moluscicultura -, do turismo e da agricultura.

A antiga vila está a ser explorada, cada vez mais, para fins turísticos. A nova “função” que a povoação adquiriu trouxe consigo um conjunto de graves problemas que se prendem com a sua descaracterização social e arquitectónica, pese embora a melhoria da qualidade de vida que, manifestamente, proporcionou a alguns habitantes.

Na realidade, a multiplicação de serviços de apoio turístico e a conversão das casas devolutas em segunda habitação de pessoas, nacionais e estrangeiras, que não residem habitualmente no local, contribuíram de modo explícito para a “degradação” do núcleo histórico e da paisagem envolvente.

A agricultura, desde sempre uma actividade com bastante significado nas férteis terras que envolvem a povoação, tem cada vez menor peso, apesar de a reduzida população residente continuar a praticar uma agricultura de auto-consuno, como já se referiu.

Maioritariamente propriedade de uma população estrangeira não residente, os terrenos apresentam consideráveis potenciais agrícolas que os novos donos acabam por não explorar da forma mais ordenada e correcta.

No entanto e apesar das alterações introduzidas nos agrossistemas tradicionais, com a plantação de espécies vegetais exóticas, os arvoredos tradicionais - amendoeiras, figueiras, oliveiras e alfarrobeiras - continuam a constituir o principal lugar entre as fontes de receita das explorações.

As culturas temporárias mais significativas continuam a ser as leguminosas para o grão e as culturas hortícolas ao ar livre, tendo sido recentemente plantado um pomar de regadio de pessegueiros e damasqueiros.

A actividade agrícola tradicional, para além do interesse económico que apresenta, constitui uma forma eficaz de protecção do sistema lagunar devido à presença humana permanente que cuida a paisagem.

A maioria da população residente completa o seu rendimento com actividades ligadas à agricultura e à pesca artesanal e apanha de marisco.

No que diz respeito às actividades relativas ao meio marinho, se a pesca é apenas em parte e indirectamente dependente da laguna, a mariscagem e a moluscicultura encontram na ria as condições ecológicas mais favoráveis ao seu desenvolvimento.

Os pescadores que ainda vivem em Cacela ou nas suas imediações combinam a pesca artesanal no interior da ria com a pesca no exterior, junto à costa.

O volume de captura de peixe, cada vez menor, o que se repercute na baixa capacidade económica desta classe social deve-se ao facto de, nas décadas anteriores, ter havido um esgotamento dos recursos devido, fundamentalmente, ao tipo de malhagem das redes utilizadas, à captura indiscriminada não seleccionando os juvenis e ao impacte provocado pela população em férias.

Embora a pesca artesanal controlada seja compatível com uma gestão racional dos recursos e com a função de “nursery”/maternidade que a ria desempenha, a moluscicultura, ao constituir uma actividade de grande interesse económico, converteu-se numa actividade paralela ajudando, assim, a manter uma tradição de ligação da população à zona húmida. Instaladas nesta zona da Ria Formosa, em frente à fortaleza, duas explorações de grande envergadura produzem elevadas quantidades de ostras e ameijoas, para o mercado nacional e para exportação, empregando algumas pessoas da “região”.

O conjunto de alterações demográficas verificadas, se por um lado se repercutem sobre os vários domínios da vida colectiva, constituindo uma ameaça para o equilíbrio social da povoação, representa também uma ameaça para o equilíbrio da paisagem, cuja evolução, harmoniosa, tem como condição *sine qua non* a continuidade cultural e ecológica.

Como refere Ribeiro Teles “...As paisagens históricas continuam a ter um importante papel económico na permanência das potencialidades produtivas das regiões e no desenvolvimento do seu valor intrínseco porque constituem o resultado de um sábio encontro entre o Homem e a Natureza em que aquele “modela” esta sem a destruir...”³⁷.

³⁷ Id., *Ib.*, p. 54

2.2. Evolução da paisagem

A paisagem que caracteriza o território objecto de estudo, ao ser encarada como um produto da história humana e ecológica, é património entendido como conceito global, no qual entram a natureza ou o meio natural e a população humana que o tem habitado ao longo dos séculos. Geologia, relevo, solos; ribeira, ria, mar; vegetação, dunas, sapais; animais terrestres e aquáticos; edifícios, ruas e barcos, são partes de um meio natural e cultural cuja evolução se iniciou há milhões de anos.

Cacela surge numa antiga falésia miocénica bem vincada³⁸ esculpida por linhas de drenagem natural, entre as quais ganha expressão a Ribeira de Cacela.

A povoação assenta precisamente na falésia miocénica³⁹.

Os trabalhos realizados pelo Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa, incluindo o estudo de cortes geológicos, a recolha de fauna, variada, fossilizada e a sua datação segura com vista à interpretação de conjunto do Miocénico da faixa litoral algarvia, permitiram individualizar uma unidade geológica designada «Formação de Cacela»⁴⁰.

Apresenta três membros: inferior-conglomerados e areias, médio-siltes amarelos e superior-siltes cinzentos, formados durante o Miocénico superior, entre os 8 milhões e os 5 milhões de anos e pertencentes aos andares Tortoniano e Messiniano⁴¹.

Segundo João Pais⁴², enquanto o conglomerado da base dos depósitos de Cacela corresponde a um momento de rejuvenescimento do relevo, com transporte de materiais detríticos do continente por correntes de alta energia, os níveis superiores - atendendo à fauna de moluscos estudada, compatível com meio lagunar habitado por indivíduos poucos numerosos e mal desenvolvidos-, terão correspondido a uma fase regressiva numa época em que o transporte de elementos terrígenos era reduzido, o relevo arrasado, sem linhas de água importantes, a sedimentação de baixa energia, a salinidade muito baixa e o clima seria bastante árido.

Terá sido sob estas condições ambientais que entre os 8 milhões e os 5 milhões de anos se constituiu a «Formação de Cacela»-unidade geológica singular no contexto geológico português e que comporta uma importante jazida de moluscos miocénicos⁴³, de reconhecido valor internacional.

No decurso dos últimos quase dois milhões de anos, os avanços e recuos do mar foram esculpindo essas formas de relevo onde, com o decorrer do tempo, se foi realizando a sedimentação de areias, formando praias e dunas⁴⁴.

A base da falésia está protegida por uma acumulação de areais do Quaternário⁴⁵. As variações do nível do mar então verificadas provocaram a deposição de terraços marinhos a altitudes diferentes⁴⁶.

³⁸ VIANA, Abel, ZBYSZEWSKI, G., *Contribuição para o Estudo do Quaternário do Algarve*, in «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo XXIX, Lisboa, 1949, p.217

³⁹ Id., *Ib.*, p.217

⁴⁰ PAIS, João José Cardoso, *O Miocénico do Litoral Sul Português*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982, p.2

⁴¹ ANTUNES, Miguel Telles, *Nouvelles données sur la datation des formations miocènes de l'Algarve (Portugal) et l'évolution géologique régionale*, in «Ciências da Terra», nº 6, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1979, p.13

⁴² PAIS; João José Cardoso, *ob.cit.*, pp.37 e 39

⁴³ SILVA, Carlos Marques da, *Paleontologia em Portugal*, in «al-madan», II série, nº1, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1992, p.29

⁴⁴ NEVES; José, *Estudos Geográficos e Históricos sobre Faro e a formação lagunar do Sotavento Algarvio*, edição do autor, Faro, 1981, p.45

Pedro Bettencourt⁴⁷ apresentou, recentemente na sua tese de doutoramento, um modelo de evolução do litoral do Sotavento algarvio, onde se podem verificar as várias configurações, prováveis, que a linha de costa foi tomando entre o último período interglaciário, há 125.000 anos, e a época actual.

O modelo de evolução da costa proposto permite, de acordo com o autor, uma explicação lógica da origem e evolução do cordão de ilhas barreira e do sistema lagunar-actual Ria Formosa-segundo cinco fases essenciais:

1-erosão costeira e formação de falésias durante o máximo interglaciário.

2-progressão da linha de costa durante o período glacial (em função do abaixamento do nível do mar e de um aumento considerável de sedimentos durante o período erosivo).

3-remobilização dos sedimentos durante a subida do nível do mar. Formação de um proto-cordão arenoso (constituído por barras submersas ou semi-submersas).

4-evolução vertical e paralela à costa de um cordão arenoso. Constituição de ilhas-barreira que formam o sistema lagunar.

5-o cordão arenoso atinge a maturidade e tende a ligar-se ao continente. O sistema lagunar vai-se colmatando progressivamente.

Segundo Abel Viana *et al.*⁴⁸, a planura a este de Cacela, situada a 24 metros de altitude e que chega até ao cimo da falésia, constitui uma praia tirreniana. Esta praia de depósitos quaternários está representada por um nível de cascalhos e calhaus rolados em que dominam os xistos e o quartzo.

Alguns destes depósitos forneceram *in situ* pedras intencionalmente talhadas⁴⁹ que constituem o primeiro testemunho da presença humana no território onde Cacela se viria a implantar. De facto, as indústrias paleolíticas de Cacela e da ribeira⁵⁰, constituem os primórdios da humanização do seu território.

A partir de então os homens sobreviveram e dos ecossistemas naturais que encontraram, adaptaram, moldaram, fizeram ecossistemas de substituição construindo as suas culturas e civilizações próprias.

A partir das paisagens naturais iniciais, o Homem cria a sua primeira obra: a paisagem cultural.

Na sua construção utilizou a matéria e o espírito; a sabedoria e a crença; o ar, a água, a terra e o fogo; o sol, a lua e o firmamento; a aurora e o ocaso; as cores e a luz; os gestos, o movimento e o espaço; a voz e a ternura, a vida e a morte.

A vegetação portuguesa actual deriva, segundo João Pais⁵¹, de floras mais ricas e deversificadas do Quaternário, por empobrecimento progressivo devido às variações climáticas e à crescente intervenção humana.

⁴⁵ VIANA, Abel, ZBYSZEWSKI, G., *ob.cit.*, p217

⁴⁶ NEVES, José, *ob.cit.*, p.46

⁴⁷ BETTENCOURT, Pedro, *Les Environnements Sedimentaires de la Côte Sotavento (Algarve, Sud Portugal) et leur Évolution Holocène et Actuelle*, I-er volume, L'Université de Bordeaux I, 1994, Fig.VIII.7-VIII.12, Cap.IX, pp.18-19

⁴⁸ VIANA, Abel, ZBYSZEWSKI, G., *ob.cit.*, pp.218 e 219

⁴⁹ *Id.*, *ib.*, pp.222 e 223

Carta Arqueológica de Portugal, 1995, p.169

⁵⁰ VIANA, Abel, ZBYSZEWSKI, G., *ob.cit.*, pp.222 e 223

⁵¹ PAIS, João, *Evolução da Vegetação durante o Quaternário em Portugal*, Centro de Estudos Geológicos da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Ficha colecionável nº11, Jornal «Público», 1996

Dos últimos 10 000 anos são conhecidas em Portugal, ainda segundo este autor, diversas ocorrências vegetais destacando-se de entre as árvores, os pinheiros, os carvalhos, as oliveiras, os choupos e os ulmeiros.

Tal com todo o sul do país que então correspondia, de acordo com Ilídio de Araújo⁵², a uma paisagem climática definida por um manto quase contínuo de florestas de carvalhos perenifólios, o território banhado pela Ribeira de Cacela seria coberto, fundamentalmente, por azinheiras.

Esta floresta seria sulcada por uma «galeria ripícola» de ulmeiros, álamos, loendros e tamargueiras.

Terá sido apenas há cerca de 6.000 anos, durante o Neolítico, quando os primeiros pastores chegaram à parte ocidental da Península Ibérica, que se iniciou a modelação da paisagem⁵³.

Responsáveis pela primeira grande intervenção na paisagem, ocorrida por volta de 4.000 a.C., os pastores terão adaptado a floresta primitiva à criação dos primeiros herbívoros domesticados, com a abertura de clareiras para o cultivo de vegetação forrageira, através da destruição dos andares arbustivos e sub-arbustivos⁵⁴.

Além da abertura de clareiras, na floresta, para a pastorícia, este povo marcou profundamente a paisagem com os monumentos funerários que terá construído, entre 3.500 e 1.700 a.C., para servirem de tumulação colectiva.

Foram disso exemplo os extintos *dolmens* da Nora e da Marcela, próximos de Cacela.

A paisagem humanizada, cuja modelação se iniciou neste longo período de evolução da civilização pela mão de pastores, terá sido continuada, entre os séculos IX e II a.C., por agricultores e metalurgistas com o progresso nítido da agricultura e da mineração e as consequentes intervenções sobre a paisagem, de modo a adaptá-la às novas formas de exploração⁵⁵.

Em épocas diferentes e em diferentes estádios de evolução antropológica, os homens defrontaram-se com um meio natural, ora hostil e rude, ora acolhedor e suave, adaptando a cada nicho ecológico os seus tipos de vida próprios⁵⁶.

Com os fracassos e os êxitos face aos elementos e forças da natureza, foram por sua vez gerando novas complexidades nas construções culturais.

O território de Cacela, onde os valores naturais resultam, desde há muitos séculos, duma convivência e duma utilização pelas populações aqui implantadas, é o resultado de uma cultura histórica responsável pela sua humanização.

Como refere Ribeiro Teles,⁵⁷ construíram-se paisagens que são ainda hoje suporte e memória das comunidades e, portanto, marcos culturais e históricos.

A paisagem de Cacela, marcada, pelo encontro das fácies marítima e terrestre suporta, para além das componentes biofísicas e estéticas expressas nos seus espaços marinho, rural e urbano, um conjunto de actividades socio-económicas e de relações de comunicação internas. Ela é o resultado conjunto de factores naturais e do trabalho de povos, civilizações e gerações. É uma “paisagem histórica” cujo perfil evolutivo se procura traçar.

⁵² ARAÚJO, Ilídio Alves de, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, vol. I, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Lisboa, 1962, p.17

⁵³ Id. *ib.*, p.18

⁵⁴ Id. *ib.*, pp.18 e 19

⁵⁵ Id. *ib.*, pp.19 e 20

⁵⁶ PESSOA, Fernando, *Museologia nas Áreas Protegidas*, in «Correio da Natureza», nº 17, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), Lisboa, 1992, p.28

⁵⁷ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *A Conservação das Paisagens Históricas e Naturais*, in «Correio da Natureza», nº 17, SNPRCN, Lisboa, 1992, p.52

A relação do povoado com o mar e a ria, por um lado, e os férteis campos agrícolas, por outro, marcaram decisivamente a sua paisagem e o seu percurso enquanto “sítio histórico”.

O estudo dessas relações e das transformações que ao longo do tempo se operam no território, são fundamentais para se entender a evolução da paisagem.

As características do seu sítio genético terão lavado o Homem à sua ocupação.

Ao constituir um ponto dominante na paisagem, vislumbrando um vasto território do *hinterland* e possuindo boas condições naturais de defesa, o local reúne todas as qualidades para que o homem nele se tivesse estabelecido, bastante cedo, o que terá acontecido muito provavelmente na época em que os fenícios, por razões comerciais e piscatórias, “atracam” a costa algarvia.

A presença de populações indígenas nesta zona do litoral⁵⁸ com quem os comerciantes do Mediterrâneo oriental terão contactado, como aconteceu na vizinha Castro Marim,⁵⁹ levam a pensar que o comércio esteve na origem da fundação de Cacela.

E embora não tivessem sido realizados até ao momento trabalhos arqueológicos que visassem o estudo diacrónico da ocupação humana de Cacela, há alguns factos que permitem supor ter existido um estabelecimento da Idade do Ferro, no local.

Para além das referências de alguns autores sobre o assunto, já indicadas neste trabalho, há possibilidades de algumas das “estruturas de pedra” visíveis no talude a sul da igreja e da fortaleza, compreendidas entre os 10 metros e os 20 metros de altitude, mostrarem níveis de ocupação da época da colonização fenícia.

Na época, a linha de costa, resultado das influências das regressões e transgressões que o mar sofreu teria, segundo José Neves⁶⁰, um ambiente propício à fundação de entrepostos por onde se fazia o comércio com as populações indígenas do interior.

A existência, no período que antecede a ocupação romana, de um cordão arenoso de ilhas-barreira, responsável pela formação do sistema lagunar constituído por uma rede de canais navegáveis, junto à costa, aparece documentado numa sequência de mapas incluídos na obra de Pedro Bettencourt⁶¹.

A linha de costa seria bastante recortada, com reentrâncias e rios navegáveis de relativa importância⁶².

Fenícios e gregos terão fixado entrepostos comerciais em promontórios de relevo do litoral que, pelas suas condições de defesa, lhes servissem de palco para as trocas comerciais com as populações autóctones⁶³. O sítio de Cacela põe em evidência esses requisitos.

Por tudo isto e por analogias históricas entre os sítios dos mais antigos povoados ribeirinhos mediterrânicos próximos, como Castro Marim, a ex-Balsa e Faro⁶⁴ e apesar da documentação

⁵⁸ PINHEIRO E ROSA, José António, *Quatro Meses com Estácio da Veiga* (Estudo arqueológico-bibliográfico), Anais do Município de Faro, Nº IV, ed. C.M.Faro, Faro, 1975, pp.139-142

GAMITO, Teresa Júdice, *Breve Apontamento sobre o Povoamento do Algarve desde a Pré-História até à Época Romana e o seu Condicionamento Geográfico*, in «Anais do Município de Faro», Nº XIII, edição da C.M.Faro, Faro, 1984, pp.331-335

⁵⁹ MEDINA, João; ARRUDA, Ana Margarida, *História de Portugal*, vol.II, edição Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1995, pp.43-67

⁶⁰ NEVES, José, *A evolução histórico-geográfica da cidade de Faro*, Anais do Município de Faro, Nº IV, ed. C.M.Faro, Faro, 1974, p.119

⁶¹ BETTENCOURT, Pedro, *ob.cit.*, Fig.VIII.13

⁶² WEINHOLTZ, Manuel de Bivar, *Contribuição para o Estudo da Evolução das Flechas de Areia na Costa Sotavento do Algarve*, Direcção-Geral de Portos, Lisboa, 1982, p.15

⁶³ NEVES, José, *A Evolução histórico-geográfica da cidade de Faro*, Anais do Município de Faro, NºIV, ed. C.M.Faro, Faro, 1974, p.120

⁶⁴ PINHEIRO E ROSA, José António, *Fortificações de Faro*, Anais do Município de Faro, Nº XX, ed. C.M.Faro, Faro, 1990, p.42

arqueológica existente não o poder comprovar, existem possibilidades de o sítio genético de Cacela ter sido objecto de colonização pré-romana.

Já na segunda metade do século I a.C. Estrabão refere que a antiga Ossónoba se situava numa bela e rica região sob os aspectos agrícola e marítimo⁶⁵.

Cacela, considerada pelo historiador grego um povoado anterior à ocupação romana⁶⁶, situar-se-ia numa zona com idênticos atributos.

Durante o período de ocupação romana, o litoral sotaventino estaria bordejado por um vasto sistema lagunar e por sapais. Os canais principais teriam uma profundidade que permitia a navegação até Ossónoba e Milreu, no estuário do rio Seco. A protecção da laguna estaria assegurada por um cordão arenoso de ilhas-barreira, em posição de cabo⁶⁷.

Com a consolidação do cordão dunar e o desenvolvimento de um sistema lagunar navegável, assiste-se à implantação de Cacela enquanto povoado romano, a uma altitude de 24-26 metros.

"...A paisagem modeladora do Homem; o Homem remodelador da paisagem " ⁶⁸.

Resultado de um sábio encontro entre o Homem e a Natureza, em que aquele "modela" esta e esta se impõe, condiciona, valoriza e potencia aquele, as paisagens natural e cultural de Cacela poderão ser consideradas, na essência, o produto da história de interacção entre o Homem e o Ambiente, então iniciada.

A paisagem de Cacela passará, a partir de então, a caracterizar-se, como todas as paisagens históricas⁶⁹, por um acerto entre as circunstâncias do meio e a sua humanização.

Para Jorge Gaspar⁷⁰ os romanos fixaram-se e trouxeram a civilização urbana, tendo a base do sistema de povoamento do Algarve ficado desenhada para dois mil anos, da foz do Guadiana a Sagres, mas sucessivamente "ratificado" na sua sagração, até aos dias de hoje.

A ocupação romana de Cacela irá desenvolver uma cultura material que irá influenciar e marcar, para sempre, a sua paisagem urbana e rural.

Para José Neves⁷¹, a civilização romana de tipo urbano, ao ser impelida para um novo equilíbrio social, deixa de ser o foco orientador da vida política e conómica, conduzindo ao aparecimento, junto das povoações, de *villae* - que eram grandes unidades económicas e centros religiosos.

Ao lado das *domus dominica* surgiam as *villae* onde se ostentava o luxo de uma civilização requintada e se erguia o templo de uma divindade, distribuindo-se as casas dos trabalhadores rurais e dos artífices, ligados social e economicamente à unidade agrária.

De facto as antigas Vila de Cacela e Quinta do Muro parecem espelhar esta evolução. Ao constituírem uma povoação romana, a primeira corresponderia ao núcleo urbano fortificado, com funções políticas e militares de defesa do território e das suas riquezas e a segunda a uma *villa*, onde às actividades económicas ligadas ao comércio marítimo, como a agricultura e a indústria conserveira se associava, possivelmente, a componente religiosa.

Tal como nas zonas envolventes de algumas cidades do sul do país onde perduram traços de parcelamento datáveis da época romana e se conservam linhas de cadastros então

⁶⁵ NEVES, José, *Estudos Geográficos e Históricos sobre Faro e a formação lagunar*, p.20

⁶⁶ BELLIDO, António García, *España y los Españoles hace dos mil años*, Libro tercero, Cap.II, ed. Coleccion Austral, Madrid, 1942, pp.2 e 3

⁶⁷ BETTENCOURT, Pedro, *ob.cit.*, Fig.VIII.11

⁶⁸ GIRÃO; Amorim, *Atlas de Portugal*, 2ª edição, Coimbra, 1958

⁶⁹ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *ob.cit.*, p.54

⁷⁰ GASPAR, Jorge, *As Regiões Portuguesas*, edição do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, 1993, p.177

⁷¹ NEVES, José, *A Evolução histórico-geográfica da cidade de Faro*, p.121

implantados⁷², partes dos limites do actual núcleo urbano e parte das confrontações das actuais Quintas do Muro, poderão ser considerados uma herança da “divisão territorial” romana, segundo a aerofotointerpretação realizada.

De facto, se por um lado, o troço da fortificação romana que ainda subsiste a norte da povoação, continua a constituir parte da delimitação do actual núcleo histórico, por outro lado, os limites norte e sul das actuais Quintas do Muro, que durante a ocupação romana seriam apenas uma grande estrutura agrária - *villa* rústica - coincidem com a actual divisão cadastral. Os limites nascente e poente do antigo “latifúndio romano” coincidiriam com a actual estrada de acesso à povoação e com a divisão poente da propriedade contígua à Quinta do Muro, mais afastada de Cacela.

A paisagem envolvente ao povoado romano, onde a *villa* com os seus jardins ocuparia a posição paisagística dominante da exploração agrícola, definir-se-ia, essencialmente, pelo *ager* onde se cultivaria principalmente a vinha, a oliveira, as árvores de fruto e o trigo.

Este cereal ocuparia com as pastagens, os terrenos imediatamente a seguir, constituindo o *saltus*.

“Cortando” o *ager* e o *saltus* e continuando para o interior, ao longo da ribeira, surgiria a *silva* - responsável pela compartimentação da paisagem.

Na reconstituição da história das paisagens, a arqueologia desempenha uma função essencial porque permite descobrir, cartografar, caracterizar e datar os *habitats* humanos⁷³.

À impossibilidade de recorrer a estudos arqueológicos, procedeu-se à pesquisa de documentos escritos, cuja importância é decisiva na reconstituição da história da paisagem a partir da ocupação árabe.

O recurso a obras de autores portugueses⁷⁴ que têm como fontes principais os mais importantes historiadores e geógrafos árabes do período compreendido entre os séculos IX e XVI, permite a seguinte reconstituição da paisagem durante a ocupação árabe.

⁷² MANTAS, Vasco, *Teledeteção e Urbanismo Romano: o caso de Beja*, in «Geociências», nº5, Aveiro, 1990, pp.74-88

SOTTO-MAYOR, J.; MASCARENHAS J.M., et al., *A análise do cadastro antigo de Palmela por processamento digital de uma imagem spot.*, in «Geociências», nº5, Aveiro, p.73

⁷³ LEMOS, Francisco de Sande; BAPTISTA, António M., *Arqueologia da Paisagem*, in «Correio da Natureza», Nº 17, edição do SNPRCN, Lisboa, 1992, p.28

⁷⁴ BORGES COELHO, António, *Portugal na Espanha Árabe*, vol.1-Geografia e Cultura; vol.2-História, Editorial Caminho, Lisboa, 1989

LINDLEY CINTRA, , *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1953

GARCIA DOMINGUES, José Domingos,
-*Ossónoba na Época Árabe*, Anais do Município de Faro, Nº I, edição da C.M.Faro, 1971, pp.181-229

-*O Garb Extremo do Andaluz e «Bortugal» nos Historiadores e Geógrafos Árabes*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1960, pp.327-359

-*Património Cultural Árabe-Algarvio*, edição da Casa do Algarve, Lisboa, 1956

MACHADO, José Pedro, *A Península Hispânica segundo um Geógrafo do século XII*, separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964, pp.17-52

NEVES, José, *A evolução histórico-geográfica da cidade de Faro*, Anais do Município de Faro, Nº IV, ed. C.M.Faro, 1974, pp.117-132

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago,
-*A arte islâmica no Ocidente do Andaluz*, História da Arte Portuguesa, vol.1 direcção de Paulo Pereira, edição Temas & Debates, Circulo de Lreitores, Lisboa, 1995, pp. 150-176
-*História de Portugal*, vol.1, direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, pp.363-630

CATARINO, Helena, *A ocupação islâmica*, História de Portugal, vol.III, direcção de João Medina, edição do Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1996, pp.47-92

Na época, Cacela integrava-se na província de Ossónoba, descrita no século X pelo geógrafo Ahmede Arrázi⁷⁵ do seguinte modo: “...*O terreno é plano, muito cultivado, com várias espécies de árvores de fruto, e abundância de produtos. Nela existem belas hortas de regadio e fontes de água límpida...Há nela muitos pinhais...Rodeada pelo mar tem ilhas onde se pode ir de barco...*”

Descrição que põe em evidência a existência de ilhas junto à costa, o que parece confirmar o que José Neves⁷⁶ escreve: “...*Nos meados do século IX a curiosa formação do litoral do sotavento algarvio encontrava-se numa fase adiantada da sua evolução...*”.

O que se sabe de concreto sobre a *Hisn-Qastalla*, tem como referência o famoso geógrafo árabe Edrici (1099-1164) cuja descrição se revela de grande importância, pois permite-nos saber que Cacela era, em meados do século XII, uma povoação fortificada, bastante povoada, construída à beira mar, no meio de hortas, pomares e campos de figueiras⁷⁷.

Sobrepondo-se aos vestígios anteriores, com um contributo de importância comparável ao dos romanos, as marcas da ocupação islâmica na paisagem urbana e rural são profundas.

A cerca árabe medieval constitui, ainda hoje, os limites sul e este da povoação, cuja composição urbana tem como elemento polarizador do seu traçado a cisterna árabe.

Com o seu contorno de campos cultivados Cacela terá sido, durante a ocupação árabe, uma povoação famosa e importante.

Como observa Orlando Ribeiro⁷⁸ os árabes reforçaram o tom mediterrânico que os romanos haviam começado a imprimir à agricultura.

Além de introduzirem o limoeiro e a laranjeira azeda, desenvolveram a cultura da oliveira e da figueira e difundiram a alfarrobeira. Os pomares, as uvas e os figos de Cacela seriam, como outros do Algarve⁷⁹, afamados.

Profundamente marcada pela ocupação árabe, a vida rural actual integra elementos e práticas então introduzidas. A antiga nora e seu aqueduto, irremediavelmente destruído, localizados a 500 metros a este da povoação; o açude, a azenha, o tanque, o poço e o sistema de caleiras para captação e armazenamento da água da ribeira, 500 metros a norte de Cacela, põem em relevo o desenvolvimento do regadio, que os romanos terão introduzido e os árabes melhorado e aperfeiçoado, criando nas envolventes de Cacela novas formas de agricultura mais intensiva e minuciosa.

De facto, a forma biológica que o Homem construiu nos primórdios da Idade Média, baseando-se na concepção mediterrânica da exploração do campo e na estrutura romana, através da organização rural e da implantação de um «fácies» agrícola planificado⁸⁰ ainda se mantém viva no espaço rural que envolve a povoação.

RIBEIRO, Orlando,

Lisboa, 1987

-*A Formação de Portugal*, 1ª edição, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa,

Lisboa, 1987

-*Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª edição, Livraria Sá da Costa Editora,

-*Geografia e Civilização*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1961

⁷⁵ GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Ossónoba na Época Árabe*, p.190

⁷⁶ NEVES, José, *A evolução histórico-geográfica da cidade de Faro*, p.125

⁷⁷ RIBEIRO, Orlando, *Geografia e Civilização*, p.118

BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol.1, pp.65 e 66

GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Ossónoba na Época Árabe*, p.195

⁷⁸ RIBEIRO, Orlando, *A Formação de Portugal*, p.39

⁷⁹ Id., *Ib.*, p.40

⁸⁰ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem*, in «Uns Comem os Figos...», edição Seara Nova, Lisboa, 1975, pp.73 e 74

A fama e a riqueza de Cacela, durante mais de cinco séculos de ocupação islâmica, terão dependido da forte ligação do aglomerado às férteis terras que o circundam, numa dependência directa da *urbe* relativamente ao campo.

A povoação «faz corpo» com o seu contorno de campos cultivados que ela domina e explora⁸¹.

Segundo José Marques⁸² os castelos - estrutura arquitectónica do sistema defensivo, parte urbana e termo circundante - terão constituído a base da administração e ordenamento do território do Algarve, após a Reconquista.

Doado à Ordem de Santiago, Cacela recebeu foral de D.Dinis. Este diploma assinala a manutenção da organização económica da época muçulmana, sustentada pela continuação das actividades ligadas ao mar e à terra, embora com reservas para o rei e seus sucessores, nomeadamente o rendimento da pesca da baleia e a produção de sal e vinho, os moinhos, azenhas e pisões feitos e por fazer; os reguengos em herdades, vinhedos e casarios e os figueirais, açougues, fangas e os banhos da Vila e seu Termo⁸³.

Fonte preciosa para a história do povoamento no reinado de D.Dinis, a lista das igrejas de 1320-21 indica, entre mais dez igrejas em todo o Algarve, a igreja de Santa Maria de Cacela⁸⁴.

A Vila de Cacela terá continuado a ser um centro político-administrativo e religioso e uma praça bastante forte, que defendia um vasto território envolvente, habitado principalmente por agricultores entre figueiras, oliveiras e vinhedos.

A linha de costa definir-se-ia, então, por salinas e sapais⁸⁵.

A evolução da costa do sotavento algarvio e a formação do sistema lagunar terá sofrido avanços e recuos, ao longo do tempo. O mar, principal responsável pela construção do sistema dunar que se foi desenvolvendo paralelo à costa, será também agente destruidor da obra que vai realizando⁸⁶.

Se no século XIV existiam na costa, a oriente de Faro, cordões arenosos submersos que em determinados pontos emergiam em ilhas, por vezes alongadas⁸⁷, em 1441 tem-se conhecimento da existência “...de uma extensa linha de ilhéus arenosos e mudáveis, separando do oceano a ria que corre paralela à costa do Algarve, desde o Ancão até à barra de Tavira...”⁸⁸.

Com a linha de costa em evolução constante, dada a grande mobilidade dos “bancos de areia” e do cordão de ilhas-barreira que se iam formando entre Faro e a foz do Guadiana, Cacela constituía na última parte do reinado de D.Afonso V (1438-1481) um pequeno porto de mar que mantinha relações comerciais com Andaluzia, mormente na exportação de frutos secos, azeite e vinho⁸⁹, apesar de, em 1465, a Vila se encontrar com o castelo arruinado e despovoada.⁹⁰

⁸¹ GOMES, Rita Costa, *A Reconquista e o Imaginário da Cidade Peninsular* in «A Simbólica do Espaço», coordenação de Yvette Centeno e Lima de Freitas, Editorial Estampa, 1ª edição, Lisboa, 1991, p.50

⁸² MARQUES, José, *Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D.Afonso III*, in Separata da Revista Caminiana, Ano VIII, nº 13, Braga, 1986, pp.101-112

⁸³ A.N.T.T., *Chancelaria de D.Dinis*, Livro 1, fls.77vº/79, Lisboa, 1283

⁸⁴ OLIVEIRA MARQUES, A.H., *Para a História do Algarve Medieval*, in «Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº4, 1995, pp.55-58

⁸⁵ A.N.T.T., *Livro de Mestrados*, fls.180, Lisboa, 1297

⁸⁶ Comissão de Coordenação da Região do Algarve, *A Evolução da Costa Algarvia - Contribuição Bibliográfica*, Faro, 1984, p.56

⁸⁷ Id., *Ib.*, p.12

⁸⁸ COSTA LOBO, A.de Sousa, *História da sociedade em Portugal no século XV*, edição da Imprensa Nacional, Lisboa, 1903, p.64

⁸⁹ VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *História de Portugal*, vol.II, 3ª edição, Editorial Verbo, Lisboa, 19 .., p.289

⁹⁰ A.N.T.T., *Livro de Mestrados*, fls.199/199vº, Portalegre, 1465

O crescimento económico que se verifica no início do século XVI em todo o Algarve, devido ao seu papel geo-estratégico no corredor marítimo⁹¹, irá contribuir para a realização das obras de (re)construção da Igreja e da Fortaleza⁹².

A paisagem urbana de Cacela sofrerá neste período - reinados de D.Manuel I e D.João III - uma das principais marcas da sua evolução.

Além da reconstrução dos referidos monumentos, (re)constroem-se as Casas da Câmara e da Paróquia⁹³, o que parece consagrar a antiga Vila como centro político-administrativo, religioso e militar.

A estrutura urbana da povoação e as “qualidades” da paisagem rural envolvente, espelham o tipo de organização social adoptado pelos poderes político e eclesiástico e pelos hábitos, sociais dos seus habitantes, constituindo estes o reflexo das condições de meio físico, económico e cultural em que vivem.

As duas descrições do século XVI existentes sobre a Vila e o seu Termo, permitem-nos a caracterização das suas paisagens.

*“...A Vila de Cacela é marítima...Tem boa fortaleza, num teso, sobranceira ao mar, e nela começa ua fermosa baía que se estende pela costa levante té dar na foz do rio Guadiana, na qual há continuamente muitos pescadores com as suas cabanas...O Termo de Cacela tem boas terras de pão, figo e criações e por ele está derramada quási toda a gente da Vila, em suas quintas e fazendas, mas não muito segura nos inimigos, que no verão poucas vezes faltam nesta costa...”*⁹⁴.

*“...A Vila de Cacela está ao longo da costa, em um cabeça alto...Antigamente foi cercada de muros...Tem uma fortaleza muito forte,com duas torres muito boas ...Todos seus vizinhos...estão espalhados por montes, quintas e figueirais de que a terra é muito cheia e povoada: são fazendas de muito rendimento, que dão figo, azeite e amêndoa e outros frutos de carregação e ora somente vivem no castelo o comendador...e o prior...É muito frequentada de Mouros, por que a costa é, no verão, muito mansa e bem aparelhada para isso...”*⁹⁵.

A estrutura agrícola de Cacela dos séculos XVI e seguintes não estaria muito distante daquela que está a ser “alterada” actualmente. Nos campos que envolviam a população abundavam, de acordo com as descrições anteriores, os pomares de figueiras, amendoeiras e oliveiras, juntamente com cereais, intercalados por vinhedos e hortas, por onde a população se “distribuía” a viver em quintas, montes e fazendas.

Relativamente à evolução da linha de costa e atendendo ao mapa de Abraão Ortelius, inserido na «Geografia de Portugal» de Amorim Girão, regista-se em 1570 em termos cartográficos a existência de ilhas arenosas em frente à Vila de Cacela, o que se repete em mapas de Fernando Álvares Secco de 1580-85 e de 1590 e de João Batista Lavanha e Luis Teixeira de 1597-1612 integrados na *Portugaliae Munumenta Cartographica*.

⁹¹ BORGES COELHO, António, *Algumas notas sobre o Algarve dos séculos XVI e XVII*, in «Cardernos Históricos», edição da Comissão Municipal de Descobrimentos, Lagos, 1989, pp.50 e 56

⁹² CORREIA, José Eduardo Horta, *Estudo da Arquitectura do Algarve do Manuelino ao Neoclassicismo*, Universidade Nova de Lisboa, 1984, p.40

ALMEIDA, João, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol.III, edição do autor subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1947, p.536

⁹³ CAVACO, Hugo, *Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio*, edição da C.M.de V.R.StºAntónio, 1987, p.21

⁹⁴ S. JOSÉ, Frei João de, *Corografia do Reyno do Algarve*, Livro I-Descrição Geral do Reyno do Algarve e todas as Fortalezas e outros lugares em Portugal, 1557, p.

⁹⁵ SARRÃO, Henrique Fernandes, *História do Reyno do Algarve*, 1600, pp.163-169

Através de uma descrição de Alexandre Massay de 1617⁹⁶ sabe-se que “...o fôrte de módo que ao prezente está não defende os moradores por aver...seis légoas de Práia e a Vª está desbaratada...” transparecendo o estado de degradação em que a povoação se encontrava e a existência de uma extensa praia “...o Castélllo está desviado de práia 160 bráças...tem huã Praia de máis de seis légoas em a qual se desembárqua fassilmente...”, sem qualquer indicação respeitante à presença de ilhas ou cordões arenosos.

O processo de decadência da Vila, iniciado ainda no século XVI, assume proporções drásticas durante os séculos XVII e XVIII, agravado pelos efeitos de destruição provocados pelo grande terramoto de 1755, que não poupou a fortaleza, a igreja, os Paços do concelho e as poucas moradias existentes⁹⁷.

Em 1775, ano da extinção da Câmara e do concelho de Cacela, a Vila encontrava-se praticamente em ruínas⁹⁸ vivendo a população, cujo número entretanto aumentara, no espaço rural envolvente.

Deste mesmo ano é a *Carta Topográfica de Baldios e Terras incultas do Termo da Villa de Casella* da autoria de José Sande de Vasconcelos⁹⁹ que se mostra preciosa pois permite “visualizar”, pela primeira vez, a paisagem objecto de estudo, ressaltando da sua análise uma grande similitude com as características, componentes e qualidades que as paisagens actuais apresentam, excepto a “paisagem costeira”, então sem a existência do sistema lagunar.

De facto, em 1775 segundo a referida *Carta Topográfica*, o litoral era definido por uma extensa praia, junto à base da falésia, com cerca de 1,4 quilómetros de largura, sem a presença de ria ou de restingas.

No entanto no período compreendido entre 1617 e 1775 a costa sofre uma série de alterações na sua evolução geomorfológica, como resultado da dinâmica hidrogeológica do ecossistema costeiro¹⁰⁰.

O conjunto de mapas/cartas¹⁰¹ que se apresenta, testemunha as inúmeras modificações que a linha de costa sofreu durante este período de tempo.

Assim, em 1648, João Teixeira publicou um mapa da costa de Portugal, apresentando o litoral do sotavento algarvio bordejado por um cordão arenoso que se estendia entre Faro e a foz do Rio Guadiana. A barra de Tavira, na foz do Rio Gilão, dividia o referido cordão em duas ilhas, localizando-se uma em frente a Cacela.

No mapa que Fernando Teixeira Albernaz publica em 1662, observa-se a existência de uma barra em frente à Vila de Cacela, de onde parte uma ilha paralela à costa que atinge a foz do Rio Guadiana.

A cartografia do geógrafo Tobias Lotter, do início do século XVIII, dá-nos uma configuração da costa algarvia muito semelhante aos dos mapas publicados no século anterior. No entanto, agora, a barra em frente à povoação deixou de existir, prolongando-se uma ilha paralela à costa entre os rios Gilão e Guadiana.

Por sua vez, o mapa do estreito de Gíbraltar, da autoria de N.de Fer, impresso em 1713, mostra a costa do Algarve idêntica às representações anteriores. O cordão arenoso que se

⁹⁶ A.N.T.T., *Casa Cadaval*, n.º29, fls.26vº e 27, Lisboa, 1617

⁹⁷ PEREIRA DE SOUSA, Francisco L., *Descrição geral do megasismo no Algarve segundo vários documentos e publicações, no Distrito de Faro*, edição do Centro de Coordenação Distrital de Protecção Civil de Faro, Lisboa, 1919, p.82

⁹⁸ Id., *ib.*, p.82

⁹⁹ Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa, *Carta Antiga* n.º 261

¹⁰⁰ C.C.R.A., *A Evolução da Costa Algarvia*, pp.26-48

¹⁰¹ C.C.R.A., *A Evolução da Costa Algarvia*
BETTENCOURT, Pedro, *ob.cit.*

estende ao longo de Cacela e que define as barras de Tavira e de Castro Marim/Ayamonte aparece, no entanto, representado com uma largura muito superior.

O documento cartográfico datado de 1736, da autoria de John Homannum, sobre a costa sotaventina, põe em destaque a existência de uma barra em frente a Cacela, definida por duas ilhas, assinalando a presença de um castelo na ilha localizada a poente.

Em 1751 ainda se mantinha a barra junto à fortaleza de Cacela, segundo “desenho” da costa algarvia do geógrafo De Robert.

Os efeitos de destruição provocados pelo megasismo de 1755 na zona costeira, podem ser avaliados através da cartografia do italiano Carpinetti, datada de 1756 e de 1762, onde se observa a eliminação definitiva do cordão arenoso entre Cacela e a barra do Guadiana e a imersão periódica das ilhas localizadas entre Cacela e Tavira.

Por sua vez um mapa de 1772 de José Sande de Vasconcelos, não indica qualquer restinga de areia ao largo de Cacela, o que se mantém três anos mais tarde na sua *Carta Topográfica*, atrás referida, onde em vez do cordão arenoso, destruído pelo terramoto, surge uma extensa e larga praia, com cerca de quilómetro e meio, entre a base da falésia e o limite máximo da maré-cheia.

As ondas de mais de 10 metros de altura originadas pelo sismo¹⁰² terão destruído o cordão arenoso e “depositado” a areia que o formava na base da falésia, constituindo, assim, a larga praia que então definia o litoral junto à Vila de Cacela.

Entretanto, reiniciara-se a reedificação da Vila, com a reconstrução da fortaleza (1757-1794) e da igreja, com o propósito manifesto de a população continuar a desempenhar as funções de defesa e vigilância da orla costeira e os serviços religiosos.

Com a construção do cemitério, em meados do século XIX, a estrutura urbana da Vila consolida-se, definindo-se a partir dos elementos marcantes - antiga cisterna, casas da paróquia, fortaleza, igreja, e cemitério - o que se poderia designar «legibilidade»¹⁰³ da paisagem urbana de Cacela.

Pelo século XIX a ocupação agrária junto à Vila continuou a basear-se nas culturas arbustivas e arbóreas. A dominante da paisagem rural correspondia ao pomar de sequeiro e, sobretudo, ao figueiral, com campos intercalares cultivados anualmente, várzeas sem árvores e vinhas estremes.

Segundo Carminda Cavaco¹⁰⁴, numa amostra de 370 prédios do antigo Termo de Cacela, evidencia-se no século XIX o prodomínio persistente das figueiras e vinhas, nalguns casos estremes, mas no geral associadas a oliveiras, alfarrobeiras e amendoeiras.

Por entre o pomar desenvolviam-se culturas arvenses, nomeadamente cereais, sobretudo trigo e culturas hortícolas.

Por outro lado, a linha de costa continua a ser objecto de avanços e recuos provocados por factores de instabilidade naturais, como o trânsito sedimentar dominante, de sudoeste, as tempestades de inverno, a migração das barras e a fragilidade dos sistemas dunares¹⁰⁵.

Noutra carta de José Sande de Vasconcelos de 1783¹⁰⁶ é reproduzida a costa oriental do Algarve com o seu cordão de ilhas-barreira entre o Ancão e o Forte de S.João, próximo de

¹⁰² WEINHOLTZ, Manuel de Bivar, *ob.cit.*, p.17

¹⁰³ LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, edições 70, Porto, 1982, pp.12-16

¹⁰⁴ CAVACO, Carminda, *O Algarve Oriental: As vilas, o campo e o mar*, vol.I, edição do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976, p.95

¹⁰⁵ Divisão de Ordenamento e Projectos do SNPRCN, *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa*, Lisboa, 1986, Quadro B.1-1

¹⁰⁶ CCRA, *A Evolução da Costa Algarvia*, Faro, 1984, p.49

Cabanas de Tavira. A barra de Cacela, situada a nascente da Fortaleza, era constituída pela extremidade de uma “península” que se ligava à falésia, junto ao referido Forte de S.João.

Em 1797, segundo mapa de W.Taden¹⁰⁷, a citada “península” dera origem a uma pequena ilha que se estendia entre a Ribeira do Alacém e a Vila de Cacela.

Por sua vez, na representação que Miguel Franzini faz em 1811¹⁰⁸ da costa algarvia, já não existe qualquer ilha próximo de Cacela, coincidindo a linha de costa com uma praia junto à arriba, idêntica às praias registadas em 1775 e 1617.

Segundo descrição de Silva Lopes de 1841¹⁰⁹ “...*A parte da costa do Algarve, que começa na foz do Guadiana até Cacella, he toda areenta, ...A barra de Tavira he de areia, e sujeita a muitas variações. Hoje em dia está ella a ¼ de leg.O.de Cacella...*”

Em 1855 Romeiro Pacheco¹¹⁰ assinala que a barra de acesso ao porto de Tavira se localiza em frente da igreja de Cacela, embora, praticamente assoreada.

No entanto, já no século XX, precisamente em 1900, a referida barra situava-se a sudeste do forte de Cacela, segundo o *Roteiro das Costas de Espanha e de Portugal*¹¹¹ que informa que “...*El fuerte de Cacella es muy visible, por estar situado en una altura y junto a la iglesia...y al W de dicho fuerte queda una fabrica cujas chamineas son altas y bien visibles...*”

No estudo que Adolfo Loureiro publica em 1909¹¹² sobre os portos portugueses fica-se a saber que “...*desde Cacella até à barra da Fuzeta corre interiormente um canal, a que chamam canal de Tavira ou Rio Largo, que pode quasi sempre navegar-se na extensão de cerca de 18.000 metros...*”

A melhoria significativa das condições de navegabilidade da barra de Cacela por onde se estabelecia, então, o acesso marítimo ao porto de Tavira, o fabrído de tijolos para exportação numa fábrica, junto à Ria, e as importantes alterações verificadas na agricultura da orla, com a valorização das amendoeiras e das alfarrobeiras na composição dos pomares de sequeiro, em resposta à sua abertura aos mercados do país e do estrangeiro, a par de um certo crescimento da pesca com embarcações de tamanho médio e contando com facilidades de descarga¹¹³, irá promover, durante as primeiras décadas deste século, o desenvolvimento do comércio marítimo no porto de Cacela.

Com uma dinâmica própria, apresentando poderes de *atracção* e *escoamento* sobre as populações circundantes, o *ambiente urbano* então produzido, acabará por ditar os actuais limites norte e poente, do núcleo histórico.

“...*A pesca marcou fortemente a paisagem do Sotavento ao fixar excedentes demográficos locais e pescadores imigrados...*”¹¹⁴.

A antiga Vila parece ter contabilizado, então e pela primeira vez desde a Reconquista, um saldo demográfico positivo.

A expansão urbana e o aumento da sua população, maioritariamente ligada ao mar, garantem a sobrevivência da povoação que, deixando de constituir apenas um centro militar e religioso, depois de lhe terem retirado o poder político-administrativo, passa a integrar importantes actividades marítimas como a pesca e o comércio.

¹⁰⁷ Id.Ib., p.51

¹⁰⁸ Id.Ib., pp.53-58

¹⁰⁹ SILVA LOPES, João Baptista da, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 1º vol., edição da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1841, pp.111-113

¹¹⁰ ROMEIRO PACHECO, José Inácio, *Reflexos sobre o Estado do Algarve*, Lisboa, 1855, p.6

¹¹¹ Direccion de Hidrofia, *El rotero de las Costas de España e de Portugal desde el cabo Trafalgar hasta el Puerto de La Coruña*, Madrid, 1900, pp.206-207

¹¹²

¹¹³ CAVACO, Carminda, *ob.cit.*, 1º vol., p.99; 2º vol., p.258

¹¹⁴ CAVACO, Carminda, *ob.cit.*, 2º vol., p.271

Dominando a organização funcional do espaço urbano e das paisagens rural e costeira durante as primeiras quatro décadas do século XX, a povoação assistirá a mutações do ecossistema costeiro, responsáveis, a partir de então, pela sua “cristalização urbana” e consequente desertificação humana.

O mar aparece, pois, como o principal “escultor” da Vila de Cacela.

Se em 1930 a ilha que se desenvolvia a sueste da fortaleza, se transforma em península, ligando-se ao “continente” em Manta Rôta, o ciclone de 1941 modifica, substancialmente, o perfil do cordão arenoso, com o fechamento da barra em frente à igreja e a abertura de outra, entre Cabanas e Tavira, 5 quilómetros a oeste de Cacela¹¹⁵, o que faz com que o comércio marítimo no porto de Cacela entre, rapidamente, em colapso.

Por outro lado, a abertura artificial de uma barra e a sua fixação com a construção de um esporão, na foz do Rio Gilão, irá intervir negativa e definitivamente na evolução natural do cordão dunar litoral, a nascente¹¹⁶.

De facto, a partir de 1964, o cordão de ilhas-barreira sofrerá importantes alterações, provocadas não só pelos agentes naturais mas também pela intervenção humana¹¹⁷.

A construção dos esporões da barra de Tavira, irá provocar um movimento da praia a poente - ilha de Tavira - que avançou 150-200 metros entre 1961 e 1985 e um recuo da ilha de Cabanas e da península de Cacela que, durante o mesmo período, recuou cerca de 3 quilómetros¹¹⁸.

Embora se trate de um cordão dunar frágil, cuja instabilidade se deve essencialmente ao recuo e erosão marinha, mas também à constante migração da barra de Cabanas para nascente, o sistema lagunar por ele definido constitui um riquíssimo ecossistema cujos recursos naturais os pescadores de Cacela continuam a explorar através da pesca artesanal, da mariscagem e da produção de ostras e ameijoas, em viveiros.

Os rendimentos provenientes da criação e venda de ameijoas permitem a construção, nos finais da década de 60, do único edifício que de raiz e após os anos vinte, se constroi no núcleo urbano.

A partir de década de 70 regista-se um aumento significativo da área de viveiros para a produção de bivalves. Implanta-se então, nesta zona da Ria Formosa, uma grande empresa de produção de ostras.

Ao contrário da pesca que é apenas em parte e indirectamente, dependente do sistema lagunar, a moluscicultura passa a ser uma actividade com peso significativo.

Como se fosse uma parcela de terreno cultivada, cada viveiro é objecto de um conjunto de minuciosos cuidados que enriquecem a “imagem plástica” da zona húmida.

À curvilinearidade azul dos esteiros e canais e verde-castanha dos sapais e zonas de vasa, juntou-se o traçado rectilíneo dos viveiros, numa composição viva e equilibrada, pondo em evidência a compatibilidade entre o Homem e o meio.

Da sábia relação que se estabelece entre a população e o território, resulta uma paisagem humanizada cujas estruturas, inseridas no tempo, põem em destaque a apropriação dos espaços marinho e terrestre.

Resultante de padrões de uso sustentáveis, a paisagem constitui um espaço dinâmico onde o Homem, se por um lado introduz novas formas e práticas de exploração, por outro aproveita constantes e variáveis que moldaram o território ao longo dos séculos.

No entanto, a manutenção dos elementos fundamentais da sua economia e das suas paisagens urbana e agrária, irá ser posta em causa a partir de 1974.

¹¹⁵ WEINHOLTZ, Manuel de Bivar, *ob.cit.*, p.23

¹¹⁶ *Id.Ib.*, pp.15 e 23

¹¹⁷ *Id.Ib.*, p.25

¹¹⁸ Divisão de Ordenamento e Projectos do SNPRCN, *ob.cit.*, pp.14 e 15

A permissividade criada pelas políticas adoptadas pela Administração Pública aos níveis central, regional e local, acabará por não controlar os investimentos da população e do turismo o que conduziu, em última análise, a um conjunto de alterações, algumas profundas, no equilíbrio paisagístico local.

Na realidade e apesar de a área objecto de estudo deter um estatuto legal de classificação patrimonial e ambiental, foi objecto de um conjunto de intervenções com forte impacto negativo no seu território.

Realizadas entre meados da década de setenta e a actualidade, quer as alterações verificadas na paisagem urbana como os aumentos de volumetria, a ocupação de logradouros ou a introdução de vãos de alumínio, quer a construção de novos fogos na zona especial de protecção, onde a vegetação das floras autóctone e tradicional tem sido substituída por espécies exóticas, têm descaracterizado, sobremaneira, o conjunto patrimonial classificado.

2.3. Aptidão dos espaços e potencialidade da paisagem.

Pretende-se com o planeamento global da paisagem desenvolver dialeticamente todas as estruturas sem diminuir a expressão e a eficiência dos recursos e das partes essenciais do sistema.

Na área de estudo há a considerar, para além do meio urbano, o meio rural e o meio marinho ou aquático que o envolvem.

O objectivo da proposta de salvaguarda e valorização do núcleo histórico e da zona especial de protecção diz respeito à optimização de cada um deles. Estamos assim conduzidos a uma visão, global e integrada do planeamento, que deverá dar a cada parcela do território a utilização mais conforme com as potencialidades naturais, de acordo com o zonamento ecológico que define aptidões, capacidades de uso e, portanto, potencialidades.

Além do núcleo histórico, consolidado, definiram-se o “contínuo produtivo” que corresponde basicamente à estrutura útil ou produtiva da paisagem, e o “contínuo natural”, que se relaciona com a estrutura permanente ou ecológica da paisagem. Esta inclui, na zona húmida lagunar, as áreas afectas à produção de bivalves, embora correspondam a superfícies de produção dependentes da intervenção humana.

A antiga vila de Cacela ganha progressivamente, desde a sua fundação, consciência do seu papel não exclusivamente produtivo. Decisivo neste aspecto conta-se a sua localização. A partir do seu porto, ainda que este fosse condicionado pela evolução da restinga arenosa, assegurou um contacto contínuo com o mar.

O comércio, ligado à navegação, e a função militar de protecção do *hinterland*, estiveram na génese dos serviços que ao longo dos séculos foi acumulando em si.

No entanto e se o papel de gestão e regulamentação do território lhe foi retirado, no século XVIII, com a sua extinção como sede de concelho, continuam a ser hoje as “funções” dependentes da sua localização o seu principal recurso.

Existe sem dúvida uma interdependência que envolve os recursos naturais e a comunidade que os utiliza. E hoje o principal recurso de Cacela é a sua paisagem, cuja defesa passará pela manutenção da população que diariamente a cuida e constrói.

Desde há séculos aparentemente inalterável, é com a base da paisagem originária que a forma envolvente da povoação conserva ainda uma relação isomórfica e funcional. E se a forma exterior detém, ainda, um conteúdo estético e social de inegável valor cultural, a forma interior do casco histórico continua, apesar da perda irreparável de valores, a pôr em evidência

o *genius locci*, as qualidades únicas da sua expressão urbana e arquitectónica e todo o seu valor simbólico e poético.

De facto o núcleo histórico de Cacela e a zona especial de protecção possuem, ainda, um valioso significado cultural, constituindo no seu conjunto uma «unidade espacial» única e rara. O que motivou o aumento do seu interesse social, determinando a sua procura para actividades ligadas ao lazer e ao recreio.

Situada numa região de turismo internacional, a área de estudo, ao integrar um conjunto singular de valores de elevada riqueza patrimonial (património histórico-edificado), cultural, paisagística e ambiental, tornou-se objecto de desejo para milhares de pessoas em férias.

Tudo isto faz com que o reduzido número de edifícios e as poucas parcelas de terreno existentes, considerados “preciosos”, vejam o seu interesse social aumentar e os seus valores de mercado, - ao não haver especiais condicionantes administrativos e jurídicos -, elevam-se a tal ponto que é uma população endinheirada que os adquire para os transformar em casas e quintas de férias.

Actualmente um terço dos edifícios do núcleo histórico constitui segunda habitação enquanto que 80% dos terrenos e edifícios localizados na zona especial de protecção são propriedade de turistas, estrangeiros.

Assiste-se, assim, ao “escorraçar” da população tradicional, com consequências que se reflectem na qualidade da paisagem. De facto, se a participação das populações na manutenção dos sistemas é indispensável, elas terão que conhecer e “amar” o que desejam defender e valorizar, pois se não tiverem esse conhecimento nem esse interesse pela «paisagem» que habitam e que trabalham, acabarão por ser responsáveis pela sua descaracterização e adulteração. A Quinta do Muro, a poente do núcleo histórico, põe em evidência este facto.

Por outro lado, se os terrenos forem abandonados - o que acontece com os que se situam a nascente da ribeira - devido a efeitos de especulação imobiliária, a expectativas de modificação do uso do solo e à possibilidade de construção, a paisagem degrada-se.

Mas, também, se não se disciplinar a utilização e ocupação humana dos vários espaços no sentido de aliviar as zonas mais sensíveis e mais ricas do ponto de vista do equilíbrio ecológico, de modo a conciliar as tendências das populações em férias com as exigências da gestão dos recursos naturais, a paisagem perde o equilíbrio e vê-se diminuída a sua qualidade e a capacidade de carga do meio.

Em análise de planeamento global e integrado, o conceito de solo agrícola é referido a sistemas onde é indissociável o relevo, o clima, a água, a estrutura física do povoamento e as necessidades sociais e económicas. Assim e de acordo com as características específicas locais, as parcelas de terreno consideradas detêm um elevado potencial agrícola, constituindo um recurso patrimonial cuja utilização não deve ser desviada para outro fim que não o agrícola.

Associando as reais potencialidades dos terrenos agrícolas que envolvem a povoação à capacidade criativa e transformadora das populações será necessário, por um lado, atender à manutenção e conservação das características dos agrossistemas tradicionais que subsistem e, por outro, corrigir as alterações introduzidas na paisagem rural com vista à reposição dos seus atributos ecológicos e funcionais.

O potencial agrícola do meio deve se revitalizado segundo os princípios e conceitos que regem a agricultura tradicional do litoral algarvio por forma a harmonizar a humanização da terra com a conservação da natureza. Para isso torna-se necessária a manutenção do actual parcelamento da estrutura fundiária.

O enquadramento agrário do núcleo histórico e da laguna é fundamental para a preservação do seu valor paisagístico, com implicações na qualidade da oferta do meio para efeitos recreativos e de turismo cultural e ambiental.

O sistema lagunar, constituindo a interface entre dois meios diferentes, o terrestre e o marinho, concentra uma alta diversidade de características naturais a que corresponde uma intensa procura e pressão humana.

É um sistema complexo e altamente produtivo. A sua produtividade pode ser constatada pela diversidade e abundância de cadeias biológicas e reflecte-se, essencialmente, através das cadeias alimentares, que permitem a existência de populações especialmente importantes de moluscos bivalves, peixes e aves.

A função vital que a zona húmida representa para as espécies piscícolas que nela entram para a reprodução e desenvolvimento das fases juvenis, está bem patente na elevada percentagem de espécies dela dependentes, a maioria com grande interesse comercial e económico.

A sua produtividade e capacidade de gerar diversidade está associada também ao grande número de espécies da fauna selvagem, aos seus quantitativos, que lhe conferem importância nacional e internacional, e ao papel que desempenha nas rotas migratórias da avifauna aquática e marinha.

Às potencialidades naturais do meio associam-se diversos tipos de limitações, nomeadamente a extrema sensibilidade ecológica das áreas de sapal e de dunas e a grande instabilidade do cordão dunar que forma a península de Cacela, actualmente objecto de recuperação.

Estes factores constituem obviamente limitações ao uso do meio pelo Homem, não só quanto às formas mais tradicionais como a pesca, a mariscagem e a moluscicultura, mas também a outras de mais recente implantação, das quais se salienta o recreio e o turismo, pela dimensão da pressão que exercem e pela transformação do meio que lhes é inerente.

Sendo uma zona lagunar em contacto com o mar, as actividades de recreio ligam-se directamente a eles e à praia.

O potencial recreativo da ria é, de facto, bastante elevado e representa, depois dos valores naturais, o mais significativo e o que mais problemas acarreta para o sistema lagunar.

Os desportos náuticos em geral e os múltiplos acessos existentes determinam concentrações espaciais, originando problemas na conservação do ambiente natural, que se manifesta na degradação da vegetação dunar, em aspectos de poluição como a produção, acumulação e concentração de lixo e na delapidação dos recursos marinhos, encontrando-se a vida selvagem, particularmente a avifauna, cada vez mais confinada pela “invasão” dos seus biótopos.

Principalmente no verão a capacidade de carga das áreas presentemente utilizadas é excedida pelo número de utilizadores e pelos usos incorrectos, que não têm em linha de conta a sensibilidade ecológica do meio.

As principais disfunções ambientais detectadas dizem respeito:

- ao progressivo aumento da acessibilidade pública a áreas importantes para a vida selvagem e degradação dos respectivos biótopos.
- ao pisoteio excessivo e à prática de pastorícia no cordão dunar litoral.
- às práticas de pesca ilegais.
- às práticas recreativas perturbadoras que, sem que lhes seja imposta qualquer restrição, perturbam a vida selvagem, a produtividade natural, o sossego e a segurança necessária às actividades recreativas e de lazer.

- à depreciação do enquadramento paisagístico do sistema lagunar e do núcleo histórico pelo aumento da ocupação do solo, com edificação, e por abandono ou substituição de agrossistemas tradicionais.

Como refere Ribeiro Teles “...quando se pretende proteger determinada paisagem, terá que se conseguir que a acção e utilização pelo homem dessa paisagem esteja condicionada ao aspecto paisagístico ou concepção que se quer conservar e valorizar...”¹¹⁹

Neste sentido, sendo a paisagem o suporte do recreio e do turismo e constituindo este e as actividades a ele associadas os principais causadores de degradação daquela, será necessário integrar a resolução dos problemas do «habitar» e da reabilitação urbana e arquitectónica, a resolução dos problemas da evolução da vida tradicional “agro-marinha” e dos problemas da conservação da natureza, na atracção e selecção de um tipo de turismo controlado que respeite os valores sociais, culturais, ecológicos e paisagísticos de modo a conciliar a promoção social e económica da população local com a protecção da natureza e a salvaguarda da paisagem.

¹¹⁹ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem*, in «Uns comem os figos...», edição Seara Nova, Lisboa, 1975, p. 132

3.Origens históricas

Os primórdios da ocupação humana no Algarve põem em relevo a tendência para a litoralização do povoamento. De facto tem sido fundamentalmente em praias levantadas, situadas entre Cacela e Sagres, que se têm encontrado artefactos atribuíveis ao Paleolítico.¹²⁰

As populações percorriam o litoral em busca de mariscos para a alimentação e aí deixavam marcas da sua passagem testemunhadas através de um “estilo primitivo” de talhar a pedra.¹²¹

As primeiras referências relativas à ocupação e humanização do território onde Cacela se situa, incidem sobre o período cronológico-cultural correspondente ao Paleolítico médio.¹²²

Segundo prospecções desenvolvidas e anotadas nas Cartas Geológica e Arqueológica de Portugal, foram observadas no troço inferior e na foz da Ribeira de Cacela “...*artefactos líticos embalados num nível de cascalheira*” que constituem uma estação paleolítica, de ar livre.

Existem fortes indícios de a zona, onde se implanta o povoado e envolventes, ter sido ocupada com continuidade, desde os tempos em que uma reduzida população de caçadores-recolectores, iniciou o “povoamento” do litoral algarvio.

As grutas postas a descoberto pelas últimas cheias na Ribeira de Cacela, junto à Escola Primária da Fonte Santa (2 quilómetros a norte de Cacela) guardarão outras manifestações paleolíticas?

A resposta a esta e outras questões relacionadas com a sua ocupação humana nesse período da pré-história terão de aguardar por estudos geológicos e pesquisas arqueológicas que a Universidade do Algarve prevê iniciar, muito brevemente.

A fixação de povos na orla costeira, com características um pouco diferentes na concepção e materialização do *modus vivendi*, começa por se dar durante o Neolítico, consolidando-se posteriormente.¹²³

Uns recorrendo ao mar como principal fonte de subsistência e outros, vindos do interior, com uma economia baseada na caça e na pastorícia, acabam por deixar vestígios nos sepulcros megalíticos.¹²⁴

Correspondentes ao período cronológico-cultural do neo-calcolítico ¹²⁵os *tholoi* da Nora (2 quilómetros a noroeste de Cacela) e da Marcela-Sítio do Beco (1,5 quilómetros a norte de Cacela) põem em evidência a presença do homem no território de Cacela neste(s) período(s) pré-histórico(s).

Estudados por Estácio da Veiga¹²⁶ e não obstante terem sido classificados em 1910 como Monumentos Nacionais, os dois monumentos funerários de falsa cúpula foram irremediavelmente destruídos.

¹²⁰ GAMITO, Teresa Júdice, *Breve Apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a Pré-História até à Época Romana e o seu Condicionismo Geográfico*, Anais do Município de Faro, N° XIII, 1984, p.337

¹²¹ MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol.1, ed.Editorial Estampa, Lisboa, 1993, p.30

RIBEIRO, Orlando, *A Formação de Portugal*, 1ª edição, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1987, p.26

¹²² *Carta Geológica de Portugal* (1949-Notícia Explicativa das Folhas 50-D e 53-B)

Carta Arqueológica de Portugal, Lisboa, 1995, p.169

¹²³ GAMITO, Teresa Júdice, *ob.cit.*, p.337

¹²⁴ *Id., Ib.*, p.337

¹²⁵ *Carta Arqueológica de Portugal*, vol.2, Lisboa, 1995, p.169

¹²⁶ ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol.I, ed.Imprensa Nacional, Lisboa, 1886, pp.248 a 257

Nos *dolmens* cobertos da Nora e da Marcela foram encontrados vários conjuntos de artefactos, instrumentos lascados de sílex, brunidores e polidores, placas de xisto com gravuras e objectos de cerâmica produzidos pelo homem durante o período neolítico.¹²⁷

Também na Vila de Cacela, na Torre dos Frades (3,5 quilómetros a nordeste) e no sítio de Arrife (3,8 quilómetros a nordeste de Cacela), o referido arqueólogo observou a presença do homem neolita.¹²⁸

A partir do Calcolítico observa-se o desenvolvimento rápido das civilizações que, se constituem por sociedades caracterizadas por uma maior mobilidade, na procura intensa de metais.

Os seus vestígios são, para além de objectos de cobre, bronze e ouro, essencialmente necrópoles como a do sítio do Pocinho (3,3 quilómetros a nordeste de Cacela), integrada no período cronológico-cultural da Idade do Bronze.¹²⁹

Era uma necrópole de cistas, amplamente estudada por Estácio da Veiga¹³⁰ e entretanto destruída.

A crescente procura de metais preciosos, a que se acrescentou o ferro, associada ao desenvolvimento do comércio na bacia do Mediterrâneo, irá permitir a expansão comercial dos povos mediterrâneos do Oriente, em particular dos Fenícios, cuja presença em território português data do século VIII a.c.¹³¹

Os locais costeiros, de fácil acesso, acusam precisamente estes movimentos, detectáveis no sotavento algarvio em Faro, Tavira, Castro Marim e Cacela.¹³²

A proximidade do mar e dos cursos de água, sempre teve papel fundamental na fixação das populações.

Na implantação de Cacela, junto ao mar e à Ribeira que tomou o seu nome, o homem parece ter “cumprido” essa regra universal. Contudo e à semelhança da maior parte das povoações antigas, não é fácil saber quando e por quem foi fundada.

Certos autores consideram-na uma “povoação” de origem fenícia, instalada no século VIII a.c.¹³³

Segundo o “historiador” grego Estrabão, Cacela teria sido um povoado, anterior à ocupação romana.¹³⁴

Os romanos, que se fixam na região do Algarve a partir do século I d.c., continuam a preferir o litoral onde à exploração dos recursos piscatórios, em estabelecimentos de salga de peixe, associam a exploração agrícola nas *villae*.¹³⁵

É à época romana que pertencem a maioria dos vestígios arqueológicos existentes na área de influência de Cacela.

¹²⁷ Id., *Ib.*, pp.257-275

¹²⁸ ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol.I, ed. Imprensa Nacional, Lisboa, pp.275-288

¹²⁹ *Carta Arqueológica de Portugal*, vol.2., Lisboa, 1995, p.165

¹³⁰ ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *ob.cit.*, vol.IV, p.120

¹³¹ MEDINA, João, ARRUDA, Ana Margarida, *História de Portugal*, vol.II, ed. Clube Internacioanl do Livro, Lisboa, 1995, p.23

¹³² GAMITO, Teresa Júdice, *ob.cit.*, p.343

¹³³ PINHO LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de, *Portugal Antigo e Moderno*, vol II, edição Livraria Mattos Moreira & Comp., Lisboa, 1874, p.23

¹³⁴ BELLIDO, António García, *España y los Españoles hace dos mil años*, Libro tercero, ed. Coleccion Austral, Madrid, 1942, pp.2 e 3

¹³⁵ SANTOS, Maria Luisa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, vol.I, ed. Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1ª edição, Lisboa, 1971, p.62

GAMITO, Teresa Júdice, *ob.cit.*, p.349

Conhecido através de algumas referências bibliográficas¹³⁶, o núcleo romano de Cacela abrange uma extensa área que integra mais que um sítio arqueológico.¹³⁷

A barragem romana de Santa Rita (na Ribeira da Hortinha, afluente da Ribeira de Cacela, 4 quilómetros a noroeste de Cacela); a *villa*, com forno de ânforas destruído, na Quinta da Manta Rota (2,5 quilómetros a este de Cacela), a necrópole já destruída onde surgiram numismas (na Quinta da Fidalga, 2,5 quilómetros a nordeste de Cacela), constituem elementos e referências que testemunham a existência de um conjunto de sítios arqueológicos da época romana, numa área envolvente a Cacela.

Nas áreas que correspondem ao actual núcleo urbano de Cacela e à Quinta do Muro (contígua ao novo cemitério, a poente da Vila) existiu, sem dúvida alguma, uma povoação romana de certo vulto se considerarmos os abundantes e variados vestígios da civilização romana, aí encontrados.¹³⁸

De facto, as construções, os elementos arquitectónicos e escultóricos e o vasto conjunto de materiais arqueológicos aí recolhidos, revelam o assento de uma povoação importante.¹³⁹

A sua fundação corresponderá ao período romano, época em que era conhecida por *Hicele Cacetala*¹⁴⁰ ou *Castellu*.

Por aqui passaria a estrada romana, *per compendium*, que ligava *Ossonoba* (Faro) a *Balsa* (Luz de Tavira) e *Baesuris* (Castro Marim).¹⁴¹

Efectivamente e de acordo com os achados arqueológicos que têm sido postos a descoberto, Cacela terá sido fundada, como já se referiu, durante o período de ocupação romana, constituindo muito possivelmente, uma povoação fortificada e/ou uma *villa*.

Se para Pinho Leal¹⁴² há notícia da existência de um castelo e seus redutos, muito arruinados, da época romana, para Garcia Domingues¹⁴³ o troço da muralha existente a norte da povoação, terá sido parte integrante da antiga fortificação romana.

Por sua vez, a existência de silos de origem pré-histórica, junto à porta da actual fortaleza, referenciados em planta, anexa, de Estácio da Veiga, de 1874, destinados ao armazenamento de cereais na época romana¹⁴⁴, assim como a existência de três tanques de salga de peixe - *cetariae* -, um junto da Igreja e dois em frente da porta da fortaleza¹⁴⁵, revelam a importância da ocupação romana de Cacela.

Além destas construções, das quais não se encontram sinais, o citado arqueólogo assinalou a presença no local de vários materiais soltos, como fragmentos de mosaicos e de estuque com

¹³⁶ SANTOS, Maria Luisa Estácio da Veiga, *ob.cit.*, vol.I, pp.305-312 e vol.II, pp.341-345

ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *ob.cit.*, vol.II, Lisboa, 1887, pp.397 e 401

LEITE DE VASCONCELOS, José, *Religiões da Lusitânia*, 3º vol., ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1ª ed., Lisboa, 1913, pp. 497, 498 e 527

¹³⁷ *Carta Arqueológica de Portugal*, vol.2, Lisboa, 1995, pp.163 a 181

¹³⁸ SANTOS, Maria Luisa Estácio da Veiga A. dos, *ob.cit.*, vol.I, p.311

¹³⁹ Id., *Ib.*, p.307

¹⁴⁰ CAVACO, Hugo, *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*, ed. Câmara Municipal de V.R.Stº António, 1984, p.11

¹⁴¹ CHAVES, Luis, *As estradas de Beja pelo Baixo Alentejo*, in "Arquivo de Beja", vol.II, 1944, p.158

CHAVES, Luis, *As estradas arcaicas do Algarve*, in "Boletim da Junta de Província do Algarve", Faro, 1941, p.

¹⁴² PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa, *Portugal Antigo e Moderno*, vol.II, Lisboa, 1874, p.23

¹⁴³ GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Património Cultural Árabe-Algarvio*, edição Casa do Algarve, Lisboa, 1956, gravuras entre pp.16 e 17

¹⁴⁴ SANTOS, Maria Luisa Estácio da Veiga A. dos, *ob.cit.*, vol.I, p.306

¹⁴⁵ LEITE DE VASCONCELOS, José, *Coisas Velhas*, in "O Archeólogo Português", vol.XXIV, Lisboa, 1919, p.230, fig.136

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol.V, p.338

pinturas, pedaços de cimento - *opus signium* - e manifestos vestígios de edifícios destruídos (tijolos de vários tipos, telhas, etc.).¹⁴⁶

Foram igualmente encontrados outros elementos pertencentes ao mesmo período de ocupação, como fragmentos de vasos de vidro, uma lança de ferro e um anzol de bronze com barbeta¹⁴⁷.

Todos estes objectos se encontram no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Lisboa.

A Vila de Cacela e a Quinta do Muro terão constituído uma só povoação romana¹⁴⁸.

Na referida Quinta assinalou Estácio da Veiga os últimos tanques de salga de peixe do litoral algarvio, cujo número revela ter sido um importante estabelecimento.

Ainda aqui, foram encontrados dois hermes báquicos - cabeças bifrontes - em mármore, com alturas de 0,18 e 0,22 metros, datáveis da época de Cláudio, século I d.c., e que serviam provavelmente de decoração num jardim¹⁴⁹.

As referidas esculturas, deviam encimar pilares ou esteios e representam, possivelmente, Dionísio e Ariadne¹⁵⁰.

A recente descoberta de um forno de cerâmica, de planta rectangular¹⁵¹, nos limites que definem o actual Núcleo Histórico, a noroeste do cemitério, a par da exumação de diversos vestígios como moedas do Imperador Honório (395/423 d.c.)¹⁵², fustes de colunas, cerâmica de construção, ânforas e lucernas, permite avaliar a importância do povoado e das envolventes durante a ocupação romana, dominada então por famílias de elevados recursos económicos¹⁵³.

Cacela, incluindo a Quinta do Muro, terá sido um povoado romano constituído, possivelmente, por um núcleo fortificado e por uma *villa*, adjacente, que associou à defesa do território e das suas riquezas, uma indústria conserveira (salga de peixe e fabrico de *garum*), a produção de materiais cerâmicos e a exploração agrícola, ligados a uma actividade económica florescente: o comércio marítimo¹⁵⁴.

A dissolução política da unidade imperial romana do ocidente e a remodelação administrativa geral do Império, permitem a ocupação sueva e visigótica do actual território português. Durante esta época, compreendida entre os séculos V e VII, nada de concreto se sabe sobre Cacela.

Em 711 os árabes invadem a Península Ibérica por Algeciras e um ano depois ocupam o Algarve.

¹⁴⁶ ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *Inventário do Museu Arqueológico de Faro*, 1896, pp.33, 35 e 49

¹⁴⁷ Id., *Ib.*, p.20

¹⁴⁸ SANTOS, Maria Luisa Estácio da Veiga Afonso dos, *ob.cit.*, vol.I, p.309

¹⁴⁹ ALARCÃO, Jorge de, *História da Arte em Portugal*, vol.1, ed. Publicações Alfa, Lisboa, 1986, pp.132 e 134

¹⁵⁰ LEITE DE VASCONCELOS, José, *Religiões da Lusitânia*, 3º vol., ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1913, pp.497 e 498, figs 260 e 261

LAMEIRA, Francisco, *A Escultura Romana do Algarve*, Anais do Município de Faro, Nº XVIII, 1988, pp.37 e 38, figs.13 e 14

ALARCÃO, Jorge de, *ob.cit.*, p.134

¹⁵¹ *Carta Arqueológica de Portugal*, vol.2, Lisboa, 1995, p.164

¹⁵² CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, fig.4

¹⁵³ ENCARNÇÃO, José d', *A População Romana do Litoral Algarvio*, Anais do Município de Faro, Nº XVII, 1987, p.65

¹⁵⁴ Id. *Ib.*, p.71

SANTOS, Maria Luisa Estácio da Veiga A.dos, *A Arqueologia Romana do Algarve*, vol.II, ed. Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1ª edição, Lisboa, 1972, pp. 398-401

GAMITO, Teresa Júdice, *ob.cit.*, p.349, mapa 5

MEDINA, João, FABIÃO, Carlos, *ob.cit.*, p.245

MATTOSO, José, *ob.cit.*, p.263

Cacela era então conhecida por *Hisn-Qastalla* - “castelo de Cacela” - designação utilizada por Alexandre Herculano¹⁵⁵ sempre que a ela se refere como povoação muçulmana.

Nela nasceu em 958, o grande poeta andaluz Abu Ibne Darrague Alcacetali¹⁵⁶, do qual, segundo Borges Coelho¹⁵⁷, a povoação tira o seu nome e se diz *Cacetalate Darrague* que foi, no século X, feudo dos Banu Darrague.

Integrado no “período califal” - tempo da formação da literatura arábico-algarvia¹⁵⁸ - o poeta de Cacela cedo procurou as grandezas do mundo, acabando por se tornar poeta oficial da corte do Almançor Hixeme, Califa de Córdoba¹⁵⁹.

A Vila de Cacela é a primeira povoação portuguesa mencionada pelo famoso geógrafo árabe Edrici, ao descrever em meados do século XII o pormenorizado itinerário correspondente ao eixo viário que passava por Tavira, Faro, Silves, Lagos e Sagres¹⁶⁰.

Cacela é, assim descrita, segundo traduções de Borges Coelho e Garcia Domingues¹⁶¹: “...Da Ilha de Saítes, seguindo-se para o norte encontramos a fortaleza de Cacela, no litoral marítimo, a 18 milhas. Entre estes dois pontos situa-se a foz do Guadiana. Cacela é uma fortaleza construída à beira-mar. Está bem povoada, tem hortas e campos plantados de figueiras. Dali a Tavira, nas proximidades do mar, são 14 milhas...”.

Cacela é igualmente citada por Ibne Sahib Al-Sala, de Beja, na “História dos Almóadas”. Refere-se ao facto de em 1167/8 os almóadas se terem estabelecido no castelo de Cacela, com o seu numeroso exército para, a partir daí, montarem cerco a Tavira, por terra e mar¹⁶².

O processo de islamização do litoral algarvio apoia-se na distribuição espacial dos recintos fortificados, na maioria das vezes com pré-existências de anteriores ocupações, situados em pontos estratégicos bem demarcados na paisagem e dominando o *hinterland* e os cursos de água.

Cacela, devido à sua situação geo-estratégica, terá desempenhado, no Garb Al Andaluz, um papel decisivo no povoamento, circulação comercial e defesa da orla costeira¹⁶³.

A herança muçulmana que testemunha a importância de Cacela na época, encontra-se corporizada pelos troços de muralha que subsistem e que terão sido parte integrante do castelo árabe medieval e pela cisterna que ocupa o centro do povoado¹⁶⁴.

¹⁵⁵ HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal-desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de D.Afonso III*, tomo II, ed. Livraria Bertrand, Lisboa, 1980, p.470

ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *ob.cit.*, vol.II, p.401

¹⁵⁶ BORGES COELHO, António, *Portugal na Espanha Árabe*, vol.1, 2ª edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1989, p.227

GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Ossónoba na Época Árabe*, Anais do Município de Faro, Nº1, Faro, 1971, p.195

¹⁵⁷ BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol.I, pp.55

¹⁵⁸ GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Património Cultural Árábico-Algarvio*, edição Casa do Algarve, Lisboa, 1956, p.9

¹⁵⁹ *Id. Ib.*, p.9

¹⁶⁰ MEDINA, João, CATARINO, Helena, *ob.cit.* vol.III, p.79

¹⁶¹ BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol.1, pp.65 e 66

GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Ossónoba na Época Árabe*, Anais do Município de Faro, Boletim Cultural Nº1, 1971, p.195

¹⁶² BORGES COELHO, António, *Portugal na Espanha Árabe*, vol.2, 2ª edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1989, p.304

GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Ossónoba na Época Árabe*, p.195

MEDINA, João, *ob.cit.*, p.61

¹⁶³ CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p.18

¹⁶⁴ GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Património Cultural Árábico-Algarvio*, edição Casa do Algarve, Lisboa, 1956, gravuras entre as pp.16 e 17

“...A outr’ora florescente Vila de Cacela,... foi sucessora de mui anteriores populações, desde tempos remotissimos, pois alli se acha largamente caracterizada a civilização neolítica, a romana e a arabe...”¹⁶⁵.

Segundo Estácio da Veiga¹⁶⁶ o elemento árabe mais marcante em Cacela, além das ruínas do antigo castelo é “...um precioso monumento epigraphico mosarabe...” encontrado na Quinta do Muro. Em relação ao qual não se encontram outros registos ou referências, excepto no mapa de Manuel Real¹⁶⁷ onde se assinala em Cacela a presença de vestígios arqueológicos da época moçarabe.

Ainda segundo Estácio da Veiga¹⁶⁸ teria existido uma torre octogonal, árabe, na Torre dos Frades (3 quilómetros a nordeste de Cacela) que constituía uma das vigias do Castelo de Cacela, conjuntamente com uma outra localizada na Quinta da Manta Rôta.

Outro elemento que marca a presença islâmica no território de Cacela é uma cuba - *qubba*. Esta capela funerária, com uma cobertura em cúpula, situa-se próximo de Santa Rita (4 quilómetros a noroeste de Cacela) e está a ser referenciada pela primeira vez.

O contributo cultural herdado dos muçulmanos, apenas comparável ao da civilização romana, marcou profundamente a Vila de Cacela, tendo perdurado e sido um dos factores que mais lhe influenciou as paisagens urbana e rural.

A descrição que o mouro Ahmede Arrazi faz no século X da província de Ossónoba¹⁶⁹, onde Cacela se integrava, com especial referência para o mar e para a “...existência de ilhas onde se pode ir de barco e de belas hortas entre rios e ribeiras...”, poderia fazer parte de uma descrição actual sobre esta Vila.

A definição territorial de Portugal, no século XII, foi continuada pela acção de D.Sancho II que, auxiliado pelos freires de D.Paio Peres Correia, fez a primeira incursão no Algarve em 1238¹⁷⁰.

Depois de ter conquistado Mértola e Ayamonte tomou Cacela que imediatamente doou à Ordem de Santiago de Espada que, passado, algum tempo, a perde de novo para os “infieis”.

D.Paio Peres Correia, mestre de Santiago, depois de em 1240 ter entrado no Algarve pelo extremo ocidental e conquistado Alvôr e Estômbar, propõe (ou exige) aos muçulmanos a troca destes dois castelos pelo de Cacela, anteriormente posse dos espatários e que ele já conhecia, considerando-o “...um lugar forte e bom...”¹⁷¹.

Cacela era então tomada pacífica e definitivamente.

Sophia de Mello Breyner Andresen interpreta a singular conquista de Cacela do seguinte modo¹⁷²:

¹⁶⁵ ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *Das Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol.II, ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1887, p.580

¹⁶⁶ *Id.Ib.*, p.397

¹⁶⁷ MATTOSO, José, *ob.cit.*, p.457

¹⁶⁸ ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *ob.cit.*, vol.II, p.426

¹⁶⁹ BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol.1, p.49

GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Ossónoba na Época Árabe*, p.190

¹⁷⁰ HERCULANO, Alexandre, *ob.cit.*, pp.468-470

PERES, Damião, *História de Portugal*, vol.II, edição Portucalense Editora, Barcelos, 1929, p.211

¹⁷¹ BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol.2, p.324

¹⁷² ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *Obra Poética II*, Editorial Caminho, Lisboa, 1991, p.101

A Conquista de Cacela

As praças fortes foram conquistadas

Por se poder e foram sitiadas

As cidades do mar pela sua riqueza

Porém Cacela

Foi desejada só pela beleza

Sob domínio cristão, Cacela reforça a forte componente estratégica. Aqui se estabeleceu a residência e o quartel do Mestre e dos freires de Santiago de Espada¹⁷³.

Ao ter como principal objectivo, a total expulsão dos muçulmanos do Algarve, foi a partir de Cacela que D.Paio lançou as suas incursões sobre o resto do território, tomando de seguida Tavira e Paderne¹⁷⁴.

Cacela é durante a Reconquista baluarte da ordem de Santiago “...por ser lugar forte sobre o mar e naquele tempo bem cercada...”¹⁷⁵.

D.Afonso III confirmou em 1255 a doação de Cacela à Ordem de Santiago e, a 6 de Janeiro de 1272 fez doação, à mesma Ordem, da Igreja, então dedicada a Nossa Senhora dos Mártires¹⁷⁶.

A 17 de Julho de 1283 D.Dinis outorgou-lhe Foral¹⁷⁷ cuja carta se anexa. Estavam criados, política e administrativamente, a Vila de Cacela e o seu Termo.

Apesar de longos periodos de retrocesso da vida urbana a vilaq de Cacrela continuará a desempenhar funções de eentro político-administrativo, militar e religioso até 1775, ano em que por vontade expressa do marquês de Pombal o seu Termo é extinto e intergrado no recém-criado concelho de Vila Real de Santo António.

Arrazsada pelo terramoto de 1755 e fdestituída de tão importante função, a povoação renascerá, contudo, continuando a ser centro militar e religioso. E se hoje a fortaleza e a igreja continuam a perpetuiar no tempo funções históricas que marcam a actualidade da vila como há centenas de anos atrás, é também a beleza antiga da sua configuração urbanística, praticamente analterada, e qa beleza sempre nova da suia paisagem histórica, ainda harmoniosa e equilibrada, que continuam a grantir-lhe trunfos de seduç^oão.

Porém, Cacela não é hoje desejada só pela sua beleza. Tal como o faziam há mulhares de anos atrás, nos primórdios da sua ocupação, também hoje as populações se deslocam à povoação para, entre outras coisas, se deleitarem como os seus famosos mariscos e aí deixam marcas da sua passagem testemunhadas, muitas vezes, através de um “estilo muito pouco civilizado” de lidar com a(s) herança(s) dos nossos antepassados.

De facto, as últimas referências relativas à ocupação do território onde Cacela se situa caracterizam-se pelo desrespeito e pela falta de de ética perante um património que, ao estar

¹⁷³ PINHO LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de, *ob.cit.*, p.23

¹⁷⁴ CHAGAS, Ofir, *Algarve e Andalusia no Itinerário de D.Paio Peres Correia*, edição do autor, Tavira, 1995, p.30

¹⁷⁵ *Id. Ib.*, p.31

¹⁷⁶ IRIA, Joaquim Alberto, *O Algarve e os Descobrimentos*, tomo I, edição Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1956, p.155

¹⁷⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Chancelaria de D.Dinis*, Livro 1, fls.77 vº/79
CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, pp. 57-60

classificado de Imóvel de Interesse Público, é pertença de todos nós. E por isso deve merecer, de todos nós, o máximo respeito.

4. Evolução Sócio-Económica

De modo a conseguir-se uma análise clara e objectiva da evolução sócio-económica de Cacela, consideram-se para isso, como fundamentais, os seguintes periodos do seu percurso histórico: da época de fundação até ao século XIII; do século XIII ao século XVI; do século XVI a 1775, de 1775 ao século XX; durante o século XX e finalmente, na actualidade, ou seja, em 1997.

4.1. Da época de fundação ao século XIII

O reduzido e bem demarcado núcleo da antiga Vila de Cacela ocupa um ponto notável do litoral, com evidente vocação para ter desempenhado, desde a sua fundação, importante papel histórico nas trocas comerciais com o Mediterrâneo e na vigilância e defesa da orla costeira e do *hinterland*.

A posição marítima de Cacela e as actividades daí decorrentes, como a pesca e o comércio, a par da produção agrícola nas férteis terras que a envolvem, proporcionam-lhe riqueza e prestígio¹⁷⁸.

A actividade económica da população romana do litoral algarvio, baseia-se em três fontes de produção principais: a pesca e a indústria conserveira, a agricultura e a mineração¹⁷⁹.

Em Cacela, como já se referiu, a par de um importante estabelecimento de tanques de salga de peixe, a exploração agrícola nas *villae* localizadas na Quinta do Muro e na Quinta da Manta Rota¹⁸⁰ com os respectivos fornos de cerâmica, constituíam a base da economia local.

Tudo isto, apoiado por um comércio marítimo florescente, dominado por uma burguesia mercantil marítima¹⁸¹.

A população romana de Cacela terá pertencido, a exemplo da restante população do litoral algarvio, a umas quantas famílias de elevados recursos económicos e com um elevado grau de cultura¹⁸².

O estilo de vida romano com os seus gostos requintados, na decoração das suas habitações e jardins, com o uso de esculturas, mármore e peças de cerâmica fina, aperece referenciado em Cacela, nomeadamente através das *hermae* - peças escultóricas em mármore representando divindades¹⁸³.

Estes elementos escultóricos testemunham o papel da população local, nomeadamente dos seus dirigentes, na encomenda de manifestações artísticas¹⁸⁴.

O *modus vivendi* romano implantou-se no território pondo em evidência as características civilizacionais deste povo no que diz respeito à arte, religião, técnicas e economia.

Poder-se-à então dizer que, em Cacela, a economia antiga tinha como principal base um sistema de actividades agro-marinhas directamente apoiado na exportação à distância¹⁸⁵.

¹⁷⁸ SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Afonso dos, ob.cit.,vol.1,pp.305-308

¹⁷⁹ Id.Ib., vol.2, pp.398-401

ENCARNAÇÃO, José d', ob.cit.,p.69

¹⁸⁰ ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, ob.cit.,vol.II, p.401

¹⁸¹ ENCARNAÇÃO, José d', ob.cit.,p.69

¹⁸² Id.Ib., pp.65 e 69

¹⁸³ LEITE DE VASCONCELOS, José, ob.cit.,p.497

LACERDA,Aarão, *História da Arte em Portugal*,vol.I,edição Portucalense Editora,Porto,1942,pp.89e90

¹⁸⁴ LAMEIRA, Francisco, ob.cit.,p.23

¹⁸⁵ MEDINA, João, FABIÃO, Carlos, ob.cit.,pp.245-246

Se sob o domínio árabe os cristãos do Algarve, antigos hispanos, romanos e visigodos mantiveram as suas estruturas sociais, morais e religiosas¹⁸⁶ é também evidente a influência e importância da civilização árabe no território do Garb Andaluz¹⁸⁷.

A Cacela medieval parecer ter assimilado uma população marcada por esta coexistência de sociedades detentoras de diferentes conceitos e valores, o que tornou, provavelmente, mais rica a sua vivência e o seu *habitat*.

Cristãos e muçulmanos terão coabitado o mesmo espaço físico e aqui foi encontrado um monumento epigráfico moçárabe. Aqui nasceram e viveram os ilustres poetas árabes, de origem berbere, Abu 'Umar Ibn Darraj al-Qastalli (958-1030) e Abu 'Ali Ibn al-'Abdari (do período dos reinos de taifa, século XI)¹⁸⁸.

Se nos versos dos poetas se revela a sociedade islâmica¹⁸⁹, ficamos a saber por aqueles que "...o mar/está carregado de navios de alto velame..."¹⁹⁰ e que "...aquelas taças/...o vinho dentro lhes puseram..."¹⁹¹, o que parece pôr em evidência, a importância da presença do mar e do comércio; e do vinho que juntamente com o pão, o azeite e os frutos secos, já marcavam então o espaço mediterrânico¹⁹².

A referências aos aspectos económicos da sociedade islâmica, a poesia parece juntar outras, como a opulência e a riqueza artística através de versos, como: "...castelos com almenas de prata e onde os defensores/...têm espadas de ouro..."¹⁹³, o que para Borges Coelho significa que o mundo islâmico é um mundo de cidade onde não falta o ouro e a prata¹⁹⁴.

Cacela - *Hisn-Qastalla*¹⁹⁵, *Cacetalate Darrague*¹⁹⁶, *Cacila*¹⁹⁷ - terá sido, de facto, uma povoação importante e famosa durante a ocupação islâmica¹⁹⁸, talvez a mais importante da região¹⁹⁹.

Essa importância esteve directamente ligada à sua situação geo-estratégica e à exploração dos seus recursos naturais, em actividades como a agricultura, a pesca e o comércio²⁰⁰.

Tal como a região onde está inserida, apresenta desde a época muçulmana e mesmo romana, uma economia largamente dependente das exportações, essencialmente de figos²⁰¹.

Entre campos de figueiras e hortas, Cacela apresenta-se no século XII, como uma povoação amuralhada, bem povoada²⁰².

¹⁸⁶ GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Ossónoba na Época Árabe*, Anais do Município de Faro, Boletim Cultural N.º , Faro, 19 , p.212.

¹⁸⁷ BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol.1, p.25

¹⁸⁸ ALVES, Adalberto, *O meu Coração é Árabe-A Poesia Luso-Árabe*, Edição Assírio & Alvim, Lisboa, 1987, pp.47 e 77

¹⁸⁹ BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol.1, p.18

¹⁹⁰ *Id.Ib.*, pp.229 e 230

¹⁹¹ ALVES, Adalberto, *ob.cit.*, p.48

¹⁹² BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol.1, p.21

¹⁹³ *Id.Ib.*, p.227

¹⁹⁴ *Id.Ib.*, p.20

¹⁹⁵ HERCULANO, Alexandre, *ob.cit.*, p.470

¹⁹⁶ BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol.1, p.55

¹⁹⁷ LOPES, David,

¹⁹⁸ PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de, *Portugal Antigo e Moderno*, vol.II, edição Livraria Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1874, p.23

¹⁹⁹ RIBEIRO, Orlando, *Geografia e Civilização*, edição Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1961, p.118

²⁰⁰ CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p.19

²⁰¹ CAVACO, Carminda, *O Algarve Oriental: As vilas, o campo e o mar*, vol.I, edição do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976, p.67

²⁰² GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *ob.cit.*, p.195

BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, p.66

Populosa e possivelmente rica, terá sido palco de uma vida cultural e artística, caracterizada por uma certa notoriedade, pois aqui nasceram e viveram dois dos mais ilustres poetas do mundo árabe, nos séculos X e XI²⁰³.

À poesia, à paisagem, aos campos de figueiras, às muralhas de taipa e à cisterna, a civilização islâmica juntou a imaginação e a fantasia que, como aqueles, constitui uma herança árabe presente, ainda hoje, em Cacela, em forma de lenda.

Recolhida em 1908²⁰⁴, a lenda dos meninos mouros de barretes vermelhos, é assim contada: Quando da tomada da Vila pelos portugueses, os árabes fugiram, e como as crianças não os podiam acompanhar na fuga, levaram-nas até ao sítio da azenha, no ribeiro, (cerca de 500 metros a norte da Vila), onde os canaviais eram mais altos e abundantes e aí as encantaram fazendo-as desaparecer para que não fossem mortas. Segundo consta, os meninos com barretes vermelhos, continuam a aparecer sobre as ruínas do antigo moinho...mas só a gente de paz.

Cacela terá continuado, após a Reconquista (1240), a ser uma povoação famosa e importante pois aqui estabeleceu D.Paio Peres Correia a sua residência e o quartel-general da Ordem de Santiago de Espada, da qual era Mestre²⁰⁵.

A doação imediata (1240) da Vila e de uma área envolvente “...vadit de mare usque ad serram...”²⁰⁶ à Ordem de Santiago com uma delimitação territorial que irá servir de base à estabelecida na Carta de Foral na definição do seu Termo, reforça a importância de Cacela nos aspectos socio-políticos e militares²⁰⁷.

Cedo obtém estatuto de concelho, alargando a sua importância e as suas funções às da administração de um território com nove quilómetros de comprimento por seis de largura²⁰⁸, cujos limites se transcrevem segundo texto em português de Hugo Cavaco, a partir do texto em latim da Carta de Foral : “...No Termo da dita Vila de Cacela que eu, supradito senhor Rei, dou e concedo a vós populações de Cacela, mas que também divido com o Termo de Tavira pelo edificio (fortificado) que foi de João Correia : daí e contra de maneira que o mesmo divida, o Termo de Tavira com o Termo de Cacela; daí de maneira que se contorne o caminho que vai de Tavira para Castro Marim e vai directo à Ribeira do Álamo, e vai pela mesma Ribeira do Álamo assim entrando no Mar por baixo do caminho e deve ficar por Termo de Cacela, donde deve contornar pelo mesmo caminho directo da Zambujeira que fica abaixo e deve ir directo a Alcaria Ruiva e, de Alcaria Ruiva deve ir directamente à Mouraria; (e por) que está mais próximo de Tavira e da mesma Mouraria deve subir à Serra, e deve na mesma Serra dividir com Castro Marim, ficando para os de Castro Marim duas partes e a terça parte deve ficar para os de Cacela”²⁰⁹.

O recém-criado Termo de Cacela (1283) é, segundo aquele autor, um município português não criado *ex-nihilo*, mas que se enquadra, a exemplo de outros do sul do país, na óptica de escalonamento demográfico do litoral romano, a que os muçulmanos terão dado continuidade e os primeiros reis portugueses, seguindo uma autonomia histórica, acederam “legalizar”.

²⁰³ ALVES, Adalberto, *ob.cit.*, pp 47 e 77

BORGES COELHO, António, *ob.cit.*, vol I, p.227

²⁰⁴ VAZ, Adérito, *Cacela-Velha, Lugar Histórico*, in “Jornal O Algarve”, ano 76, nº3840, Faro, 1984, p.7

²⁰⁵ PINHO LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de, *ob.cit.*, p.23

CHAGAS, Ofir, *ob.cit.*, p.33

²⁰⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, (A.N.T.T.), *Livro de Mestrados*, Lisboa, 1240, fls 186/186 vº

²⁰⁷ A.N.T.T., *Livro de Mestrados*, Lisboa, 1255, fls 173 vº/174

A.N.T.T., *Chancelaria de D.Afonso III*, Livro 1, Santarém, 1255, fls 148/148 vº

²⁰⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D.Dinis*, Livro 1, Lisboa, 1283, fls 77 vº/79

CAVACO, Hugo, *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*, edição da C.M.V.R.S.A., 1984, pp. 53-60

²⁰⁹ CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, pp.59-60

Face ao Foral e em função dos requisitos adoptados por Alexandre Herculano²¹⁰ e Gama Barros²¹¹ para a classificação dos concelhos portugueses, o Termo de Cacela é considerado «um concelho perfeito», a que corresponde uma povoação com um certo grau de urbanidade. Com uma certa capacidade de autogestão e a monopolização dos cargos municipais por parte de uma camada privilegiada da população que junta ao poder económico, o poder militar e administrativo, assiste-se ao domínio da elite do poder local sobre o resto dos munícipes.

“...Retenho para mim e os meus sucessores os Moinhos, Azenhas e Pisões feitos e por fazer e os meus reguengos, tanto em herdades, vinhedos e casarios, como em outras cousas; e os figueirais, açougues e fangas e os banhos da Vila e do termo de Cacela, e a baleação...Da atalaia da Vila deve o Rei ter metade e os cavaleiros a outra metade por suas corporações militares...” ²¹²

Assim, ao serem retiradas da alçada da Vila algumas das actividades, social e economicamente mais vantajosas, acabando por serem reservadas, fundamentalmente, para a Coroa e para a Ordem de Santiago, Cacela e o seu Termo sofrem os encargos e prejuízos das pesadas servidões medievais.

Em nome de interesses de circunstância, ou por simples falta de clarividência política, a Vila acaba por sofrer os efeitos negativos de uma legislação que menospreza as suas potencialidades e actividades mais prometedoras, como o comércio e as pescas.

“...Relativamente ao vinho de fora dêem de cada carga um almude e o outro seja vendido no Relego...Da madeira que vier por mar dêem dízima...Pescadores dêem dízima...” ²¹³

Orientada economicamente para as actividades rurais, a povoação acabaria por sofrer uma dispersão da população urbana pelas áreas de exploração agrícola. *“...E os habitantes de Cacela tenham suas herdades povoadas...”* ²¹⁴

A sociedade medieval de Cacela, no século XIII, caracteriza-se, a exemplo do resto do País e grosso modo, pela estratificação. Esta divisão social integrava além dos cavaleiros-espátários a quem a Vila e o Termo haviam sido doados, os cavaleiros de linhagem, os cavaleiros vilãos, os peões e os mesterais, por ordem decrescente da sua influência na sociedade.

Enquanto os cavaleiros-frades da Ordem de Santiago detinham o poder militar e económico e os cavaleiros de linhagem recebiam honras de cavalaria, acompanhados de escudeiro e fidalgo, os cavaleiros vilãos eram indivíduos não nobres, possuidores por herança de propriedade livre.

Os peões integravam um estrato social cujas possibilidades económicas não lhes permitiam fazer guerra a cavalo, combatendo a pé; constituíam um tipo social essencialmente tributário, tanto em dinheiro como em géneros.

Os mesterais integravam o povo e incluíam artesãos, almocreves, pescadores, etc.

Em Cacela terão existido os mesteres de ferreiro, sapateiro, peleiro, pescador e almocreve²¹⁵.

Socialmente mais desfavorecidos, os mesteres de padeiro, camponês e coelheiro, integravam a «arraia miuda» onde se podiam encontrar, indistintamente, cristãos e mouros.

Aos últimos pertencia o número mais elevado de escravos existentes na sociedade medieval de Cacela, logo após a Reconquista.

²¹⁰ HERCULANO, Alexandre, *ob.cit.*, p.327

²¹¹ GAMA BARROS, Henrique, *História de Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol.II, edição Imprensa Nacional, Lisboa, 1885, p.164

²¹² CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, pp.57 e 59

²¹³ *Id.*, *Id.*, pp.57-59

²¹⁴ *Id.*, *Id.*, p.58

²¹⁵ CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p.15

Na época, a economia do concelho estava dependente, essencialmente, da transacção de produtos agrícolas como figos, vinho, azeite e cereais, assim como de sal, couros e artigos de olaria²¹⁶.

4.2. Do século XIII ao século XVI

A vida económica e social que caracterizou o século XIII, terá continuado pelos séculos XIV e XV a depender, fundamentalmente, da terra que ocupava, então, a quase totalidade da população.

Pese embora os nefastos efeitos dos fortes sismos de 1309 e 1356, o Castelo de Cacela continuava, juntamente com Tavira, Castro Marim e Alcoutim, a constituir a guarda avançada de Portugal na parte oriental do Algarve²¹⁷.

A ocupação humana e a organização do espaço produtivo em herdades, courelas e pomares, caracterizou a sociedade e a economia de Cacela nos séculos XIV e XV, tendo ficado marcada negativamente por um vasto conjunto de causas.

À peste negra de 1348 e consequente quebra demográfica e à escassez de produção agrícola entre 1355 e 1441²¹⁸, há que juntar uma forte pressão senhorial, imposta pela Monarquia e que se tornará insustentável para um campesinato vulnerabilizado pelas razões referidas.

De facto, também em Cacela se assiste a um movimento promovido pelos monarcas, no sentido de uma crescente senhorialização de numerosas terras, antes dependentes da Coroa e agora entregues a senhores que passam a cobrar impostos, em nome do rei, em proveito próprio²¹⁹.

São exemplo disso as inúmeras doações que na época diferentes monarcas concederam a senhores de Cacela: "...Aforamento de Herdade na Vila de Cacela pelo Senhor Rey D. Pedro I a Vasco Lourenço..."²²⁰; "...Doaçam de hua herdade de pam em o termo de Cacela pelo Senhor Rey D. João I a Rodrigo Affonso de Brito..."²²¹; "...A estevam salgado...huuas courellas de terras de pam que sam em caçella lugar do Regno do algarve..."²²².

Este processo irá ter como consequência, a criação de uma grupo favorecido, de intermediários, entre os proprietários das terras (a Coroa) e a grande massa de camponeses, cada vez mais prejudicada e isolada²²³.

Embora se assista no século XV a um movimento quase geral dos concelhos para a reconstrução das suas muralhas, de edifícios públicos, pontes e estradas, em Cacela o castelo continua, em 1475, com os muros derrubados²²⁴.

²¹⁶ Id.,ib.,p.19

²¹⁷ IRIA, Alberto, *Por que foi o Algarve e não outro sítio do País, a região eleita do Infante D. Henrique?* - separata do Mensário das Casas do Povo, Lisboa, 1953, p.11

²¹⁸ OLIVEIRA MARQUES, António H.de, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, in Nova História de Portugal, vol.IV, Lisboa, 1987, p.257

²¹⁹ MEDINA, João, FERNANDES, Hermenegildo, *História de Portugal*, vol.III, edição Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1995, p.248

²²⁰ A.N.T.T. *Chancelaria de D. Pedro I*, Livro 1, Olivença, 1366, fls.118

CAVACO, Hugo, *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*, p. 63

²²¹ A.N.T.T. *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, Lisboa, 1386, fls 156

CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p. 64

²²² A.N.T.T. *Livro 5 de Guadiana*, Lisboa, 1456, fls 280 vº

CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p. 66

²²³ MEDINA, João, FERNANDES, Hermenegildo, *ob.cit.*, pp.248 e 249

²²⁴ VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *História de Portugal*, vol.II, 3ª edição, Editorial Verbo, Lisboa, p.246

Já dez anos antes, através da carta enviada a D.Afonso V se sabe que Cacela se despovoara e que para além do comendador mais ninguém habitaria na Vila²²⁵.

Foi uma sociedade, de início matizada de um hibridismo marítimo-agrícola²²⁶ e posteriormente, devido à falta de condições para a navegação e à falta de segurança para habitar na Vila²²⁷, uma sociedade essencialmente agrícola a viver em quintas e fazendas, a que Cacela nos proporcionou, durante a Idade Média.

4.3. Do século XVI a 1755. De 1775 ao século XX.

A situação financeira de Portugal em finais do século XV caracteriza-se por uma acentuada fragilidade deixando antever as dificuldades que irão surgir no século seguinte²²⁸.

Contudo o Algarve por razões que, no essencial, se prendem com a sua situação geográfica, a singularidade da sua economia e a posição vital e privilegiada que detém na política expansionista de Portugal, irá atravessar no século XVI, fundamentalmente na primeira metade, um período de certa prosperidade económica²²⁹.

De facto, no Algarve, a importância dos povoamentos costeiros acentua-se pela sua posição em relação a África e aos Arquipélagos do Atlântico e pelo desenvolvimento alcançado pela pesca²³⁰.

No entanto e ao contrário de Tavira, considerada então a porta marítima do Sotavento algarvio, Cacela não possuía condições para a atracagem de grandes naus, sendo apenas um pequeno porto, com algumas relações comerciais com a Andaluzia²³¹.

Tal facto, associado aos pequenos assaltos da pirataria na costa de Cacela²³², pondo em perigo a sobrevivência dos pescadores e moradores, a par do grande desenvolvimento social, urbano e económico de Tavira, então a principal cidade do Algarve²³³, parecem constituir os principais “entraves” ao crescimento sócio-económico da Vila e do seu Termo.

Embora modesto, o crescimento sócio-económico que se verifica no Concelho de Cacela nas primeiras décadas do século XVI, como sempre muito dependente da agricultura, terá promovido ou proporcionado as obras de (re)construção da Igreja²³⁴ e da Fortaleza²³⁵.

²²⁵ A.N.T.T., *Livro de Mestrados*, fls 199/199 vº

²²⁶ CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p.20

CAVACO, Carminda, *ob.cit.*, 1º vol., p.42-nota (133)

²²⁷ VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *ob.cit.*, vol.II, p.246

IRIA, Alberto, *Da importância geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*, edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976, pp.24-27

GAMA BARROS, Henrique da, *ob.cit.*, tomo IV, p.53

²²⁸ MEDINA, João, MARQUES de ALMEIDA, António, *ob.cit.*, vol.IV, p.120

²²⁹ ROMERO MAGALHÃES, Joaquim, *Algarve Económico durante o século XVI*, edições Cosmos, Lisboa, 1970, p.27

²³⁰ CAVACO, Carminda, *ob.cit.*, p.67

²³¹ VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *ob.cit.*, vol.III, p.322

²³² IRIA, Alberto, *Da importância geopolítica do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*, edição Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976, pp.24-27

²³³ ROMERO MAGALHÃES, Joaquim, *ob.cit.*, p.35

²³⁴ CORREIA, José Eduardo Horta, *Estudo da Arquitectura do Algarve do Manuelino ao Neoclassicismo*, Prova Complementar de Doutoramento em História da Arte, Universidade Nova de Lisboa, s.d., p.40

²³⁵ ALMEIDA, João de, *ob.cit.*, vol.III, p.523

No entanto, na Vila viveriam apenas três moradores²³⁶. A população continuava disseminada pelo espaço agrícola, a viver em quintas, montes e fazendas²³⁷.

Se em 1538, segundo *Visitações Da Ordem de Santiago à Comenda de Cacela*, viviam cem “vizinhos espalhados” pelo seu Termo²³⁸, em 1565 “... achamos que haa nesta Villa cento e cinquenta fogos os quaes todos vivem em suas quintas e montes e na Villa não ha mais casas que ha do prior e da audiencia e o castello com suas casas...”²³⁹.

Além das *Visitações*, as crónicas de Frei João de S.José de 1577 e de Henrique Fernandes Sarrão de 1600, dão-nos uma imagem aproximada do que seria a realidade sócio-económica do Concelho de Cacela, no século XVI.

Segundo o frade da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, o Termo de Cacela tem boas terras de pão, figos e criações e por ele está derramada quase toda a gente da Vila em suas quintas e fazendas²⁴⁰.

Para Sarrão, na sua *História do reino do Algarve* dirigida à D.Manuel de Lencastre, governador e capitão-geral do mesmo reino e comendador-mor da Ordem de Santiago, todos os vizinhos do Termo, que serão 150, estão espalhados por montes, quintas e figueirais, de que a terra é abundante e povoada; são fazendas muito rentáveis que produzem azeite, figos, amêndoas e outros frutos. Na Vila viviam apenas o comendador ou seu logotenente e o prior²⁴¹.

O fenómeno de ruralização que desde a Idade Média se verifica no concelho de Cacela e que se acentua no século XVI irá ganhar expressão no século seguinte, quando se alarga a todo o Algarve²⁴².

O eclipsar da povoação com a perda de população que, como já se referiu, se espalha por todo o concelho, no litoral em quintas e fazendas e na serra em sesmarias²⁴³, parece dever-se essencialmente à falta de condições para habitar na Vila.

A muralha do castelo árabe medieval, parcialmente destruída²⁴⁴ e a fortaleza construída sobre parte daquele, além de apenas defender intra-muros as três casas da Ordem²⁴⁵, apresentar o muro que dá para o mar também em ruínas²⁴⁶, obrigam a população a procurar refúgio no campo, face aos frequentes ataques de corsários e piratas²⁴⁷.

²³⁶ ROMERO MAGALHÃES, Joaquim, *ob.cit.*, p.30

²³⁷ *Id.*, *ib.*, p.30

²³⁸ A.N.T.T., *Visitações*, B.50.189., fl.30 vº

CAVACO, Hugo, “*Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio*”, edição da CMVRSA, 1987, p.208

²³⁹ A.N.T.T., *Visitações*, B.51.230., fl.94 vº

CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p. 285

²⁴⁰ S.JOSÉ, Frei João de, *Corografia do Reino do Algarve*, Livro I-*Descrição Geral do Reyno do Algarve, e todas as Fortalezas e outros lugares em Portugal*, 1577

²⁴¹ SARRÃO, Henrique Fernandes, *História do Reino do Algarve*, 1600, pp.163-169

²⁴² ROMERO MAGALHÃES, Joaquim, *O Algarve Económico (1600-1773)*, edição Editorial Estampa, Lisboa, 1988, pp.128 e 129

²⁴³ ATAHIDE OLIVEIRA, Francisco Xavier d', *Monografia do Concelho de Villa Real de Santo António*, Porto, 1908, p.69

²⁴⁴ SARRÃO, Henrique Fernandes, *ob.cit.*, pp.163-169

A.N.T.T., *Casa do Cadaval*, nº29, fl.26

²⁴⁵ A.N.T.T., *Visitações*, B.51.230., fl.90

CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p. 276

²⁴⁶ A.N.T.T., *Casa do Cadaval*, nº 29, fl.26

²⁴⁷ IRIA, Alberto, *Da importância geopolítica do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*, pp.24-27

ROMERO MAGALHÃES, Joaquim, *ob.cit.*, p.78

BORGES COELHO, António, *Algumas notas sobre o Algarve nos séculos XVI e XVII*, in «*Cadernos Históricos IV*», edição Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 1989, p.51

A descrição que Alexandre Massay faz da Vila em 1617 retrata bem a situação que então se vivia: “...os moradores vivem em redor da V^a em quintas apartadas della...perto della da p.te do mar se deixa de semear por temor que tem de os cossarios lhe queimárem os fructos, e dizem sohião ver pesquár na ditto Praia m^{ts} Pesquadores...os quais não vem pello ditto temor e por estar o Castelo desbaratado e mal provido e peor seguro p^a recolhimento da gente...Em o ditto Castélllo não móra ninguem e o Capitão se desculpa com estár elle arruinádo...”²⁴⁸.

A estrutura sócio-económica e demográfica do concelho caracteriza-se, nos séculos XVII e XVIII, em termos gerais, pela continuação da inexistência de uma população urbana na antiga Vila e por um aumento da população no espaço rural, assim contabilizado:

Fonte	Anos	Fogos/Vizinhos	X3	X4	População estimada
Alves Dias ²⁴⁹	1527	55	165	220	165/220
Visitação da Ordem de Santiago ²⁵⁰	1539	100	300	400	300/400
Visitação da Ordem de Santiago ²⁵¹	1565	150	450	600	450/600
Fernandes Sarrão ²⁵²	1600	150	450	600	450/600
Romero Magalhães ²⁵³	1621	183	549	732	549/732
Pe. Carvalho da Costa ²⁵⁴	1709/12	250	750	1000	750/1000
Pe. Correia de Freitas ²⁵⁵	1758	291	873	1164	873/1164

A economia agrária era o principal suporte da sociedade, embora a exploração da terra, por aplicação das “leis camarárias”, se tornasse ainda mais difícil e ingrata, para quem nela participava.

Inserida estruturalmente numa agricultura de subsistência, a actividade agrícola, já muito penosa, acabou por se agravar com a imposição do regime senhorial por parte das posturas municipais²⁵⁶.

Segundo Hugo Cavaco²⁵⁷ Cacela procurava obter, face à legislação municipal, a sua autonomia dentro de uma economia de subsistência, embora importasse os géneros de que carecia.

Os mesteres existentes: ferreiro, sapateiro, tecelão e moleiro, essencialmente, seriam talvez os necessários e suficientes a uma vivência basicamente agrícola e virada sobre si mesma.

²⁴⁸ A.N.T.T., Casa do Cadaval, n.º29, fl.26

²⁴⁹ ALVES DIAS, João José, *Estratificação Económico-Demográfica do Concelho de Loulé nos finais da Idade Média*, in «Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia», edição da Câmara Municipal de Loulé e da Universidade do Algarve, Loulé, 1987, p.216

²⁵⁰ A.N.T.T., *Visitações*, B.50.189, fl.30 vº

CAVACO, Hugo, “*Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio*”, p. 208

²⁵¹ A.N.T.T., *Visitações*, B.51.230, fl.94 vº

CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p. 285

²⁵² SARRÃO, Henrique Fernandes, *ob.cit.*, p.165

²⁵³ ROMERO MAGALHÃES, Joaquim, *Algarve Económico durante o século XVI*, p.30

²⁵⁴ CAVACO, Hugo, *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*, p.22

²⁵⁵ Id., *Ib.*, p.22

²⁵⁶ CAVACO, Hugo, *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*, pp.85-127

²⁵⁷ Id., *Ib.*, p.43

CAVACO, Hugo, *Cacela no século XVII (Dez Anos de Governo Autárquico)*, edição da Câmara Municipal de V.R.StºAntónio, 1990, pp.55 e 57

Terá sido uma população heterogénea composta também por escravos, ciganos e estrangeiros²⁵⁸ vestindo tecidos pobres²⁵⁹ e sobretudo ligada ao campo, a que Cacela apresentou nos séculos XVII e XVIII.

Reprimida nos seus dinamismos, a Vila não consegue resistir ao abandono a que foi sujeita e à competitividade dos centros urbanos mais próximos²⁶⁰ entrando em processo de decadência até à data da sua extinção como sede de concelho.

Por decreto de 12 de Dezembro de 1775, ditado pela política do consulado pombalino, justificada por "...estar reduzida a d^a V^a de Caçella a poucos habitantes..."²⁶¹ foi abolida a Câmara da Vila e unido o seu Termo ao de Vila Real de Stº António, criado em 1774 pelo Marquês de Pombal.

Embora sem resultado, os habitantes do extinto concelho de Cacela, tentaram que o seu termo não fosse abolido "...pois ainda que fossem no interior da V^a poucos os moradores, esta diminuição não he proxima, nem de annos, he de seculos, e de tempo que não ha memoria, por viverem todos no território, em suas quintas, e fazd^{as}, até o nº de 400 vezinhos..."²⁶².

Mas a Vila de Cacela encontrava-se praticamente em ruínas, aquando da extinção como sede de concelho. De facto, o violento sismo de 1755, fizera-se sentir fortemente no núcleo urbano²⁶³.

A fortaleza, a igreja e as cinco casas existentes para além dos edifícios da Câmara e da paróquia²⁶⁴ haviam sofrido os efeitos de destruição provocados pelo megasismo.

E se a Igreja e o edifício da Misericórdia constituem objecto de especial atenção, sendo rapidamente reconstruídos, os antigos Paços do concelho, ainda se encontravam em ruínas em 1840²⁶⁵.

A (re)construção da fortaleza terminada em 1794²⁶⁶ põe em destaque a adaptação do antigo forte quinhentista à utilização de modernos métodos de combate com base em novas peças de artilharia, o que pressupõe uma aposta na continuação de Cacela como ponto importante na defesa da orla costeira.

A reedificação da antiga Vila, parece ter-se baseado nas directrizes que o poder central detinha para o futuro de Cacela.

²⁵⁸ A.N.T.T., *Registos Paroquiais*-Distrito de Faro, Concelho de V.R.Stº António, Cacela-Baptismos Livros nºs 1 e 6, Óbitos-Livros nºs 2 e 3, 1570 a 1785

²⁵⁹ CAVACO, Hugo, *ob.cit.*, p.43

²⁶⁰ ROMERO MAGALHÃES, Joaquim, *O Algarve Económico* (1600-1773), p.256

²⁶¹ A.N.T.T., *Desembargo do Paço* (Alentejo/Algarve), Maço 539, nº 93, Lisboa, 1777

CAVACO, Hugo, *Cacela no século XVII*, edição da C.M.V.R.S.A., 1990, pp. 65 -67

²⁶² Id., *Ib.*, p. 66

²⁶³ PEREIRA DE SOUSA, Francisco L., *Descrição geral do megasismo no Algarve segundo vários documentos e publicações*, Distrito de Faro, edição Centro de Coordenação Distrital de Protecção Civil de Faro, Lisboa, 1919,p.82

²⁶⁴ Id., *Ib.*, p.82

²⁶⁵ SILVA LOPES, João Batista, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, Edição da Academia Real de Ciências, Lisboa, 1841, p.387

PINHO LEAL; Augusto Soares d'Azevedo Barbosa, *ob.cit.*,vol.II,p.24

²⁶⁶ CALIXTO, Carlos Pereira, *As velhas fortificações do litoral algarvio-o forte de Cacela*, in Jornal «O Dia» de 24 de Fevereiro de 1995

Grande Enciclopédia Luso-Brasileira, vol.V, p.338

Assim, as funções de centro político-administrativo que desde 1283 desempenhava, terminavam com a integração do seu Território no recém-criado concelho de Vila Real de Santo António.

Razão pela qual, os edifícios das extintas Câmara e Cadeia²⁶⁷ continuavam em ruínas, em meados do século XIX.

Por outro lado, a antiga vila continuaria a desempenhar funções de centro militar e religioso, de acordo com a urgência e o empenho com que se realizaram as obras de reconstrução da fortaleza e da igreja.

No último quartel do século XIX a outrora famosa Vila de Cacela estava reduzida a um número limitadíssimo de habitações, segundo Estácio da Veiga²⁶⁸.

O território de Cacela continuou, ao longo do século XIX, o seu “fenómeno de ruralização” com a dispersão da população pelo espaço agrícola²⁶⁹ acabando por criar núcleos populacionais modernos, entre os quais, um novo centro administrativo, junto à antiga EN125, a dois quilómetros da antiga Vila de Cacela e que tomou o nome de Vila Nova de Cacela - sede de freguesia desde 1926²⁷⁰.

4.4. No século XX

A antiga Vila de Cacela passa, a partir de então, a chamar-se impropriamente «Cacela Velha» e/ou «Sítio da Igreja», designações pelas quais é hoje, erradamente, conhecida e cuja correcção urge efectuar.

Embora esvaziada do poder político - administrativo que detivera até 1775 como sede de concelho e a partir de então e até 1926 como sede de freguesia, a antiga Vila de Cacela, uma das sete vilas do Algarve cujo castelo figura no Escudo Nacional²⁷¹, inicia no século XX, sob as impróprias designações referidas, um novo ciclo na sua evolução socio-económica e urbanística, marcado por duas etapas ou fases fundamentais: a primeira metade do século XX e período pós 25 de Abril de 1974 até à actualidade.

Mantendo as funções militar e religiosa que desde sempre tivera, é na primeira metade deste século que a povoação conhece o maior impulso no seu desenvolvimento social e económico, acompanhado pelo crescimento urbano que acabará por ditar os limites do actual núcleo histórico.

De facto, a melhoria das condições de navegabilidade com a existência de uma barra em frente à povoação²⁷² por onde se fazia o acesso ao porto de Tavira, a construção de uma fábrica de tijolos²⁷³ no actual Sítio da Fábrica, 200 metros a poente de Cacela, associado à modernização e aumento da produção agrícola, criaram condições ao desenvolvimento do comércio marítimo, através do aumento das exportações e da actividade pesqueira²⁷⁴, o que irá provocar um claro crescimento urbano e demográfico da antiga Vila.

²⁶⁷ PINHO LEAL, Augusto Soares d’Azevedo, *ob.cit.*, vol.II, p.24

CAVACO, Hugo, *Cacela no século XVII (Dez anos de Governo Autárquico)*, p.9, fig.3

²⁶⁸ ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *ob.cit.*, vol.II, p.397

²⁶⁹ SILVA LOPES, João Batista, *ob.cit.*, p.388

²⁷⁰ Decreto nº12:978-1º semestre, 1927

²⁷¹ Decreto nº12.978, 4 de Janeiro de 1927

²⁷² CAVACO, Carmina, *ob.cit.*, 2º vol., p.254

²⁷³ *Id.,ib.*, p.336

²⁷⁴ CAVACO, Carmina, *ob.cit.*, 1º vol., p.177

Sintomático do conjunto de alterações verificadas nas estruturas sócio-económica e demográfica de Cacela, no início deste século, parecem ser as conclusões que se tiram quando se comparam as ocupações da população da freguesia²⁷⁵ em 1860, 1930 e 1952 respectivamente, através dos casamentos e baptizados então realizados.

		Ocupações profissionais dos noivos e dos padrinhos dos casamentos celebrados em 1860 e dos pais das crianças baptizadas em 1930 e 1952						
		Lavrador	Trabalhador	c/ofício	Marítimo	P.S.P.;G.F.;G.N.R.	Comerciante	outras
1860	46 noivos	20	19	2	5	-	-	-
	50 padrinhos	41	3	4	2	-	-	-
1860	96 homens	61	22	6	7	-	-	-
1930	120 pais	1	67	11	32	5	2	2
1952	104 pais	7	45	12	34	-	4	2

A leitura do quadro permite concluir que, à redução do número de lavradores, correspondeu um aumento significativo do número de marítimos e assiste-se ao aparecimento de duas novas profissões: a de comerciante e a de agente da polícia (PSP) ou da guarda (GNR;GF), esta última directamente relacionada com a implantação do quartel da Guarda Fiscal na fortaleza de Cacela.

Embora os dados digam respeito ao total da freguesia, os resultados da sua leitura podem ser aplicados ao universo do núcleo urbano da antiga Vila de Cacela, onde a população então residente, pertencia essencialmente a famílias de pescadores e de soldados da Guarda Fiscal²⁷⁶. A abertura de um estabelecimento comercial: mercearia e taberna e de um posto de ensino básico revelam a prosperidade económica da povoação e a existência de um grupo etário jovem resultado de um determinado dinamismo social.

A mudança de ocupação profissional verificada, com uma transição da agricultura para a pesca, parece pôr em destaque pela primeira vez, a supremacia da actividade pesqueira sobre a actividade agrícola, em Cacela.

A esta tendência não será estranho o facto de ter havido uma melhoria substancial nas condições naturais para o exercício dessa actividade e do seu desenvolvimento enquanto actividade económica, na altura possivelmente ligada aos êxitos da armação do atum da Abóbora (1,5 quilómetros a oeste de Cacela) e da indústria conserveira em Vila Real de Stº António, um dos principais centros do País.

Também o aumento da produção agrícola, principalmente de frutos secos, como o figo e a amêndoa e posteriormente a alfarroba, associado ao desenvolvimento do comércio marítimo, terá sido outro contributo importante para a densificação do povoamento.

A implementação de um Serviço de Faróis a fim de assinalar a entrada da barra e o canal, assim como de um salva-vidas, como vista à protecção dos barcos de pesca e da frota que entrava na ria para carregar os frutos secos e os tijolos que se exportavam para Gibraltar²⁷⁷, põem em evidência o desenvolvimento portuário de Cacela, na época.

Reflexo da conjugação das potencialidades naturais do território e do dinamismo sócio-económico do meio²⁷⁸ o fabrico de tijolos e a sua exportação juntamente com a de produtos

²⁷⁵ Id./b., p.177

²⁷⁶ Id./b., ob.cit., 1º vol., p.170-fig.62; 2º vol., p.413

²⁷⁷ Id./b., ob.cit., 2º vol., p.336

²⁷⁸ Id./b., ob.cit., 2º vol., p.336

agrícolas, através de um comércio marítimo com alguma importância, rapidamente entra em colapso.

Fruto das limitações portuárias impostas pela evolução natural da restinga arenosa com a migração da barra para levante, o assoreamento do canal de acesso ao cais e a abertura de uma barra artificial em frente à foz do Rio Gilão ²⁷⁹ por onde passou a fazer-se o acesso ao porto de Tavira, a actividade marítima (comércio e pesca) depressa altera o quadro sócio-económico de Cacela.

Condicionada pelo crescimento da ilha-barreira, transformada em península, e pela mobilidade da barra que, ao dificultar a navegação na ria, afastou a frota de cabotagem, os barcos de pesca de tamanho médio e o comércio, a evolução socio-económica de Cacela caracteriza-se a partir da década de quarenta por uma transformação das suas estruturas.

Assim e enquanto se assiste ao desaparecimento do comércio marítimo, as frotas reduzem-se a botes que tanto servem a pesca artesanal junto à costa e na ria, como a criação e apanha de bivalves (ameijoas, berbigão e ostras); ao mesmo tempo que se verifica uma deslocação da actividade pesqueira para Vila Real de Santo António onde a pesca da sardinha em traineiras irá ocupar durante as décadas de 50 e 60 a maioria dos pescadores de Cacela.

As artes tradicionais pescavam mal e continuavam a ser consideradas como meios de sobrevivência, miseráveis, dos marítimos mais desfavorecidos²⁸⁰ o que, a par da crise da pesca da sardinha, que se acentua a partir da década de 60, irá proporcionar, com a partida da população jovem, o desenvolvimento de estruturas etárias envelhecidas.

Será uma população cada vez em menor número, com uma diminuição considerável da dimensão média das famílias, profissionalmente demasiado conformista e apresentando um envelhecimento rápido, a que Cacela apresenta, quando em Portugal se conquista a liberdade.

A consolidação do regime democrático e de políticas de aproximação à Europa, proporcionaram a entrada de capitais estrangeiros no país, o que em Cacela se manifestou com a aquisição de imóveis, entretando herdados por uma geração migrada e que face ao poder de compra de alemães, suíços e outros, rapidamente vende o “património” que tinha passado dos seus avós para os seus pais e destes para eles.

De facto é a evolução de três gerações das mesmas famílias que acabará por marcar em termos urbanos e sociais, durante o século XX, o actual núcleo urbano do seguinte modo²⁸¹:

Anos	nº fogos habitados	nº habitantes
1911	-	100
1928	26	109
1940	24	85
1960	24	72
1975	20	63
1990	17	53

²⁷⁹ WEINHOLTZ, Manuel de Bivar, *Contribuição para o Estudo da Evolução das Flechas de Areia na Costa Sotavento do Algarve*, Direcção-Geral de Portos, Lisboa, 1978, p.23

²⁸⁰ CAVACO, Carmina, *ob.cit.*, 2º vol., p.466

²⁸¹ *Id., Ib., ob.cit.*, 1º vol., p.170. fig.62

Registos Cíveis entre 1915 e 1965 in Conservatória do Registo Civil de V.R.Stº.António
De fonte directa a partir de conversas com os habitantes mais idosos da povoação

Com a morte e envelhecimento das primeiras gerações e a migração, em procura de melhores condições de vida(?), por parte da última geração, que acabou por vender e/ou alugar o “património” herdado, Cacela assiste a uma diminuição da sua “população autóctone” e à sua substituição por uma população não residente (na sua maioria estrangeira) que aqui adquire segunda habitação.

De facto, o desenvolvimento do turismo, irá influenciar, decisivamente, a realidade sócio-económica local.

A povoação, com metade dos edifícios vendidos e alugados para férias e com dois restaurantes especializados em peixe e mariscos, torna-se, paulatinamente, numa “aldeia turística”...antiga.

4.5. Análise socio - económica do núcleo histórico e da zona especial de protecção em 1997

Procedeu-se através do inquérito, segundo ficha em anexo, a um levantamento das populações residente e ocasional.

O universo em análise corresponde ao número total de fogos existentes na área de intervenção: 36 fogos no núcleo histórico de Cacela e 7 fogos na zona especial de protecção; e ao número total de residentes permanentes: 42 no núcleo histórico e 5 na zona de protecção.

Realizado porta a porta, o inquérito pretende caracterizar a actual realidade sócio-económica na área objecto de estudo, com vista ao diagnóstico dos principais problemas, carências e aspirações das populações.

A recolha de dados gerais com o fim de caracterizar a situação sócio-económica da povoação e a recolha de dados particulares tendo como finalidade a elaboração de uma ficha cadastral para cada fogo de modo a identificar proprietários, inquilinos e estimar a apetência e o interesse das populações na conservação, recuperação e valorização dos imóveis, permite ainda avaliar as condições de vida existentes.

Tendo como base fundamental os guiões utilizados na elaboração dos Planos de Salvaguarda e Valorização do Centros Históricos de Mértola e Tavira²⁸², com as devidas adaptações à realidade de Cacela que apresenta um reduzido número de fogos e de habitantes e cujo conhecimento prévio permitiu a colocação de questões específicas, chegou-se à seguinte análise dos resultados:

4.5.1. Estatuto e ocupação dos fogos no núcleo histórico de Cacela - (nhC) e na zona especial de protecção - (zep)

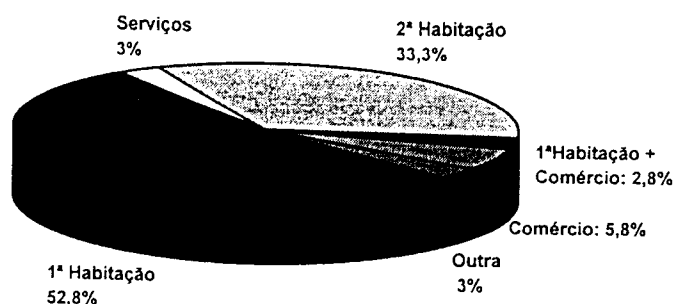
	nhC	zep	nhC	zep
ocupados permanentemente	20		55,6%	
ocupados sazonalmente	12	6	33,3%	85,7%
não ocupados	4	1	11,1%	14,3%
total	36	7	100%	100%

²⁸² FÉLIX, Ana Paula *et alii*, *Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Mértola*, Gabinete Técnico Local, Mértola, 1992

DUARTE, Carlos; LAMAS, José, *Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira*, Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano, Lisboa, 1989

4.5.2. Finalidade e tipo de utilização dos fogos do nhC

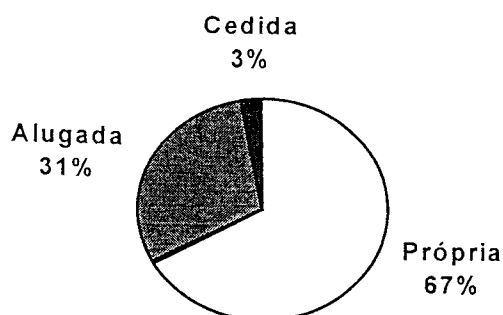
1ª habitação	19 (3 devolutos)	1	52,8%	16,7%
2ª habitação	12	5	33,3%	83,3%
1ª hab+comércio	1	-	2,8%	-
comércio	2	-	5,5%	-
serviços	1	-	2,8%	-
outra	1	-	2,8%	-
total	36	6	100%	100%



A função que predomina no núcleo histórico é a habitação com 86%, integrando primeira e segunda habitação, mas excluindo a função mista de primeira habitação e comércio. Segue-se a função comercial: um restaurante e uma pastelaria ocupando a área total dos respectivos fogos, dividindo a função comercial - pequena marisqueira - com a habitação a área de um fogo, como já se referiu, numa situação mista de comércio e habitação. Com igual percentagem de finalidade de utilização, há a destacar um fogo, destinado ao serviço prestado pela Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Cacela e outro fogo, utilizado como armazém.

Tipo de Utilização

	nhC	zep	nhC	zep
própria	24	7	66,6%	100%
alugada	11	-	30,6%	-
cedida	1	-	2,8%	-
total	36	7	100%	100%



No núcleo histórico predominam os fogos próprios, cerca de 67%, havendo um único caso de cedência que diz respeito ao fogo onde está instalada a sede da Associação de Defesa do Património, cedido pela Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela.

Dos onze fogos para aluguer, apenas quatro correspondem a residência permanente. Dos restantes sete fogos, três encontram-se devolutos e os outros quatro fogos são alugados, sazonalmente, a turistas.

Dos sete fogos existentes na zona especial de protecção, apenas um fogo é habitado permanentemente e pelo proprietário.

4.5.3. Ramos de actividades e número de trabalhadores

As estruturas comerciais existentes: restaurante, casa de pasto/marisqueira e pastelaria, constituem pequenas empresas familiares onde trabalham as respectivas famílias.

Apenas o restaurante emprega, sazonalmente, três ou quatro indivíduos como empregados de mesa e ajudantes de cozinha.

São famílias que vivem essencialmente no local, excepto a proprietária da pastelaria que reside a cerca de 15 quilómetros.

A única estrutura de serviço existente, exceptuando o quartel da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana que opera na fortaleza, a igreja e o cemitério, é a Associação de Defesa do Património, mas que não emprega qualquer pessoa.

4.5.4. Análise demográfica e sócio-económica

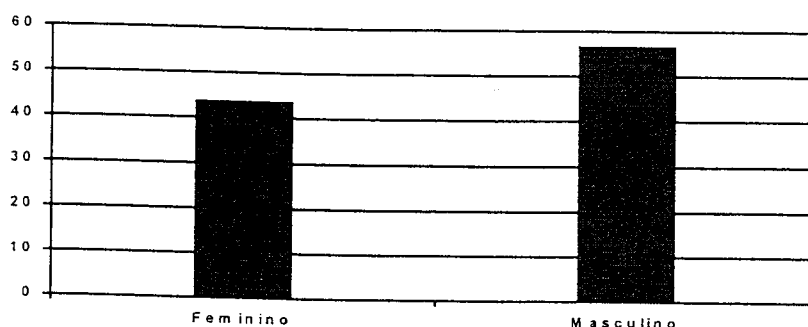
Residem no núcleo histórico 42 habitantes e na zona de protecção são 5 os residentes.

Relativamente à população que aqui possui segunda habitação, contabilizam-se 25 indivíduos no núcleo histórico e 9 na zona de protecção, que permanecem pelo menos duas semanas durante o ano, principalmente no verão.

Daqui se pode concluir que a população residente em Cacela, estimada em 42 habitantes, sofre um acréscimo considerável no Verão, fundamentalmente em Agosto, quando a população pode chegar a ultrapassar os 70 indivíduos.

Composição da população residente, por sexo

sexo ratio	nhC	zep	nhC	zep
masculino	23	3	54,8%	60%
feminino	19	2	45,2%	40%
total	42	5	100%	100%

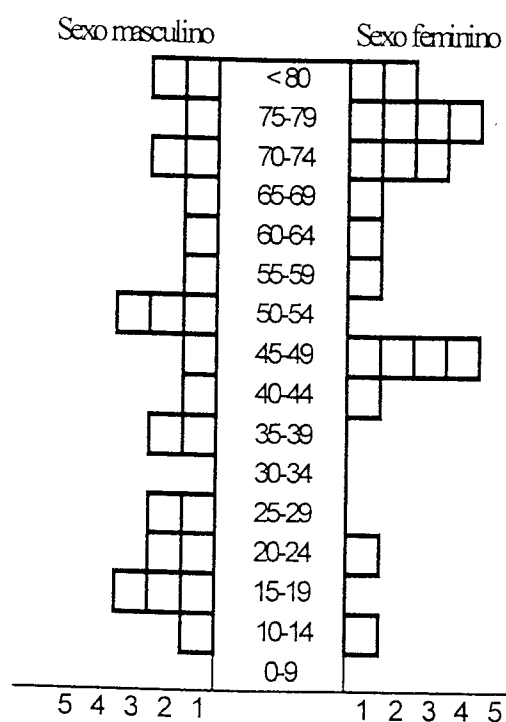


Relativamente à população residente, nota-se um relativo desequilíbrio em função do sexo masculino (54,8%), tendo a ver, essencialmente, com os descendentes menores de 19 anos, numa relação de quatro rapazes para uma rapariga.

População por sexos e classes etárias

	masculino	feminino	total	%
0-9	0	0	0	
10-14	1	1	2	4,8
15-19	3	0	3	7,1
20-24	2	1	3	7,1
25-29	2	0	2	4,8
30-34	0	0	0	-
35-39	2	0	2	4,8
40-44	1	1	2	4,8
45-49	1	4	5	11,9
50-54	3	0	3	7,1
55-59	1	1	2	4,8
60-64	1	1	2	4,8
65-69	1	1	2	4,8
70-74	2	3	5	11,9
75-79	1	4	5	11,9
+80	2	2	4	9,4

Pirâmide etária da população residente no núcleo histórico



Estrutura etária

classes etárias	nº habitantes	%
0-9	0	-
10-19	5	11,9
20-64	21	50
+65	16	38,1

Como se pode verificar, a população encontra-se muito envelhecida, devido ao peso excessivo do conjunto de classes etárias correspondentes à idade de reforma, ou seja, superiores a 65 anos, que representam no seu total cerca de 38% do total da população, da qual 33% tem mais de 70 anos.

Embora a população seja, maioritariamente masculina, cerca de 55%, é o sexo feminino que, com um maior peso nas classes etárias superiores, contribui para o envelhecimento da população, justificada por apresentar, normalmente, maior longevidade.

O facto de a população de Cacela corresponder, fundamentalmente, como já se referiu, à evolução de três ou quatro gerações das mesmas famílias, é sintomático na leitura que se extrai da sua composição e estrutura etária.

As quatro classes etárias que se apresentam são na sua maioria constituídas por avós, pais e filhos das mesmas famílias, com especial referência para três famílias constituídas por 25 indivíduos que representam 60% da população total.

Há, ainda a salientar, o facto da existência de algumas classes sem representação, sobretudo até aos 9 anos de idade e entre os 30 e 34 anos, que poderá ser considerada a consequência lógica do exposto anteriormente.

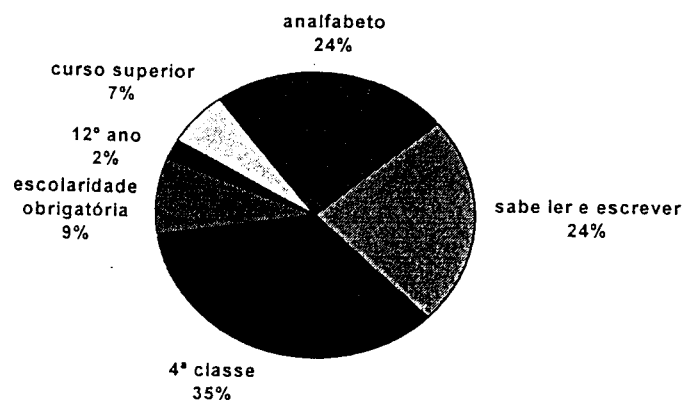
O agregado familiar que vive na zona de protecção é constituída por um casal jovem integrado no sector terciário, com três filhos com idades compreendidas entre os 4 e os 14 anos de idade.

Grau de instrução

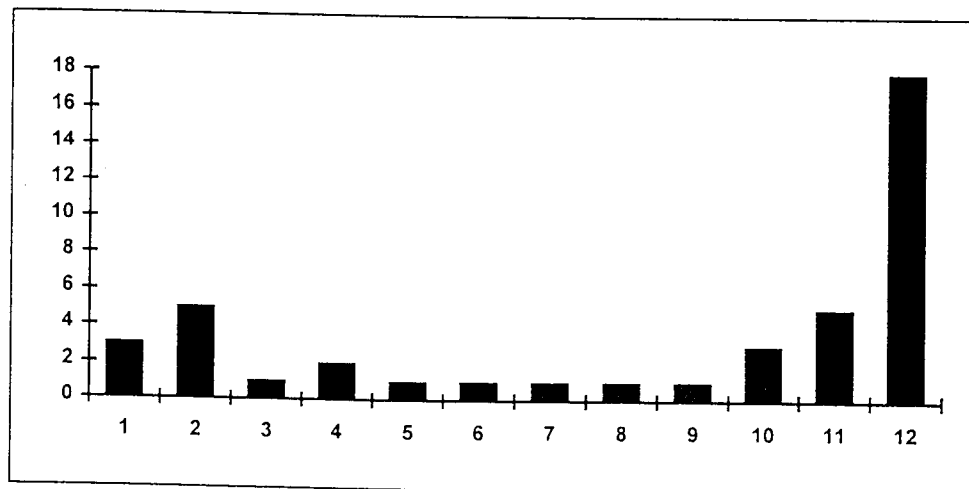
Quanto ao grau de instrução, conclui-se que 26,2% da população é analfabeta e igual percentagem da população apenas sabe ler e escrever, com maiores ou menores dificuldades, o que perfaz um total de cerca de 52% de residentes que não tem a 4ª classe.

O analfabetismo tem a mesma taxa de incidência nos dois sexos, sobretudo nas idades superiores aos 60 anos, sendo reflexo de um passado recente, em que principalmente na província, não se dava prioridade à formação escolar, apesar de em Cacela ter existido um posto escolar durante o primeiro quartel deste século, o que poderia ter possibilitado um acesso mais fácil à educação.

	masculino	feminino	total	%
analfabeto	5	6	11	26,2
sabe ler e escrever	4	7	11	26,2
tem a 4ª classe	9	4	13	31
escolaridade obrigatória	2	2	4	9,4
até ao 12º ano	1	0	1	2,4
curso médio	0	0	0	-
curso superior	2	0	2	4,8
total	26	20	46	100



Profissões



- 1- pescadores
- 2- comerciantes e empregados de comércio
- 3- mecânico
- 4- trabalhadores da construção civil
- 5- empregados de serviços
- 6- força paramilitar (agente da BF-GNR)
- 7- médico
- 8- arquitecto paisagista
- 9- desempregados
- 10- estudantes(< 19 anos)
- 11- domésticas
- 12- reformados/pensionistas] grupos residuais

Distribuição da população por classes etárias e grupos sócio-profissionais

	Pescad.	Comer.	T.ind.	C.civil	Serviç.	Milit.	Téc.Sup.	Desemp.	Estud.	Domést.	Ref/Pen.	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7,8)	(9)	(10)	(11)	(12)	
0-9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
10-14	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
15-19	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
20-24	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	3
25-29	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
30-34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
35-39	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
40-44	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2
45-49	-	1	-	-	-	1	-	-	-	3	-	5
50-54	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
55-59	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
60-64	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
>65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Total	3	5	1	2	1	1	2	1	3	5	18	42

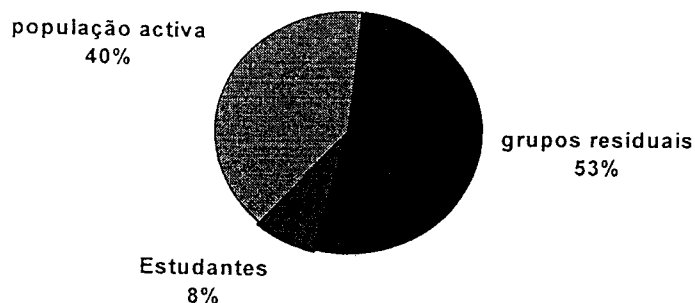
População activa e grupos sócio profissionais

A população considerada como activa, incluindo o desempregado, de longa duração, está quantificada em 16 indivíduos, correspondendo a apenas 38% da população.

Estatuto da população

Estudantes menores de 19 anos	3	7,2%
População activa	16	38%
Grupos residuais	23	54,8%

Consideram-se parte integrante dos grupos sócio-profissionais residuais, as domésticas e os reformados e pensionistas que perfazem mais de metade da população residente, o que demonstra a sua baixa taxa de actividade.



Distribuição da população por sectores de actividade

Primário	3	18,8 %
Secundário	3	18,8 %
Terciário	10	62,4 %
Total	16	100 %

O emprego é maioritariamente terciário, mais de 60%, e depende directamente da existência de similares de hotelaria (restaurante e casa de pasto/marisqueira) explorados por duas das famílias mais numerosas da povoação, empregando alguns dos seus membros.

A análise do quadro e sua confrontação com os vários tipos de profissões, permite concluir que dentro do sector terciário é o ramo do comércio (donos dos restaurantes e seus familiares empregados) que fornece, como se referiu, os quantitativos mais importantes.

O peso do emprego na restauração, baseia-se no desenvolvimento do turismo e na forte procura de uma gastronomia que tem no peixe fresco e nos mariscos da ria, a sua principal atracção.

Se o quartel da Brigada Fiscal da GNR na fortaleza, justifica a residência do agente daquela corporação militar, a forte ligação com o local e a sua riqueza paisagística e cultural será a responsável pela opção em viver em Cacela, por parte do arquitecto e do médico.

Ao sector primário, correspondem os pescadores cujo número tem vindo a diminuir à medida que vão envelhecendo.

Os três pescadores ainda existentes, desenvolvem uma pesca artesanal em pequenos botes, no interior da ria e junto à costa, quando a ondulação permite.

Esta actividade profissional, outrora a grande empregadora da população, poderá a curto/médio prazo extinguir-se como primeira actividade, apesar dos reformados continuarem a praticar a pesca como complemento do orçamento familiar, dadas as parcas reformas.

No sector secundário, o emprego corresponde a dois casos de operários da construção civil (dois jovens que cumpriram recentemente o serviço militar obrigatório), e a um mecânico.

O desempregado, com cinquenta anos e sem formação, só esporadicamente se encontra ocupado.

Por sua vez, os estudantes, um no primeiro ciclo, um no segundo ciclo e outro a frequentar o 1º ano de um curso universitário, todos com menos de 19 anos, continuarão os seus estudos por mais algum tempo, segundo informação das respectivas famílias.

Nos chamados “grupos residuais” encontram-se incluídas as cinco domésticas, correspondendo duas delas a situações de desemprego ou de trabalho precário não declarado e a dezoito reformados e pensionistas, na sua grande maioria idosos, com mais de 70 anos, que constituem cerca de 40% do total dos habitantes do núcleo histórico de Cacela.

Há uma sobrevalorização nas domésticas, pela sazonalidade e precariedade do emprego e nos reformados, por manifesto envelhecimento da população, embora continuem a manter-se ocupados numa pesca e/ou numa agricultura de auto-subsistência.

Mobilidade socio-profissional

Ao procurar-se identificar as principais alternâncias dos distintos grupos sócio-profissionais, verificou-se que foram essencialmente os reformados e pensionistas que aumentaram o seu número, de forma bastante acentuada, à custa de outros grupos, sobretudo pescadores e

domésticas, por terem transitado para regimes de reforma ou pensão social por motivos de idade.

Há também que realçar a fixação na vila de ex-estudantes ou jovens sem profissão definida, como é o caso evidente dos filhos dos proprietários dos restaurantes, embora também se tivesse verificado a saída de outros que, apesar de passarem a viver noutra local, continuam a trabalhar na povoação.

Por sua vez, as domésticas, por dificuldades na manutenção do anterior “emprego”, pelas razões já apontadas, viram o seu número aumentar.

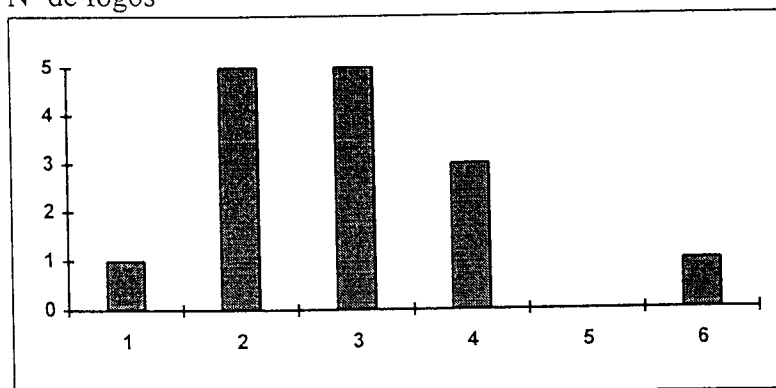
Habitantes por fogo

Dos 20 fogos destinados a primeira habitação, incluindo o fogo com ocupação mista (1ª habitação e comércio), três encontram-se devolutos, o que significa que foram contabilizados 17 fogos ocupados. Destes, há quatro que, repartidos por dois edifícios, são habitados por duas famílias de dois e quatro elementos. Relativamente aos restantes, verifica-se uma relação de família por fogo.

Os fogos com dois e três habitantes constituem, sem quantificar a excepção anteriormente apontada, 58,8% do total. Ou seja, a maioria dos fogos são ocupados por famílias com dois e três membros a que correspondem respectivamente casais (4 casos) ou mãe e filho (dois casos) e casal com filho (4 casos).

A família mais numerosa tem seis elementos e apenas existe uma pessoa, idosa, a viver só. Por fim, a média de indivíduos por fogo habitado é de 2,47.

Nº de fogos



habitantes/fogo

Não estão representados os casos excepcionais das duas famílias acima referidas que, com dois e quatro elementos, habitam quatro fogos, em dois edifícios.

Situação económica dos residentes

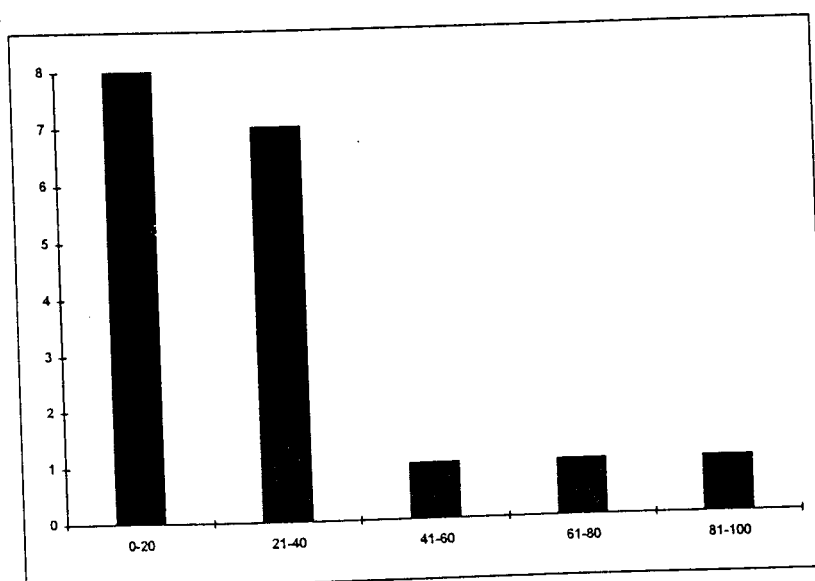
Esta é uma questão de extrema importância pois permite avaliar a capacidade financeira dos próprios residentes em suportarem e efectuarem obras de conservação e valorização nos imóveis.

Se os valores das reformas e pensões sociais e dos rendimentos de quem trabalha por contra de outrém são exactos, os valores correspondentes ao exercício da actividade de comerciante e de pescador, por não corresponderem a ordenados fixos e constantes, são valores estimados pelos próprios podendo considerarem-se muito próximo do real. Foram, assim, recolhidos os seguintes elementos:

- rendimento médio da população activa:
99.500\$
- rendimento médio dos reformados e pensionistas: 26.600\$
- média do rendimento per capita por agregado: 43.000\$
- rendimento per capita:
46.500\$

Rendimento médio dos reformados e pensionistas

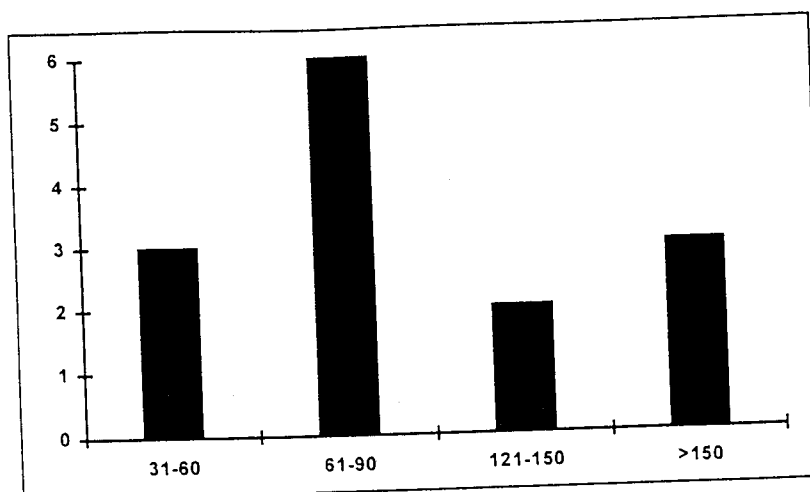
Nº de pessoas



classes de rendimentos em contos

Rendimento médio por pessoa activa

Nº de pessoas



classes de rendimentos em contos

No rendimento médio da população activa, foram contabilizados 16 casos, apresentando-se um resultado médio de 99.500\$, incluindo-se 37,5% dos rendimentos mensais na classe dos 61.000\$ aos 90.000\$, contribuindo para isso, os pescadores e os operários da construção civil. Se 20% da população ganha mais de 150.000\$ mensais, caso dos comerciantes e dos técnicos, 25% tem ordenados inferiores a 60.000\$.

O rendimento médio da população activa, cerca de 100.000\$, deve-se ao facto de, por um lado, praticamente 1/5 dos seus efectivos ter um rendimento próximo ou superior a 200.000\$ e, por outro lado, a contabilização de um desempregado, portanto com vencimento nulo.

No rendimento médio dos reformados e pensionistas, foram quantificados 18 casos, com um rendimento médio de 26.800\$, verificando-se que 44% das reformas apresentam valores inferiores a 20.000\$, respeitantes a pensões e reformas da Segurança Social e da Caixa Nacional de Pensões, incluindo-se nesta classe de rendimento os cônjuges, em número de quatro, que recebem, unicamente, entre três e cinco mil escudos mensais.

As baixas reformas e pensões testemunham a ineficaz protecção social dada às actividades do sector primário, pois os reformados e pensionistas de Cacela correspondem, basicamente, a ex-pescadores, domésticas e trabalhadores rurais.

No rendimento *per capita* contabilizaram-se para os 15 agregados as 42 pessoas que os constituem, alcançando-se um valor de 2.069.000\$, dando um valor médio de 49.262\$ por habitante.

O valor estimado do rendimento *per capita* para Portugal, com base no P.N.B. para 199(?) é superior a-----, estando Cacela numa situação bem pior.

A situação económica dos residentes denota uma grande heterogeneidade, assintindo-se por um lado, a baixos valores nos rendimentos das pessoas mais idosas por motivos de reforma e, por outro lado, a valores bastante mais elevados, correspondentes essencialmente às famílias proprietárias dos estabelecimentos comerciais.

Embora estas constituam as famílias com maior número de elementos, a sua situação de desafogo económico contrasta com o de algumas famílias de reformados ou não que, confrontados com rendimentos inferiores à média, passam algumas dificuldades.

4.5.5 Caracterização dos trabalhadores no núcleo histórico

Trabalham em Cacela 17 indivíduos, todos do sexo masculino, excepto a proprietária da pastelaria e duas empregadas do restaurante.

Além destas, são todos agentes da Brigada Fiscal da G.N.R., excepto um empregado do restaurante, o padre que diariamente celebra na igreja e o coveiro do cemitério paroquial.

De todos eles só um agente da G.N.R. reside na povoação. Os restantes vivem noutros locais da freguesia ou do concelho e, inclusivé, nos concelhos limítrofes.

Cacela continua, desde pelo menos os tempos da Reconquista, a manter as funções militar e religiosa. A fortaleza e a igreja continuam a perpetuar as funções históricas associadas à reconquista e à nacionalidade.

A vigilância da costa e a celebração de rituais religiosos como casamentos, missas e funerais, continuam a ter em Cacela um palco privilegiado.

A igreja e o cemitério, ínicos na freguesia, são responsáveis pela grande afluência de público à povoação.

E embora esta exerça influência sobre uma vasta área envolvente, o emprego que proporciona não ajuda a fixação da população, pela forte competitividade que o turismo proporciona, preferindo os proprietários dos fogos desocupados o aluguer sazonal ou a venda a quem tem maior poder aquisitivo.

4.5.6. Caracterização dos proprietários dos fogos e dos utentes não proprietários

Os 36 fogos existentes têm 25 proprietários, todos particulares individuais ou grupos de herdeiros, excepto dois que são propriedade de instituições/entidades, neste caso a paróquia com dois fogos e a Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela, com um fogo. Dos proprietários particulares, dois têm três fogos e seis têm dois fogos; destes proprietários, um é constituído por um grupo de herdeiros.

Particulares individuais

Composição por sexo e idade

Consideraram-se 21 proprietários particulares individuais, dos quais 50% são do sexo masculino e a outra metade do sexo feminino, com uma idade média de 65 anos para os primeiros e de 55 anos para os segundos.

Apesar de 45% dos proprietários ter idades que variam entre os 65 e os 84 anos, não pesa na forma como encaram a conservação e beneficiação dos fogos.

Origem geográfica

Dos 21 proprietários individuais mais de metade são naturais de Cacela ou lá vivem há mais de 30 anos e 25% são considerados turistas, nacionais e estrangeiros.

Sem se incluírem nas categorias referidas, destacam-se o caso do médico que, sendo de Lisboa e habitando em V.R.Stº António há mais de 10 anos, vive agora em Cacela e o caso da proprietária da pastelaria, que pertence ao concelho de Tavira.

Local de residência

A residir na povoação encontram-se 50% dos proprietários, vivendo 15% na região de Lisboa e 15% em países europeus, como a Alemanha e a Suíça.

Dos 11 proprietários residentes em Cacela, 5 possuem 11 fogos (31% do número total de fogos), ocupados por eles, pelos seus familiares e pelos seus “negócios”.

Caracterização dos utentes não-proprietários

Tem-se, por um lado, a Associação de Defesa, Recuperação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela que, fundada em Maio de 1990, ocupa desde 1993 um fogo cedido pela Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela; e, por outro lado, os particulares individuais. Relativamente a estes, consideram-se os residentes que, não sendo proprietários, não têm qualquer tipo de laço familiar com os proprietários dos fogos.

Composição por sexo e idade

Dos 10 residentes não-proprietários, a viver em 4 fogos, 50% são do sexo masculino e a outra metade do sexo feminino, apresentando uma idade média de 51 anos.

Origem geográfica

À semelhança dos proprietários, os utentes/inquilinos são, maioritariamente, originários de Cacela ou cá vivem há mais de 40 anos. Apenas a família do soldado da GNR, constituída por três elementos, não é originária do local, tendo vindo do concelho de Serpa, há mais de 20 anos.

Início de utilização do fogo, contrato de arrendamento e rendas mensais.

Dos quatro casos de aluguer registados, o início de utilização dos respectivos fogos verificou-se, predominantemente, há mais de 30 anos, com um único caso cujo início se deu há mais de 15 anos, não possuindo nenhum deles contrato de arrendamento.

As rendas mensais variam entre 400\$ e os 1.200\$, rondando na ordem dos 650\$ a média total.

4.5.7. Aspectos gerais

Férias dos residentes do núcleo histórico de Cacela

A realização de férias por parte dos residentes, onde e por quanto tempo, são questões que indicam o seu padrão “sócio económico” e as suas potenciais capacidades financeiras.

A grande maioria da população, cerca de 90%, não faz férias. Se cerca de 40% corresponde à população em idade de reforma e que, por motivos económicos e de “saúde” e por hábitos

culturais as não pratica, a restante percentagem da população respondeu também negativamente por motivos que se prendem com a ocupação profissional e com o facto de Cacela dispôr de boas condições para férias, nomeadamente praia, não sentindo necessidade de sair da povoação.

Foram apenas 11% no total de 42 inquiridos os que disseram que faziam férias, com alguma frequência e por um período de uma ou duas semanas, no país e/ou no estrangeiro.

Outras questões colocadas aos residentes

Ao pretender-se saber se sempre teriam habitado em Cacela, como encaram o facto de aqui habitar e que razões os conduziriam a preferir a mudança do local de residência, conclui-se que cerca de 65% da população viveu sempre na povoação e que 20% vive nela há mais de 20 anos.

Dos restantes 15% dos residentes há quem evoque como razões para viver em Cacela, as relacionadas com o casamento, a profissão e a qualidade de vida e beleza do local.

Sobre uma possível mudança de residência, cerca de 80% pretende permanecer no local, demonstrando que existem laços estreitos com a “terra”, argumentando a maioria que já os seus antepassados aqui viviam e que este é um óptimo local para se viver, embora não o considerem “perfeito”.

Dos que se pretendem mudar, a escolha como local da nova residência recairia sobre as sedes de freguesia e de concelho, locais com melhores perspectivas de vida, segundo eles.

Residentes ocasionais: população flutuante que possui 2ª habitação em Cacela

A importância de saber se os habitantes ocasionais denotavam interesse em residir permanentemente em Cacela, o que os motivava e o período de tempo que aí passam enquanto população ocasional, permitiu algumas conclusões. Dos 17 inquiridos, cerca de 41% são estrangeiros e idêntica percentagem é constituída por uma população que habita a Grande Lisboa.

Acerca da eventualidade de poder habitar permanentemente em Cacela, apenas os estrangeiros, em número de 5, demonstraram interesse, embora a médio/longo prazo, por razões de ordem profissional e em condições semelhantes às existentes.

No que diz respeito ao tempo de permanência na povoação, 8 permanecem geralmente 2 semanas, 4 passam em Cacela cerca de 1 mês e 5 habitam mais que 1 mês por ano, chegando 3 deles a permanecer alguns meses.

4.5.8. Problemas e aspirações da população residente

Os actuais problemas de Cacela que mais afligem a população são, por ordem decrescente da sua importância: a erosão do cordão dunar e o assoreamento da ria, considerada grave por 13 habitantes, ou seja, 31% dos residentes; o tráfego automóvel e o estacionamento dentro do núcleo histórico, com 14% da população, seis indivíduos, preocupada com a sua resolução; a falta de transportes públicos, que recebeu a reclamação de cinco pessoas, isto é, 12% dos moradores; as contínuas ampliações do cemitério que, para 12% da população, detém uma

dimensão exagerada relativamente à povoação; a degradação e aluimento da muralha é também uma preocupação real para igual número de habitantes; a inexistência de uma mercearia é considerado um problema para quatro moradores; o mau funcionamento da rede de esgotos domésticos mereceu o repúdio de dois residentes e, com igual percentagem de opinião, a dificuldade de obter licenciamento para construir em Cacela e a possível emissão de radioactividade por parte do radar instalado na fortaleza.

No que diz respeito às aspirações e às perspectivas da população residente, as propostas de desenvolvimento passam, na sua maioria, por questões directamente ligadas ao turismo como gerador de riqueza e de emprego, nomeadamente com a criação de um núcleo museológico relacionado com o património arqueológico e natural da antiga Vila e da Ria Formosa.

Para a população mais idosa, a abertura de um estabelecimento comercial tipo mercearia, dirigido para as suas necessidades básicas diárias e a possibilidade de tomar um transporte público, são essenciais ao desenvolvimento do núcleo histórico.

O incremento do emprego e a promoção turística são encarados, para os mais velhos, como vectores de desenvolvimento e como forma de Cacela não deixar de ter habitantes permanentes.

Relativamente ao interesse dos residente em investir no próprio local, só os indivíduos ligados aos estabelecimentos comerciais existentes mostram alguma intenção, nomeadamente na aquisição de fogos para posterior aluguer a turistas.

Bens que possuem os habitantes e onde os adquirem

De modo a possibilitar a avaliação da capacidade económica dos 15 agregados familiares residentes em Cacela, registaram-se os bens que possuem.

	Sim	%	Não	%
automóvel	6	40	9	60
barco	8	53,3	7	46,7
televisor	14	93,3	1	6,7
frigorífico	14	93,3	1	6,7
máquina de lavar	12	80	3	20
telefone	10	66,7	5	33,3

Verifica-se que os electrodomésticos e os televisores são bens generalizados. O único agregado que não os possui alega a inexistência de electricidade em casa.

Das seis famílias que possuem automóvel, três delas detêm dois automóveis, o que equivale a dizer que existem nove automóveis na povoação, pertencentes aos agregados mais jovens e com maior poder económico.

Dos doze barcos existentes, seis são propriedade de três pescadores; os restantes, são barcos tradicionais, a remos, utilizados na ria.

A aquisição de “bens” como produtos alimentares e electrodomésticos, é satisfeita maioritariamente em Vila Nova de Cacela, sendo o pão, diariamente, e alguns artigos de mercearia, semanalmente, comprados na própria povoação, através de venda ambulante.

Apesar de algum vestuário ser adquirido no mercado mensal que acontece na sede de freguesia, a sua compra é feita, fundamentalmente, em Tavira e Vila Real StºAntónio.

É também nesta cidade e em Olhão que é satisfeita a aquisição de apetrechos de pesca.

Por seu lado, a aquisição de serviços como de farmácia e médico de clínica geral, faz-se em Vila Nova de Cacela, recorrendo a população a Faro e Lisboa para consultar um médico especialista.

Cabe aqui referir que determinados produtos alimentares, como o peixe e outros produtos, neste caso agrícolas, como batatas, feijão e certos legumes, podem ser comprados a vizinhos, na própria povoação.

Recuperação do núcleo histórico e da paisagem envolvente

Relativamente às acções de conservação e recuperação dos imóveis com apoio técnico-financeiro a prestar por entidades públicas, como a Câmara Municipal de Vila Real Stº António e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, a totalidade dos proprietários mostrou-se bastante interessada.

Os poucos inquilinos existentes também despertam interesse em tal medida, uma vez que não dispõem de meios próprios para o fazer e porque os proprietários se negam a obras de beneficiação, por as rendas serem bastante baixas.

Para isso, não se importariam de provisoriamente transferirem o local de residência, mas nunca para muito longe de Cacela, essencialmente por razões de ordem profissional.

Quanto à recuperação, salvaguarda e valorização do núcleo histórico e da paisagem envolvente, nomeadamente da Ria Formosa, são unânimes quanto à sua importância, variando as razões que justificam as necessárias intervenções.

Contudo, os principais motivos para a sua realização têm a ver, fundamentalmente, com a possibilidade de se evitar a degradação do património construído e natural, como as dunas, é o que pensa cerca de 36% da população - 15 moradores; com o arranjo das habitações e a melhoria das suas condições é o que considera 26% da população - 11 moradores; com o embelezamento da povoação e das suas envolventes, opinam 21% dos habitantes - 9 moradores; e com o desenvolvimento do turismo é o que pensa cerca de 17% da população residente, ou seja, 7 indivíduos.

Turismo

Sobre o turismo, a opinião geral da população é positiva, considerando-o uma forma de atracção de iniciativas, geradora de emprego e riqueza.

As suas principais consequências são, para 33% da população - 14 habitantes, o facto de ser óptimo para o comércio existente; fomenta emprego é o que consideram oito dos habitantes, ou seja, 19 % da população opinando a mesma percentagem que o turismo permite revitalizar a povoação em termos sociais, embora sazonalmente; e pouco mais de 16% da população - 7 habitantes - refere que melhora as condições de vida dos residentes e cerca de 14% - seis moradores - mostram-se indiferentes; um habitante não soube responder.

Há no entanto, algumas pessoas que consideram não existir a mínima vantagem no incremento do turismo, podendo mesmo ser incomodativo por motivos de um aumento do barulho e diminuição da privacidade que tanto prezam, por a povoação ser muito pequena e acolher muitos turistas na época alta.

Embora a população se mostre interessada no turismo cultural e ambiental, considerando-o o tipo de turismo mais adequado para Cacela, metade dos proprietários residentes não aproveitaria a casa para turismo nem realizaria obras para adaptação para o mesmo fim.

Ao ser confrontada com outras questões, como as relacionadas com a ampliação do cemitério e a impossibilidade do público visitar a fortaleza, a população é unânime em pronunciar-se desfavoravelmente às frequentes ampliações do cemitério e ao facto de a fortaleza se encontrar permanentemente fechada ao público.

4.5.9. Conclusões

No núcleo histórico de Cacela a habitação predomina sobre as restantes funções, em estatuto de “casa própria”.

No entanto, apenas 17 dos 36 fogos existentes, ou seja, menos de metade do número total de fogos, constitui residência permanente.

Existem 12 fogos que são utilizados como casas de férias, ou pelos seus proprietários ou por turistas, a quem são alugadas.

O comércio, representado por dois restaurantes e uma pastelaria, ocupa três fogos, sendo um deles partilhado com habitação.

Apenas um fogo tem por finalidade de utilização os serviços. É o edifício da sede da Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Cacela.

Na zona especial de protecção do núcleo histórico, existem 7 fogos todos de habitação, mas apenas um é utilizado como residência permanente.

Conclui-se assim que na área objecto de estudo, dos 40 fogos existentes, apenas 18, menos de metade, constituem residência permanente das 47 pessoas que aqui vivem: 42 no núcleo histórico e 5 na zona especial de protecção.

O número de habitantes da antiga Vila tem vindo a diminuir gradualmente com variações de 12,5 %, para o período de 1960 a 1975 e de 15,9 % para o período entre 1975 e 1990.

A tendência é para um aumento significativo do decréscimo demográfico, pois os idosos com mais de 70 anos, representam mais de 33% da população.

O seu desaparecimento, a curto e médio prazo, não será compensado pelo número de nascimentos, sendo improvável tanto o crescimento natural da população residente, como o seu crescimento efectivo, com base no regresso ou na fixação de quem aqui adquire casa.

De facto, nos últimos anos a população de Cacela sofreu profundas alterações em termos demográficos. As alterações demográficas verificadas repercutem-se sobre os vários domínios da vida colectiva, representando uma ameaça para o equilíbrio social da povoação.

Entre os aspectos mais notórios desta trajectória demográfica, está o envelhecimento demográfico da população, cujo entendimento contribuirá para um correcto diagnóstico e planeamento social²⁸³.

O envelhecimento demográfico da população de Cacela corresponde, fundamentalmente, às alterações relativas à estrutura etária da população, traduzidas por um «duplo envelhecimento»²⁸⁴ e por uma dinâmica migratória da população em idade activa, baseada em fluxos migratórios para outras regiões do país.

Assim, ao mesmo tempo que se assiste ao aumento do peso da parcela da população idosa e à diminuição do peso da população jovem, verifica-se, geralmente, uma saída da população quando atinge a idade de entrada no mercado de trabalho.

Com o número de idosos a aumentar e o número de jovens a diminuir - em Cacela não se assiste a um nascimento há 12 anos -, o envelhecimento no interior de cada um dos três

²⁸³ ROSA, Maria João Valente, *O envelhecimento da População Portuguesa*, edição de António Barreto, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Público, Lisboa, 1996, p.7

²⁸⁴ Id, *Ib*, p.9



grupos socio-profissionais: jovens estudantes, activos e residuais; acentua sobremaneira o envelhecimento demográfico da população residente no núcleo histórico.

Predomina uma população masculina e cerca de metade dos residentes são analfabetos ou apenas sabem ler e escrever, o que denuncia uma população, com já se referiu, bastante envelhecida e que apresenta uma reduzida formação escolar e profissional.

Os grupos não produtivos representam 50% da população, com valores excessivos de reformados e pensionistas, o que revela a baixa taxa de actividade da população.

Verifica-se uma gradual perda de importância da pesca, outrora a principal actividade empregadora, cujos efectivos transitaram para os grupos não produtivos, distribuindo-se actualmente a população mais jovem, pelos sectores secundário e terciário.

O desenvolvimento do turismo proporcionou a abertura de dois restaurantes que constituem pequenas empresas familiares, empregando 6 dos 16 indivíduos que constituem a população activa.

Relativamente aos agregados familiares, a maioria é constituída por dois ou três elementos, sendo 2,5 a média de indivíduos por fogo habitado.

A população apresenta uma heterogeneidade acentuada, no que diz respeito às suas capacidades económicas. Se por um lado o rendimento médio da população activa se aproxima dos cem mil escudos, o rendimento médio dos reformados e pensionistas não atinge os 27.000\$ por mês, o que põe em relevo grandes diferenças na qualidade de vida das populações.

Se há famílias com reais capacidades económicas, as únicas que declaram fazer férias, a maioria dos residentes vive com algumas limitações, o que os “obriga”, apesar do envelhecimento evidente, a praticar uma actividade “agro-marinha” de autosubsistência.

Por outro lado, Cacela constitui o local de trabalho de profissionais que continuam a perpetuar no tempo funções históricas da antiga Vila, como as funções militar, na fortaleza e funções religiosas, na igreja.

De facto, a fortaleza e a igreja continuam a marcar profundamente a povoação, em termos sociais.

A igreja e o cemitério, únicos na freguesia, são os responsáveis pela grande afluência de público ao núcleo histórico, principalmente aos domingos. O que, associado à riqueza patrimonial e paisagística do “sítio” e à sua famosa gastronomia, contribui para um aumento significativo da sobrecarga humana, com todos os inconvenientes que daí advêm.

Os proprietários dos fogos são essencialmente particulares individuais e maioritariamente naturais ou residentes em Cacela, há longo tempo.

Embora muitos sejam idosos e não detenham capacidades económicas, realizam, com alguma frequência, obras de conservação e recuperação nos seus imóveis.

Os problemas de heranças e os interesses especulativos, são os principais responsáveis pelo mau estado de conservação de alguns edifícios.

Dos 25 proprietários, seis são turistas nacionais e estrangeiros, a residirem na região de Lisboa e na Europa central.

Por sua vez, os proprietários de cinco dos seis fogos localizados na zona de protecção, têm nacionalidade estrangeira, o que parece ser responsável pelas alterações introduzidas no território e na paisagem, através da vedação de terrenos e no uso indiscriminado de espécies vegetais exóticas.

Da população residente no núcleo histórico, 75% sempre viveu nele e 20% habita-o há mais de vinte anos, o que revela uma relação de grande afectividade e estima dos habitantes relativamente ao “sítio”; responsáveis, aliás, pelas condições de higiene e limpeza que a povoação apresenta.

As questões ligadas à erosão do cordão dunar e ao assoreamento da ria; o trânsito automóvel no núcleo histórico; a inexistência de transporte público que satisfaça as necessidades da população nas suas deslocações, principalmente a Vila Nova de Cacela; o sobredimensionamento do cemitério relativamente à povoação; o estado de degradação e pré-ruína em que se encontra a muralha árabe medieval, assim como a inexistência de uma mercearia na povoação; o mau funcionamento da rede de esgotos domésticos; a dificuldade em obter licenciamento para construção no núcleo histórico e a presença das inestéticas torres metálicas e do radar da fortaleza, constituem os principais problemas e carências dos habitantes de Cacela.

A resolução dos problemas apontados, a par do desenvolvimento do turismo na sua vertente ambiental e cultural, constituem aspirações e perspectivas de investimento, julgadas correctas por parte da população.

Todos os proprietários se mostram receptivos a intervir nos imóveis, auxiliados técnica e, sobretudo, financeiramente.

Idêntico interesse despertam os poucos inquilinos existentes, desde que isso não implique grandes aumentos de rendas, dadas as suas dificuldades económicas.

Consciente dos valores histórico, socio-cultural, económico, paisagístico e ecológico do “sítio” que habita, a população é unânime em considerar importante a salvaguarda, recuperação e valorização do núcleo histórico de Cacela e da paisagem envolvente pois, só assim, se evita a degradação do património natural e construído, se “embeleza a povoação e imediações”, se promove e desenvolve o turismo ambiental e cultural e se melhora a qualidade de vida local.

Análise socio-económica do núcleo histórico de Cacela										Análise arquitectónica do núcleo histórico de Cacela																	
n.º do edifício	Regime de utilização				Caracterização do agregado familiar residente						Avaliação do edifício																
	Fidatária de utilização	Residência Permanente	2.ª habitação	Devoluta	Número de elementos	Idades	Anos a viver em Cacela	Naturalidade	Profissão	Rendimentos	Meios de transporte familiar	n.º de pisos	n.º de fogos	Tipologias	Materiais de construção	Coberturas	Beirado	Platibanda	Côr do edifício	Calixilharias	Épocas de construção	Alterações Adições	Serviços básicos	Instalações Sanitárias	Logradouro	Estado de Conservação	Prioridade de Intervenção
1	Isabel Gorman	hab.	prop.	•				Lisboa				1	1	T4	pedra	terraço	•	branco e azul	madeira branco	1927 e pós 25 Abril	ligeira	•	•	•	•	bom	médio prazo
2	Hd's Manuel do Reis	hab.	alug.	•	2	50 74	+45	Cacela V.N.Cacela	desempreg. reformada	30 c.	-----	2	3	T0	pedra	telhado 2 águas telha de canudo	•	branco e azul	madeira azul	1927	ligeira	não	não	•	não	mau	urgente
		hab.	alug.					Cacela	Estudante dom./pescad.			motorizada		T1					madeira castanho				•				
		hab.	alug.	•		3	14 55 57		Cacela		65 c.			T2													
3	Franz Glascka	hab.	prop.	•				Alemanha				2	1	T3	pedra e tijolo	telhado 1 ág. telha lusa	•	branco e grená	madeira	1927 e pós 25 Abril	profunda	•	•	•	bom	curto prazo	
4	Ulli Eder	hab.	prop.	•				Alemanha				1	1	T2	pedra	terraço	•	branco e azul	madeira branco	1927 e pós 25 Abril	ligeira	•	•	•	bom	médio prazo	
5	António Viegas	hab.	prop.	•	2	76 84	+30	Tavira	reformados	47 c. 20 c.	-----	1	1	T3	pedra	terraço	•	branco e azul	madeira	1927	ligeira	•	•	•	razoáv.	curto prazo	
6	Dora Reis	hab.	prop.	•				Cacela				1	2	T2	pedra e tijolo	terraço	•	ocre e branco	madeira	1920 e pós 25 Abril	ligeira	•	•	•	bom	médio prazo	
	Odete Reis	hab.	alug.	•				Cacela						T2						de 1974							
7	Antonieta Reis	hab.	alug.	•				Cacela				1	1	T2	tijolo	telhado 2 ág. telha canudo	•	branco	madeira	pós 25 Abril	profunda	•	•	•	bom	médio prazo	
8	Humberto Reis	armz.	prop.	•				Cacela				1	1	-	pedra	telhado 1 ág. telha canudo	•	branco	madeira	1920	ligeira	não	não	•	ruína	urgente	
9	Rita do Nascimento	hab.	prop.	•	2	72 76		Cacela	reformados	32 c. 18 c.	-----	2	2	T2	pedra	telhado 1 ág. telha lusa	•	branco e azul	alumínio	pós 25 de Abril de 1974	profunda	•	•	•	não	razoáv.	curto prazo
		hab.	prop.	•		4	51 48 27 19	+19	Cacela Tavira	pesc./dom. mec./est.	80 c. 80 c.	Automóvel Motorizada		T2	tijolo	e terraço											
10	Joaquim Garcia	hab.	alug.	•				Cacela				1	1	T3	pedra e tijolo	telhado 1 ág. telha canudo	•	branco e azul	madeira	1915 e pós 25 Abril	ligeira	•	•	•	bom	curto prazo	
11	José M. Correia	hab. com.	prop.	•	2	46 86		Cacela	dom./refor.	20 c. 20 c.	-----	2	2	T1	pedra e tijolo	telhado 2 ág. telha lusa	•	branco e azul	madeira castanha	1915 e pós 25 Abril	profunda	•	•	•	não	razoáv.	curto prazo
		hab.	prop.	•	6	48 46 22 21 20 11	+20	Cacela V.R.S.A.	com./dom. const./emp.rest	150 c./75 45/45	2 automóveis motorizada			T3	tijolo	e terraço		branco	madeira								
12	Paróquia	hab.	alug.	•	3	22 45 50	+20	V.N.S.Bento	const. civil dom./GNR	75 c. 150 c.	2 automóveis motorizada	1	2	T2	pedra e taipa	telhado 2 ág. telha canudo	•	branco	madeira	Século XVI	ligeira	•	•	•	mau	urgente	
		hab.	alug.		•									T3					madeira branco	Século XVI 1920							
13	João P. F. Almeida	hab.	prop.	•	2	42 44	+2	Lisboa	doméstica médico	250 c.	2 automóveis	1	1	T2	tijolo e pedra	telhado 2 ág. telha canudo	•	branco	madeira verde	pós 25 Abril	ligeira	•	•	•	bom	médio prazo	
14	Isabel Gonçalves	com.	prop.					Tavira				1	1	-	tijolo	telhado 1 ág. telha canudo	•	branco	alumínio branco	pós 25 Abril	profunda	•	•	não	bom	curto prazo	
15	Junta Freguesia	serv.	Colet.									1	1	-	tijolo e pedra	telhado 1 ág. telha canudo	•	branco	madeira castanha	pós 25 Abril	ligeira	•	•	não	bom	médio prazo	
16	Conceição Paixão	hab.	prop.	•				Lisboa				1	1	T2	pedra e taipa	telhado 2 ág. telha canudo	•	branco	madeira branco	Século XVIII pós 25 Abril	ligeira	•	•	não	razoáv.	curto prazo	
17	Joaquim Garcia	hab.	prop.	•	4	25 29 60 61		Cacela	emp. serviços rest./reform.	60 c./60 200 c./65	automóvel motorizada	2	2	T2	tijolo	telhado 2 ág. telha canudo	•	branco e ocre	alumínio castanho	pós 25 de Abril	profunda	•	•	•	bom	curto prazo	
		com.	prop.											-						Abril 74							
18	Hd's. P.de Quintino	hab.	alug.		•							1	1	T1	pedra e taipa	telhado 1 ág. telha canudo	•	branco	madeira s/ trata./	Século XVI	ligeira	não	não	não	ruína	urgente	

Análise socio-económica do núcleo histórico de Cacela													Análise arquitectónica do núcleo histórico de Cacela																
n.º do edifício	Regime de utilização					Caracterização do agregado familiar residente						Avaliação do edifício																	
	Fidaliidade de utilização	Residência Permanente	2.ª habitação	Devoluta	Número de elementos	Idades	Anos a viver em Cacela	Naturalidade	Profissão	Rendimentos	Meios de Transporte familiar	n.º de pisos	n.º de fogos	Tipologias	Materiais de construção	Coberturas	Beirado	Platibanda	Côr do edifício	Caixilharias	Épocas de construção	Adulteração	Serviços básicos	Instalações Sanitárias	Logradouro	Estado de Conservação	Prioridade de Intervenção		
19	João Mangas	hab.	próp.	•		3	39 65 67		Cacela	pesc./dom. reformado	75 c. 35 c.	motorizada	2	1	T3	pedra e tijolo	telhado 2 ág. terraço	•	•	branco	alumínio madeira	Século XVIII pós 25 Abril	profunda	•	•	•	•	razoáv.	curto prazo
20	Filipe Matias	hab.	próp.	•		2	85 85		Cacela	reformados	35 c.	2	2	T1	T1	terraço	•	•	branco	madeira	pós 25 Abril	profunda	•	•	•	•	bom	curto prazo
		hab.	próp.	•											T3					alumínio									
21	Rita Correia	hab.	próp.	•		1	80		Cacela	reformada	37 c.	2	1	T2	pedra	telhado 2 ág. telha canudo	•	•	branco e azul	madeira alumínio	1907	ligeira	não	não	•	•	mau	urgente
22	Amândio Batista	hab.	próp.	•		4	36 74 75 76		Cacela	arq./reform.	180 / 90 30	automóvel motorizada	2	2	T3	pedra	terraço	•	•	branco e azul	madeira branco	1907 e pós 25 Abril	ligeira	•	•	•	•	razoáv.	curto prazo
		hab.	próp.	•											T1					não			não	não	não	•	razoáv.	urgente	
23	Daniélle Girard	hab.	alug.	•		2	74 74		Cacela	reformados		2	3	T1	pedra	telhado	•		branco e azul	madeira castanha e branca	1907 e pós 25 de Abril	ligeira	•	•	não	não	razoáv.	urgente
		hab.	alug.												T2	2 águas telha de canudo					25 de Abril		•	•	não	razoáv.	curto prazo		
		hab.	próp.												T3						Abril		•	•	•	razoáv.	curto prazo		
24	Elvira Pereira	hab.	próp.	•				Lisboa					1	2	T1	pedra	telhado 2 águas telha de canudo	•		branco	madeira verde	1907 e pós 25 de Abril	ligeira	•	•	•	mau	urgente	
		hab.	próp.												T1								•	•	não	mau	urgente		

Análise socio-económica da zona especial de protecção														Análise arquitectónica da zona especial de protecção																
n.º do edifício	Identificação do proprietário	Regime de utilização					Caracterização do agregado familiar residente					Avaliação do edifício																		
		Fidaliidade de utilização	Residência Permanente	2.ª habitação	Devoluta	Número de elementos	Idades	Anos a viver em	Cacela	Naturalidade	Profissão	Rendimentos	Meios de transporte familiar	n.º de pisos	n.º de fogos	Tipologias	Materiais de construção	Coberturas	Beirado	Platibanda	Côr do edifício	Calxilharias	Épocas de construção	Adulteração	Serviços básicos	Instalações Sanitárias	Logradouro	Estado de Conservação	Prioridade de Intervenção	
25	Jerome Mahot	hab.	próp.	•										1	1	T2	pedra	telhado 2 ág. telha canudo	•		branco	madeira natural	Séc. XVIII	ligeira	•	•	•	•	bom	médio prazo
25 A	Jerome Mahot	armz.	próp.											1	1	T2	madeira	telhado 2 ág. telha lusalle			verde	madeira verde	1996	profunda						urgente
26	Claude Picasso	hab.	próp.		*								2	1	T6	blocos de cimento	terraço	*	*	*	*	*	1993	profunda	*	*	*	*	*	urgente
27	Claude Picasso	hab.	próp.		*								1	1	T1	blocos de cimento	terraço		•	branco e ocre	madeira	1993	*	profunda	•	•	•	•	bom	curto prazo
28	João Gonçalves	hab.	próp.	•		5	40 35 14 9 5	12	Távira V.N.Cacela	emp. serviq. professora	±300	2 automóveis	2	1	T4	tijolo	telhado 2 ág. telha lusa	•		branco	alumínio castanho	1983	profunda	•	•	•	•	•	bom	curto prazo
29	Nabil Nori	hab.	próp.		•								2	1	T3	tijolo	telhado 2 ág. telha lusa	•		branco	madeira castanha	1985	profunda	•	•	•	•	•	bom	curto prazo
30	Karl Werner	hab.	próp.										2	1	T3	blocos de cimento	telhado mult. telha canudo	•		*	*	1997	*	profunda	*	*	*	*	*	urgente
31	Ignacio Muñoz	hab.	próp.		•								2	1	T3	pedra e tijolo	telhado e terraço	•	•	branco e azul	madeira azul	1910 1989	ligeira	•	•	•	•	•	bom	médio prazo

* - Edifícios inacabados por motivos de embargo oficial.

Após emissão de licença e alvará de construção por parte da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, a Secretaria de Estado do Ordenamento do território no caso dos edifícios n.ºs 26 e 27, e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico no caso do edifício n.º 29, embargaram as referidas obras de construção em 1994 e 1997, respectivamente, por as mesmas contrariarem o disposto nos artigos n.ºs 10º e 23º do Regulamento da Prática Urbanística do Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António (Portaria n.º 347/92 de 16 de Abril).

II - PARTE
LEITURA DA ESTRUTURA URBANA



II-LEITURA DA ESTRUTURA URBANA

*“...A cidade, tal como a realidade histórica, nunca é independente das etapas por que passou na sua evolução : é uma actualização dessas etapas e a sua projecção em direcção ao futuro...”*²⁸⁵

Como refere Luz Valente Pereira²⁸⁶ *“... A contribuição do tempo e do espaço na formação e desenvolvimento dos aglomerados, relacionada com os modelos e as ideias que orientam as transformações e as forças sociais que as conduziram é uma informação essencial para estruturar e qualificar as intervenções urbanas...”*

Ao considerar-se a paisagem urbana, resultado de «formas» e de «funções ou actividades», a sua compreensão envolve, simultaneamente, estudos morfológicos decorrentes das características da planta e dos edifícios que a preenchem e estudos funcionais respeitantes aos usos e actividades associados àqueles²⁸⁷.

Assim, ao estruturarem-se as bases para uma acção de planeamento, importa identificar as etapas de formação e as fases de crescimento do tecido urbano, a transformação do seu parcelamento, traçado viário e edificação, bem como proceder à caracterização morfológica fundamental e à definição de tipologias principais de cada fase, ao mesmo tempo que se identificam os elementos e os processos estruturadores dessa evolução.

Fazer, hoje, a leitura do tecido urbano de Cacela, torna-se, até certo ponto difícil, em consequência da continuidade e da intensidade de utilização que a ocupação humana promoveu no espaço físico, onde a povoação se formou e se desenvolveu.

De facto, a desmontagem da área, agora ocupada pela vila, afigura-se complexa quando a arqueologia, que poderia explicar e confirmar determinadas leituras interpretativas, ainda não interveio, de modo a poder fazê-lo.

No entanto, o recurso à investigação documental, escrita e iconográfica, à conjugação interdisciplinar e ao estabelecimento de paralelos urbanos e de tipologia arquitectónica, permite identificar e definir um quadro das etapas de formação e das fases de crescimento da povoação.

Há que referir que, a linha definidora do crescimento (ou regressão) da urbe é resultado, fundamentalmente, dos recursos disponíveis no território, do qual é o «centro».

1. Identificação das etapas de formação e fases de crescimento urbano.

Expressão paradigmática do fenómeno do planeamento, o controlo da forma urbana e a redefinição do seu amuralhamento medieval até à geometria do seu contorno actual, mostra de imediato o binómio interno/externo e a evolução que o aglomerado sofreu ao longo do tempo, nomeadamente as linhas de força que orientaram o crescimento recente.

Pelo que, para o estudo, análise e planeamento do núcleo urbano é de grande utilidade o conhecimento do seu perímetro e a identificação das etapas de formação e de crescimento.

²⁸⁵ GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1982, p.25

²⁸⁶ PEREIRA, Luz Valente, *Método de Apoio à Acção de Desenvolvimento Sócio-Urbânico de Áreas Urbanas de Intervenção*, vol.II, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1987, p.27

²⁸⁷ SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal-uma geografia urbana*, 2ª edição, Edições Afrontamento, Lisboa, 1992, p.211

1.1. As épocas de formação e o perímetro urbano muralhado.

A Vila de Cacela possui uma longa continuidade de ocupação que poderá remontar à época de colonização fenícia do Mediterrâneo Ocidental. Integrada numa vasto sistema mercantilista, baseado no comércio marítimo à distância, Cacela teria, então, um carácter de entreposto comercial. Este modifica-se com os romanos e transforma-se em *urbe*.

Se sobre o “povoado” pré-romano nada se sabe, o desconhecimento é extensível ao próprio aglomerado romano antigo. A continuidade ininterrupta de ocupação humana no local, terá contribuído para apagar a grande maioria dos vestígios da cidade romana, o que impossibilita a definição do modelo do urbanismo antigo e a identificação dos seus principais edifícios.

Os dados actualmente disponíveis não permitem delimitar a urbe romana e identificar a sua estrutura.

As referências à civilização material da época que a *Hicele Cacetala* ou *Castellu* dominava levam a pensar que a Vila de Cacela e a Quinta do Muro terão constituído, como já se referiu, uma única povoação romana composta por um *oppidum* e por uma *villa*.

O espaço urbano era definido e delimitado por uma muralha que separava a cidade do campo. Delimitando o seu espaço interior e organizando-o, a urbe definia e organizava também o seu território envolvente, do qual dependia, igualmente.

O troço de muralha da fortificação romana²⁸⁸ construído em silharia de pedra tem 5 metros de comprimento, 5 metros de altura e 1,20 metros de espessura.

O urbanismo romano definido por muralhas levantadas nos locais mais estratégicos irá posteriormente ajudar a definir o urbanismo medieval²⁸⁹.

Reaproveitando parte dos silhares da fortificação romana, os muçulmanos erguem no local um sistema defensivo a que chamam *Hisn-Qastalla* - “castelo de cacela” - termo que corresponde, de acordo com Dalliére-Benelhadj, a um castelo que defende um pequeno território²⁹⁰.

No entanto, Cláudio Torres²⁹¹ considera que *hisn* é um complexo sistema defensivo que envolve uma pequena cidade. Para este autor, Cacela foi, durante a ocupação islâmica, uma povoação fortificada a que uma convicente estrutura urbana permite atribuir a categoria de cidade²⁹².

Contudo, os vestígios que da ocupação muçulmana chegaram aos nossos dias, não permitem a identificação da estrutura urbana da povoação islâmica.

O que permaneceu desta, tem mis de mil anos e consta de troços de muralhas de uma fortificação e de uma cisterna, cujo levantamento se anexa.

Como refere Helena Catarino²⁹³, no *Garb* podem encontrar-se vários tipos de castelos consoante o carácter funcional que desempenham.

O estado actual das investigações revela que o de Cacela parece integrar-se no tipo de castelos rurais com uma cisterna e um pequeno *habitat* interno, até prova em contrário.

²⁸⁸ GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *Património Cultural Árabe-Algarvio*, edição Casa do Algarve, Lisboa, 1956, gravuras entre as pp.16 e 17

²⁸⁹ PEREIRA, Paulo; MACIEL, Justino, *História da Arte Portuguesa*, vol.1, edição Temas & Debates-Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p.81

²⁹⁰ MEDINA, João; CATARINO, Helena, *História de Portugal*, vol.III, edição do Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1995, p.89

²⁹¹ PEREIRA, Paulo; TORRES, Cláudio, *História da Arte Portuguesa*, vol.1, edição Temas & Debates-Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p.165

²⁹² MATTOSO, José; TORRES, Cláudio, *História de Portugal*, vol.1, Editorial Estampa, Lisboa, 1993, p.397

²⁹³ MEDINA, João; CATARINO, Helena, *ob.cit.*, p.89

A delimitação do perímetro muralhado de *Hisn-Qastalla*, avançada por Garcia Domingues²⁹⁴ e o levantamento *in situ* dos troços de muralha ainda existentes, permitem a reconstituição do traçado da cerca que envolvia a povoação durante a época de ocupação muçulmana.

Com 300 metros de perímetro e a envolver uma área urbana próxima dos 5000 metros quadrados, as muralhas, embora de taipa, terão sido construídas antes do século X e depois reconstruídas no período almorávida/almoada.

O troço nascente da muralha apresenta-se, visto do lado exterior do núcleo urbano, como um muro de taipa de 4 metros de altura e 0,85 metros de largura. O troço, a sul da igreja, que sofreu recentemente a derrocada de algumas pedras do paramento construído posteriormente pelos portugueses, consiste numa “parede” de taipa, bem adaptada à topografia, com técnica e materiais de construção idênticos.

*“...Os castelos de taipa apresentam sempre uma arquitectura de recorte rectilíneo marcado por ângulos de cantos bem definidos. Para a protecção das infiltrações de água e para se adaptarem à configuração do terreno, as muralhas assentam sobre sapata ou soco, construída com pedra bem argamassada...De um modo geral a medida-padrão para esta técnica de construção era o dobro do côvado. Nos castelos do Sul de Portugal essas medidas oscilam entre os 82 e os 86 cm.”*²⁹⁵

Segundo a tradição de construção dos castelos de taipa do sul do país, teriam sido muralhas como estas as encontradas pelo mestre de Santiago que, para continuar as suas conquistas, se instala em Cacela, que então *“...era um lugar forte e bom...”*²⁹⁶

A cerca árabe do tempo da Reconquista coincidiria *grosso modo* com a reconstituição e descrição apresentadas.

A passagem de recinto fortificado islâmico a praça-forte portuguesa marcou decisivamente e para sempre a estrutura conceptual urbanística da povoação.

Os portugueses estabeleceram-se intra-muros mantendo os aspectos fundamentais da estrutura urbana.

Segundo Goitia²⁹⁷, além da cercadura de muralhas bem definida, a Igreja, situada num ponto dominante, “determinava” a estrutura da *urbe* medieval.

A cerca árabe medieval²⁹⁸, a cisterna sobre a qual se erguia o pelourinho e a igreja medieval, edificadas no ponto mais elevado do povoado, sobre a qual se construiu a igreja actual, constituem os principais elementos da composição urbana da vila medieval de Cacela.

Contudo, não se pode separar o estudo da *urbe* medieval do seu desenvolvimento jurídico paralelo²⁹⁹, neste caso do Foral que, em 1283, D.Dinis outorgou à Vila de Cacela.

Da sua leitura se entende que a Vila acabou por sofrer os efeitos negativos de uma legislação que, embora orientada para a protecção dos seus interesses, os terá traído, acabando por menosprezar as actividades comerciais, “industriais” e piscatórias - o que segundo Goitia³⁰⁰ dá verdadeiramente lugar e fundamento ao desenvolvimento das cidades medievais -, valorizando e apoiando as actividades rurais, resultando daí a dispersão da população pelo espaço agrícola em quintas e herdades.

²⁹⁴ GARCIA DOMINGUES, José Domingos, *ob.cit.*, gravuras entre as pp.16 e 17

²⁹⁵ MEDINA, João; CATARINO, Helena, *ob.cit.*, p.90

²⁹⁶ BRANDÃO, Frei António, *Crónica de D.Sancho II*, editora Civilização, Porto, p.13

²⁹⁷ GOITIA, Fernando Chueca, *ob.cit.*, p.89

²⁹⁸ MATOS, A.Perestelo de ; MACHADO, J.Sousa, *Moçarabe em Peregrinação a S.Vicente*, edição Caminus, Lisboa, 1990, p.36

²⁹⁹ GOITIA, Fernando Chueca, *ob.cit.*, p.86

³⁰⁰ *Id.,Ib.*, p.84

Por sua vez “...o decréscimo demográfico atinge o momento de decadência no século XIV...”³⁰¹. Se a tudo isto se juntarem os efeitos negativos que na povoação causaram a invasão espanhola de 1338, a grande peste de 1348 e a crise de 1383/85³⁰², se entende porque D.Pedro não confirmou o Concelho de Cacela³⁰³ e em 1465 “... cacela comenda da hordem do mestrado de Santiago que he amtre Tavilla e Castromarim fora já villa e povoação E que pellas guerras pasadas se despovoara E que non avia hy outras casas senam o castelo em que o comendador morava...”³⁰⁴

1.2. Fases de Crescimento

A Vila de Cacela encontrava-se, em finais do século XV, despovoada, sem casas, a igreja em ruínas e as muralhas do castelo árabe medieval parcialmente destruídas³⁰⁵. Após uma fase de retrocesso da vida urbana, Cacela irá ser objecto de desenvolvimento urbano que compreenderá quatro fases de crescimento principais, correspondendo a fases de estruturação e de expansão do seu tecido.

A evolução urbana da povoação, entre o século XVI e a actualidade tem, na organização da vida económica e social, o seu principal motor.

1ª fase de crescimento - século XVI

Os Descobrimentos e consequente aumento das actividades económica e comercial são determinantes no processo de estruturação urbana da Vila, realizado na primeira metade do século XVI.

Dada a importante situação geo-estratégica da povoação relativamente ao norte de África e à defesa da costa, D.João III mandou construir uma fortaleza³⁰⁶ cuja edificação se fez sobre a ponta mais avançada do “arruinado” castelo medieval, muito provavelmente com o mesmo programa arquitectónico que o engenheiro napolitano Alexandre Massay desenhou em 1617³⁰⁷.

Se o poder político representado pelo monarca se incumbe de (re)organizar o povoamento do território, continuando a apostar nas funções militar e administrativa com a construção da fortaleza e a (re)construção das casas da câmara e da cadeia³⁰⁸, o poder eclesiástico

³⁰¹ MEDINA, João; FERNANDES, Hermenegildo, *ob.cit.*, vol.III, pp.222/3

³⁰² VASCONCELOS, Damião A.de Brito, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, edição da Câmara Municipal de Tavira, 1989, pp.51 e 61

³⁰³ MEDINA, João; BORGES COELHO, António, *História de Portugal*, vol.III, edição do Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1995, p.148

³⁰⁴ A.N.T.T., *Livro de Mestrados*, fls 199/199 vº, Lisboa, 1465

³⁰⁵ SARRÃO, Henrique Fernandes, *ob.cit.*, p.

³⁰⁶ ALMEIDA, João, *ob.cit.*, p.536

LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1984, p.35

³⁰⁷ CAVACO, Hugo, *Cacela no século XVII (Dez anos de Governo Autárquico)*, ed. C.M.V.R.S.A., 1990, p.64, gravura 22

A.N.T.T., *Casa Cadaval n° 29*, fls 25 e 26, Lisboa, 1617

³⁰⁸ CAVACO, Hugo, *Cacela no século XVII (Dez anos de Governo Autárquico)*, ed.C.M.V.R.S.A., 1990.p.16, gravura 5

desempenha papel igualmente relevante no desenvolvimento urbano com a construção da igreja e das casas da paróquia³⁰⁹.

Pese embora a intencionalidade da Vila continuar a desempenhar funções de centro político-administrativo, militar e religioso, a sua população contava apenas com 3 habitantes.

A primeira fase de crescimento urbano do aglomerado consistiu essencialmente na (re)estruturação urbana através da (re)construção deste conjunto de edifícios, em redor da cisterna e do pelourinho.

2ª fase de crescimento - do século XVIII a meados do século XIX

Depois de um período de estagnação da vida urbana entre o fim do século XVI e o início do século XVIII, que se deveu, essencialmente, à falta de condições para habitar na Vila, por razões de insegurança e de insalubridade³¹⁰, assiste-se a partir do século XVIII a um crescimento moderado da povoação.

A fortaleza quinhentista, com a muralha sul em ruínas desde finais do século XVI³¹¹, a igreja manuelina, os edifícios da Misericórdia³¹² e da câmara e as cinco casas entretanto construídas³¹³, vão sofrer os efeitos da destruição do terramoto de 1755.

A violência provocada pelo sismo levou Frei Joaquim de Santo Agostinho a comentar em carta remetida de Cacela em 1791 “...*que horroroso estrago não vai aqui! Cacela que devia ter mil preciosidades, foi arrazada...*”³¹⁴.

A reedificação da vila irá pôr em relevo os desígnios que o poder político central detinha para o seu futuro.

Se a extinção do Termo de Cacela, em 1775, com a integração do seu território no recém criado concelho de Vila Real de Santo António, justifica a não reconstrução do edifício da câmara que continuará em ruínas no século seguinte, o reforço das funções militar e religiosa está patente na “rapidez” com que se realizam as obras de reconstrução da fortaleza, da igreja e do edifício da Misericórdia, bem como na construção da casa do governador³¹⁵. Posteriormente, já no século XIX, constrói-se o cemitério³¹⁶, hoje conhecido por “cemitério velho”.

Entre inícios do século XVIII e meados do século XIX o desenvolvimento urbano de Cacela consistiu, fundamentalmente, na densificação da estrutura urbana com o crescimento do quarteirão dos extintos paços do concelho, a construção do edifício da Misericórdia e da casa do governador e as reconstruções da fortaleza e da igreja.

Embora este período coincida com uma importante etapa na organização urbana e na modelação do edificado, a vila perderá então o estatuto político-administrativo que quinhentos anos lhe houvera sido concedido.

³⁰⁹ CAVACO, Hugo, “Visitações” da *Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o conhecimento da História da Arte no Algarve)*, ed. da C.M.V.R.S.A., 1987, pp.20 e 21

³¹⁰ CAVACO, Hugo, *Cacela no século XVII*, p.34

³¹¹ CAVACO, Hugo, “Visitações” da *Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio*, p.277

³¹² CAVACO, Hugo, *Cacela no século XVII*, p.47-gravura 16

³¹³ VASCONCELOS, José de Sande, Carta Antiga nº 261-1775, Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa

PEREIRA DE SOUSA, Francisco, *ob.cit.*, p.82

³¹⁴ VERRÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *A Historiografia Portuguesa*, vol.III, edição Verbo, Lisboa, 19.., pp.238/9

³¹⁵ VASCONCELOS, José de Sande, *ob.cit.*

³¹⁶ ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, *Planta de Cacela de 1874*, in “Arqueologia Romana do Algarve” de Maria Luisa E.V.A.Santos, Lisboa, 1971

Será, no entanto, ao abrigo da fortaleza de Cacela, acabada de reconstruir em 1794, que as forças constitucionais do duque da Terceira desembarcam em 1833 no Algarve³¹⁷, continuando depois a sua marcha vitoriosa até Lisboa.

3ª fase de crescimento - 1ª metade do século XX

De acordo com a dinâmica histórica local nas suas vertentes económica, social e político-militar, a estruturação e expansão da malha urbana evoluiu de forma considerável relativamente ao núcleo pré-existente.

De facto, o revigoramento da actividade portuária, apoiado nos excedentes produtivos e a revitalização da actividade pesqueira, propiciaram um acréscimo demográfico relevante, o que contribuiu para um efectivo crescimento da povoação.

O desenvolvimento do tecido urbano baseado na estruturação, densificação e ampliação das manchas de ocupação do solo e do edificado e na densificação de novos eixos viários, processou-se, essencialmente, nas três primeiras décadas deste século.

Traduzido fundamentalmente na construção de moradias unifamiliares e no novo cemitério, o desenvolvimento urbano verificado engloba dois tipos diferentes de crescimento:

. o preenchimento, com a construção de quatro edifícios, do espaço residual entre a fortaleza e o quarteirão onde se localizava a antiga câmara (hoje um restaurante); e a edificação nos “remates” do antigo cemitério - tipo de crescimento a que Chabot chama «aglutinação» e Riboud designa por «enchimento interno»³¹⁸.

. e um segundo tipo de crescimento, «linear», segundo Beaujeu-Garnier³¹⁹, ao longo da via local de acesso à povoação.

É neste período que a povoação mais cresce. O desenvolvimento do seu traçado viário com o propósito de ligação ao exterior irá servir de matriz ao crescimento urbano.

Ao extravasar, nos sentidos norte e poente, o perímetro urbano muralhado da época da reconquista, ficarão basicamente definidos, a partir de então, os limites do actual núcleo histórico de Cacela.

Com a manutenção funcional na organização interna da malha urbana, a nova expansão, traduzida numa ocupação de cariz habitacional e na implantação de outro cemitério, perpetuará o desenho urbano da antiga Vila.

4ª fase de crescimento - período pós 25 de Abril de 1974

Como consequência do desenvolvimento do turismo assiste-se, na década de sessenta, à aquisição dos primeiros imóveis, para férias, por parte de turistas nacionais e estrangeiros.

É então que se verifica, também, a construção de uma moradia unifamiliar por parte de um viveirista. A única, aliás, que se construirá “de raiz”, depois dos anos vinte.

No entanto irá ser no período posterior à implantação e consolidação do regime democrático, com o consequente aumento do poder aquisitivo dos portugueses e com o progressivo desenvolvimento turístico, que a povoação inicia uma nova fase de crescimento.

³¹⁷ VERRÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *História de Portugal*, vol.III, editorial Verbo, 4ª edição, Lisboa, 19 , p.39

³¹⁸ BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline, *Geografia Urbana*, edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983, p.131

³¹⁹ Id./b., p.131

A densificação dos espaços construídos acentua-se significativamente, com a mancha do edificado a ocupar progressivamente as únicas áreas livres - os logradouros; ao mesmo tempo que se verifica o crescimento dos edifícios, em altura, com aumentos de volumetria, clandestinos.

As transformações operadas no conjunto edificado, na maioria dos casos à revelia da lei, dizem respeito à substituição ou à ampliação de edifícios.

A demolição e (re)construção de alguns edifícios e as obras profundas de remodelação de outros, com a destruição de bens patrimoniais insubstituíveis, conduziram à deformação e empobrecimento da imagem urbana da vila.

A fortaleza, a igreja e o cemitério são objecto de um conjunto de intervenções que provocam, em parte, a descaracterização e desvirtualização das suas identidades arquitecturais e histórico-culturais.

No entanto e apesar do vasto conjunto de alterações, resultado da grande quantidade e má qualidade das intervenções, o “sólido traçado urbano” da povoação mantém ainda o essencial da sua integridade.

Como refere Goitia³²⁰, “... a análise da evolução das cidades através do tempo levou à constatação de que, embora a edificação se transforme e seja substituída no decorrer dos anos, geralmente o plano permanece ou sofre muito poucas rectificações...”.

Em Cacela ressalta, como facto mais notável na sua composição urbana, a permanência do “traçado” herdado da época árabe medieval e a manutenção do desenho urbano que serviu de matriz ao crescimento da vila no início do século XX.

A análise da evolução urbana do aglomerado, permite concluir que o seu crescimento se processou de modo lento e equilibrado, em quatro fases distintas e distanciadas no tempo, tendo no entanto resultado uma estrutura coesa e homogénea.

A sua leitura apenas se encontra perturbada pela dimensão exagerada do novo cemitério que não guardou, relativamente à vila, afastamento suficiente para lhe garantir autonomia de imagem.

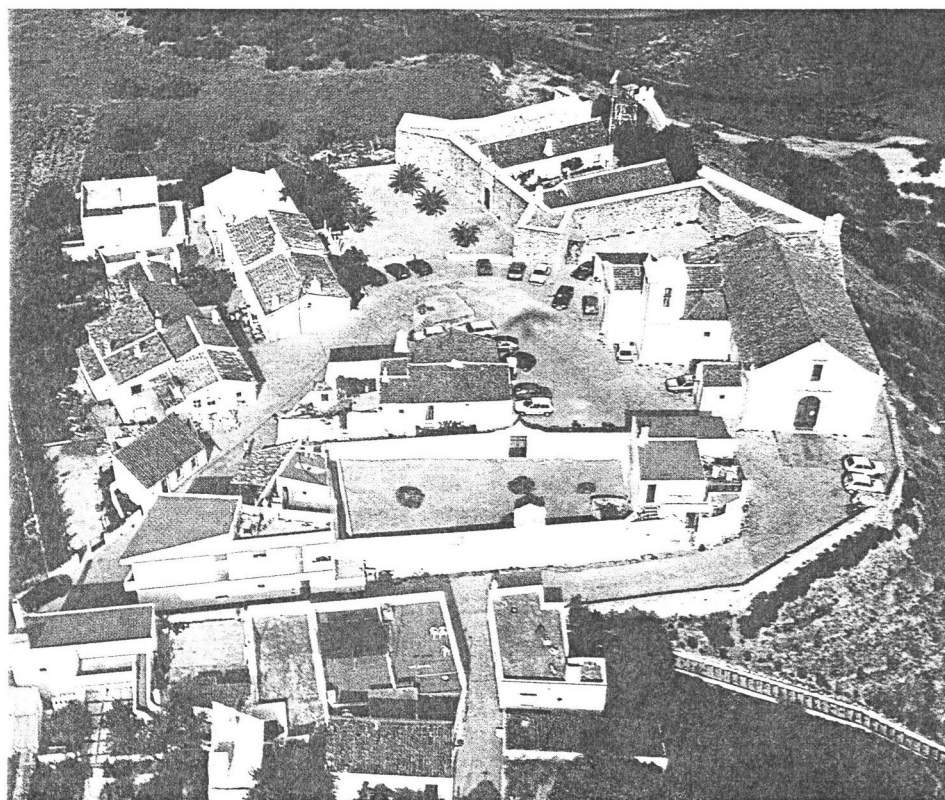
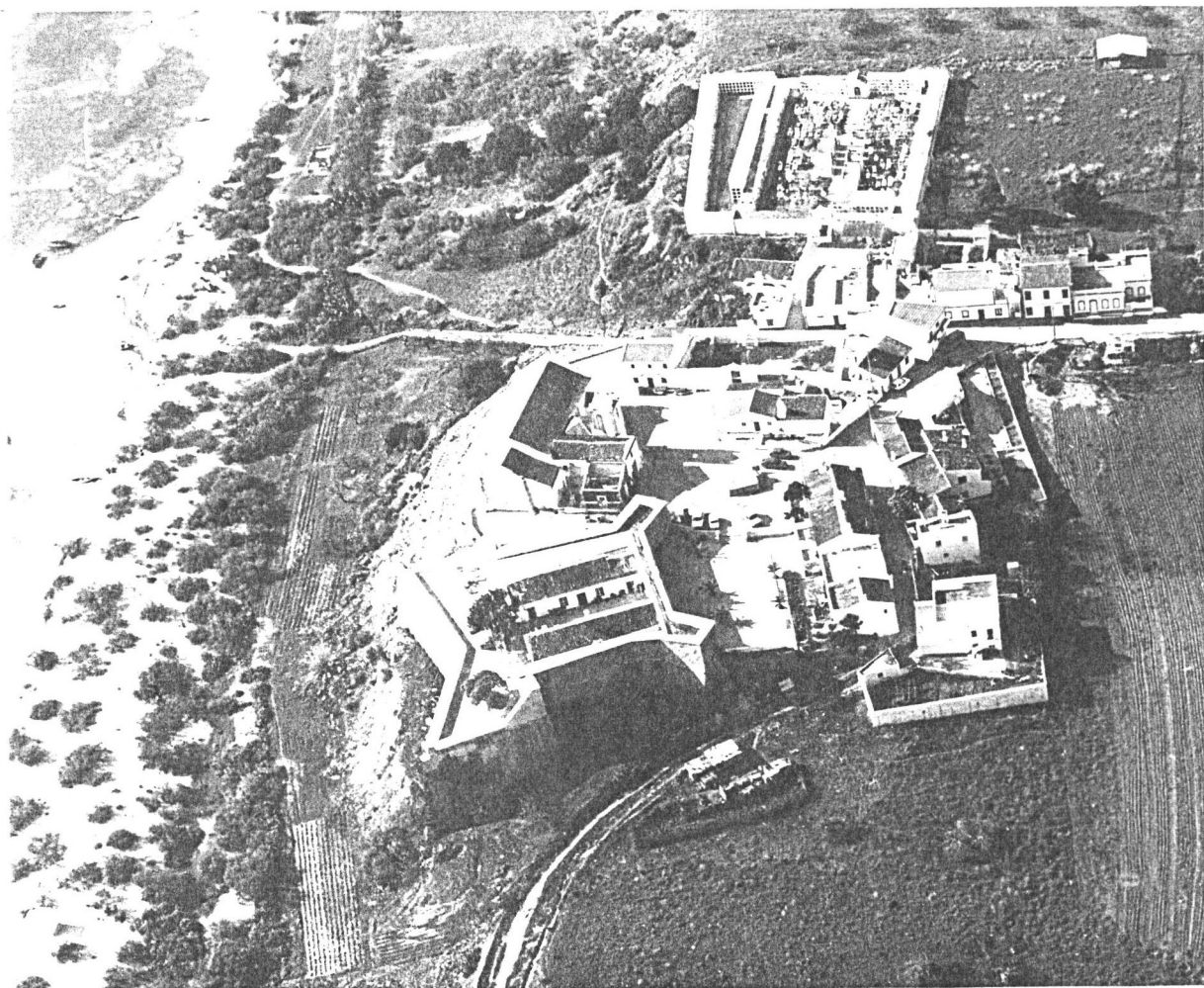
Simultaneamente, verifica-se na zona especial de protecção do núcleo histórico, um aumento da ocupação do solo com novas edificações e a reconstrução e ampliação de edifícios pré-existent, entre os quais ganha expressão, pelo forte impacto negativo que causa nas paisagens urbana e rural, o enorme edifício construído na Quinta do Muro.

1.3. A forma urbana e os actuais limites do espaço urbano

Se a busca de uma figura geométrica que melhor represente a forma de cada povoação, bem como a respectiva explicação, possam perder sentido com o crescimento dos núcleos urbanos e o progresso da urbanização, o estudo da forma e do seu perímetro continuam a revelar-se de grande importância em aglomerados urbanos de fundação antiga.

A vila de Cacela, se por um lado, surge parcialmente circunscrita por uma cintura de muralhas que junta restos da fortificação romana, troços da cerca árabe medieval, muralhas da fortaleza quinhentista-setecentista e panos de parede do início deste século, por outro, apresenta uma malha que resulta de um lento e reduzido processo de crescimento, o que permitiu que a

³²⁰ GOITIA, Fernando Chueca, *ob.cit.*, p.32



povoação chegasse aos nossos dias com uma “forma” facilmente identificável e bem demarcada na paisagem.

Se a antiga povoação muralhada apresenta uma forma urbana que obedecia, no essencial, à tipologia centro nuclear definida pela cisterna árabe e o seu perímetro urbano correspondia a uma cerca de “geometria irregular”, a actual povoação mantém esse tipo de traçado embora perturbado na sua leitura pelos últimos edifícios que definiram o crescimento linear ao longo da via de acesso à povoação e pela presença do novo cemitério. Os actuais limites do núcleo histórico, definidos na Planta de Síntese - Plano de Usos dos Solos, desenho nº 6 do Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António tornam evidente essa conflitualidade que se traduz na imposição de uma área e de um “volume construído” - o novo cemitério -, que rompe com a escala da paisagem urbana, roubando-lhe autonomia de imagem.

No entanto, aquele tipo de traçado permanece na actualidade como o facto mais importante da composição urbana da vila, cujo perímetro urbano, embora demasiado alargado de modo a incluir o novo cemitério, permite que Cacela “sobressaia” na paisagem como um *lugar* notável e inconfundível.

Como refere Kevin Lynch³²¹, “...a interrupção repentina da cidade medieval nas suas muralhas...a transição clara do mar para a terra, junto à costa, constituem poderosas impressões visuais.”

Em Cacela, os limites do espaço urbano definem uma continuidade de forma através do seu comprimento, marcando uma diferença nítida entre o espaço construído e a paisagem envolvente.

Do controlo da forma da povoação até à geometria do seu contorno resulta um confinamento preciso e importante. Este mantém-se, em Cacela, continuando a transmitir uma clara solução evocativa do conceito «interno/externo» ou do binómio «cidade/campo» o que, relativamente ao espaço urbano predispõe, imediatamente, as regras de evolução mais estreitas e a uma regulação mais apertada.

2. Morfologia arquitectónica

A arquitectura constitui no Algarve, tal como na maioria das regiões, uma das mais antigas manifestações culturais do Homem, aparecendo perfeitamente identificada com a geo-história e a antropologia.

Considerada o espelho da civilização algarvia, a arquitectura local encontra-se, hoje, numa situação verdadeiramente crítica³²².

A destruição do património arquitectónico e arqueológico tem raízes profundas que se inscrevem na própria história local. A acção de guerras, principalmente entre cristãos e muçulmanos e de assaltos de pirataria mourisca e inglesa entre os séculos XV e XVII, os efeitos de destruição de cataclismos naturais, sobretudo os sismos de 1531, 1551, 1722, 1755 e 1969, assim como a fragilidade dos materiais de construção, contribuíram para a sucessiva e contínua degradação do património construído.

No entanto, tem sido nos últimos vinte anos, por motivos que se prendem, essencialmente, com a especulação promovida pelo surto turístico, que o património tem sofrido maiores atentados.

³²¹ LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, edições 70, Lisboa, 1982, p.112

³²² CORREIA, José Eduardo Horta, *A Arquitectura do Algarve como expressão privilegiada da sua especificidade cultural*, in «O Algarve na perspectiva da antropologia cultural», edição do Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1989, p.136

Na vila de Cacela, a sistemática destruição de bens patrimoniais insubstituíveis causada pela demolição ou por obras profundas de remodelação e reconstrução verificadas na maioria dos edifícios, torna difícil e problemática a abordagem e o estudo da sua morfologia arquitectónica.

É, porém, facilmente constatável que, tal como a generalidade das povoações antigas, a vila de Cacela reúne no seio das suas expressões arquitectónicas, por um lado *“...edificações especiais ligadas à expressão da classe dominante para realizar os seus espaços privados, para marcar a expressão do seu interesse pela coisa pública e afirmar o seu prestígio...”*³²³ como são a fortaleza e a igreja e, por outro lado, edifícios representativos de um modelo tradicional, sinónimo de gestos e gostos que, dando continuidade à tradição construtiva mais comum, se chama, por isso, popular.

Encontra-se, em qualquer dos casos, uma matriz comum que sustentou as bases dos sucessivos processos de estruturação e crescimento da povoação: *“...durante séculos as necessidades humanas, quer das classes dominantes, quer da população em geral, no domínio da edificação, eram definidas e satisfeitas na resolução prática de cada caso concreto inserido no seu contexto próprio, sócio-económico e cultural...”*³²⁴

A expressão patrimonial da vila integra, assim, diferentes formas resultantes duma diversidade inerente à construção que inclui, além do respectivo programa - processos de organização e sistematização das vontades sociais e individuais -, as condicionantes próprias das épocas e da região como sejam os processos construtivos, as tecnologias e os materiais para a edificação, entre outros.

Correctamente referenciadas no tempo, as fases de expansão urbana da vila refletem formas ordenadoras de ocupação do solo que, sendo distintas nas suas origens socio-económicas, se traduzem em diferentes expressões construídas.

Estas reúnem-se, em Cacela, em dois grupos principais que se passam a analisar e estudar: um primeiro grupo de expressão arquitectónica excepcional, constituído pelos edifícios monumentais - fortaleza, igreja e cemitérios - e um segundo grupo caracterizado pela ocupação territorial em extensão “linear” - os edifícios habitacionais.

Para qualquer dos casos importa ter em linha de conta a génese histórico-artística e a singularidade e valor dos seus componentes, a sua integração num padrão construtivo, o padrão de ocupações funcionais, os elementos construtivos e tecnologias empregues na sua edificação e o estado geral do imóvel.

Recorrendo à investigação histórica e documental e aos dados recolhidos através do inquérito arquitectónico realizado ao conjunto edificado, mas também a uma observação directa, eis o quadro das conclusões.

Fortaleza

Segundo João de Almeida³²⁵, D.Afonso III mandou recuperar o castelo de Cacela, composto então de uma forte cidadela e de uma cinta de muralhas que envolvia a povoação.

Estando o castelo quase desmantelado, foi a actual fortaleza mandada construir por D.João III. Foi reconstruída em 1794, no reinado de D.Maria I, por D.Nuno Mendonça e Moura, então governador do Algarve.

³²³ PEREIRA, Luz Valente, *Método de apoio técnico à acção de desenvolvimento sócio-urbanístico de uma área urbana de intervenção*, ITE 13, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991, p.8

³²⁴ Id., *ib.*, p.13

³²⁵ ALMEIDA, João, *ob.cit.*, p.536

Embora apresente vestígios medievais como restos das muralhas e a porta falsa do antigo castelo árabe, a fortaleza de Cacela integra-se tipologicamente nas fortalezas de transição construídas no início do século XVI e nas fortificações modernas típicas da segunda metade do século XVIII.

A descrição das “Visitações” da Ordem de Santiago à vila de Cacela em 1565/6 e dos “desenhos” da autoria de Alexandre Massay de 1617 e de José Sande de Vasconcelos de 1775, põem em relevo as características fundamentais destes dois tipos de fortificações que a fortaleza de Cacela absorveu.

Se a transição é uma adaptação do sistema defensivo ao grande desenvolvimento da artilharia pirobalística do século XVI ³²⁶, com as muralhas a adquirirem formas poligonais e estreladas como modo de se adaptarem à utilização da artilharia, é na reedificação setecentista que o forte de Cacela, embora mantendo no essencial o “desenho quinhentista”, sofre adaptações necessárias aos progressos de combate.

Se a posição avançada da fortaleza do século XVI aumenta o ângulo de tiro de canhões ainda pouco móveis, a forma estrelada que a fortaleza toma no século XVIII, oferece menos panos rectos ao fogo da artilharia atacante, do lado do mar.

As paredes tornam-se mais baixas e maciças para facilitar a colocação de pesadas baterias de artilharia.

A mudança registada no carácter das muralhas, de recinto medieval a fortaleza de transição e desta a fortaleza moderna, testemunha o papel mais agressivo que as fortalezas passam a desempenhar.

O reaproveitamento de estruturas pré-existentes, como sapatas e paredes das fortificações anteriores, e materiais de construção locais, particularmente as areias e as pedras trazidas da ribeira, assumem a sua importância, juntamente com as características topográficas do sítio, na implantação e nos modelos de construção e reedificação adoptados.

Em, 1821, a fortaleza encontrava-se em bom estado de conservação, excepto os alojamentos e o paiol³²⁷, tendo sido nas suas proximidades, mas fora do alcance da sua artilharia e sem oposição que, a 24 de Junho de 1833, se deu o desembarque dos partidários de D. Maria II.

Em 1840 encontrava-se praticamente abandonado como ponto fortificado, vindo a ser posteriormente aproveitado pela Guarda da Alfândega para, em 1897, ser formalmente entregue à Guarda Fiscal que aí instala um posto de vigia da costa, inicialmente compartilhado pelo Serviço de Faróis.

Depois de nas décadas de 30 e 40 ter sido objecto de obras de recuperação e conservação, responsáveis pela imagem que detém actualmente, é em 1980, no entanto, que a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana consegue, finalmente, apoderar-se, em exclusivo, da antiga fortificação continuando, assim, o forte de Cacela a perpetuar no tempo a missão para a qual fora construído: a defesa e vigilância da orla costeira.

Porém, os actuais métodos de combate, neste caso, ao contrabando, principalmente ao tráfico de droga, recorrem a sistemas sofisticados de detecção à distância, o que acaba por justificar, de modo autoritário e abusivo a colocação, na fortaleza, de grandes torres metálicas vermelhas e de um enorme radar, sem qualquer tipo de respeito e preocupação patrimonial.

O forte impacte negativo que causa na paisagem, foi motivo de protestos por parte da Associação de Defesa do Património, embora sem obter qualquer resultado positivo.

Construída em alvenaria de pedra da região, essencialmente calcário, a fortaleza que, originariamente apresentava as muralhas caiadas a branco, nos seus lados exterior e interior,

³²⁶ NUNES, António L. Pires, *As fortalezas de transição nos cartógrafos do século XVI*, Livro do 2º Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses, Património XXI, Lisboa, 1983, p.54

³²⁷ CALIXTO, Carlos Pereira, *O Forte de Cacela*, in «O Dia» de 24 de Fevereiro de 1995

apresenta hoje o lado exterior das muralhas sem qualquer tipo de acabamento, ou seja, com pedra e argamassa à vista.

Os edifícios, onde funcionam os quartéis dos militares, de um só piso e telhado de duas águas, construídos em alvenaria de pedra no fim do século XVIII e recuperados nas décadas de 30 e 40 deste século, foram recentemente objecto de uma péssima intervenção. A substituição dos telhados originais, cujo revestimento era constituído por telha de canudo da região, por telhados revestidos com telha marselhesa, vermelha, não respeitou a expressão arquitectónica pré-existente, contribuindo para a desvalorização do património militar.

Por sua vez a guarita do lado nascente, destruída no sismo de 1969, aguarda, desde então, a sua recuperação.

Dado o bom estado de conservação da guarita do lado poente, esta deve servir de modelo àquela.

O espaço exterior entre as guaritas, ou seja, entre a muralha virada ao mar e os quartéis, encontra-se pavimentado com grandes lages de calcário. As árvores exóticas aí plantadas - árvores da borracha e pitosporos - concorrem para a descaracterização da imagem plástica da fortaleza e do conjunto edificado.

Apesar das marcas deixadas por tão nefastas intervenções importa deixar claro que a fortaleza de Cacela constitui, ainda, um belíssimo exemplar da arquitectura militar dos séculos XVI e XVIII.

Igreja

Refere Orlando Ribeiro³²⁸ que os dois estilos arquitectónicos que marcam o território e a paisagem portuguesa se ligam a dois momentos de prosperidade económica devido ao excepcional desenvolvimento do comércio marítimo: o manuelino, com as especiarias orientais e o barroco, com o ouro brasileiro.

Também a paisagem urbana da vila de Cacela integra as marcas destes dois estilos arquitectónicos corporizados no conjunto edificado constituído pela igreja e pela antiga casa da misericórdia, actual casa mortuária.

Assim e se a igreja de Cacela é considerada uma “...igreja manuelina de três naves em que brilha uma interessante porta renascença...”³²⁹, o edifício da antiga misericórdia datado de 1750 e “...arruinado pelo terramoto de 1755 foi imediatamente reconstruído em barroco simples...”³³⁰.

A actual igreja conserva, também, elementos da antiga igreja medieval, da qual integrou a porta lateral gótica³³¹ e os cunhais da cabeceira onde se encontram inscritas as siglas de canteiro medievais³³² entretanto apagadas pela caiacção.

Muito possivelmente também os contrafortes da capela-mor terão pertencido à antiga igreja dedicada a Nossa Senhora dos Mártires. Como refere Horta Correia³³³ a igreja de Cacela

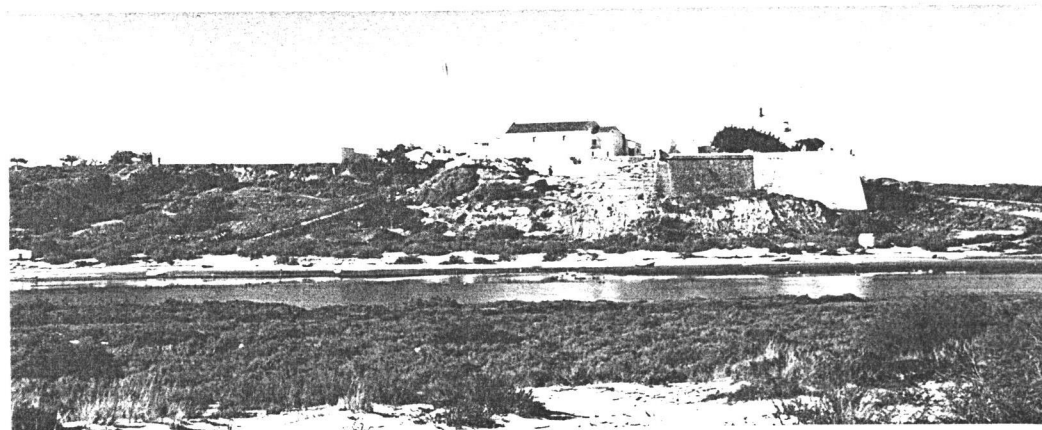
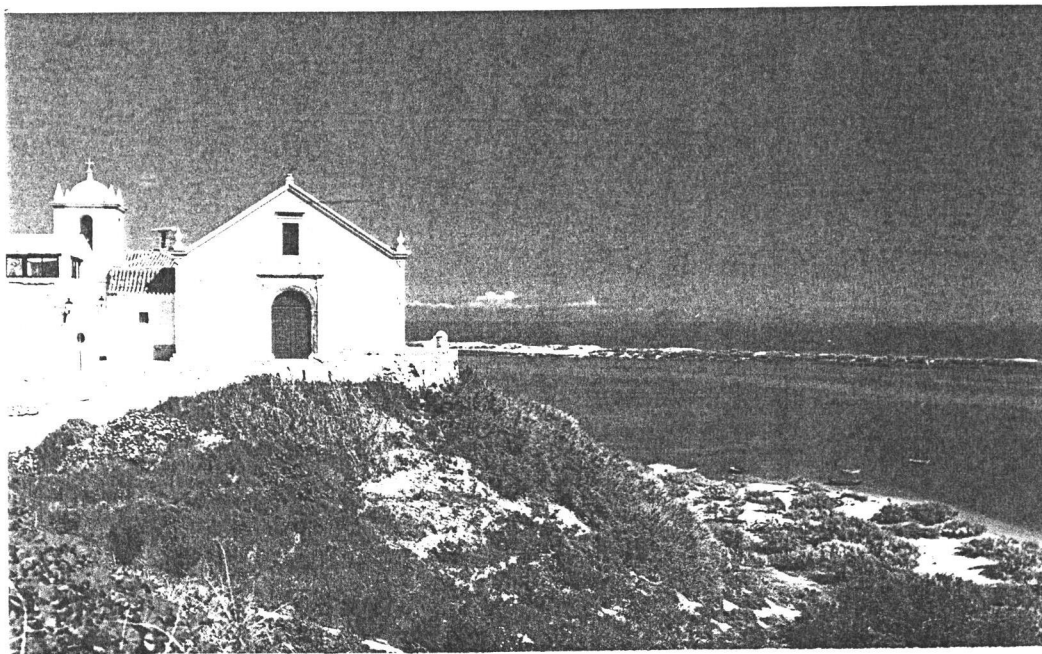
³²⁸ RIBEIRO, Orlando, *Las Ciudades Ibericas Tradicionales y su expansion por el Mundo*, in «Actas do I Colóquio Ibérico de Geografia», Salamanca, 1981, p.213-217

³²⁹ CORREIA, José Horta, *A arquitectura religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Universidade Nova de Lisboa, p.27

³³⁰ PADRÃO, Cabeça, *Prospecção e Recuperação de Elementos, Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis no Algarve - 11º volume - Cacela*, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1976, cap.2, ficha nº 1

³³¹ CAVACO, Hugo, *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*, edição da C.M.V.R.Stº António, 1984, fig. 6

³³² MASCARENHAS, J.Fernandes, *Cacela - baluarte da Ordem de Santiago - vestígios do seu passado*, Jornal Lest Algarve, Tavira, ano III, nº 62, 1983, p.2



integra-se numa escola de arquitectura com evidentes sinais de originalidade, autonomia e qualidade que tem como seu expoente o pedreiro arquitecto algarvio André Pilarte.

A Visitação da Ordem de Santiago à igreja de Cacela em 1554 descrevia-a assim: “...*esta igreja está situada levante a ponente afastado hum pouco da praia...o corpo desta igreja: são as paredes d'alvenaria. Tem d'alto 30 palmos; he de tres naves...Tem quatro arcos de cada banda d'alvenaria de ponto, vão as collunas e os capiteis de pedraria; a nave do meo he madeirada de asnas de castanho; emcaniçada de duas agoas; as naves das ilhargas são madeiradas de castanho emcaniçadas de huma so agoa. O chão he lageado de novo...Tem adro demarcado...os que aqui se enterrão pagão...*”³³⁴

A Visitação seguinte, realizada em 1565, permite uma leitura precisa do templo, fornecendo dados importantes sobre a concepção espacial e os materiais de construção utilizados na edificação.

“...*ho portall da porta principal he de pedraria lavrado d'obra romana bem feito e grande com medalhas...entrão para ella sem nenhum degrao; ho corpo da Igreja he de tres naves armado sobre oito piares de pedra bem lavrados...; toda estaa lageada de lagens de pedraria e repartida em covas...; estaa toda madeirada de castanho d'asnas foradas de canas...; junto do arco do cruzeiro, todo de pedraria, estão dous altares d'alvenaria...de um só degrao...;esta igreja tem de comprido dezoito varas e de larguo nove e meia. A capella he mais alta que ho corpo da igreja hum degrao, he toda lageada de pedra...he toda d'abobeda e os arcos sobre que esta armada são de pedraria; tem quatro varas e meia em quadro.*

Na capella moor a bamda do Evangelho estaa hum portall de pedraria para huma casa que serve de samcristia; he feita toda de pedra e ba(r)ro guarneçada, madeirada de castanho de huma ágoa forada de canas.

Ho corpo da igreja he muito allto e estaa bem guarneçado e cai(a)do e tem duas frestas na parede.

Visitámos ho campanario e estaa sobre a parede da Igreja da parte do norte feito de pedraria, bem feito; nelle estão dous synos hum grande e outro mais pequeno...e, fação huma escadaria per onde se sirvão para os synos...”³³⁵

Datada de 1586 a capela lateral dedicada a Nossa Senhora dos Mártires (anterior orago da igreja) é uma capela funda com arco renascença e abóbada artesoada.

O baptistério, construído em alvenaria de pedra e com telhado de duas águas, integra a antiga pia e um cricifixo “...*antiquíssimo, de escultura muito primitiva...*”³³⁶

A igreja de Cacela, dedicada a Nossa Senhora da Assunção, com três naves, sem transepto, com cobertura única de telha e com uma capela na cabeceira, integra-se no tipo de série estandardizado no Algarve quinhentista, onde a forma dos capitéis parece ser especificamente algarvia³³⁷.

No entanto e embora a sua expressão patrimonial fundamental se mantenha, o templo tem sido objecto de um conjunto de intervenções, algumas bastantes recentes, pautadas pelo desrespeito ante a riqueza e valor da sua originalidade e qualidade arquitectónica.

Assim, a substituição do forro da cobertura, de madeira tratada e pintada, muito possivelmente do século XVIII, por lage de betão armado, durante a década de setenta; a substituição do

³³³ CORREIA, José Horta, *A Arquitectura do Algarve como expressão privilegiada da sua especificidade cultural*, in « *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica* », edição do INIC, 1989, p.141

³³⁴ CAVACO, Hugo, *Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio*, edição da C.M.V.R.Stº António, 1987, pp.249 e 250

³³⁵ Id., *ib.*, pp.269-271

³³⁶ MASCARENHAS, J.Fernandes, *ob.cit.*, p.2

³³⁷ CORREIA, José Horta, *A Arquitectura do Algarve como expressão privilegiada da sua especificidade cultural*, p.141

pavimento da nave central que era de madeira sobre lages de calcário, por ladrilho de cerâmica, vermelha, na década de oitenta; a par da substituição das antigas portas principal e lateral por madeiras novas e de pior qualidade, já nesta década, e de outras intervenções de menor monta embora de péssimo gosto, como a colocação de um inestético sistema de luz e som, constituem um vasto conjunto de alterações e introduções que causam um impacto fortemente negativo, no carácter e expressão arquitectónica deste monumento religioso.

Também as obras de adaptação da antiga misericórdia a casa mortuária e sala de reuniões, com a criação de dois pisos num edifício originalmente de um piso só, com a utilização de materiais de construção e de processos construtivos incompatíveis com qualquer tipo de reabilitação patrimonial, alterou significativamente o carácter do único edifício barroco da povoação.

De qualquer modo e apesar das péssimas intervenções realizadas na igreja e no edifício da antiga misericórdia, este magnífico conjunto de arquitectura religiosa oferece, ainda, um alto valor patrimonial do qual não anda ausente a qualidade da paisagem histórica que o envolve.

Cemitérios

O percurso histórico de Cacela, de sede de concelho durante séculos a uma pequena povoação actual, cuja população não ultrapassa a meia centena, reflecte-se, em certa medida, nos edifícios de expressão arquitectónica excepcional de que dispõe.

Se a fortaleza é um edifício de valor patrimonial que contruibui para a qualificação da imagem urbana e do perfil da falésia, mas que detem, hoje, modesta expressão na vida social da vila, a igreja e o cemitério excedem em muito as necessidades da povoação servindo a área da freguesia de Vila Nova de Cacela.

Dos serviços paroquiais e fúnebres que prestam, resulta uma elevada sobrecarga humana para a povoação que se ressent de excessivo número de visitantes que recebe nesses dias e para os quais não se encontra preparada, nomeadamente no que diz respeito ao trânsito automóvel e ao estacionamento.

Se até meados do século XVI as sepulturas ocupavam o interior da igreja e a partir de 1565 a sua ocupação se estende ao adro do templo³³⁸, só no século XIX se constrói o primeiro cemitério da vila, junto à igreja.

Ocupando um ponto central na estrutura urbana da povoação, o antigo cemitério concorre com o seu valor plástico para a qualidade espacial e arquitectónica do centro do aglomerado.

Construídos de taipa comum sobre fundações contínuas em alvenaria de pedra que se elevam acima do nível do solo, os muros do cemitério têm entre 2,00 e 2,50 metros de altura e 0,40 metros de espessura. O acabamento das paredes é a caição a branco, que se continua a realizar todos os anos. Ressalta como pormenor mais notável na sua composição arquitectónica um “altar/túmulo” de 1860 com lage de calcário, adocado ao muro, no enfiamento do portão de entrada do cemitério.

³³⁸ CAVACO, Hugo, *“Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio*, edição da C.M.V.R.Stº António, 1987, p.279

O [wi]portão de ferro bastante pobre de desenho e fabrico e o “lettering” à sua ilharga, anunciando a data de desactivação, constituem elementos perturbadores no valor expressivo do antigo cemitério.

Este é desactivado em 1928 depois de ter sido construído um novo cemitério, no outro lado da rua, junto à arriba.

O cemitério que entretanto se constrói com paredes em alvenaria de pedra com 2,20 metros de altura e 0,40 metros de largura, com percurso calçadado central a terminar numa pequena capela, sofreu, até hoje, várias ampliações e aumentos de volumetria.

Construídos em alvenaria de tijolo, os muros e as catacumbas, não têm seguido qualquer plano ou projecto, resultando daí uma certa anarquia na ocupação do espaço, o que aliado ao uso indiscriminado de equipamento de alumínio - grades de campas, portas de jazigos e de gavetas - confere ao cemitério um ambiente de grande promiscuidade.

Actualmente superlotado, a sua ampliação afigura-se indesejável, pois colocará imediatamente em risco o equilíbrio e a harmonia que o território ainda possui, causando danos que se prevêem irreparáveis, uma vez que a dimensão que apresenta neste momento, provoca já um impacte fortemente negativo, na leitura da estrutura urbana e da paisagem.

Tão importantes como a fortaleza, a igreja e os cemitérios (ou os achados arqueológicos), são as ruas, a organização dos espaços públicos e de sociabilidade e a estruturação das áreas domésticas, os materiais e as técnicas de construção utilizadas.

De facto, a multiplicidade de linguagens arquitectónicas que compõem o património construído da vila, também está expressa nas características formais dos edifícios habitacionais.

Embora a povoação apresente uma relativa homogeneidade, assumida, essencialmente, no total do conjunto urbano e na sua morfologia global, as suas casas constituem caracteres distintos e diferenciados, consoante as respectivas épocas de construção.

Quanto à análise da incidência das épocas de construção do edificado no tecido urbano, verifica-se que a povoação tem sofrido intervenções, ao longo do tempo, maioritariamente neste século, manifestando deste modo as potencialidades e dinâmica de um “centro vivo”.

A incidência das diferentes épocas de construção no meio urbano apresenta uma estrutura relativamente marcada, apesar de se misturarem no tecido, sendo mais significativa a presença de edifícios correspondentes às duas fases de crescimento urbano deste século.

A sequência das épocas de construção do edificado na malha urbana refere-se, simultaneamente, às datas de ocupação dos lotes com construções das quais se tem conhecimento efectivo e às datas das sucessivas intervenções a que os edifícios têm sido sujeitos.

Assim e embora os lotes ocupados pelas casas mais antigas das quais se tem real conhecimento - construídas no século XVI - possam ter origem medieval, dadas as características de um loteamento estreito, condicionado pelo espaço muralhado e por estruturas pré-existentes sobre as quais aquelas casas se ergueram, o ensaio de uma ordem cronológica de construção para os edifícios fez-se, a partir da época sobre a qual se têm dados concretos, recorrendo à informação escrita³³⁹ e cartográfica disponível, datada de 1617³⁴⁰,

³³⁹ CAVACO, Hugo, *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*, 1984
Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio, 1987
Cacela no século XVII, 1990

³⁴⁰ MASSAY, Alexandre; A.N.T.T., Casa Cadaval, nº29, fls.25 e 26, Lisboa, 1617

1775³⁴¹, 1874³⁴², 1967³⁴³, 1982³⁴⁴, ao “levantamento urbano” da vila efectuado em 1996 para esta dissertação e a uma observação directa, minuciosa, a todos os edifícios.

Cada casa expressa os valores de uma cultura no plano material, refletindo para além do facto cultural, as condicionantes próprias de cada época de construção e da região, como sejam os processos construtivos, as tecnologias disponíveis e os materiais para a edificação.

*“...O estudo das características físicas típicas e permanentes nos edifícios de um determinado tecido edificado conduzindo à definição de uma tipologia explicativa, considera-se de primordial importância para o desenvolvimento das operações de reabilitação urbana e imprescindíveis ao desenvolvimento dos projectos de intervenção em edifícios...”*³⁴⁵

O conhecimento das componentes básicas dos processos construtivos reveste-se, pois, da maior importância no processo de conservação e recuperação de edifícios, pelo que se torna imprescindível a caracterização morfológica e construtiva fundamental e principais tipologias de cada fase de crescimento da vila.

Edifícios do século XVI: casas da paróquia e casas da câmara e da cadeia.

O edifício propriedade da igreja, localizado junto à cisterna, constituído por dois fogos, um deles devoluto, constitui um exemplar puro de arquitectura espontânea da melhor qualidade.

(Fotografias)

Do início do século XVI, as primeiras referências sobre ele encontradas, datam de 1518 “...na mesma parte do norte estão tres casas terryas em que vive e pousa ho capelão da dita igreja...”³⁴⁶, o referido edifício embora tivesse resistido ao terramoto de 1755³⁴⁷, foi objecto de uma campanha de obras no início do século XX responsável pela alteração das suas autenticidades histórica e formal e da autenticidade dos seus materiais na parte do edifício correspondente à actual fachada principal virada a nascente. Por sua vez, as casas da câmara e da cadeia também quinhentistas³⁴⁸ acabaram por ter destinos diametralmente opostos.

Se o antigo edifício dos paços do concelho de Cacela foi inescrupulosamente demolido há dez anos atrás, tendo sido construído no seu “lugar” um restaurante, o antigo edifício da cadeia, contíguo àquele, encontra-se devoluto, mantendo ainda os elementos fundamentais da sua expressão arquitectónica original, apesar da intervenção do início deste século e do seu mau estado de conservação.

³⁴¹ VASCONCELOS, José Sande, Carta Antiga nº 261, Instituto Geográfico de Lisboa, 1775

³⁴² ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe, in «Arqueologia Romana do Algarve», vol.1, de Maria Luisa E.V.Santos, Lisboa, 1971

³⁴³ PADRÃO, Cabeça, *Prospecção e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis do Algarve*, 11º volume, Lisboa, 1967

³⁴⁴

³⁴⁵ AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António Reis, *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, vol.1, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1994, p.119

³⁴⁶ CAVACO, Hugo, “Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio”, p.21

³⁴⁷ CAVACO, Hugo, *Cacela no século XVII*, p.56, gravura 20

³⁴⁸ Id., *Ib.*, p.16, gravura 5

O conhecimento real do pequeno edifício antes da destruição e a fotografia que se apresenta³⁴⁹ permitem a reconstituição do seu programa arquitectónico e das componentes básicas do seu processo construtivo, idênticas, aliás, às do edifício da cadeia, com o qual formava um conjunto urbanístico de vital importância na história da vida local.

(Fotografia)

A destruição em 1986 do edifício quinhentista, ocupado até 1775 pela câmara municipal da vila de Cacela constituiu uma perda irreparável no contexto patrimonial local, regional e nacional.

(Programa arquitectónico)

O antigo edifício camarário foi, como já se referiu, demolido e substituído por um edifício recente que acabou por integrar “cópias” de alguns elementos da fundação, nomeadamente o revestimento da cobertura, o duplo beiral e a moldura da porta, de cunhais chanfrados em calcário bojardado, contrariamente aos originais, que eram de calcário liso.

As casas do pároco, construídas sobre estruturas pré-existentes de origem medieval ou mesmo anterior e o antigo edifício da cadeia, construído adossado à cerca árabe medieval, constituem os únicos edifícios “habitacionais” quinhentistas existentes na povoação.

(Fotografias)

Estes edifícios inserem-se num quadro tipológico a que pertencem as casas urbanas do século XVI que seriam normalmente de um só piso nos aglomerados pequenos, com cobertura de duas águas de remate em duplo beiral³⁵⁰.

De tipologia construtiva simples, exprimem na sua morfologia e materiais, mas também na sua clareza e asseio, a influência das diversas civilizações mediterrânicas que ocuparam a povoação e a região, com destaque para a romana e a islâmica.

A tipologia e a morfologia das casas são dados culturais em si, embora condicionadas pelos materiais disponíveis para a sua edificação.

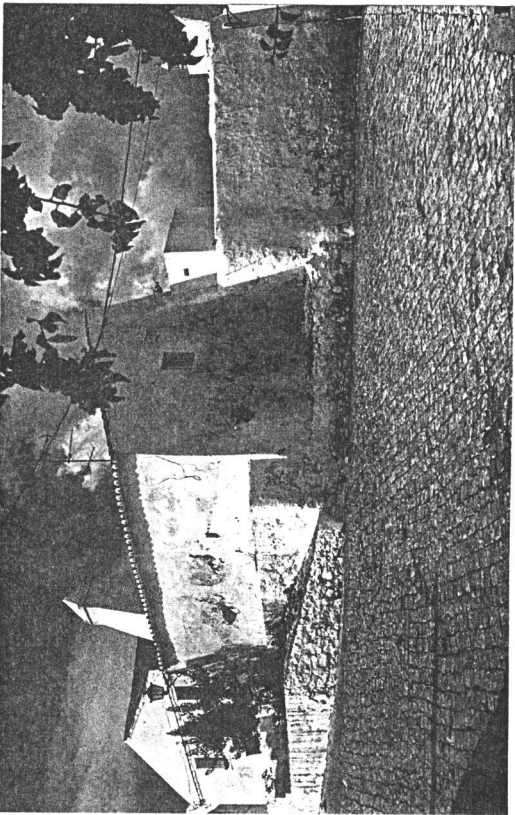
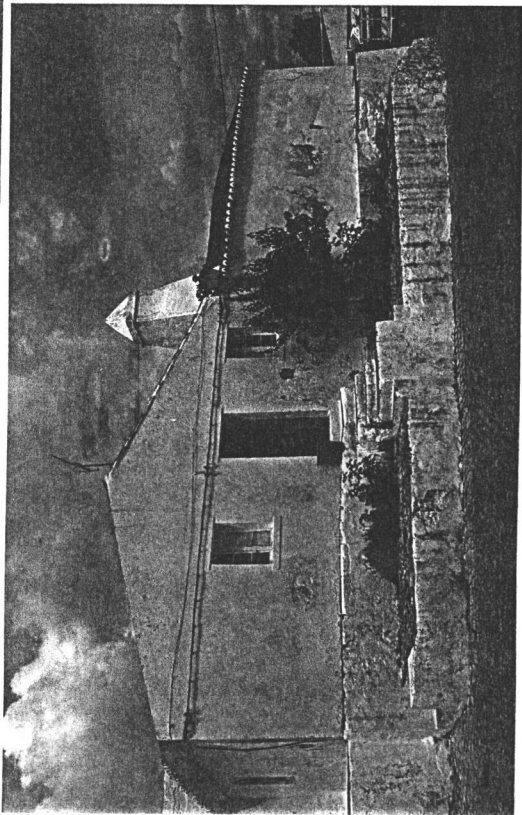
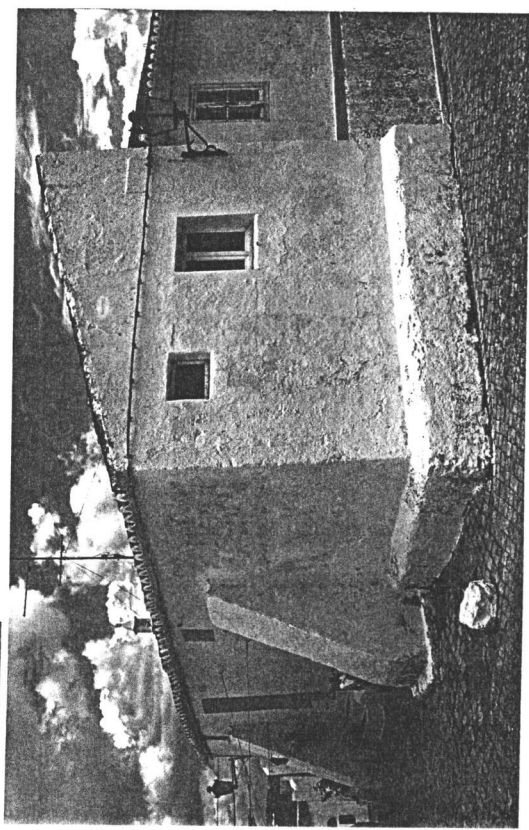
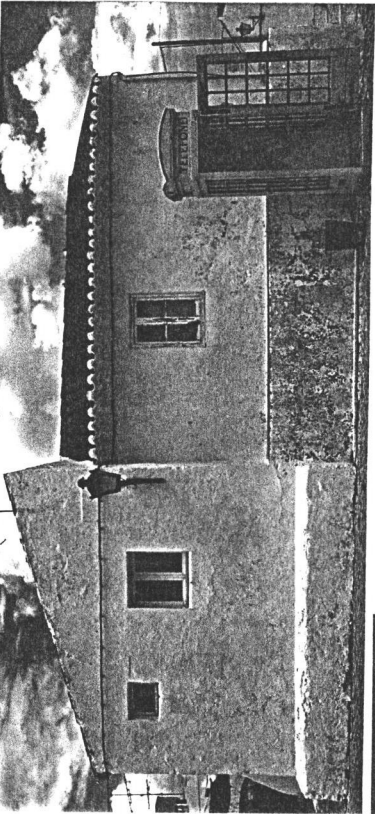
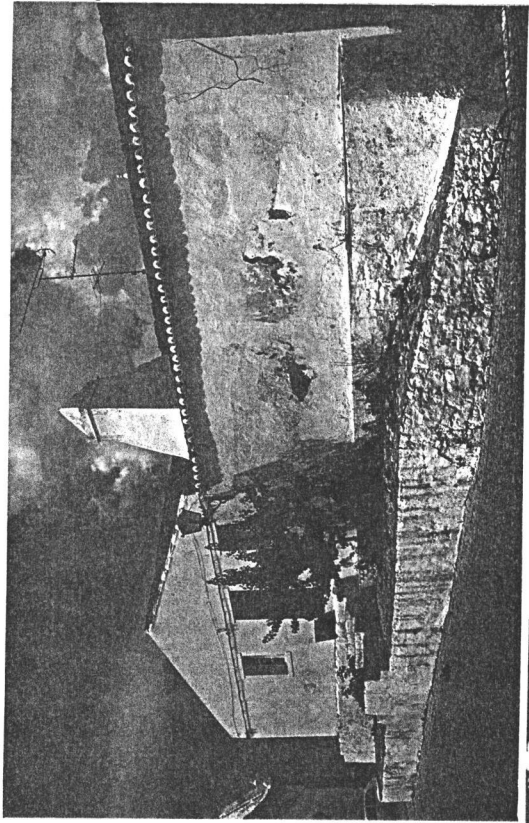
Poderiam ser descritas utilizando um excerto de um texto inserido na «*Arquitectura Tradicional Portuguesa* » : “...São feitas de materiais leves e de grande plasticidade que...funcionam ao mesmo tempo como isoladores de calor, rebocadas e caiadas exterior e interiormente, com poucas janelas, muitas vezes apenas com a porta de entrada na frontaria,...e com telhado de duas águas...e pavimento de terra...ou preferentemente,...ladrilho...”³⁵¹

As referidas casas do prior e da cadeia apresentam, contudo, algumas diferenças morfológicas, fundamentalmente, no que diz respeito à cobertura: telhado de duas águas na primeira e

³⁴⁹ CAVACO, Hugo, *Cacela no século XVII*, p.14, gravura 3

³⁵⁰ CORREIA, José E.Horta, *A Arquitectura do Algarve como expressão privilegiada da sua especificidade cultural* in « *O Algarve na perspectiva da Antropologia Ecológica* », INIC, Lisboa, 1989, p.143

³⁵¹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *A Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Colecção Portugal dem Perto, nº 24, Dom Quixote, Lisboa, 1992, p.368



telhado de uma água na segunda, tendo a única porta desta moldura quinhentista, lisa, com lintel saliente.

Se a ocupação funcional das casas da paróquia se mantém desde a sua fundação, apresentando uma organização espacial comum às pequenas habitações de tipo tradicional com 130m² de área coberta, repartida pelos dois fogos e 40m² de logradouro, o edifício da antiga cadeia, com 25m² de área coberta, transforma-se em casa de habitação a partir dos finais do século XVIII, quando se constrói um tabique que divide a “zona de dormir” da “casa de fora” - sala de estar e cozinha - onde se levanta uma chaminé.

A edificação das casas do prior e da antiga cadeia fez-se recorrendo a materiais e tecnologias tradicionais para a construção dos diferentes elementos constitutivos.

Caracterização construtiva das casas do século XVI: sistema construtivo, componentes materiais e técnicas.

Uma primeira análise permite concluir que se trata de dois edifícios de grande coerência construtiva, onde as modificações e acrescentos posteriores foram pouco destrutivos, correspondendo, em ambos os casos, a divisões em tabique que foram, simplesmente, associadas às paredes de taipa e de alvenaria pobre pré-existentes, à construção de instalações sanitárias, nas casas do padre, uma das quais em anexo, no logradouro, à modificação parcial dos sistemas de pavimento, a cortes nos muros para instalação das condutas de água e esgotos e à abertura e substituição de alguns vãos nas casas do padre.

Ao constituírem intervenções pontuais, preservaram as leituras dos respectivos edifícios como conjuntos coerentes, correspondendo a imóveis de elevada qualidade patrimonial, apesar do mau estado de conservação do edifício da antiga cadeia, principalmente da parede norte, da cobertura e do duplo beiral.

fundações - as casas da paróquia aproveitaram parcialmente estruturas pré-existentes para embasamento, sendo as restantes fundações das casas, fundações directas em alvenaria de pedra, de 0,60 metros acima do terreno, idênticas, aliás, às fundações do antigo edifício da cadeia.

paredes - são em alvenaria de taipa comum e em alvenaria pobre, com uma largura de 0,50 metros em ambos os edifícios.

“...A utilização do côvado como medida das cofragens verifica-se tanto nas paredes dos edifícios de taipa como nas construções de muralhas...” ³⁵²

“... As paredes deste material, quando bem realizadas e rebocadas, são muito duradouras e a sua espessura oferece boas condições de isolamento térmico. A taipa necessita, contudo, de certas precauções na sua execução, sendo uma delas evitar o contacto com a humidade do solo e o seu consequente apodrecimento; para isso constroi-se uma fundação em alvenaria de pedra, que se eleva sempre acima do terreno...os vãos são abertos, depois da parede terminada, tendo sido previamente colocadas as padieiras em madeira...” ³⁵³

³⁵² CATARINO, Helena, *Fortificações do Período Almoada no Sul de Portugal*, , pp. 13-18

³⁵³ MARTINS, Artur Pires *et alii*, *Arquitectura Popular em Portugal (zona 6-Algarve)*, 2ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980, pp.628-630

Fotografias:

- embasamento da casa do padre
- parede de taipa (casa de Manta Rota)
- janela da vizinha Delmira
- gigantes da casa do padre

Ao apresentarem características de baixa resistência a determinado tipo de esforços, nomeadamente em relação aos impulsos laterais, motivados pelo peso dos telhados, as casas do padre, em taipa, exigem a oposição de fortes massas de alvenaria nas paredes exteriores - os gigantes.

Utilizada numa expressão de continuidade até aos nossos dias, a taipa comum, diferente da taipa militar, é uma técnica de edificação bastante difundida no Algarve, como aliás em todo o sul português, pelo baixo custo, simplicidade do seu processo e perfeita adaptação às condições ambientais; de facto a casa é fresca de Verão e quente no Inverno.

Sobre as características da taipa, formas de preparação e utilização em obra, cuidados especiais de acabamento, condicionantes do uso, principais patologias e formas de eliminação de patologias, consultar, entre outras, as seguintes obras: *Arquitectura Popular em Portugal* ³⁵⁴, *Arquitectura Tradicional Portuguesa* ³⁵⁵, *Arquitectura em Terra* ³⁵⁶ e *Recuperação e Conservação em Zonas Históricas* ³⁵⁷.

Além de assentarem sobre alvenaria de pedra, as paredes de taipa destas casas, de modo a combaterem a humidade, são revestidas com argamassa de reboco contendo barro e cal como forma de facilitar a aderência e foram posteriormente caiadas.

A caição de acabamento e a sua frequência protegem, assim, a casa. A cal é, aliás desde sempre, uma das componentes fundamentais na arquitectura tradicional, quer pelas suas qualidades como ligante, quer como acabamento e manutenção das edificações.

Gesto tradicional na casa do sul, a caição periódica contribui para a higiene e frescura da casa, para o bom estado das suas paredes face à humidade e aos fungos e ainda para a beleza e qualidade estética dos edifícios.

No entanto, principalmente nas casas do padre, a queda de alguns bocados de reboco original e a sua substituição por novo reboco cuja argamassa detem uma excessiva mistura de cimento, faz com que a cal não adira, apresentando algumas paredes, interiores e exteriores, manchas com cimento à vista.

Pavimentos - na origem, muito possivelmente, em terra batida, os pavimentos são em ladrilho no edifício da antiga cadeia e em partes do edifício da paróquia. Pelo desgaste que apresentam, os ladrilhos (0,30x0,15x0,03), se não são contemporâneos das casas, devem ter alguns séculos. O fogo devoluto do edifício pertencente ao clero, mistura mosaico hidráulico avermelhado, resultado de uma intervenção de meados deste século, com ladrilhos.

³⁵⁴ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando, *Arquitectura Popular em Portugal (Zona 6-Algarve)*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980, pp. 575-690

³⁵⁵ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, ed. Dom Quixote, Lisboa, 1992

³⁵⁶ ALEGRIA, José, *Arquitectura em Terra*, ed. C.M.Silves, 1992

³⁵⁷ MATEUS, Rui, *Recuperação e Conservação em Zonas Históricas - Mértola, um caso de estudo*, Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995, pp.90-101

*“...Quando o ladrilho é utilizado no revestimento de pavimentos interiores das habitações... a sua aplicação é feita com evidente cuidado e imaginação, mesmo no traçado mais singelo e traduz, em certa medida, uma manifestação de asseio e gosto no arranjo da casa...”*³⁵⁸

Coberturas - inclinadas, em telha de canudo argamassada, com uma água no antigo edifício prisional e com duas águas nas casas propriedade da igreja.

Reflexo da simplicidade das plantas dos edifícios, as coberturas de uma e duas águas, estão orientadas segundo a menor dimensão dos edifícios, através de um processo construtivo simples, económico e eficaz.

O revestimento de cobertura dos telhados é feito por telhas de canudo ou de Santa Catarina (nome de um povoação do concelho de Tavira, com tradição no fabrico de materiais cerâmicos), cujas qualidades: leveza, impermeabilidade e resistência, proporcionam um bom revestimento de cobertura dos edifícios. Feitos e reparados, à moda tradicional, os telhados assentam, em ambos os casos, nas estruturas em barrotes de madeira de pinho, com forro de caniço.

O caniçado é um conjunto de canas, cortadas das margens da ribeira de Cacela, formando uma esteira sobre a qual é assente a telha.

O remate da cobertura é em duplo beiral na antiga cadeia e numa água no telhado da casa do padre. O beiral, duplo ou simples, é sempre saliente do telhado, protegendo, assim, as paredes de taipa dos edifícios.

No telhado da casa do padre, na água virada a nascente, aparece uma chaminé de grande qualidade e efeito estético que se considera como pormenor notável, embora de datação posterior à do edifício, muito possivelmente, do século XVIII.

Cantarias - o estatuto que a pedra possui face ao edifício parece ganhar expressão nas casas quinhentistas de Cacela. Assim, enquanto as casas da câmara e da cadeia, símbolos do poder político, enaltecem os seus padrões funcionais com o recurso à utilização de elementos em pedra, nas soleiras das portas e nos lintéis chanfrados e/ou salientes que lhes definem as molduras, as casas do padre, de cariz habitacional, não apresentam cantarias nos vãos, embora a pedra seja utilizada nas soleiras e nos degraus.

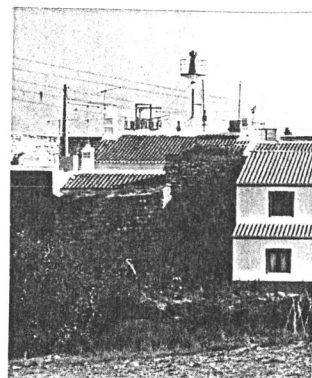
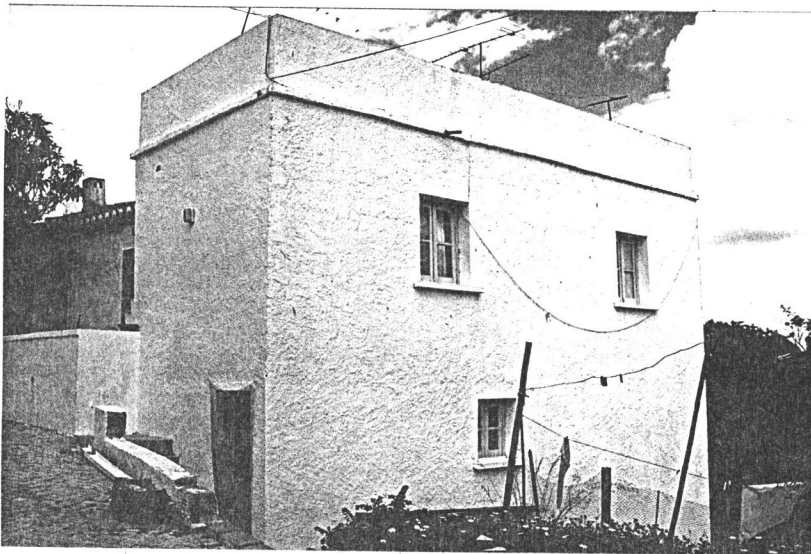
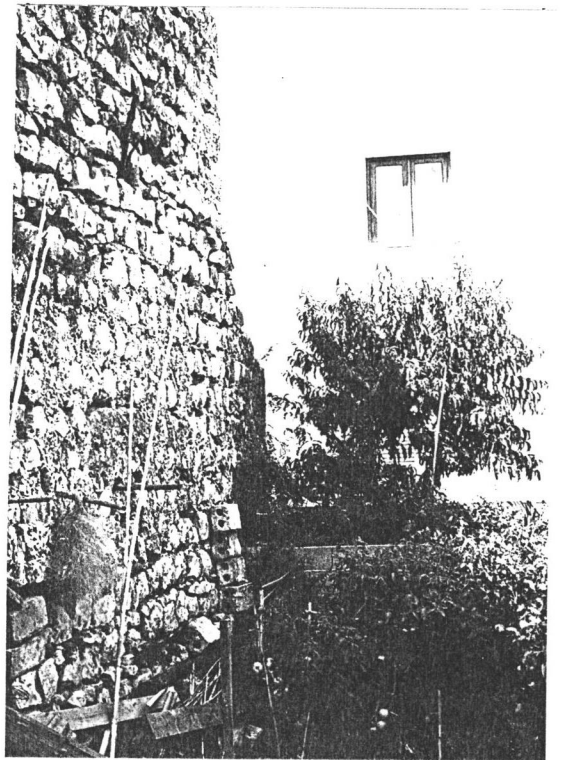
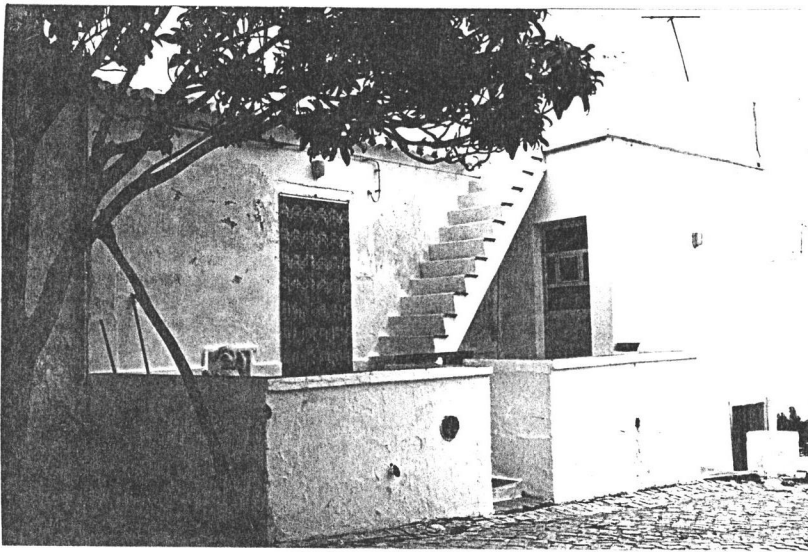
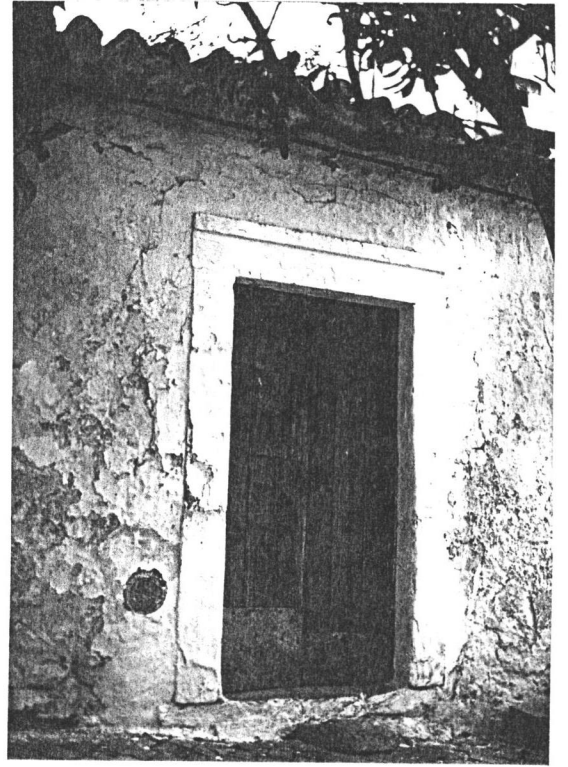
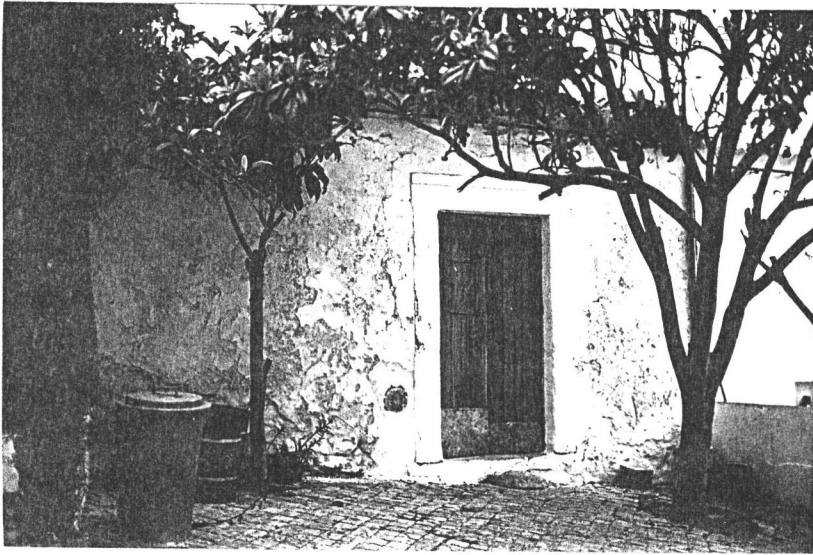
Poder-se-á afirmar que em Cacela, no século XVI, as cantarias, de calcário, dão aos edifícios públicos um estatuto de grandeza face aos edifícios habitacionais que representam o comum da arquitectura popular.

Importa, entretanto, colocar a seguinte questão: Será que as casas do século XVI, que de forma indelével marcam a paisagem urbana da vila de Cacela são, tal como a igreja, produto da escola algarvia de arquitectura quinhentista que teve em André Pilarte o seu expoente máximo?

Tudo levar a crer que sim, pois como refere Horta Correia³⁵⁹ a arquitectura algarvia, diversificada e original no período manuelino, aderiu cedo aos esquemas formais da Renascença, manifestando-se em escolas com expressão própria, centralizadas na figura de André Pilarte ou sob a sua influência de estilo.

³⁵⁸ Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*, p.638

³⁵⁹ CORREIA, José E. Horta, *André Pilarte no Centro de uma Escola Regional de Arquitectura Quinhentista*, IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Universidade de Coimbra, 1988, pp.387 e 395



Poder-se-à então concluir que as casas, quinhentistas, da vila de Cacela, a que entretanto desapareceu, mas cujo registo se faz neste trabalho, e as que hoje ainda subsistem, constituem testemunhos importantes da época áurea da arquitectura algarvia.

Muito possivelmente da “escola de Tavira”, a casa urbana de Cacela, do século XVI, enquadrada num contexto de um loteamento de possível origem medieval, é de um só piso, com cobertura de uma ou de duas águas, remate em duplo beiral na maioria dos casos, e portas sem ou com molduras de calcário com arestas chanfradas ou moldura lisa com lintel saliente.

Como refere Horta Correia³⁶⁰ “...a casa urbana algarvia do século XVI seria normalmente de um só piso nas terras mais pequenas...com a manutenção de loteamento de origem medieval, condicionado o espaço pela cerca muralhada. As casas térreas com cobertura de duas águas e remate em duplo beiral... O Manuelino deixou marcas importantes também na arquitectura civil pelo que respeita ao desenho e vãos...apresentando-se as molduras quinhentistas com arestas chanfradas, embora lisas, até pelo menos os meados do século...”

Ainda segundo o mesmo autor³⁶¹ “...é a partir da segunda metade do século XVI que se fixa uma composição organizada e uma volumetria no sentido horizontal. Começam a aparecer então um maior e mais regular espaçamento dos vãos,...regras de simetria na fachada centralizada pela porta e moldura lisa com lintel saliente e proporções próximas do duplo quadrado. Coincide esta mudança estrutural na sua simplicidade, linearidade e sobriedade com o essencial do «estilo chão», fazendo sentir as suas marcas até muito tarde na arquitectura portuguesa...”

Edifícios habitacionais do século XVIII: (re)construídos após o terramoto de 1755

A planta da vila de Cacela desenhada por José Sande de Vaconcelos em 1775, revela-nos a existência, naquela data, das “...casas do Governador...” junto à fortaleza, do lado nascente e das casas onde morava o sacristão, junto às actuais “casas do padre”, no local onde em meados do século XIX se viria a implantar o cemitério, hoje desactivado.

Ambos os edifícios terão desaparecido entre 1775 e 1874, pois neste ano Estácio da Veiga desenha uma planta da vila onde não se encontram assinalados os referidos edifícios.

De acordo com a planta de 1775 e com o Tombo de Vila Real de Santo António, fl.3 de 1795, os únicos edifícios habitacionais existentes na vila, além daqueles entretanto desaparecidos e dos edifícios quinhentistas atrás referidos, são quatro casas localizadas no quarteirão dos antigos edifícios da câmara e da cadeia.

Estes edifícios, térreos, apesar de ocuparem lotes definidos no século XVIII, apresentam elementos de épocas de construção posteriores. Se o edifício, hoje, ocupado pela pastelaria, foi construído de raiz, em 1992, após a demolição do edifício setecentista, tendo sido destruídos, então, todos os vestígios da sua fundação e o edifício onde está instalada a sede da Associação de Defesa do Património desapareceu enquanto edifício setecentista na década de quarenta deste século, tendo sido, também em 1992, objecto de uma intervenção de modo a restituir-lhe o carácter e a linguagem arquitectónica originais, os outros dois edifícios

³⁶⁰ CORREIA, José E.Horta, *A Arquitectura Algarvia do séc.XVI ao século XIX: Tentativa de Caracterização* in «4º Congresso do Algarve», edição do Rocal Clube de Silves, 1986, pp.197-202

³⁶¹ CORREIA; José E.Horta, *Arquitectura Portuguesa - renascimento, maneirismo, estilo chão*, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1991, pp.68 e 69

construídos no século XVIII, foram, igualmente, objecto de campanhas de obras durante este século mantendo, no entanto, elementos da fundação.

Assim, subsistem na povoação como únicos edifícios habitacionais construídos no século XVIII, após o terramoto, as casas contíguas aos antigos edifícios da câmara e da cadeia.

Fotografias:

-casa da D.Conceição

-casa do João Mangas

A sua (re)construção ter-se-à concretizado, tal como a reconstrução do resto do Algarve depois de 1755, quer ao sabor do gosto barroco, quer da influência da arquitectura pombalina, mas sobretudo, num estilo vernacular de revivalismo seiscentista³⁶².

Apesar de portadores de códigos arquitectónicos recentes, fruto de intervenções realizadas no século XX, que acabaram por apagar características da expressão arquitectónica original, os edifícios habitacionais fundados no século XVIII ou que ocuparam esses lotes desde então, apresentam, numa evolução de continuidade baseada em adaptações com escala, proporções e volumetria especificamente algarvias, a actualização de um modelo corrente nos séculos anteriores na região sul do país.

Como faz notar Horta Correia³⁶³ o aparecimento do Barroco, tardio também no Algarve, parece relacionar-se com o terramoto de 1755 e com um determinado desenvolvimento sentido pelas cidades e vilas do litoral algarvio.

É então que, ainda segundo o mesmo autor, se introduzem novas morfologias: *“...altera-se o remate dos beirais formando-se um novo tipo, que perdura quase até à actualidade, extremamente balanceado e recurvado, moldado em massa e assente sobre pilastras ou cunhais fingidos...As maiores mudanças operam-se todavia, no desenho dos vãos...”*³⁶⁴

Poder-se-á, pois, afirmar que as casas de habitação (re)construídas em Cacela após a destruição generalizada provocada pelo terramoto de 1755 e embora apresentem alterações mais ou menos profundas introduzidas no século XX, configuram uma continuação do essencial das tipologias anteriores no seio de uma arquitectura vernacular mas onde se devem sublinhar as mutações morfológicas expressas no desenho dos beirais e dos vãos.

Caracterização construtiva das casas do século XVIII : sistema construtivo, componentes materiais e técnicas.

A casa ao ser entendida como património familiar é construída, tradicionalmente, de modo a durar o mais tempo possível. A sua ocupação pelas sucessivas gerações é um aspecto importante das componentes sociais de uma edificação, pelo que no processo construtivo se

³⁶² CORREIA, José E.Horta, *A Arquitectura do Algarve como Expressão Privilegiada da sua Especificidade Cultural*, in «O Algarve na perspectiva da Antropologia Ecológica», INIC, Lisboa, 1989, pp.135-146

³⁶³ CORREIA, José E.Horta, *A Arquitectura Algarvia do séc. XV aos éc.XIX - Tentativa de Caracterização*, in «4º Congresso de Algarve», vol.1, edição do Rocal Clube de Silves, 1986, pp.197-202

³⁶⁴ Id., *Ib.*, p.199

pretende a garantia da durabilidade, sendo para isso importante a escolha dos materiais e o grau de qualidade que possuem.

No entanto e face às condições económicas existentes, muitas vezes construía-se como se podia, com reflexos numa qualidade menos boa da construção, acabando os edifícios por necessitar de intervenções constantes.

As várias campanhas de obras operadas nos edifícios, sob os novos gostos vigentes, acabou por modificar as suas autenticidades formal e construtiva.

Contudo e ressaltando o facto de os únicos edifícios habitacionais setecentistas não apresentarem, na íntegra, as suas características formais e construtivas, originais, torna-se importante fazer uma referência ao sistema construtivo e às componentes básicas dos seus processos construtivos.

Fundações - são fundações directas em alvenaria de pedra, que foi possível identificar aquando da demolição e construção dos edifícios contíguos. A constituição das fundações assemelha-se muito à que se observa nas paredes resistentes dos respectivos edifícios, apresentando em relação a estas uma sobrelargura, não determinada.

Paredes - são em alvenaria de pedra, pobre, com uma espessura de 0,50 metros, em ambos os edifícios. A constituição das paredes em alvenaria de pedra e barro, parece pôr em destaque por um lado a disponibilidade local do material pétreo, que existe em pouca quantidade e por outro lado a redução do tempo da construção e dos custos de transporte com o consequente baixamento do orçamento final da obra.

A pedra utilizada nestas paredes - essencialmente calcário e conglomerados - parece ter origem no aproveitamento de restos de construções antigas degradadas ou provenientes do leito da ribeira.

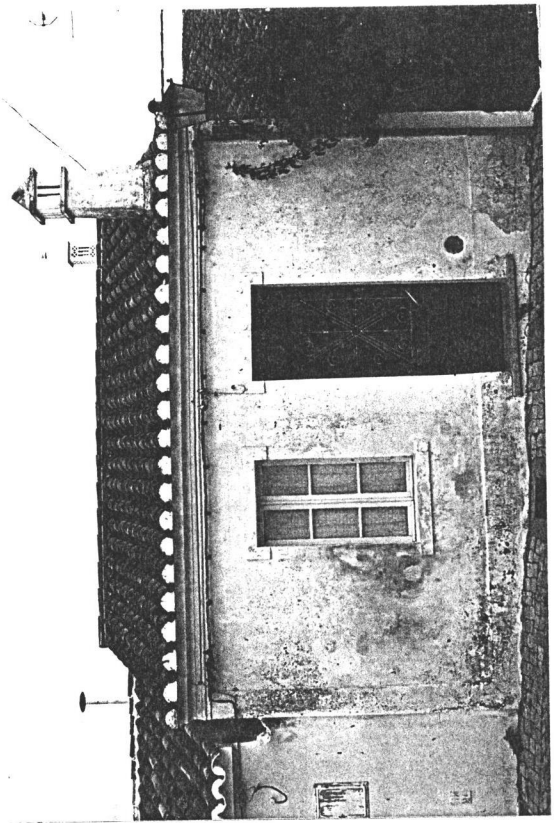
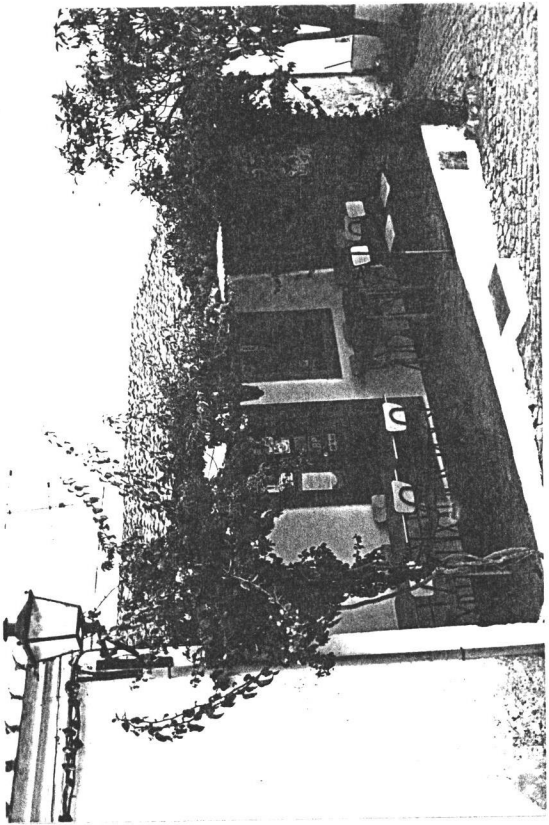
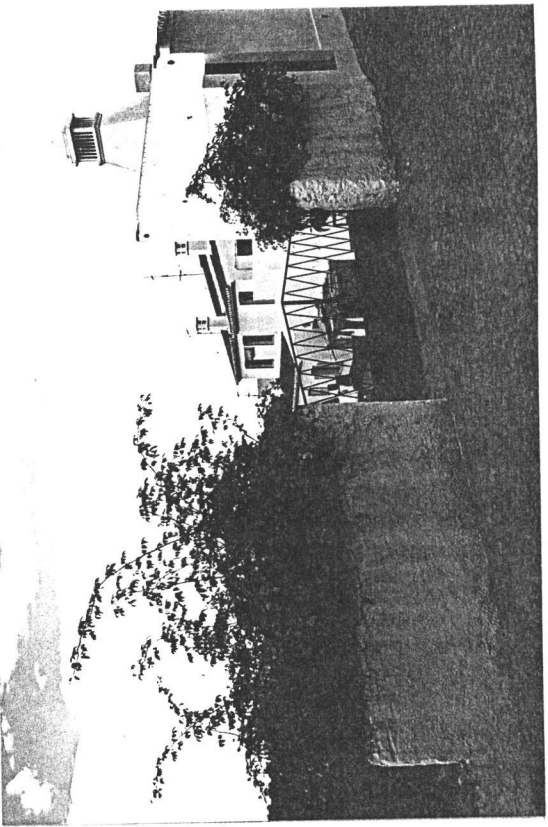
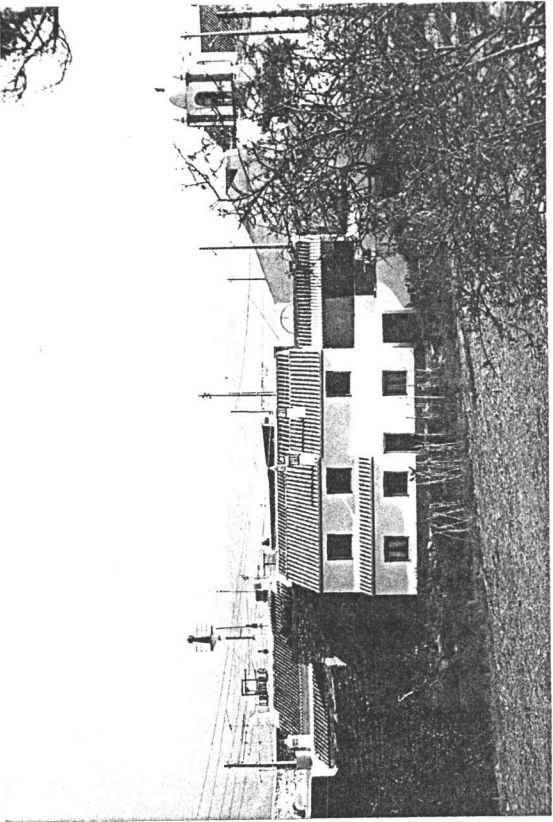
" A utilização do calcário na construção não apresenta aspectos novos quando empregado em alvenarias...as alvenarias de modo geral são executas com pedras pequenas..." ³⁶⁵

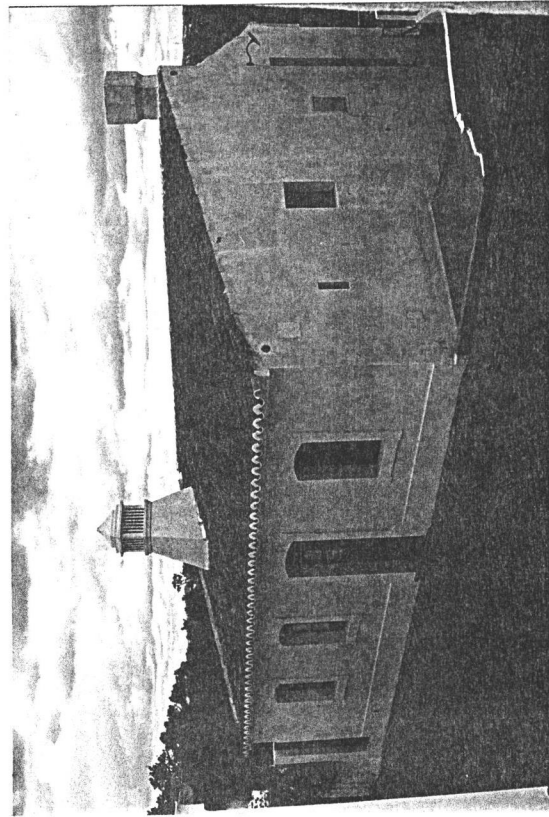
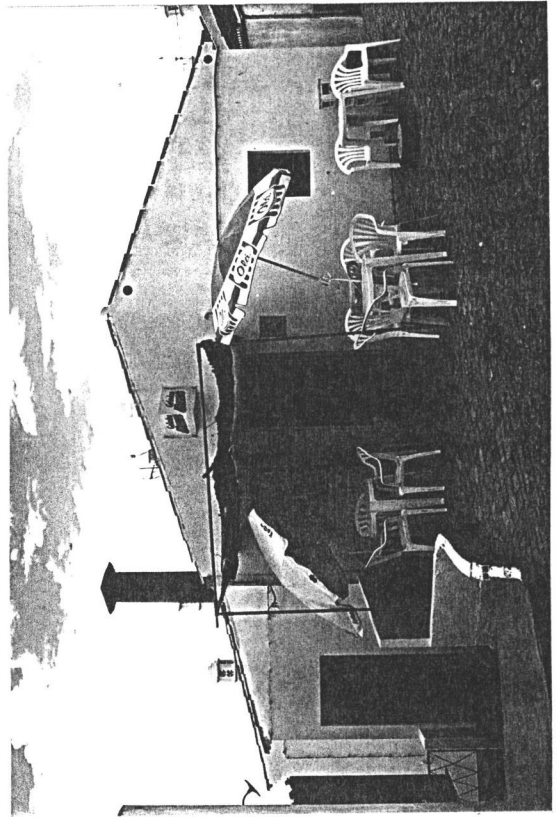
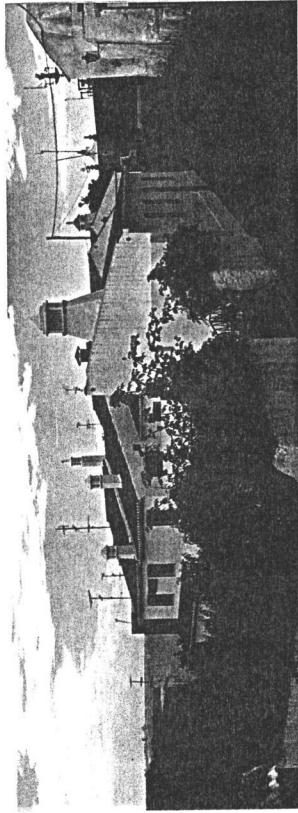
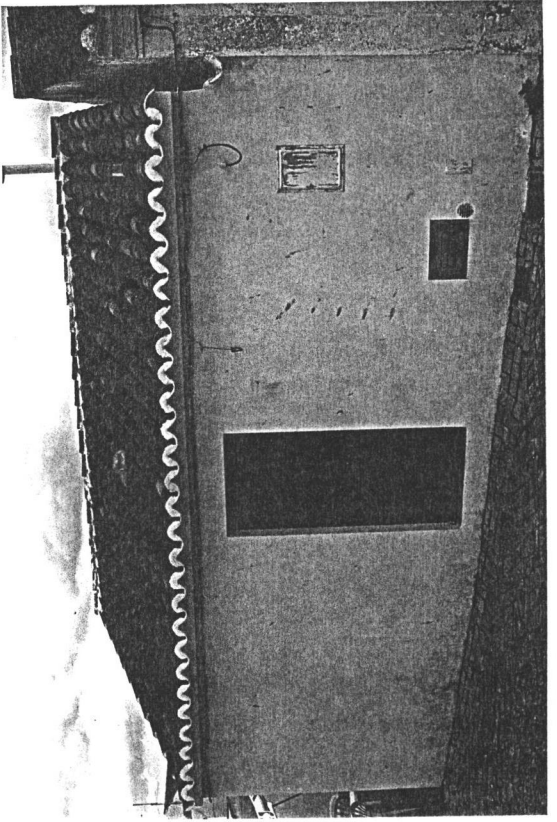
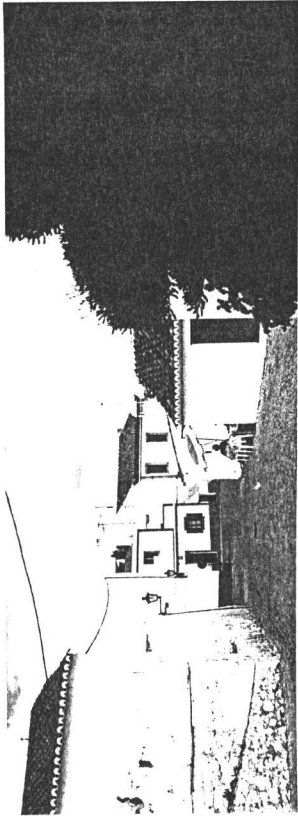
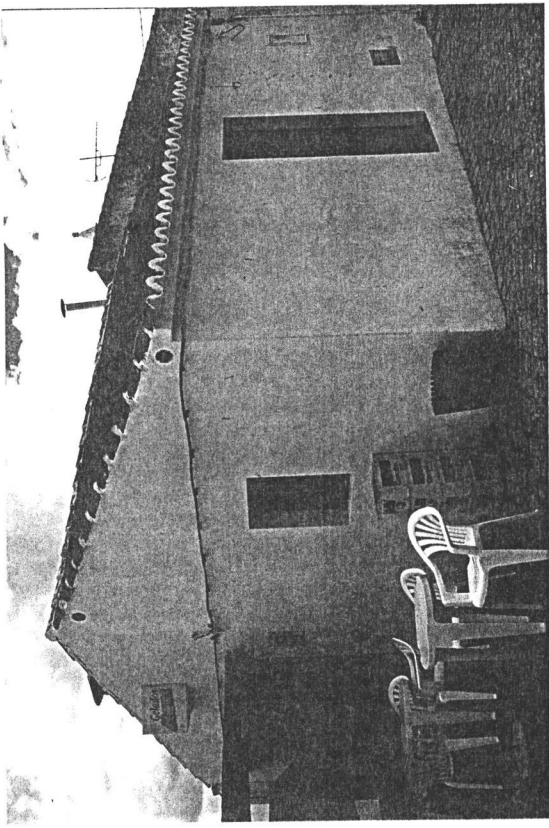
Delimitando áreas domésticas, de estruturas simples, de 42 m² num edifício e de 25 m² no outro, as paredes resistentes apenas se individualizam na fachada principal, pois todas as outras paredes se "encostam", ou a edifícios contíguos, ou à muralha de silharia de pedra de edificação da época romana.

As paredes apresentam, exterior e interiormente, manchas com cimento à vista devido à substituição dos revestimentos tradicionais, feitos à base de rebocos de argamassa fraca com areia e cal aérea, por rebocos cuja argamassa possui uma excessiva mistura de cimento, o que não permite a aderência da cal.

Pavimentos - apesar de nenhum dos edifícios apresentar os pavimentos originais, sabe-se, através de informação prestada por alguns habitantes da povoação que antes da substituição pelo actual pavimento - mosaico hidráulico - o "chão das casas" era em ladrilho tradicional, em cerâmica, de forma rectangular.

³⁶⁵ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando, *Arquitectura Popular em Portugal (Zona 6-Algarve)*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980, p.632





Coberturas - as coberturas estão feitas à moda tradicional. Os telhados, ambos de duas águas, assentam em estruturas em barrote de madeira, com forro de caniço, sobre o qual se dispõem as telhas de canudo, da região.

Os telhados apresentam cuidados especiais de acabamento que se fazem notar especialmente na colocação das telhas, cujas extremidades se encontram bem argamassadas, tanto ao longo das empenas, como nos espigões e nos respectivos beirados.

"...Sendo o telhado de uma casa, o seu coroamento, necessário se torna harmonizá-lo com o conjunto da construção, do qual constitui um dos principais elementos. Essa harmonia deverá compreender não só a forma da armação do telhado, como a sua natureza e côr..." ³⁶⁶

O remate dos telhados é diferente em cada um dos edifícios. Se o edifício contíguo à antiga cadeia apresenta um beirado simples, o edifício adjacente ao actual restaurante, possui um novo tipo de beiral, mais balançado e recurvado, moldado em massa e assente sobre pilastras.

Vãos - se a composição da fachada do edifício com a frente mais larga, assenta no uso da porta e da janela, o outro edifício apenas tem uma porta no centro da fachada. Se o vão, pela sua dimensão, poderá remontar ao século XVIII, a caixilharia, embora de madeira de ripas ao alto e postigo, é mais recente.

Os vãos - porta e janela - do outro edifício setecentista, denotam um desenho e um modelo de caixilhariadas datadas já deste século, tendo sido integrados de modo menos correcto na composição da casa, alterando sobremaneira a sua harmonia formal, original.

Os dois edifícios de fundação setecentista que integram ainda alguns elementos originais, nomeadamente os alicerces, a maioria das paredes, coberturas e respectivos remates, inserem-se num quadro tipológico que põe em evidência a assimilação de valores e caracteres de cunho regional, no seio de uma arquitectura tradicional, onde ganha expressão um novo desenho dos beirais.

Edifícios habitacionais do século XX : construídos nas três primeiras décadas.

As obras pouco criteriosas que nos últimos anos têm sido praticadas, apagaram ou falsearam muitas das características originais dos edifícios construídos no início deste século.

No entanto, o conhecimento que se tem das edificações antes da sua substituição ou deformação e a observação directa que se realizou aos edifícios que ainda mantêm as suas expressões arquitectónicas originais, permitiu a seguinte análise das tipologias dos edifícios construídos neste período.

Dos vinte e quatro edifícios, habitacionais e/ou comerciais que compõem a povoação, quinze foram construídos nas três primeiras décadas deste século, embora três deles tivessem sido posteriormente demolidos e construídos de raiz, no período pós 25 de Abril de 1974.

Adopta-se, então, na edificação da vila, um conceito de fachada principal cuja composição e desenho denotam um tratamento mais cuidado e rico de pormenor, contrapondo com o de fachada de traseiras, de carácter mais rural em que se verifica um despojamento de pormenor. Introduce-se uma nova tipologia na composição das fachadas que passam a assentar, sempre que a frente do lote o permite, no uso de uma «tríade»: uma porta e duas janelas.

³⁶⁶ SEGURADO, João dos Santos, *Acabamentos das construções*, 3ª edição, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d., pp.14-15

Mais uma vez se nota um desenvolvimento da construção tradicional, local, através de um processo evolutivo contínuo, submergente de modelos anteriores, pois se a composição das fachadas das casas dos séculos XVI e XVIII não assenta no gosto da «tríade», elas são sensíveis com as desse tipo, apresentando afinidades de composição e canone.

A tipologia mais frequente dos edifícios habitacionais construídos no início do século XX baseia-se, pois, na sequência de vãos ordenados segundo o ritmo 1+1+1, em que as janelas se dispõem simetricamente em relação à porta.

A platibanda que, com a chaminé, constitui um dos elementos considerados mais representativos da arquitectura algarvia ³⁶⁷, surge pela primeira vez na vila e como complemento de fundamental relevo, no conceito de fachada principal.

“...A casa de fachada define-se por si, podendo atingir o paroxismo, que a casa de platibanda já evidencia, de a fachada tomar o lugar da casa, tal qual um cenário cinematográfico...A fachada continua a assumir o papel de cara...enquanto que as duas janelas que rodeiam a porta assumem a metáfora ocular...” ³⁶⁸

“...Virada para a plateia a platibanda aparece como sintoma de afirmação...a casa de platibanda acaba por traduzir a afirmação individual...” ³⁶⁹

As platibandas alternam com os beirados mais simples ou mais balançados e recurvados, que a casa do século XX assimila dos modelos pré-existentes.

À composição de fachada corresponde interiormente uma organização de espaço, também representativa de uma tradição de habitar local: corredor ou pequeno vestíbulo de entrada, quartos laterais, “casa de jantar”, quarto interior sem ventilação directa, dispensa e cozinha, se a planta do edifício se desenvolve em profundidade ou “casa de entrada ou de fora” e, lateralmente, cozinha e quarto(s) se a planta da casa se desenvolve paralelamente à rua.

“...A característica principal da habitação algarvia é a sua simplicidade que se manifesta no aspecto exterior, duma grande pureza de formas e de superfícies, e na disposição das peças que a compõem interiormente...” ³⁷⁰

Com coberturas de uma água no caso dos edifícios cujas plantas se desenvolvem paralelamente à rua e com telhados de duas águas nas habitações que se desenvolvem em profundidade, alguns edifícios constroem-se pela primeira vez com dois pisos, como forma de adaptação ao relevo natural.

Sendo estes os tipos de concepção funcional e estética comuns à maioria dos edifícios, a sua caracterização construtiva baseia-se, também, num sistema construtivo idêntico e na repetição sucessiva de elementos por justaposição em banda.

Caracterização construtiva das casas do início do século XX: sistema construtivo, componentes materiais e técnicas.

Os edifícios construídos neste período mantêm, com alterações relativamente pouco significativas, as características genéricas do que foi a edificação nos séculos anteriores.

³⁶⁷ CORREIA, José E.Horta, *A Arquitectura Algarvia do séc.XV ao séc.XIX-Tentativa de Caracterização* in «4º Congresso do Algarve», vol.1, edição do Rocal Clube de Silves, 1986, pp.197-202

³⁶⁸ DIAS, Jacinto Palma, *O Algarve revisitado*, 1ª edição, Festa do Livro, Lisboa, 1994, pp.13 e 14

³⁶⁹ Id., *Ib.*, p.21

³⁷⁰ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de; TORRES, Fernando, *Arquitectura Popular em Portugal (Zona 6-Algarve)*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980. P.645

De facto, o conjunto habitacional edificado no início do século XX regista, numa evolução de continuidade, o recurso à tipologia construtiva anterior, baseada em materiais e técnicas que se mantiveram de forma significativa durante os últimos cinco séculos.

Verifica-se, assim, a permanência de padrões comuns na construção de edifícios habitacionais, entre os séculos XVI e XX, centrados no uso de um restrito número de materiais dominantes, naturais ou pouco transformados.

Fundações - são fundações directas de alvenaria de pedra, que constituem simples prolongamentos, até ao solo, das próprias paredes mestras, com uma espessura um pouco superior às destas.

Paredes - as paredes principais ou mestras dos edifícios construídos no início deste século, são em alvenaria de pedra não aparelhada, com 0,50 metros de espessura.

Esta espessura, que se mantém uniforme desde o século XVI, justifica-se não só por razões de ordem estrutural mas também por razões que, principalmente para as paredes exteriores, se prendem com a função que desempenham na protecção do interior habitado da casa, em relação aos agentes atmosféricos.

De modo a evitar grandes desperdícios de materiais pétreos, principalmente calcário e conglomerados, a pedra foi utilizada nas alvenarias, na sua aparência natural, sob a forma de blocos irregulares.

Estas alvenarias são executadas com argamassas tradicionais cujas composições reais se desconhece. Importa salientar que se reveste de extrema importância o conhecimento das características físicas e químicas destes materiais, de modo a poder-se estabelecer modelos de previsão do comportamento das alvenarias com eles fabricadas.

Existe um conjunto de pelo menos quatro edifícios que apresentam algumas anomalias de carácter estrutural, nomeadamente fissurações e desagregações.

*“...Em alvenarias antigas, sobretudo de pedra não aparelhada, é corrente o aparecimento de abaulamentos e desagregações superficiais. Estes fenómenos estão ligados à expansão da parede por acção da humidade que provoca a desagregação das argamassas...”*³⁷¹

A cal, largamente utilizada nas argamassas tradicionais, desempenha funções de consolidação estrutural nas paredes dos edifícios construídos nesta época, além de constituir, como nas épocas anteriores, o seu acabamento, sob a forma de caiação a branco.

Sobre as paredes de alvenaria de pedra e as características dos materiais pétreos, formas de utilização em obra, cuidados especiais de acabamento, condicionantes do uso, patologias principais e suas formas de utilização, devem consultar-se, entre outras, as seguintes obras: *Edifícios Antigos: Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*³⁷², *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*³⁷³, *Recuperação e Conservação em Zonas Históricas: Mértola, um caso de Estudo*³⁷⁴, *Alteração*

³⁷¹ AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António Reis, *ob.cit.*, vol.2, LNEC, Lisboa, 1994, p.26

³⁷² APPLETON, João A.da Silva, *Edifícios Antigos*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Lisboa, 1991

³⁷³ AGUIAR, João; CABRITA, António Reis; APPLETON, João; *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, vol.2, LNEC, Lisboa, 1994

³⁷⁴ MATEUS, Rui, *ob.cit.*, Tese de Mestrado em Recuperação do Património, Universidade de Évora, 1995, pp.111-117

e Alterabilidade das Rochas ³⁷⁵, *Tratamento de conservação de pedras em monumentos* ³⁷⁶ e *Humidade em Paredes* ³⁷⁷.

Há ainda a destacar o caso das paredes divisórias ou de compartimentação interior, não estruturais - os tabiques - cuja solução construtiva, de âmbito regional, decorrente de uma tradição de construção do sul do país, são executados em estreitos tijolos vasados, de tipo antigo, não correntes.

Pavimentos - Consideram-se pela primeira vez dois tipos diferentes de pavimentos : térreos e elevados. No que diz respeito aos primeiros, a sua constituição é muito simples: sobre a terra batida colocou-se a camada de revestimento e desgaste em ladrilhos, tendo a sua aplicação sido feita com evidente cuidado.

Relativamente aos pavimentos elevados, originais, feitos de madeira, de um conjunto inicial de quatro edifícios que possuíam este tipo de pavimentos, apenas restam um, onde se pode verificar a importância, predominante, da madeira como material estrutural e de revestimento. A estrutura deste pavimento, de madeira de pinho, organiza-se de forma muito simples, com recurso ao uso de perfis redondos.

A solução adoptada para a ligação entre o pavimento de madeira e as respectivas paredes de apoio, consiste no encaixe das vigas de madeira em aberturas feitas nas paredes.

O revestimento, de madeira, é de soalho à portuguesa.

É no edifício que ainda mantém o pavimento elevado, original, que se encontra a única escada construída no início deste século, onde se pode verificar a aplicação do ladrilho em coberturas de degraus com focinho de madeira, rematando o ladrilho e formando grade.

Coberturas - no que se refere à forma, as coberturas dos edifícios construídos no primeiro quartel do século XX, eram na sua totalidade, coberturas inclinadas. Reflexo do desenvolvimento das plantas dos edifícios, as coberturas eram de uma água no caso dos edifícios que se desenvolviam paralelamente à rua e de duas águas nas casas cujas plantas se desenvolviam em profundidade, com predominância destas últimas.

Se as coberturas apresentam estas duas formas a sua constituição é comum a ambas, caracterizando-se por serem coberturas simples e portanto mais económicas e de eficácia garantida.

A estrutura de madeira resume-se a um conjunto de vigas de perfil redondo, dispostas paralelamente, vencendo como peças simples, os vãos existentes. Sobre os barrotes coloca-se o «encançado»: “...isto é, um conjunto de canas ligadas uma às outras e aos barrotes por meio de cordel; a telha é ligada ao encançado por uma camada geral de argamassa estendida sobre aquele, permitindo obter um regular isolamento térmico, em virtude da presença simultânea da cana - elemento celular - da argamassa e da telha...” ³⁷⁸

Este procedimento construtivo, comum às casas dos séculos XVI e XVIII, põe em relevo a perpetuação de uma maneira tradicional de construir telhados com recurso a técnicas e materiais de construção utilizados, desde há muitos séculos, pelo homem do sul.

³⁷⁵ AIRES-BARROS, Luís, *Alteração e Alterabilidade das Rochas*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1991

³⁷⁶ CASTRO, Elda de, *ob.cit.*, LNEC, Lisboa, 1984

³⁷⁷ HENRIQUES, Fernando, *Humidade em Paredes*, LNEC, Lisboa, 1994

³⁷⁸ MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino; TORRES, Fernando, *ob.cit.*, p.635

O tipo de telha que então se empregava, em exclusivo, era o da telha de canudo ou de Santa Catarina (designação local) formada por um rectângulo liso virado em meia cana. Esta telha era assente em fiadas, sobre o caniço, sendo depois dispostas fiadas invertidas sobre as suas arestas, formando as capas e os canais, até cobrir-se todo o edifício.

O remate dos telhados ou continuou a ser feito através de beirados simples e de beirados mais balançados, moldados em massa, segundo a tradição setecentista, ou passou a ser feito com um elemento emergente da cobertura, então introduzido na arquitectura tradicional da vila: a platibanda.

Se através dos beirados as águas pluviais são directamente escoadas para a rua sem qualquer recolha ou encaminhamento, nos seis casos dos telhados cujos remates eram em platibanda, a água da chuva era encaminhada ao longo de uma caleira encostada àquela, que a escoava depois, para o logradouro ou para a rua.

*“...É, nas platibandas e nas chaminés que se manifesta a mais rica exuberância decorativa do algarvio, podendo-se considerar alguns exemplos, autênticos motivos de arte popular...A platibanda, atinge grande importância na Arquitectura local...o que mais populariza a platibanda algarvia, é a riqueza que por vezes apresenta a sua decoração, riqueza que está intimamente relacionada com a ostentação que o algarvio imprime à sua casa...”*³⁷⁹

(Fotografia de platibanadas)

Se as platibandas, que hoje se podem ver na povoação, pertencem a edifícios construídos no início do século, também os exemplares das chaminés tradicionais que ainda se conservam, datam desse período, exceptuando a antiga chaminé da casa do pároco, construída, muito provavelmente, no século XVIII.

Este conjunto, que integra chaminés de diferentes tipos e formas, detém um elevado valor plástico e decorativo sendo considerado um dos elementos mais representativos da arquitectura da vila.

De formas cilíndricas ou prismáticas, as chaminés são perfuradas em redor com motivos geométricos, executados com materiais cerâmicos.

Os seus coroamentos põem em destaque o gosto pelo decorativo e pela ornamentação, propriedades tão queridas da arquitectura tradicional algarvia.

Além das chaminés mais ou menos rendilhadas, de execução tradicional, há a destacar pela sua raridade, no contexto da região e da povoação, e pela sua perfeita adaptação ao meio - a «chaminé de balão».

(Fotografia de chaminés)
-incluindo a de balão-

“...A chaminé de balão, ao contrário das anteriores, é de natureza estritamente funcional, pois utiliza um parapeito como corta -vento; de modo a que o fumo não seja rejeitado na

³⁷⁹ Id., *Ib.*, p.681

*direcção do interior por influência da impulsão do vento. Será precisamente aqui, confrontadas com esta chaminé funcional, ...que as outras bem como os seus núcleos habitacionais, adquirem...um estatuto de transcendência face ao mundo circunvizinho, o que não foge à ideia do expoente religioso que a arquitectura muçulmana condensou nos seus minaretes,...com a severidade dos seus volumes e as suas lisas brancuras...E essa transcendência que a chaminé algarvia assume em relação aos seus suportes é exactamente aquela que Henri Terrasse vê na arquitectura hispano-mourisca ao diferenciá-la da cristã-ocidental...”*³⁸⁰

Vãos - embora a sua disposição na composição das fachadas e os seus desenhos originais tivessem sido objecto de alterações mais ou menos profundas e as caixilharias de janelas e portas tivessem sido quase totalmente substituídas por modelos muito menos expressivos que os protótipos tradicionais, é ainda possível registar os principais modelos de vãos e de caixilharias utilizadas no início do século.

Os modelos de vãos tradicionais das casas construídas nesta época apresentam formas que expressam mutações morfológicas de desenhos de modelos anteriores, apresentando as portas e janelas exteriores, na sua maioria, as vergas superiores arredondadas e guarnecidas de massa, caiadas de azul ou ocre.

As caixilharias eram de madeira, de duas folhas tanto nas janelas como nas portas. Nestas as folhas recebiam postigos com bandeiras, enquanto que as janelas de modelo tradicional apresentavam cada folha preenchida por duas ou três chapas de vidro e portadas interiores em madeira maciça.

(Fotografias de janelas de modelo tradicional)

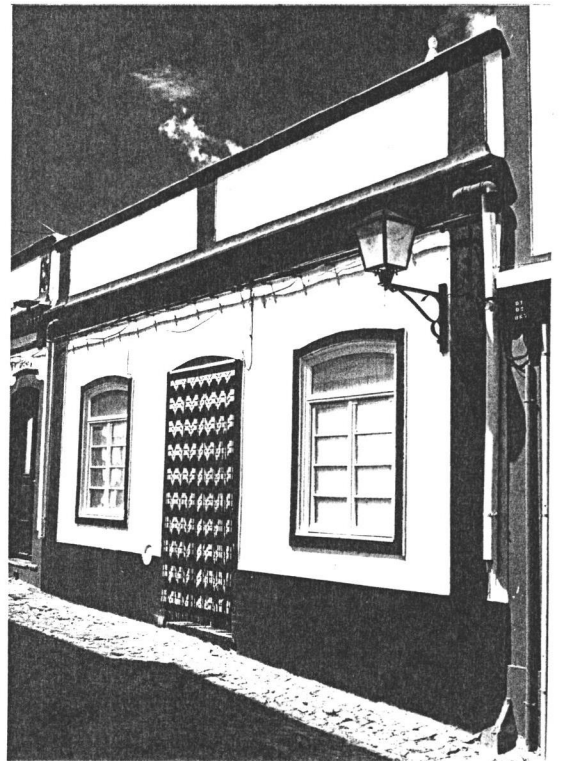
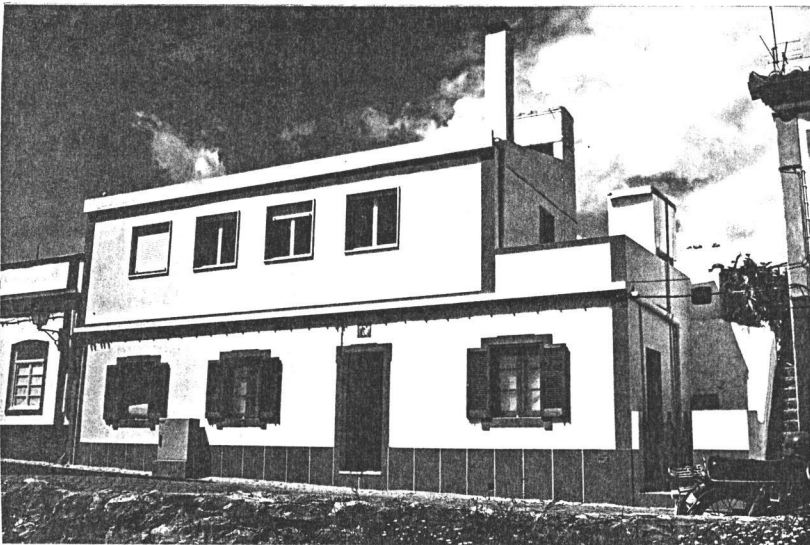
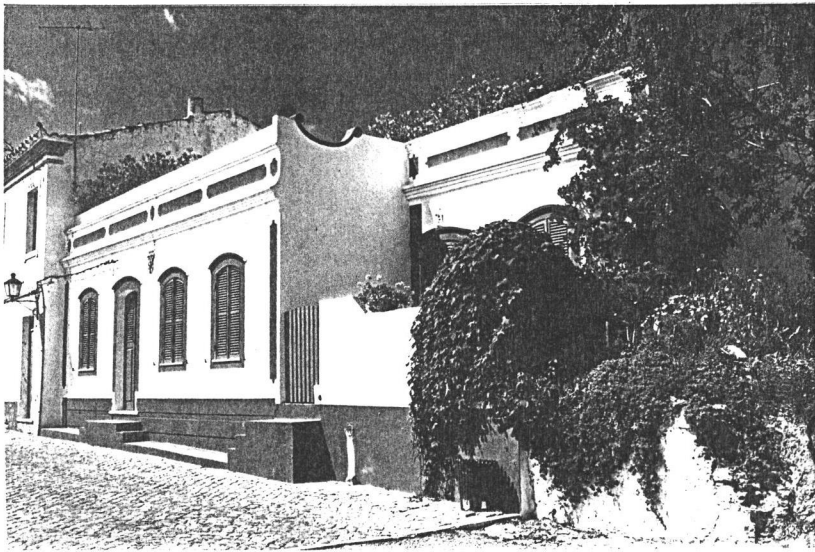
As características que Horta Correia considera dominantes da arquitectura algarvia podem ser aplicadas na caracterização da arquitectura praticada na vila de Cacela até aos anos trinta do século XX: *“...escala humana, utilização de materiais frágeis, a limpidez estrutural, a simplicidade de composição, a nitidez na definição do espaço, a abertura a valores eruditos, a aceitação das novidades depois de transformadas localmente, a preocupação pela decoração dos vãos, a perfeita integração na geografia e a sua natural plasticidade...”*³⁸¹

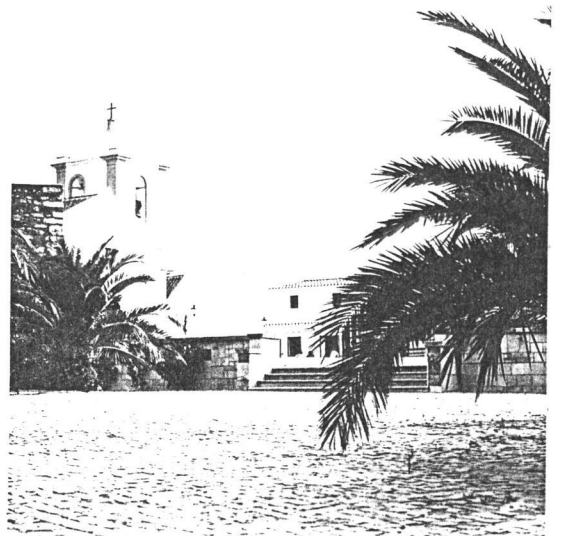
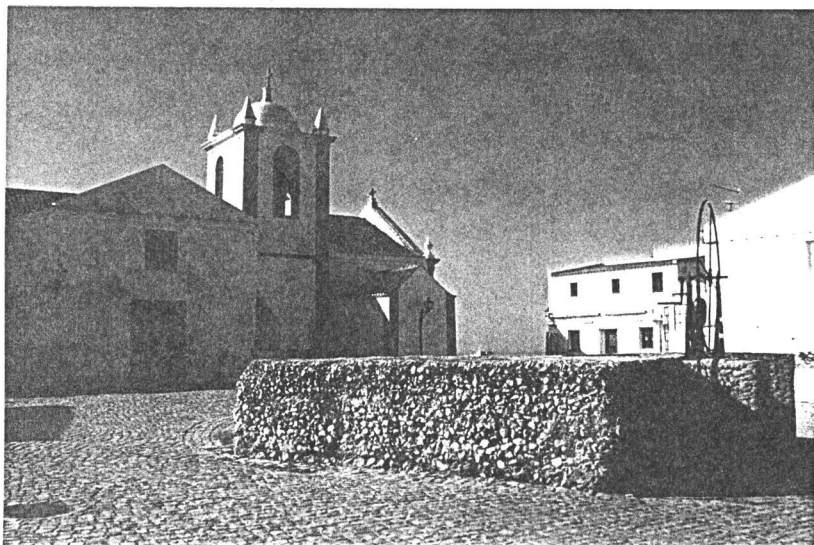
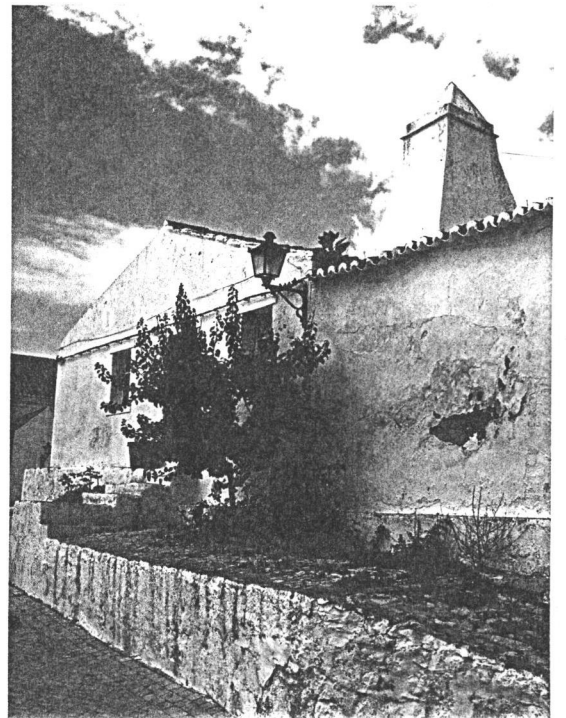
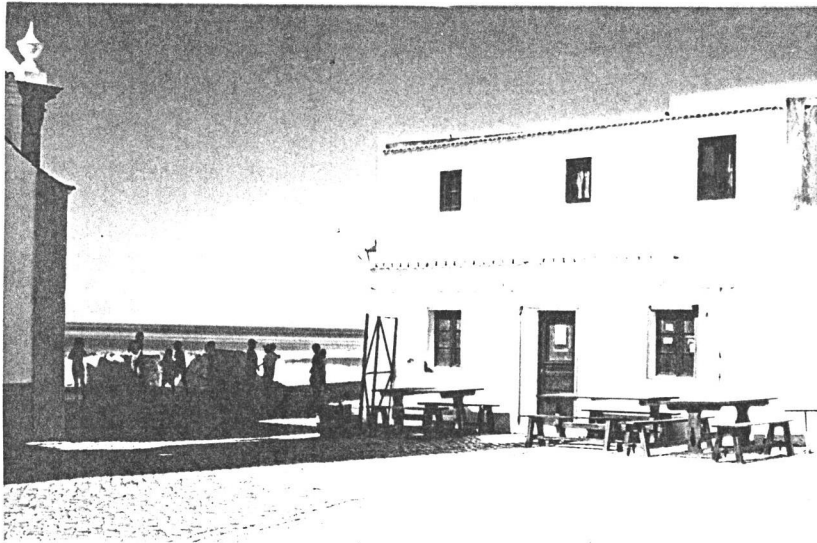
(Fotografia de Cacela nos anos sessenta)

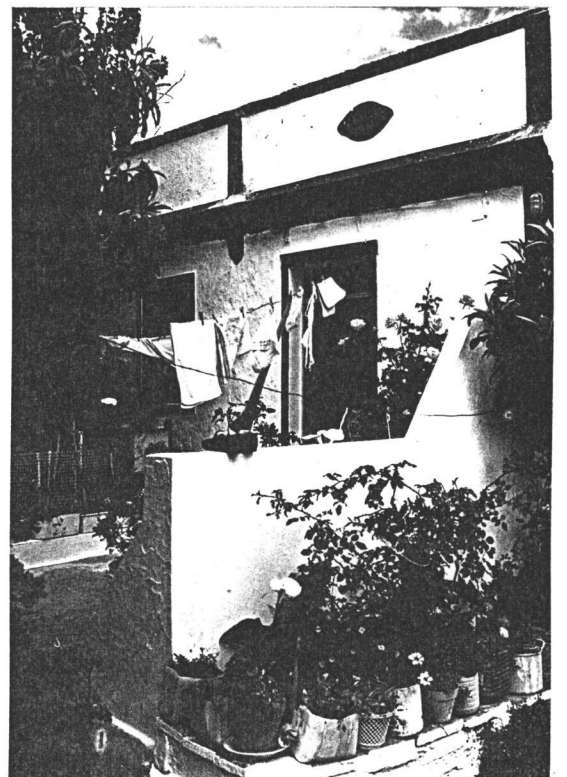
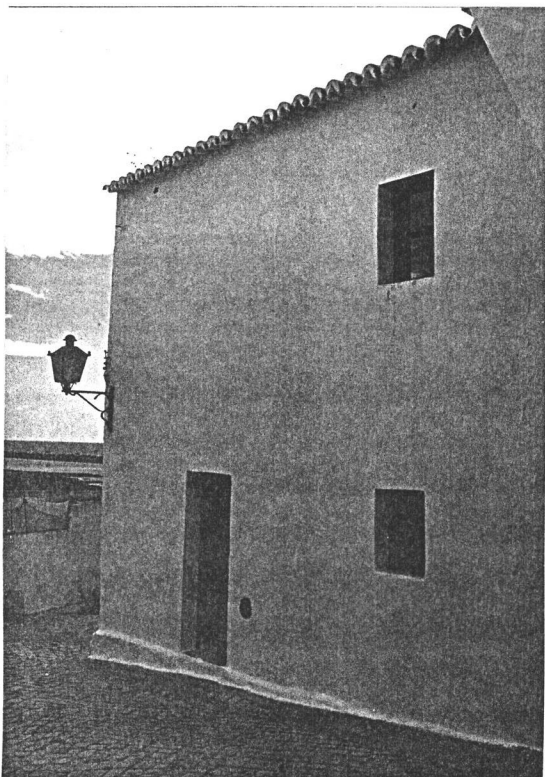
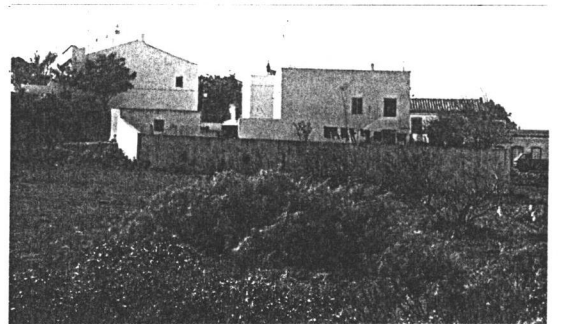
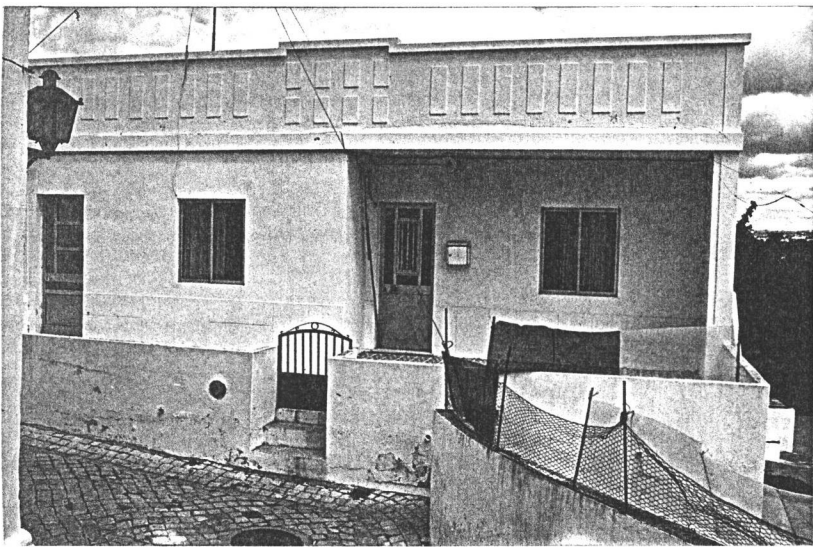
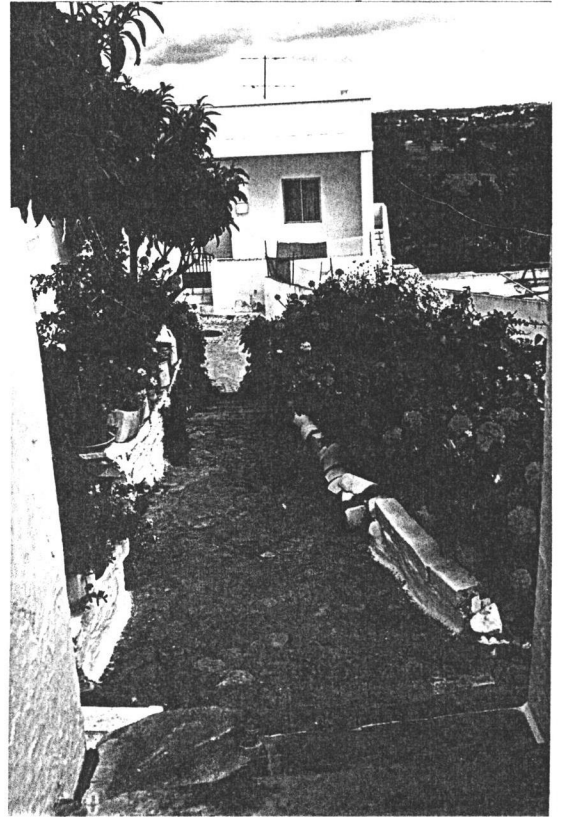
Edifícios habitacionais construídos, reconstruídos ou que foram objecto de campanhas de obras no período pós 25 de Abril de 1974.

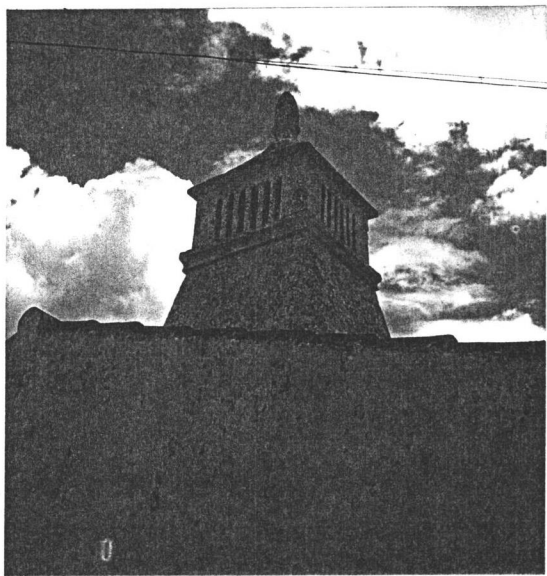
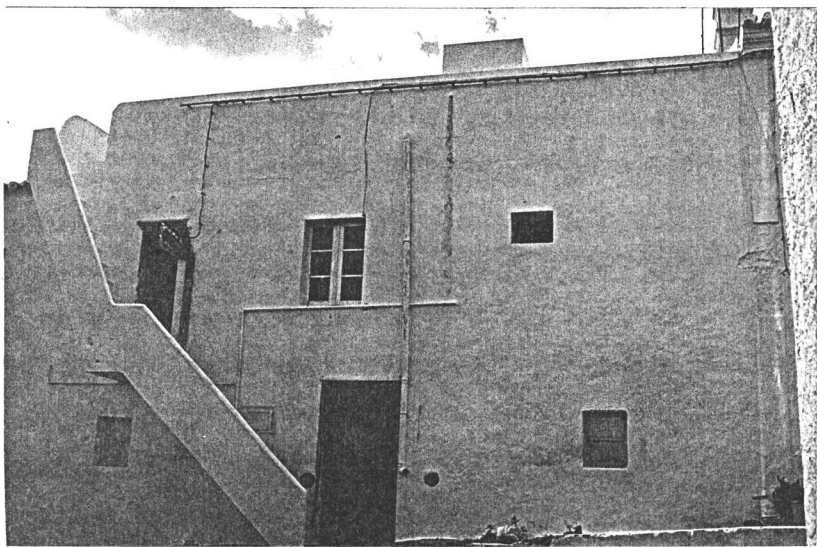
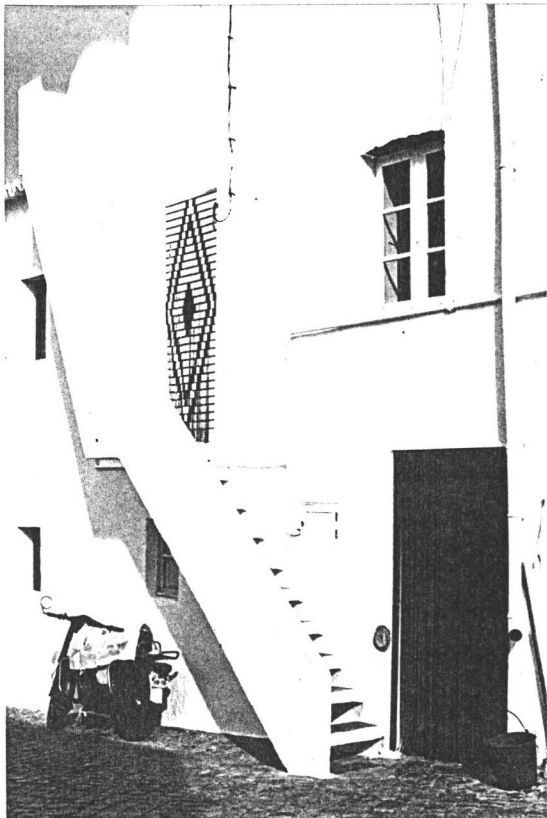
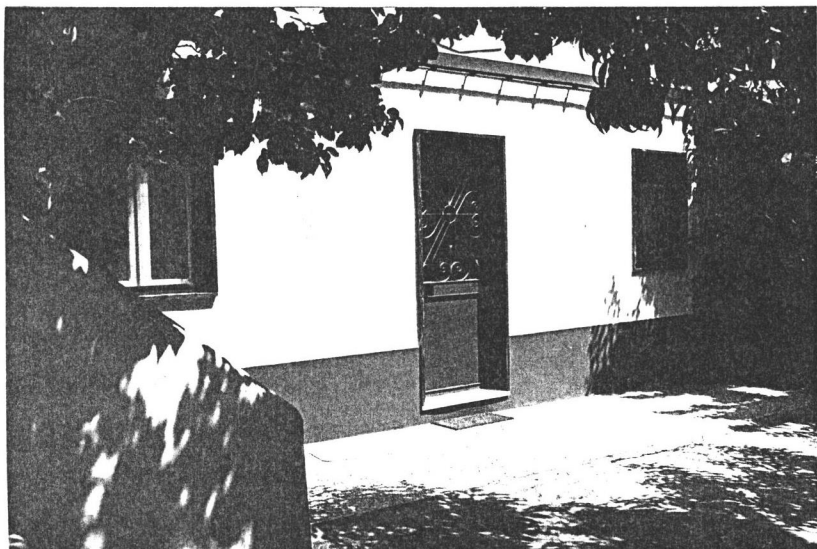
³⁸⁰ DIAS, Jacinto Palma, *ob.cit.*, pp.137 e 138

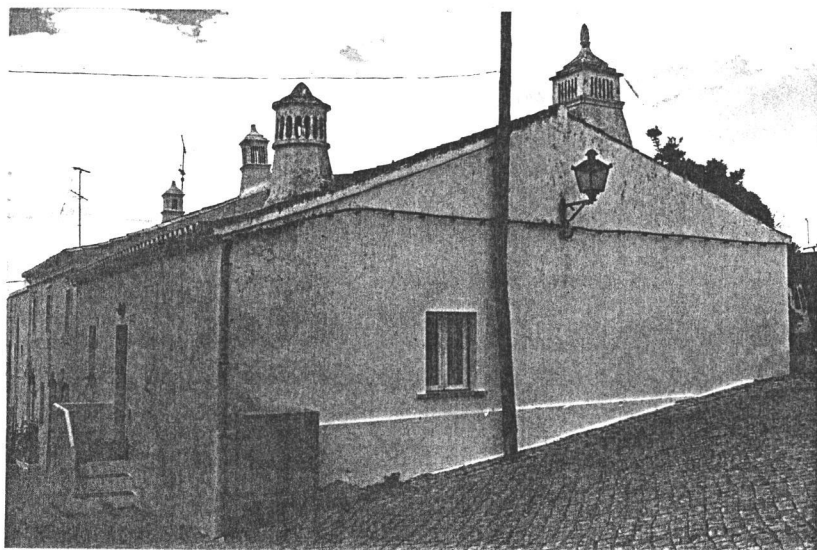
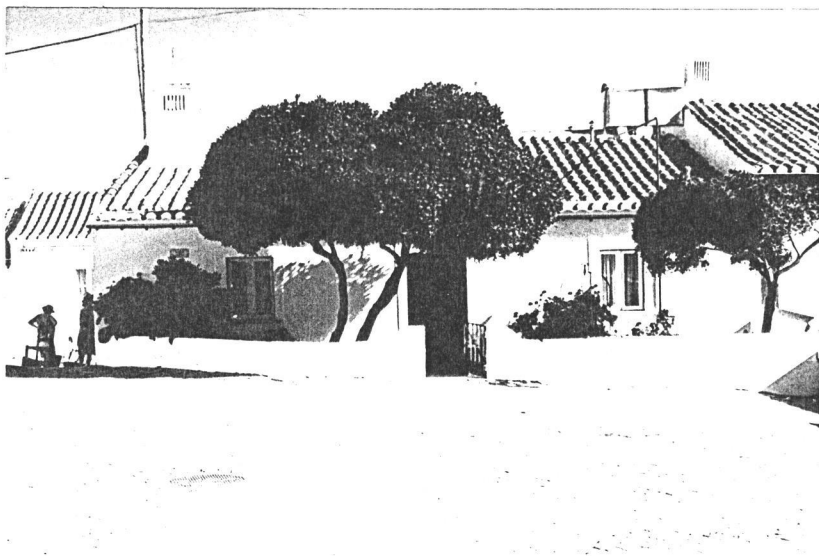
³⁸¹ CORREIA, José E.Horta, *A Arquitectura do Algarve como Expressão Privilegiada da sua Especificidade Cultural*, in «O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica», INIC, Lisboa, 1989, p.146











Como já se teve oportunidade de referir, a vila de Cacela constitui um aglomerado de notável originalidade e especial significado, distinto e sem par no litoral algarvio. A riqueza dos sucessivos planos topográficos criados pela sua estrutura urbana, que continua a manter o essencial da sua integridade, o elevado efeito qualificador da cisterna, da fortaleza e da igreja, e a inquestionável beleza e “força” da paisagem envolvente, acabam por desviar a atenção dos inúmeros atropelos praticados, a vários níveis, na quase totalidade dos edifícios da povoação. Pode afirmar-se, de facto, que dos vinte e oito edifícios existentes no núcleo histórico - incluindo a fortaleza, a igreja e os cemitérios - praticamente nenhum está isento de uma ou outra intervenção infeliz, de data recente, que desta ou daquela maneira, deformou ou empobreceu a sua imagem.

À excepção do edifício que se construiu na década de sessenta, todas as outras intervenções causadoras de dissonâncias ambientais mais ou menos profundas, se realizaram no período pós 25 de Abril de 1974, estando neste momento a decorrer na vila duas intervenções pouco “judiciosas”, com o aval da Câmara Municipal de Vila Real de Stº António, do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e do Parque Natural da Ria Formosa. Decorrentes dessas intervenções, licenciadas ou clandestinas, resultaram adulterações que, consoante o maior ou menor grau de gravidade, se podem agrupar, genericamente, em dois grupos.

No primeiro incluem-se para além do edifício construído nos anos sessenta, os edifícios que passaram por demolição e (re)construção sem respeitar o carácter e a linguagem arquitectónica pré-existent, ou por obras profundas de remodelação. E que integram a destruição de bens patrimoniais insubstituíveis, o aumento de volumetrias, a ocupação total e indevida de logradouros e o desrespeito pelo espaço exterior público e pela paisagem.

Do segundo fazem parte os edifícios que sofreram alterações e modificações mais circunscritas ao nível do pormenor, embora a sua quantidade e péssima qualidade tivesse conduzido à destruição quase generalizada dos modelos genuínos referentes, nomeadamente, à organização tradicional do interior das habitações, às caixilharias de portas e janelas e a determinadas componentes técnicas construtivas, tradicionais.

No entanto e em oposição ao vasto conjunto de intervenções de impacto patrimonial negativo há a destacar um “caso exemplar” de recuperação patrimonial e funcional, respeitante ao edifício nº 15 - sede da Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Cacela - com resultados de inegável importância no contexto da salvaguarda e valorização do património local.

A referida intervenção centrou-se na salvaguarda da autenticidade formal e material, ainda possível, e na recuperação da expressão arquitectónica, exterior e interior.

Depois da recomposição morfológica tradicional da vila, foi adoptada a solução que melhor identificava o património da povoação e mais próxima estava da memória, testemunhada, entrando em linha de conta apenas com a necessária atenção à funcionalidade essencial e à marca actual da intervenção.

Caracterização construtiva das casas construídas, reconstruídas ou reparadas no período pós 25 de Abril de 1974: sistema construtivo, componentes materiais e técnicas.

Introduzem-se, a partir de então, alterações substanciais dos hábitos construtivos, tendo-se perdido um referencial de tradição que se mantinha quase imutável desde há séculos.

De facto, o recurso que pela primeira vez se faz, a novos materiais como o tijolo vermelho furado e o betão armado, tornou-se determinante para o abandono e esquecimento dos componentes materiais e das técnicas tradicionais consagradas por séculos de experiência, na edificação da vila.

A utilização de materiais “naturais” e tecnologias tradicionais para a construção dos diferentes elementos constitutivos dos edifícios é substituída pela utilização de materiais “artificiais” e de novas formas de concepção, projecto e execução de elementos estruturais e não estruturais.

As principais tipologias estruturais e construtivas adoptadas na maioria dos edifícios reconstruídos, reparados ou feitos de raiz neste período, conduzem à existência, pela primeira vez na vila, de edifícios de betão armado com grande percentagem de alvenaria de preenchimento, sobretudo em tijolo e edifícios com estrutura integral em betão armado.

Fundações - abertas para sapatas e para as novas paredes de alvenaria de tijolo, as fundações são, maioritariamente, em betão ciclópico, do tipo contínuas, e apresentam dimensões diversas de acordo com os respectivos projectos de estabilidade, de modo a satisfazerem, sempre, as condições de segurança no local.

De forma a evitar a transmissão de humidade às novas alvenarias, algumas fundações apresentam lintel, em betão simples, devidamente isolado.

O enchimento foi feito, geralmente, utilizando pedra grada e bem compactado com vibrador.

Paredes - em geral, as paredes exteriores são em alvenaria de tijolo de barro vermelho furado, com ou sem caixa de ar, com uma espessura máxima de 0,30 metros.

O recurso aos panos dobrados em paredes exteriores é feita para reforço das condições de isolamento hidrófugo, térmico e acústico.

Embora em menor número, algumas paredes são em alvenaria de blocos de betão e/ou de aglomerados leves.

As estruturas dos edifícios, construídos neste período, são em betão armado e executadas em conformidade com os projectos da especialidade então aprovados.

A maioria das paredes interiores, também em alvenaria de tijolo furado, apresentam uma largura máxima de 0,15 metros.

Os revestimentos, exteriores e interiores são, tanto nas paredes principais como nas paredes de compartimentação, em reboco liso de cimento, cal e areia com aditivo hidrófugo próprio, no caso dos revestimentos exteriores que receberam o acabamento em pintura a tinta plástica branca, na maioria dos casos.

Também na maioria dos casos, as paredes interiores das instalações sanitárias e das cozinhas foram revestidas com azulejo, até determinada altura.

Por sua vez, os elementos decorativos em platibandas, socos e guarnecimento de vaões, são constituídos por massa de reboco em ressalto de 0,015 metros, maioritariamente pintados em azul.

Pavimentos - tanto nos pisos térreos como nos elevados, continua a verificar-se, embora em reduzido número de casas, a utilização do ladrilho tradicional assente sobre massame de betonilha.

No entanto os revestimentos que então mais se utilizam, são o mosaico vidrado tipo “Recer”, o mosaico hidráulico e a tijoleira cerâmica vidrada, aplicados utilizando como material de ligação à “laje” do pavimento, argamassas de cimento, cal e areia.

Nalguns casos e em especial nas cozinhas e nas instalações sanitárias, os pavimentos em materiais cerâmicos apresentam acabamentos específicos à base de produtos oleosos, gordos, que impregnando o revestimento criam uma barreira resistente e impermeável.

Coberturas - relativamente à forma, as coberturas dos edifícios (re)construídos e reparados no período pós 25 de Abril de 1974, incluindo o edifício datado de 1967, apresentam além das coberturas inclinadas, uma nova tipologia: as chamadas coberturas planas ou em terraço.

Relativamente às coberturas inclinadas, de uma ou de duas águas, que então se constroem, é introduzida uma nova tipologia construtiva, com algumas variantes, mas com um objectivo comum: a obtenção de estanquicidade dos telhados.

Na maioria destes casos, sobre o ripado pré-esforçado ou sobre a laje de forro - tipo “Premolde” com muretes para assentamento do ripado, foram assentes chapas onduladas de fibrocimento (PST 205 da Lusalite ou P 117 da Cimianto) próprias para a colocação das telhas de canudo.

Pelo menos em dois casos, edifícios nºs 13 e 15, as referidas chapas de fibrocimento foram assentes sobre placas de cortiça colocadas sobre uma “estrutura metálica” que, por sua vez, se colocou sobre o caniçado, como forma de isolamento térmico mais consistente.

Por sua vez, ao revestimento tradicional em telha de canudo de Santa Catarina junta-se, por substituição daquele, uma nova solução de revestimento, constituída por telha lusa.

Embora nalguns destes telhados se mantenham os remates tradicionais de beirado, a sua execução é todavia mais grosseira e imperfeita.

No que diz respeito às coberturas planas ou em terraço, estas apresentam, necessariamente, uma constituição mais complexa, dependendo os materiais e técnicas utilizadas da qualidade construtiva do edifício.

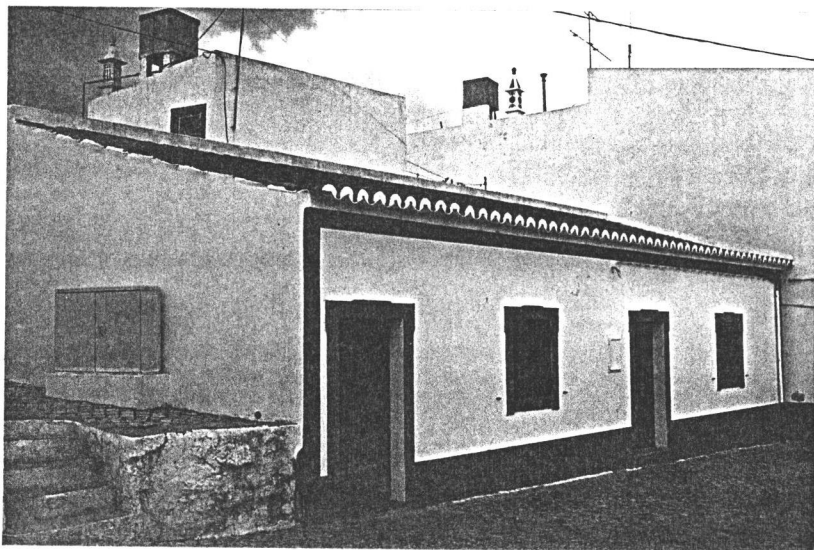
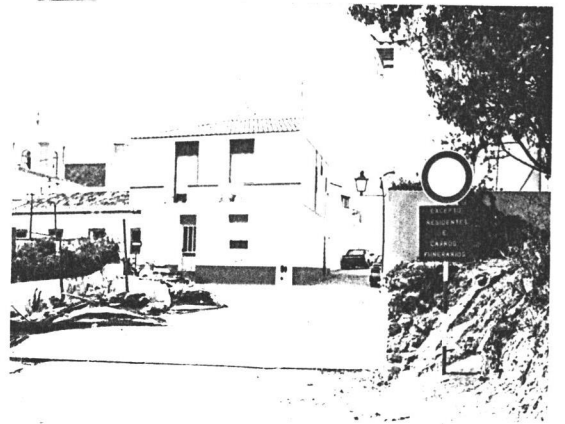
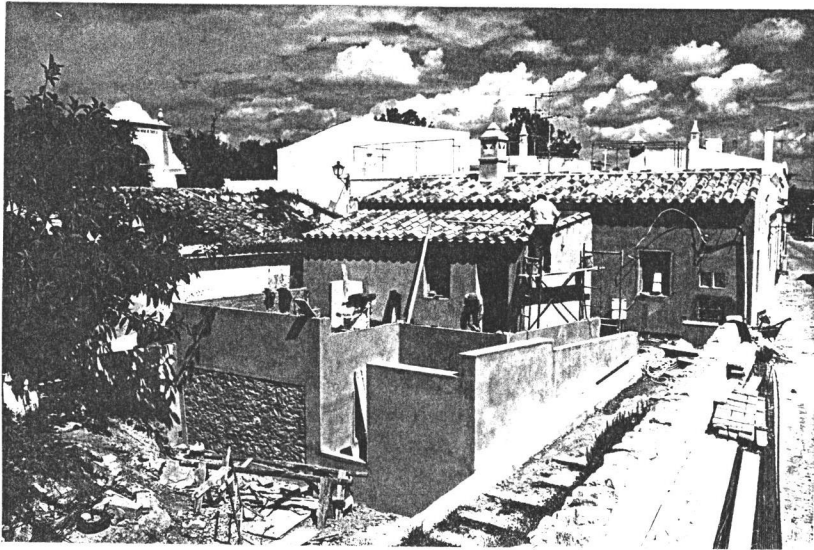
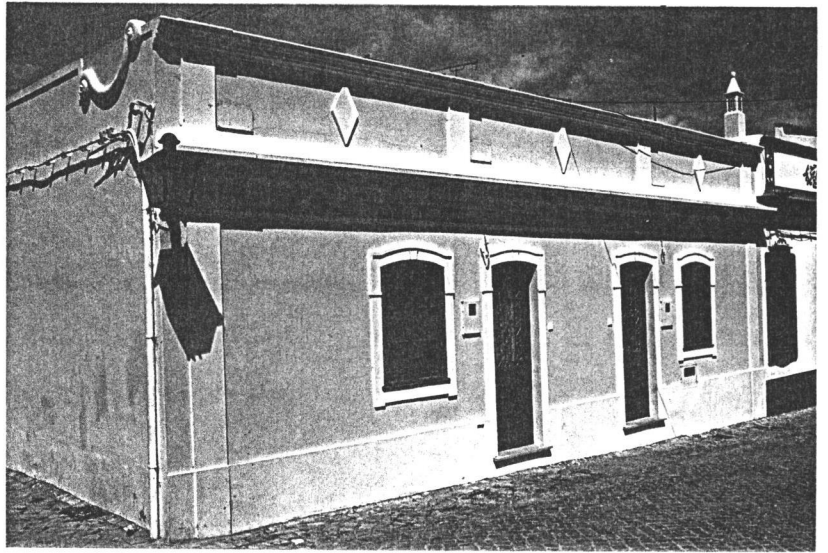
No entanto, a variante construtiva mais comum, da cobertura em terraço, consiste numa laje - tipo “Premolde” - sobre a qual se executa um isolamento hidrófugo, com duas telas betuminosas cruzadas e um isolamento térmico constituído por placas de “Roofmate PT” com a espessura de pelo menos 0,04 metros, antes do assentamento de uma camada de protecção pesada, levemente inclinada - 1 a 2 % - constituída, quase sempre, por ladrilhos de Santa Catarina, assentes com junta travada e bem aberta.

De modo a reforçar o isolamento térmico, o revestimento do terraço recebe anualmente, no princípio do Verão, um acabamento tradicional que consiste numa caição a branco, idêntica à das paredes exteriores.

A par da introdução de novos tipos de cobertura são introduzidos, na povoação, novos modelos de chaminés que, além de desinteressantes pela má qualidade de desenho, dimensão e tratamento cromático, perturbam de modo evidente o valor expressivo de alguns telhados.

A vila passa a estar pontuada, a partir de então, por aberrantes chaminés de fancaria e por modelos “comerciais estereotipados” que acabam por desvalorizar os modelos genuínos.

Vãos - as modificações introduzidas nas características arquitectónicas do edificado, neste período, fazem-se sentir com especial significado nas composições das fachadas ao nível das proporções, modulações e ritmos, provocados, fundamentalmente, pelo aumento do número



de vãos e pelas alterações nas suas dimensões e nos seus desenhos, muito menos expressivos que os protótipos tradicionais.

Também as antigas caixilharias de janelas e portas foram substituídas, na maioria dos casos, por modelos banalizados e de fraca qualidade construtiva, integrando-se mal no gosto e composição dos edifícios.

Se a genuidade e força expressiva dos modelos tradicionais foi, em poucos casos, substituída por uma pormenorização cuidada, a manutenção ou reconstituição de caixilharias daqueles modelos apenas se regista em dois ou três casos, nomeadamente nos edifícios nº.s 13, 15, 23 e 24.

Embora a madeira, à vista ou pintada de castanho, verde ou azul seja, ainda, maioritária em grande parte dos vãos, algumas janelas e portas de alguns edifícios foram, de resto, substituídas por modelos de alumínio idênticos aos correntes em todo o país.

A par do alumínio, passaram a ser utilizados nas janelas os estores de plástico com caixa exterior, constituindo elementos de forte descaracterização e banalização da arquitectura da vila.

Os guarnecimentos dos vãos, em massa, têm vindo a ser subvertidos e substituídos por mármore ou por barras de padieira, acentuadas por côr.

Surtem, então, portões e cancelas melálicas de pretenciosos modelos de fancaria, em alumínio ou em serralharia de ferro, de desenho bastante pobre e de péssimo fabrico, o que contribui para a diminuição do valor expressivo e da riqueza plástica da paisagem urbana !

(Fotografias de janelas, portas, portões e cancelas)

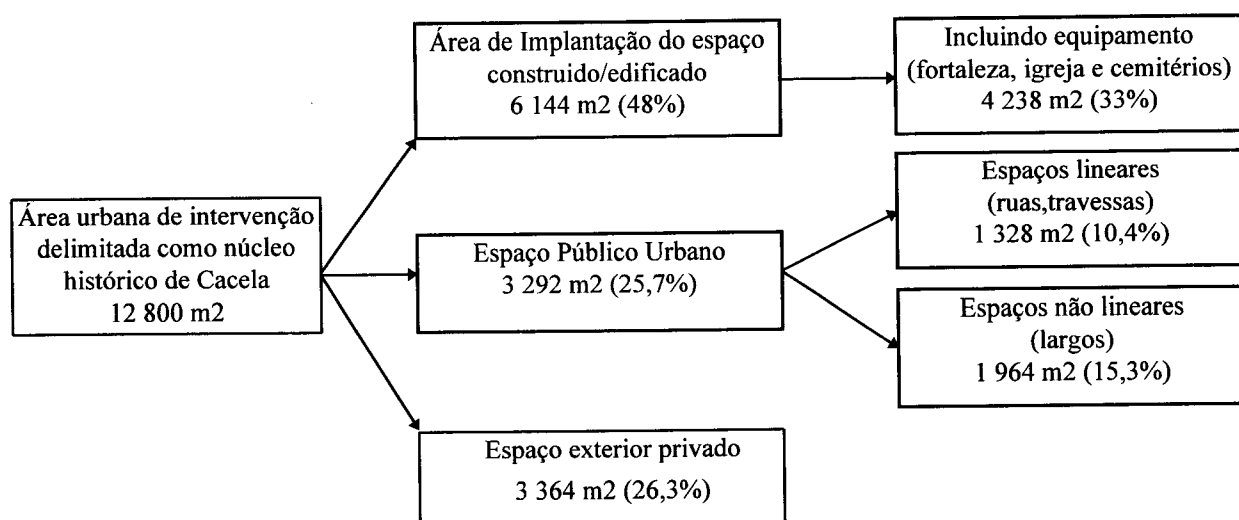
Análise arquitectónica do núcleo histórico de Cacela em 1997

Baseada nos dados recolhidos através do inquérito arquitectónico realizado à totalidade dos edifícios e dos fogos, mas também numa observação directa, a análise arquitectónica privilegia o levantamento da tipologia dos edifícios e dos fogos, a caracterização construtiva, o grau de adulteração e o estado de conservação, assim como permite o conhecimento das condições de habitabilidade que oferecem.

Na antiga vila de Cacela alguns edifícios encontram-se perfeitamente adaptados à topografia declivosa do terreno, o que, se por um lado condiciona a sua fisionomia, por outro, enriquece o carácter e a expressão arquitectónica de cada casa e do conjunto edificado.

Os desalinhamentos e os diferentes planos horizontais resultado da implantação das construções, a não ortogonalidade de determinados elementos verticais, as volumetrias, os beirados, platibandas e chaminés, bem como o jogo de texturas e de côres, resultante de inúmeras caiações, conferem à povoação um conjunto de belos efeitos e de um pitoresco quase cenográfico, muito embora o vasto leque de atropelos que, recentemente, tem desvirtualizado e adulterado a harmonia formal e estética da arquitectura tradicional local.

Posto isto, importa, desde já, fazer ressaltar os principais dados referentes à ocupação do solo na área urbana de intervenção definida como núcleo histórico e classificada como Imóvel de Interesse Público.



Através da análise arquitectónica efectuada obtiveram-se, desde logo, alguns indicadores e índices dignos de nota:

Total de edifícios	24
Total de fogos	36
Fogos devolutos	4
Edifícios utilizados como 1ª habitação	12
Fogos utilizados como 1ª habitação	17
Número de Fogos/hectare	28
Número de habitantes/hectare	32

Tipologias

A maioria dos edifícios dispõe-se em banda contínua com a fachada principal virada a sul ou nascente, correspondendo cerca de 67% dos lotes a um edifício e respectivo logradouro. Situados nas traseiras dos lotes ou em frente à fachada principal dos edifícios, os logradouros surgem tanto ao nível do primeiro como do segundo piso, tirando sempre partido do declive natural do terreno. Poder-se-à dizer que a arquitectura doméstica se caracteriza, fundamentalmente, por um significativo aumento dimensional em volume e área de ocupação, pela construção, com uma generalizada densificação dos logradouros existentes e pela ocupação de lotes significativamente maiores que os das épocas anteriores.

A tipologia dominante é o T2-13 fogos, cerca de 36% do total. O T3-9 alojamentos e o T1-8 alojamentos, constituem em conjunto, cerca de 50% do número total de fogos.

Em termos de composição arquitectónica verifica-se uma maior heterogeneidade na proporção dos vários compartimentos, uma vez que os interiores dos edifícios têm sofrido várias obras de adaptação de forma a actualizar os respectivos programas, o que tem conduzido à eliminação da organização tradicional das habitações.

Simultaneamente à introdução sistemática de novos equipamentos e redes, melhorando as condições ambientais dos fogos, verifica-se o aumento dimensional dos vãos em ritmo e número, o que acaba por desvirtualizar as composições e soluções linguísticas das fachadas ao

nível das proporções, modulações e ritmos característicos do vocabulário arquitectónico tradicional.

Apesar de tudo, as proporções do espaço interior ainda conferem à casa um carácter íntimo e humano.

Volumetria

A povoação é dominada por um franco sentido da horizontalidade, gerado pelo próprio terreno e pelo alinhamento das casas cujas volumetrias não excedem os dois pisos.

Dos vinte e quatro edifícios, treze têm um piso e onze edifícios têm dois pisos. Destes, há seis edifícios cujo primeiro piso é em cave.

Ao contrário dos edifícios com dois pisos construídos no início do século, em que se verifica uma adaptação da construção ao relevo criando conjuntos edificados harmoniosos e equilibrados, os edifícios de dois pisos construídos recentemente, na sua maioria clandestinos, não demonstrando qualquer tipo de preocupação de integração urbana, provocaram um forte impacto negativo na paisagem, contribuindo para a desqualificação da vila.

De facto os abusivos aumentos de cêrceas dos edifícios n.ºs 3, 9, 11, 17 e 20, de mediocre qualidade construtiva e integrando-se mal no gosto e composição dos edifícios pré-existentes, causaram a descaracterização da imagem urbana e da expressão patrimonial da povoação.

Caracterização construtiva: sistema construtivo, componentes materiais e técnicas

Dos vinte e quatro edifícios existentes na povoação, oito deles, cerca de 33% do total, constituem casos de irreparável destruição de valores.

Estes casos integram, para além da demolição de antigos edifícios que detinham elevado valor patrimonial e a construção de novos edifícios sem respeito pela expressão arquitectónica pré-existente, ampliações e obras profundas de remodelação morfológica, construtiva e funcional. Dado o péssimo desenho que apresentam e a má qualidade dos materiais construtivos que empregaram, estas intervenções seriam mediocres e miserabilistas mesmo fora do contexto do núcleo histórico.

Daqui resultou uma acentuada heterogeneidade no sistema construtivo e nas componentes materiais e técnicas do conjunto edificado.

Assim, a par dos edifícios antigos - dos séculos XVI, XVIII e inícios do século XX - que apresentam tipologias construtivas e materiais de construção tradicionais, encontram-se na vila edifícios de recente construção feitos de betão armado e alvenaria de tijolo furado.

Como refere João Appleton “...edifício antigo é aquele que foi construído antes do advento do betão armado como material estrutural dominante, ou seja, antes do aparecimento do cimento Portland, recorrendo portanto a materiais e tecnologias tradicionais para a construção dos diferentes elementos constitutivos...”³⁸²

No entanto e embora o betão armado seja um material extremamente recente cujo uso só teve expansão significativa em Portugal a partir do final da década de 40 deste século, a sua utilização em Cacela fez-se pela primeira vez nos finais da década de 60, tendo-se generalizado a partir da década seguinte.

³⁸² APPLETON, João Augusto da Silva, *ob.cit.*, p.2

A povoação é dominada por um franco sentido da horizontalidade, gerado pelo próprio terreno e pelo alinhamento das casas cujas volumetrias não excedem os dois pisos.

Dos vinte e quatro edifícios, treze têm um piso e onze edifícios têm dois pisos. Destes, há seis edifícios cujo primeiro piso é em cave.

Ao contrário dos edifícios com dois pisos construídos no início do século, em que se verifica uma adaptação da construção ao relevo criando conjuntos edificados harmoniosos e equilibrados, os edifícios de dois pisos construídos recentemente, na sua maioria clandestinos, não demonstrando qualquer tipo de preocupação de integração urbana, provocaram um forte impacto negativo na paisagem, contribuindo para a desqualificação da vila.

De facto os abusivos aumentos de cêrceas dos edifícios nºs 3, 9, 11, 17 e 20, de mediocre qualidade construtiva e integrando-se mal no gosto e composição dos edifícios pré-existentes, causaram a descaracterização da imagem urbana e da expressão patrimonial da povoação.

(Fotografia com marcação dos aumentos de volumetria clandestinos ou não que descaracterizaram a vila)

Caracterização construtiva: sistema construtivo, componentes materiais e técnicas

Dos vinte e quatro edifícios existentes na povoação, oito deles, cerca de 33% do total, constituem casos de irreparável destruição de valores.

Estes casos integram, para além da demolição de antigos edifícios que detinham elevado valor patrimonial e a construção de novos edifícios sem respeito pela expressão arquitectónica pré-existente, ampliações e obras profundas de remodelação morfológica, construtiva e funcional. Dado o péssimo desenho que apresentam e a má qualidade dos materiais construtivos que empregaram, estas intervenções seriam mediocres e miserabilistas mesmo fora do contexto do núcleo histórico.

Daqui resultou uma acentuada heterogeneidade no sistema construtivo e nas componentes materiais e técnicas do conjunto edificado.

Assim, a par dos edifícios antigos - dos séculos XVI, XVIII e inícios do século XX - que apresentam tipologias construtivas e materiais de construção tradicionais, encontram-se na vila edifícios de recente construção feitos de betão armado e alvenaria de tijolo furado.

Como refere João Appleton *"...edifício antigo é aquele que foi construído antes do advento do betão armado como material estrutural dominante, ou seja, antes do aparecimento do cimento Portland, recorrendo portanto a materiais e tecnologias tradicionais para a construção dos diferentes elementos constitutivos..."*³⁸²

No entanto e embora o betão armado seja um material extremamente recente cujo uso só teve expansão significativa em Portugal a partir do final da década de 40 deste século, a sua utilização em Cacela fez-se pela primeira vez nos finais da década de 60, tendo-se generalizado a partir da década seguinte.

De facto, a sua influência tornou-se tão determinante na edificação da vila, que foram imediatamente postas de lado as componentes materiais e as técnicas tradicionais até então utilizadas na definição da arquitectura tradicional, contando-se apenas um caso de recuperação

³⁸² APPLETON, João Augusto da Silva, *ob.cit.*, p.2

e salvaguarda do património com recurso aos materiais e tecnologias tradicionais, respeitante ao edifício nº 15 e em parte do edifício nº 13.

No entanto, o material construtivo predominante utilizado na construção das fundações, na construção das paredes resistentes e nas paredes de compartimentação de alguns edifícios, ainda continua a ser a pedra, fundamentalmente, o calcário.

Fundações - dezasseis edifícios mantêm ainda as fundações originais, o que significa que cerca de 67% dos edifícios apresentam fundações directas de alvenaria de pedra, com uma espessura um pouco superior à largura das paredes mestras e uma profundidade variável não determinada.

Os restantes edifícios, em número de oito, apresentam, total ou parcialmente, fundações contínuas de betão ciclópico, de acordo com os respectivos projectos de estabilidade.

Paredes - em nove dos edifícios-nºs 1, 2, 4, 5, 8, 21, 22, 23 e 24-cerca de 38% do total, as paredes são construídas em alvenaria de pedra, essencialmente calcário, contabilizando-se oito edifícios-nºs 3, 6, 9, 10, 11, 13, 15 e 19-cerca de 33%, os que apresentam uma solução construtiva mista, isto é, paredes construídas em alvenaria de pedra e paredes em alvenaria de tijolo furado.

Por sua vez, contam-se quatro edifícios-nºs 7, 9, 14, 17 e 20-cujas paredes estão todas construídas em alvenaria de tijolo vermelho furado. E apenas três edifícios-nºs 12, 16 e 18-têm as paredes principais e algumas paredes de compartimentação construídas em taipa e em alvenaria pobre ou fraca.

Devido à antiguidade e ao abandono, motivado pela especulação imobiliária e por questões de herança não resolvidas, alguns edifícios já perderam a protecção do reboco, verificando-se já alguns problemas de avançada degradação, havendo três edifícios-nºs 2, 8 e 18-com indícios de insegurança estrutural.

Como já se referiu, muitas paredes apresentam, exterior e interiormente, manchas com cimento à vista devido à substituição de revestimentos tradicionais por rebocos cuja argamassa detem uma excessiva mistura de cimento, o que impede a aderência da cal.

No entanto, a maioria das paredes pode considerar-se num estado razoável de conservação.

A caição a branco continua a ser o acabamento mais comum nos edifícios da vila. De facto, treze edifícios-nºs 2, 4, 5, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23 e 24-cerca de 54%, continuam a ser caiados anualmente, o que contribui para a manutenção e boa conservação das paredes.

Nas construções mais recentes a tinta plástica de cor branca é o acabamento mais frequente.

Em Janeiro de 1997 as cores aplicadas na caição e/ou pintura dos edifícios eram as seguintes:

- branco, em dez edifícios-nºs 8, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20 e 24
- branco com guarnecimento em azul, em dez edifícios-nºs 1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 21, 22, e 23
- branco com guarnecimento em grená-edifício nº 3
- branco com guarnecimento em ocre-edifício nº 17, na fachada virada a norte.
- ocre com guarnecimento em branco-edifício nº 6

O edifício nº 7 encontra-se em obras, desconhecendo-se neste momento a(s) cor(es) que lhe irá ser aplicada.

Por sua vez e devido à sua função resistente, algumas paredes interiores, especialmente as paredes mestras, são tal como as paredes exteriores, construídas em alvenaria de pedra e em taipa.

Nos edifícios novos, estas paredes são de tijolo furado, constituindo paredes de apoio intermédio ao vigamento dos pisos.

Muito frequente é o caso em que as paredes internas surgem, unicamente, com função de compartimentação sendo, geralmente, construções em tabiques.

Pavimentos - actualmente, na vila, há oito edifícios-nºs 2, 5, 7, 8, 13, 15, 18 e 24-cerca de 33%, que apresentam os revestimentos de piso tradicionais, isto é, o ladrilho regional, sendo a composição mais frequente a de “par e dama”.

O acabamento mais utilizado neste pavimento consiste na aplicação final de óleo de linhaça que possui duas funções essenciais: decorativa e de protecção, ao nível mecânico, químico e físico, do revestimento.

Por sua vez, o edifício nº 2 constitui o único caso em que se verifica a manutenção dos pavimentos térreo e elevado, originais, sendo o revestimento do piso superior em madeira, de soalho à portuguesa.

Existem seis edifícios-nºs 11, 12, 20, 21, 22 e 23-cerca de 25%, que apresentam uma solução mista, ou seja, juntamente com o ladrilho regional aparece, resultado de uma intervenção mais recente, o mosaico hidráulico.

Coberturas - relativamente à morfologia, as coberturas dos edifícios da vila, que eram na sua totalidade, coberturas inclinadas, de uma e/ou duas águas, têm vindo a ser substituídas por outras formas e por outras soluções construtivas, nomeadamente por coberturas planas ou em terraço e por soluções mistas, integrando telhado e terraço ou açoteia.

No entanto, a maioria, treze edifícios, isto é, 54% do total, continua a ter coberturas inclinadas, embora nem todas construídas com recurso a técnicas e materiais de construção tradicionais.

Os onze edifícios que apresentam, na íntegra ou em parte, telhados feitos à maneira tradicional, isto é, com forro de caniço sobre barrotes de madeira e revestimento constituído por telha de canudo ou de Santa Catarina, são os seguintes: nºs 2, 8, 12, 13, 15, 16, 18, 19 (apenas a parte mais antiga do edifício-de fundação setecentista), 21, 23 e 24.

Destes encontram-se em mau estado de conservação os telhados dos edifícios nºs 2, 8, 18 e 24. Entretanto e embora nos edifícios nºs 10 e 17 se mantenha a telha de canudo como revestimento da cobertura, o tecto tradicional de caniço foi substituído por laje, que aparece, assim, como nova solução de revestimento de tecto.

Relativamente às coberturas dos edifícios do núcleo histórico, as soluções actualmente existentes inserem-se nas seguintes tipologias:

- telhados de uma água cujo revestimento é constituído por telha de Santa Catarina - cinco edifícios: nºs 8, 10, 14, 15 e 18
- telhados de duas águas cujo revestimento é constituído por telha de Santa Catarina - nove edifícios: nºs 2, 7, 12, 13, 16, 17, 21, 23 e 24
- coberturas mistas de telha lusa e terraço revestido a ladrilho - três edifícios: nºs 3, 9 e 11
- coberturas planas ou em terraço, revestidas a ladrilho - seis edifícios: nºs 1, 4, 5, 6, 20 e 22

No que diz respeito ao remate dos telhados, os edifícios nºs 12 e 17, nas águas viradas a sul, e nº 18, apresentam beirados duplos, enquanto o remate dos telhados dos edifícios nºs 2, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17 (na água virada a norte), 21, 23 e 24, é feito através de beirados simples, mais ou menos balançados.

Por sua vez os edifícios nºs 3, 9, 10, 11 e 19 apresentam como remate das coberturas, o beirado e a platibanda.

Este último elemento, introduzido na arquitectura da vila no início deste século, constitui o remate das estruturas dos edifícios nºs 1, 4, 5, 6, 20 e 22.

Por seu lado, as chaminés tradicionais, ao constituírem elementos de elevado valor plástico e decorativo, contribuem de modo evidente para o aumento da qualidade estética das coberturas dos edifícios nºs 12, 13, 19, 23 e 24.

Vãos - apesar das inúmeras alterações verificadas, a tipologia mais frequente na composição das fachadas dos edifícios da vila ainda se baseia na frequência de vãos ordenados, segundo o ritmo 1+1+1, em que as janelas se dispõem simetricamente em relação à porta; é o que acontece nos edifícios nºs 4, 11, 12, 22, 23 e 24.

Alguns dos restantes edifícios, objecto de intervenções recentes, viram alteradas a composição das suas fachadas, pelo que já não apresentam as tipologias tradicionais.

Põem em destaque, contudo, outras variantes na composição das fachadas, ganhando expressão aquelas que se baseiam na sequência: porta + janela. É o que se verifica nos edifícios nºs 5, 9, 14, 16, 17 (na fachada virada a sul) e 21, cuja tipologia é resultado de modificações relativamente às pré-existências.

Também os desenhos originais dos vãos e os modelos tradicionais das caixilharias têm sido objecto de alterações significativas.

As antigas caixilharias de portas e janelas foram quase totalmente destruídas, na maioria dos casos por modelos muito banalizados e de mediocre qualidade, que se integram mal no gosto e composição dos edifícios.

Registam-se, no entanto, cinco edifícios - nºs 2, 13, 15, 18 e 23 - em que se mantêm algumas caixilharias de modelos tradicionais.

De resto, grande parte das janelas e portas foram substituídas por modelos, de madeira e alumínio, idênticos aos correntes em todo o país.

A madeira é ainda maioritária, mas os alumínios, alguns termolacados, utilizados em sete portas - edifícios nºs 9, 14, 17, 19, 20 e 21 - e em quinze janelas - edifícios nºs 9, 14, 17, 19, 20 e 21 - têm “invadido” a vila contribuindo para a descaracterização e desqualificação da sua expressão patrimonial.

Por sua vez, os guarnecimentos dos vãos, em calcário ou em massa, caiada de azul, têm vindo também a ser substituídos. A sua substituição por molduras com desenhos menos expressivos que os protótipos tradicionais, caso dos edifícios nºs 6, 11, 12, 16 e 17 e por outros materiais, principalmente mármore, caso dos edifícios nºs 3 e 22, ou por barras de padieira no edifício nº 9, constituem casos de inegável falta de gosto que urge reparar.

Também a tendência, que ultimamente se tem verificado, para uma crescente utilização de estores de plástico com caixa exterior, deve ser contrariada a todo o custo.

Importa também referir que toda a obra de serralharia, da vila, constituída por portões e cancelas metálicas é, de uma maneira geral, bastante pobre de desenho e fabrico.

Alterações, adições e elementos dissonantes.

Como já se referiu, num total de vinte e quatro edifícios que constituem o parque imobiliário actual, existem oito edifícios, ou seja, um terço do número total, que podem ser considerados casos de irreparável destruição de valores patrimoniais.

De acordo com a planta dos números de referência dos edifícios, são eles os seguintes:

- edifício nº 3 - elevação de um piso, obra não licenciada, de péssimo desenho e composição e má utilização de materiais, não tradicionais.
- edifício nº 7 - obra em curso, licenciada, em que se verifica o aumento da superfície total de pavimento à custa da ocupação do logradouro e a alteração da composição das fachadas com aumento do número de vãos, o que contraria o disposto no artigo 59º do Regulamento da prática urbanística do Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António.
- edifício nº 9 - obra clandestina, substituiu um antigo edifício de arquitectura tradicional. Tanto pelo péssimo desenho e abusiva volumetria como pela localização, muito exposta, que ocupa, é altamente lesivo para a integridade da povoação. Tal como os edifícios nºs 3, 11, 17 e 20, causa um forte impacto negativo na paisagem urbana.
- edifício nº 11 - o carácter precário e abarracado do piso superior, não licenciado, descaracteriza substancialmente o espaço urbano, próximo da igreja, onde está inserido.
- edifício nº 14 - é um “similar de hotelaria” construído à custa da demolição de um edifício do século XVIII. O péssimo desenho e a fraca qualidade construtiva que apresenta diminuem a riqueza e o valor expressivo da arquitectura da vila.
- edifício nº 17 - demolição do edifício do século XVI, antigos paços do concelho da vila de Cacela e decorrente destruição, irreparável, da moldura quinhentista do respectivo vão de porta. A nova fachada de tardoz deste edifício, num vulgar e banalizado “estilo” de aldeamento turístico contribui, conjuntamente com os edifícios nºs 3, 9, 19 e 20, para a desqualificação de um dos valores mais ricos e expressivos da vila: a vista panorâmica que oferece pelo lado norte. Ou seja, para quem se prepara para entrar na única “porta” da povoação.
- edifício nº 19 - apesar do relativo cuidado tido com o edifício pré-existente, de fundação setecentista, ou mesmo anterior, a sua ampliação, clandestina, fez-se de modo intolerável, pois provocou a destruição de cerca de metade do pano de muralha de silharia romana que ainda existia na povoação. Posteriormente e na tentativa de minorar o erro cometido, a parede aí erguida foi pintada de cinzento escuro de forma a “imitar”? a antiga muralha demolida.
- edifício nº 20 - construído nos finais da década de sessenta deste século, este edifício constituiu a primeira nota discordante no então, ainda, integralmente equilibrado conjunto edificado. Tanto pela forma de implantação como pela expressão arquitectónica e pretendida individualização, este edifício constituiu um elemento fortemente dissonante na paisagem.

Registam-se como afectado por um grau de adulteração, menor, praticamente todos os restantes edifícios da vila. Objecto de alterações menos profundas, na generalidade mais circunscritas ao nível do pormenor, estes edifícios integram, além de algumas adições, fundamentalmente instalações sanitárias e arrecadações construídas nos logradouros, alguns elementos dissonantes relativamente aos modelos genuínos, tanto no exterior como no interior dos fogos.

Situação habitacional

Partindo da qualificação do nível das necessidades consideraram-se, para a avaliação do “défice habitacional”, duas componentes principais: a componente qualitativa e a componente quantitativa.

Relativamente à primeira, considerou-se os fogos em avançado estado de degradação que não oferecem as condições de conforto e segurança necessárias e as habitações sem equipamento essencial, isto é, sem água canalizada, esgotos, electricidade e instalações sanitárias.

No que diz respeito à segunda e uma vez que na vila não existem famílias que vivem em co-habitação (casais jovens que vivem em casa dos pais) ou em regime de sobreocupação, não havendo por isso falta de casas, entendeu-se por componente quantitativa o número de fogos vagos considerados suficientes para garantir o funcionamento do mercado habitacional e a necessária mobilidade da população residente, desde que asseguradas as exigências de conforto e condições de habitabilidade.

A correlação que se estabelece entre os indicadores obtidos pela análise sócio-económica e os resultados provenientes da análise das carências quantitativas, na qual entram os aspectos habitacionais, mas também os aspectos sócio-económicos dos seus habitantes, leva a relacionar as maiores carências como a inexistência de condições mínimas de habitabilidade ou a degradação, com uma população mais idosa e de fracos recursos económicos (os reformados) e com questões, como a expectativa criada pela especulação imobiliária e os problemas de herança, não resolvidos.

De acordo com os resultados do inquérito arquitectónico, eis as conclusões, relacionando as principais carências qualitativas.

Serviços básicos e instalações sanitárias

Apesar de toda a área do núcleo histórico se encontrar servida por rede pública de água e de esgotos e por rede eléctrica, nem todos os fogos dispõem de serviços básicos e de instalações sanitárias.

Se por um lado quase todas as habitações têm água canalizada, exceptuando-se um único caso-edifício nº 8- em que isso não se verifica e, embora por vezes, o abastecimento se faça por uma única torneira que serve toda a habitação, caso de cinco fogos, integrados nos edifícios nºs 2, 8, 18, 21 e 22, por outro lado, ainda há na vila três fogos, -rés-do-chão do edifício nº 2 e edifícios nºs 8 e 18-, que não têm energia eléctrica.

São também estes, além do edifício nº 21, os casos dos alojamentos que não dispõem de rede de esgotos. Outros edifícios há, cujos esgotos não estão ligados à rede municipal e que descarregam em fossas sépticas e/ou poços absorventes; é o caso dos seguintes quatro fogos: “cave” do edifício nº 17, os dois fogos do edifício nº 20 e o rés-do-chão do edifício nº 22.

Existem na povoação seis fogos, distribuídos pelos edifícios nºs 2, 8, 18, 21, 22 e 23, que não possuem instalações sanitárias, ou seja, cerca de 17% do número total de fogos.

Todas as instalações sanitárias existentes se consideram completas, pois encontram-se equipadas com banheira ou “poliban”, lavatório, bidé e sanita.

A falta de espaço interior nos fogos, para a sua instalação, levou a que em seis fogos - nos edifícios nºs 2, 5, 11, 12 e 20 - a construção dos sanitários se tivesse realizado, em anexo, nos logradouros.

A inexistência de serviços e equipamentos básicos nalgumas habitações, corresponde a situações de fracos recursos e de uma população envelhecida, ao total desinteresse dos proprietários em investir face ao baixo valor das rendas praticadas e a casos de especulação imobiliária ou à inexistência de logradouros nos respectivos edifícios, no caso das instalações sanitárias.

Quintal e/ou logradouro, insolação e humidade

Como já se referiu, os quintais e os logradouros resultam da adaptação das edificações ao relevo, pelo que surgem tanto ao nível do primeiro como do segundo piso e tanto em frente à fachada principal, como nas traseiras.

Na vila, contam-se oito edifícios - n.ºs 4, 9, 10, 11, 14, 15, 16 e 18 - cerca de 33% do total, que não têm logradouro, correspondendo dois deles, os n.ºs 14 e 15, a funções de comércio e serviço, respectivamente, donde se conclui que apenas cinco habitações não têm logradouro.

Os quintais e logradouros existentes, nas sua maioria pavimentados e com árvores de fruto, recebem cuidados especiais por parte dos seus proprietários que os consideram um prolongamento da habitação, utilizando-os para vários fins durante todo o ano.

Por sua vez a insolação do edifício, avaliada em função da sua implantação (com a qual está relacionada o logradouro), exposição e número de vãos, é considerada boa em trinta dos trinta e seis fogos e razoável nos restantes seis.

Para isso contribuem, em larga medida, as qualidades urbanísticas da povoação, a exposição dominante das edificações, maioritariamente a sul e nascente, e as soluções arquitectónicas das fachadas ao nível das proporções, modulações e ritmos dos vãos.

No entanto, nos casos em que as construções se processam por socalco, com o piso inferior em cave, ou seja, em andares enterrados, detectaram-se problemas relacionados com a humidade, em particular nos pavimentos e nas paredes que encostam ao terreno, devido à falta de impermeabilização nas alvenarias, o que facilita as infiltrações.

De facto, a humidade do terreno, faz-se sentir em 50% dos edifícios da povoação, principalmente nos andares térreos e enterrados, dos n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 21, 22 e 23.

A humidade de precipitação, ao penetrar nos edifícios através da sua envolvente exterior, provoca anomalias de especial relevância nas paredes exteriores, coberturas e respectivos acabamentos, assim como nas janelas, portas e cerramentos dos vãos exteriores, detectadas sobretudo nos edifícios n.ºs 2, 8, 10, 12, 18, 21, 22, 23 e 24.

Por sua vez, a existência de fogões e esquentadores instalados sem saída de fumos e a existência de casas de banho sem ventilação, provocam o aparecimento de humidade de condensação, causa de manifestações patológicas nos acabamentos interiores em paredes e tectos, observadas, fundamentalmente, nos edifícios n.ºs 11, 16 e 19.

Foram detectadas outras anomalias devidas à humidade, relacionadas com a degradação dos materiais, para a qual contribui, em muito, o ar húmido do mar e cujo maior impacte se faz sentir, essencialmente, nas paredes, coberturas e caixilharias de madeira, sobretudo nos edifícios n.ºs 2, 8, 11, 12, 18, 21 e 24.

Estado de conservação dos edifícios

O estado de conservação dos edifícios pode ser considerado aceitável, em termos gerais, o que não significa que sejam construções de boa qualidade. O parque edificado apresenta, aliás, um conjunto de características construtivas de fraca qualidade o que, associado a um vasto leque de causas, tem conduzido ao aparecimento de anomalias estruturais e construtivas, mais ou menos graves.

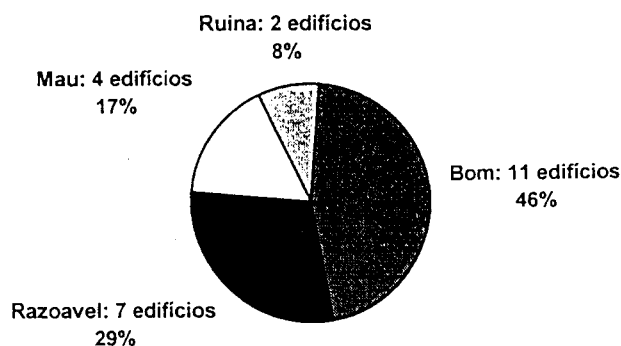
Para a avaliação do estado de conservação da edificação consideraram-se quatro parâmetros:

- bom - edifícios com boas condições de conforto e segurança.

- razoável - edifícios com condições satisfatórias de comodidade e conforto.
- mau - habitações sem serviços e equipamentos básicos e/ou com zonas degradadas, carecendo de urgente recuperação.
- ruína - edifícios bastante degradados e apresentando índices de insegurança estrutural.

Os resultados obtidos mediante a observação e a análise *in situ* das diversas partes da estrutura, permite definir o seguinte estado de conservação geral dos edifícios:

- bom - 11 edifícios (45,8%) - n.ºs 1, 3, 4, 6, 7, 10, 13, 14 15, 17 e 20
- razoável - 7 edifícios (29,2%) - n.ºs 5, 9, 11, 16, 19, 22 e 23
- mau - 4 edifícios (16,7%) - n.ºs 2, 12, 21 e 24
- ruína - 2 edifícios (8,3%) - n.ºs 8 e 18



As principais manifestações patológicas detectadas nos edifícios reside ao nível das coberturas, fundamentalmente nos casos dos telhados tradicionais, através de goteiras e infiltrações que afectam os elementos da envolvente dos edifícios (paredes, coberturas, caixilharias) e do próprio interior do mesmo (paredes interiores e pavimentos); também se verificam, de um modo generalizado, anomalias em paredes e tectos (no caso das coberturas planas), devidas à acção da humidade e à fendilhação dos revestimentos. São, igualmente comuns, as anomalias em elementos secundários, em especial, nas janelas e portas, devidas essencialmente à acção da humidade de precipitação.

Dentro das anomalias em elementos não estruturais, revestimentos e acabamentos, há a realçar, além daquelas já consideradas, as anomalias devidas a incompatibilidades entre materiais novos e antigos e ao uso de materiais com características inadequadas.

De facto, alguns edifícios antigos da vila, apresentam anomalias relacionadas com a aplicação recente de argamassas ricas em cimento *Portland*, incompatíveis com os suportes antigos, de pedra e cal. Os rebocos destas argamassas, ao serem aplicadas sobre bases com propriedades muito diferentes, têm conduzido à sua fissuração e descolamento dos novos revestimentos.

Por sua vez, há a considerar, ainda, anomalias de carácter estrutural nas paredes de alvenaria de pedra, principalmente abaulamentos e desagregações, mais ou menos profundas, devidas à expansão das paredes por acção da humidade, com especial importância nos edifícios nºs 8 e 18.

As principais razões para que seis edifícios, integrando dez fogos, se apresentem em mau estado de conservação e/ou em ruína, deve-se ao facto de se encontrarem devolutos há longo tempo, não tendo recebido nos últimos cinco anos obras de manutenção e conservação.

*“...Os problemas da manutenção ou conservação de edifícios são de grande importância para evitar ou circunscrever a ocorrência de anomalias. A ausência da manutenção permite que os fenómenos, uma vez iniciados, progridam livremente, muitas vezes originando, pelos seus efeitos, o desencadear de novas anomalias e assim gerando situações de degradação acelerada...”*³⁸³

Os proprietários destes edifícios, ao criarem expectativas de especulação imobiliária, não intervêm de modo a combater a degradação física dos imóveis, tornando-se responsáveis pela péssima situação em que estes se encontram.

Por outro lado, é também razão para que as habitações se encontrem em mau estado de conservação o facto de, ou serem propriedade de populações envelhecidas, com fracos recursos económicos, ou não serem propriedade dos moradores e os inquilinos pagarem rendas insignificantes, o que só por si não constitui factor aliciante para os seus proprietários realizarem obras de conservação e recuperação.

Intervenção a efectuar e sua prioridade

Embora um terço dos edifícios apresente um elevado grau de adulteração responsável pela destruição massiva de valores patrimoniais e a quase totalidade dos restantes edifícios apresente a sua traça inicial alterada, de forma mais ou menos profunda, justificando *per si* um conjunto de intervenções, concertadas e sustentáveis, de modo a permitir, o mais urgentemente possível, a requalificação patrimonial e ambiental da vila, o tipo de intervenção que se propõe efectuar está, em primeiro lugar, relacionado com o estado de conservação dos edifícios e as suas carências mais prioritárias e só depois entra em linha de conta com o grau de adulteração dos edifícios.

Assim, consideram-se como necessitando prioritariamente de obras de conservação e recuperação todos os edifícios que se encontrem em ruínas, que apresentem indícios de degradação e insegurança estrutural ou sintomas visíveis de desconforto para os utentes.

A definição da prioridade de intervenção a efectuar nos edifícios, ao ser baseada nos seus problemas de índole física, relacionados com a estrutura e carências de serviços e equipamentos básicos e nos problemas de ordem social, nomeadamente o rendimento e o escalão sócio-profissional, mas também no grau de adulteração que os edifícios apresentam, conduziu aos seguintes resultados, segundo três escalões de prioridade: urgente, curto prazo e médio prazo.

- | | | | |
|---------------|---|-------------------------|---|
| • urgente | - | oito edifícios (33,3%) | - nºs 2, 8, 12, 18, 21, 22, 23 e 24 |
| • curto prazo | - | onze edifícios (45,8%) | - nºs 3, 5, 7, 9, 10, 11, 14, 16, 17, 19 e 20 |
| • médio prazo | - | cinco edifícios (20,9%) | - nºs 1, 4, 6, 13 e 15 |

³⁸³ AGUIAR, João; APPLETON, João; CABRITA, António Reis, *ob cit.*, vol 2, p.11

Conclusões

O parque habitacional, com uma área de implantação de 1906m², ocupa menos de metade da área de implantação do equipamento da vila e apenas 15% da área urbana de intervenção.

O reduzido espaço ocupado pela habitação, quando comparado com a superfície ocupada pelo equipamento e com a área delimitada como núcleo histórico, merece a seguinte interpretação ou leitura.

Primeiro o facto de a antiga vila continuar a constituir, pela dimensão do equipamento que integra, um «centro de referência» de grande importância estratégica e funcional no âmbito de um vasto território que trespassa as fronteiras da freguesia de Vila Nova de Cacela e depois a relevância que a função habitacional e o reduzido número de edifícios habitacionais devem tomar, na defesa da povoação, enquanto um «centro vivo» habitado e vivido, diariamente, por uma população com fortes e reais ligações ao sítio e ao território.

Pelo que a análise arquitectónica do núcleo histórico, em conjunto com a análise socio-económica, se reveste de extrema importância, numa altura em que se verifica um grande aumento do número de edifícios não habitados em permanência, reflexo de um processo que conduzirá, a breve trecho, à desertificação humana em que o carácter, a expressão e a imagem da maioria dos edifícios se encontra deformada ou empobrecida pelas inúmeras intervenções, recentemente realizadas.

O património construído da vila é composto por uma multiplicidade de linguagens arquitectónicas, expressa nas características formais e estéticas dos edifícios.

O parque habitacional, actual, apresenta-se muito diversificado: há edifícios antigos e novos, bem e mal conservados, ricos de interesse estético-arquitectónico e sem qualquer valor, ocupados com habitações ou utilizados para outros fins, devolutos ou com uso sazonal.

Assistiu-se, nos últimos vinte anos, muitas vezes com o consentimento das entidades (in)competentes, a um processo de mutação morfológica, funcional e construtiva do parque edificado, antigo.

Ao não darem continuidade formal e exemplar das edificações de que partem, excepto num par de casos, as recentes intervenções têm contribuído para a descaracterização e adulteração da harmonia formal e estética da arquitectura tradicional da vila.

Caracterizada por um aumento dimensional em volume e em área de ocupação, sacrificando logradouros, a arquitectura doméstica tem sofrido várias obras de adaptação interior, responsáveis pela eliminação das tipologias tradicionais das habitações.

Também as composições de expressão popular das fachadas têm sido adulteradas, substancialmente, através de um aumento generalizado dos vãos em dimensão, ritmo e número.

A divulgação e utilização, em grande escala, de novos materiais e novas técnicas de construção, por um lado, e a imposição de um novo gosto face à tradição construtiva anterior, por outro, marcaram a “mutação imagética” dos edifícios, enquanto elementos de forte relevância histórica, artística e sócio-cultural, na paisagem construída da vila.

O parque imobiliário é relativamente antigo, pois catorze dos vinte e quatro edifícios foram construídos antes de 1930, em taipa e/ou alvenaria de pedra, embora a maior parte destes integre elementos novos, como coberturas, pavimentos, caixilharias e revestimentos e acabamentos de paredes, entre outros.

Embora a maior parte dos alojamentos familiares ocupe edifícios unifamiliares, metade dos fogos de residência habitual localiza-se em edifícios com dois e três alojamentos.

Apesar de apenas 50% dos edifícios constituir primeira habitação, não se verifica “falta de casas” na povoação, uma vez que o número de fogos desocupados é suficiente para assegurar o funcionamento do mercado habitacional e a necessária mobilidade da reduzida população residente.

No entanto, será obrigatório garantir as condições de habitabilidade satisfatórias, pois são, exactamente, os fogos devolutos e alguns dos alojamentos ocupados permanentemente, os que não oferecem as condições de conforto e segurança necessários, uma vez que não possuem os serviços e equipamentos básicos e/ou se encontram em mau estado de conservação.

A grande justificação para a enorme degradação dos imóveis desabitados prende-se com a longa ausência de obras de manutenção e conservação, motivada, essencialmente, pela expectativa criada pela especulação imobiliária que o desenvolvimento do turismo acentuou, enquanto que a inexistência de serviços básicos e de instalações sanitárias nos alojamentos próprios ou em que predomina o arrendamento, tem a ver com os fracos recursos de uma população envelhecida e o total desinteresse dos proprietários em investir face ao baixo valor das rendas praticadas.

No entanto, o estado de conservação do parque edificado pode considerar-se aceitável, muito embora a fraca qualidade construtiva de algumas intervenções recentes.

Cerca de metade dos edifícios apresenta, aliás, um conjunto de anomalias associadas às características patológicas dos materiais de construção e devidas, fundamentalmente, à acção das humidades, cujas consequências negativas tomam maiores proporções nos pisos térreos e enterrados.

As principais manifestações patológicas detectadas residem, essencialmente, ao nível dos elementos da envolvente dos edifícios, como sejam as coberturas, as paredes e as caixilharias. Pelo que o parque imobiliário da vila carece de um conjunto de intervenções a realizar num quadro de prioridades definido em função dos problemas de índole física do edifício, dos problemas de ordem social dos ocupantes e também do grau de adulteração arquitectónica que o edifício apresenta, tendo em vista quer a promoção do bem estar dos seus moradores quer a beneficiação e reposição da imagem da arquitectura tradicional, de forma a recuperar e preservar a memória cultural, material e artística de uma comunidade, de um “lugar” e de um território.

Análise arquitectónica da zona especial de protecção do núcleo histórico de Cacela, em 1997.

A zona especial de protecção da vila de Cacela, tem uma área aproximada de 22,5 ha, distribuída por nove artigos rústicos, e integra áreas afectas às Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.

Limitada a norte e poente por terrenos agrícolas, a nascente pela Ribeira de Cacela e a sul pela zona húmida da Ria Formosa, a zona especial de protecção é uma zona de paisagem protegida integrada no Parque Natural da Ria Formosa, sendo, ainda hoje, suporte e memória de civilizações e comunidades e constitui, por isso, um marco cultural e histórico.

Caracterizada, até há bem pouco tempo, pela permanência da rentabilidade da terra ao longo dos séculos sem que se tenha verificado a degradação do fundo de fertilidade do espaço agrícola, pela presença de vida selvagem num quadro humanizado e pelo povoamento equilibrado do território, a área objecto de estudo tem sido, fundamentalmente nos últimos quinze anos, objecto de um conjunto de intervenções negativas que ameaçam as componentes

biofísicas e estéticas e as actividades económicas e sociais, tradicionais, da sua paisagem histórica.

De facto e apesar dos vários planos em vigência, também a zona especial de protecção tem sido alvo de um vasto leque de atropelos que tem conduzido, entre várias situações, à eliminação parcial dos agrossistemas tradicionais e à excessiva ocupação do solo com a construção, o que está a dar lugar a uma “paisagem simplificada e desorganizada”, expressão trágica da incorrecta política de ordenamento do território.

Para esta realidade tem contribuído o grande aumento do número de edificações, isoladas, que duplicou na última década, assim como a “prática agrícola” que tem sido seguida e que tem consistido na eliminação ou substituição das árvores dispersas da cerca algarvia e na destruição quase total da compartimentação tradicional da paisagem.

Na zona especial de protecção estão localizados sete edifícios que, com a exclusão de um, são usados como “casa de férias” dos seus proprietários, todos estrangeiros.

Independentemente da sua qualidade intrínseca, apenas um edifício mantém a traça tradicional, correspondendo os outros a modelos à maneira da “arquitectura de carácter turístico”, largamente difundida em todo o Algarve. Os sete edifícios e o pré-fabricado organizam-se mal entre si e entre si e a vila, constituindo-se mais como um mostruário de exemplares da “arquitectura turística algarvia”, do que como marca ordenadora da paisagem.

Dos quatro edifícios antigos, os únicos que existiam na zona até há uma dúzia de anos, três deles localizados na Quinta do Muro - importante *villa* durante a ocupação romana - apenas um edifício, o nº 25, apresenta o carácter e a expressão da arquitectura vernacular.

Os outros três edifícios, ou sofreram um significativo aumento dimensional em volume e em área de ocupação, caso do edifício nº 30, ou foram demolidos apesar do elevado valor cultural e social que detinham e substituídos por edifícios novos, inacabados, - nºs 26 e 27 - cujo licenciamento e alvará de construção foram anulados por ordem judicial.

Do conjunto dos sete edifícios, três deles - os nºs 26, 27 e 31 - encontram-se em situação de embargo oficial, após terem sido licenciados pela Câmara Municipal de Vila Real de Stº António sem respeitar os vários Planos de Ordenamento e Regulamentos de prática urbanística existentes sobre a zona.

Anteriores à existência dos Planos, os edifícios nºs 28 e 29, construídos na primeira década de oitenta, apresentam uma “arquitectura” sem qualquer valor ou interesse estético, num banalizado “estilo de aldeamento turístico”.

Caracterização construtiva: sistema construtivo, componentes materiais e técnicas.

Como já se referiu, dos sete edifícios existentes na zona especial de protecção, apenas o edifício nº 25 apresenta uma tipologia construtiva com soluções e materiais de construção tradicionais.

Os restantes edifícios, de recente construção, feitos de betão armado e alvenaria de tijolo e/ou de blocos de cimento, constituem elementos facilmente distinguíveis na paisagem pelo impacto ambiental negativo que provocam.

De facto a “grande” superfície total de pavimento, a “excessiva” volumetria, o “péssimo” desenho que apresentam e a má qualidade dos materiais de construção utilizados, contribuem para que a maioria destes edifícios rompa com a harmonia e a escala da paisagem, constituindo-se como factores de perturbação nas estruturas ecológica e funcional do território.

Se o edifício nº 24, ao recorrer a materiais “naturais” como a pedra, o barro, a cal, os elementos cerâmicos, a madeira e a cana, e a soluções morfológicas, construtivas e funcionais tradicionais, com apenas um piso e uma área bruta de construção correspondente à tipologia T2, se integra num padrão construtivo comum ao dos edifícios antigos da vila - cuja caracterização construtiva já se definiu -, os restantes edifícios, novos, com dois pisos e áreas brutas de construção entre os 160 e os 970 m², integram-se, pelas características construtivas que apresentam, num padrão comum aos edifícios construídos no núcleo histórico no período pós 25 de Abril de 1974 e anteriormente descrito.

Porque os edifícios localizados na zona especial de protecção apresentam, consoante as épocas de construção, sistemas construtivos, componentes materiais e tecnologias já descritas para os edifícios localizados no núcleo histórico, prescinde-se da sua repetição de modo a não tornar este trabalho redundante e fastidioso, apresentando-se de seguida o quadro referente à análise arquitectónica da zona objecto de estudo, onde se faz, de forma concisa, a avaliação individual dos sete edifícios e do “pavilhão pré fabricado”.

(Fotografias dos edifícios da zona especial de protecção)

Espaços exteriores

A geometria desenhada no solo pela sequência dos espaços livres e construídos, sendo identificada basicamente pelo aspecto da rede viária, é uma das características mais marcantes e permanentes do tecido urbano da vila.

Caracterizado pela coerência e legibilidade, o tecido urbano denota como se realizou a apropriação urbana do local e se estabeleceram relações com as envolventes.

Para além da trama de sustentação e organização da planta da povoação, o espaço urbano integra espaços exteriores cuja definição formal e posicionamento no tecido os classifica como espaços públicos e espaços privados, segundo características morfológicas e estatutos de propriedades.

Importa, também e desde já, entender e interpretar a homogeneidade do tecido apesar da sua configuração por duas partes principais diferenciadas, a articulação entre elas, a hierarquização formal e posicional dos elementos constituintes e a definição da rede e da estrutura de relacionamento dos espaços exteriores públicos.

A geometria desenhada pela malha, a rede e a estrutura de relacionamento dos espaços exteriores públicos.

A antiga vila de Cacela, alcandorada na ponta mais avançada da falésia, apertada parcialmente na cinta de muralhas, apresenta um geometrismo irregular cujo padrão geométrico, ao combinar elementos de diferentes épocas, reflecte os efeitos da sua evolução e da topografia.

Os elementos disponíveis não possibilitam a reconstituição das características urbanísticas da cidade romana, nem a caracterização do urbanismo islâmico.

No entanto, os vestígios que perduram da ocupação muçulmana, nomeadamente a cercadura de muralhas e a cisterna, irão marcar *ad aeternum* a estrutura urbana da vila.

É balizada pelas muralhas e tendo a cisterna como elemento orientador que se dá a (re)estruturação urbana, após a reconquista.

Se na vila medieval surge, como resultado da construção, um amplo terreiro - praça/largo - cujo centro é ocupado pela cisterna árabe sobre a qual se ergue o pelourinho, a sua morfologia urbana irá, com a edificação da igreja manuelina e da fortaleza joanina, receber influências marcantes e decisivas do urbanismo quinhentista, pois como refere Horta Correia “...Entre nós o urbanismo aparece, embora de modo incipiente, como das primeiras manifestações de modernidade, no tempo de D.Manuel, abrindo novas ruas, redefinindo praças ou afirmando exteriormente a simbólica do poder.

Mas foi, também neste caso, com D.João III, que algumas novidades assumidamente renascentistas se interligam com a sua política cultural e os agentes dessa política...A aceleração que a partir de então teve entre nós a arquitectura militar, como assinalámos, o desenvolvimento dos estudos de arquitectura e de matemática, a vulgarização da tratadística e a transformação do pedreiro em arquitecto...”³⁸⁴.

Parece, pois, que a redefinição da “praça do pelourinho” no século XVI, com a construção da igreja, da fortaleza e a (re)construção das casas da câmara e da paróquia, é influenciada pela íntima relação entre Renascimento e Urbanismo.

Se a especialização funcional da praça, em cujo centro se erguia o pelourinho e em cuja envolvente se distribuíam os poderes político, militar e religioso, se perde no século XVIII, com a extinção da câmara da vila, a sua forma é adulterada no princípio do século XX com a construção de um quarteirão, formado por quatro edifícios, no seu espaço.

Apesar das sucessivas intervenções a que tem sido sujeita, resultado de um processo urbano evolutivo, a praça/largo da cisterna (onde até 1775 se erguia o pelourinho), constitui, ainda hoje, o centro nuclear do geometrismo irregular que caracteriza a planta da vila.

No entanto, a sua configuração unitária anula-se quando uma intervenção urbanística na década de setenta divide, através de um muro, o referido espaço urbano em duas partes distintas, com pisos a diferentes níveis, comumente conhecidas por: “Largo da Cisterna” e “Largo do Posto ou da Fortaleza”.

Estes constituem com o “Largo da Igreja” e o seu adro e com o espaço exterior entre a fortaleza e a igreja, a estrutura dos espaços públicos não lineares.

Consideram-se espaços públicos não lineares os espaços exteriores que se caracterizam pela pouca expressiva diferença de dimensão entre os seus diversos eixos, formando “espaços alargados”³⁸⁵.

Por sua vez, a rede formada pelos espaços públicos lineares, isto é, a rede formada pelos espaços que se caracterizam pela marcada acentuação da dimensão do eixo correspondente ao comprimento, formando “espaços canais”³⁸⁶, desenha-se no início do século XX com a construção do quarteirão em frente à fortaleza, definindo-se uma “travessa” junto ao edifício da antiga câmara, e com a redefinição da via de acesso à povoação, que serviu de matriz ao seu crescimento.

O traçado da rede, embora se possa considerar coerente e adequado, por cumprir uma implantação urbana clara, estruturada e adaptada à topografia, acaba por “perturbar” a leitura da parte pré-existente da malha urbana da vila.

³⁸⁴ CORREIA, José E.Horta, *Arquitectura Portuguesa, renascimento, maneirismo, estilo chão*, Editorial Presença, Lisboa, 1991, pp. 28, 30, 53 e 54.

³⁸⁵ PEREIRA, Luz Valente, *A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento/Ação da sua Reabilitação*, LNEC, 1996, pp. 26 e 27

³⁸⁶ Id, *Ib.*, pp. 25 e 26

No entanto e apesar da configuração por duas partes diferenciadas - a mais antiga, correspondente à estrutura dos espaços públicos não lineares, e a mais recente, correspondente basicamente à rede de espaços públicos lineares - o tecido urbano da vila detém como características fundamentais: a coerência e a legibilidade, como, aliás, já se referiu.

Espaços públicos e espaços privados.

A definição tipológica dos espaços urbanos da vila atende quer ao papel destes espaços na estruturação e organização do seu tecido urbano quer às características morfológicas e funcionais e estatuto de propriedade que os referidos espaços detêm.

Assim e de modo a auxiliar a compreensão e avaliação morfológica da área urbana em estudo, consideram-se de acordo com o seu tecido, os seguintes espaços urbanos:

- espaços exteriores públicos, ocupando uma área de 3 292 m², repartida pelos espaços não lineares - os largos - que ocupam uma área de 1 964 m² e pelos espaços lineares - ruas e travessas - que ocupam uma área de 1 328 m², e
- espaços exteriores privados, ocupando uma área de 3 364 m² e que integram dois tipos principais: “jardim/quintal” - pavimentado e/ou plantado, situado em frente à fachada principal - e “horta/logradouro” - espaço essencialmente cultivado.

Espaços públicos não lineares

Os largos constituem o único tipo de espaços públicos não lineares e organizam-se espacialmente na parte mais antiga da vila, em redor da cisterna e vinculados a elementos marcantes e ordenadores como a igreja e a fortaleza.

Esta organização espacial corresponde a um agrupamento tipológico, resultado do fraccionamento da antiga “praça do pelourinho”, constituído por uma sequência contínua de largos amplos e abertos, de formas poligonais irregulares: o largo da fortaleza, o largo da cisterna, o espaço entre a igreja e a fortaleza, o largo da igreja e o seu adro.

Dimensionados em função do passado, estes espaços urbanos, excedentes em relação às necessidades da população residente, tornam-se deficitários em períodos de grande afluência de público que aqui ocorre frequentemente para assistir aos actos/cerimónias religiosas e aos serviços fúnebres, ou que à vila se desloca pela beleza paisagística, riqueza patrimonial e pela qualidade da sua gastronomia.

Os espaços urbanos em causa foram objecto de um processo urbano evolutivo cujos novos códigos, referenciados aos anteriores, constituem uma diferente concepção espacial que não poderá ser considerada, no entanto, definidora de uma nova tipologia, pois esta permanece na sua globalidade.

A qualidade da sua estrutura assenta no alinhamento de percursos sequenciais de espaços que, embora diferenciados, constituem no seu conjunto, pela unidade do carácter urbano que apresentam, um espaço urbano homogéneo.

De facto, o espaço público forma na vila um contínuo urbano homogéneo definido a três dimensões. Delimitados pelo pavimento - calçada de cubos de calcário -, pelas fachadas dos edifícios monumentais (fortaleza, igreja e cemitério “velho”), pelas fachadas das casas, pelas árvores nos jardins/quintais, pela paisagem envolvente e pelo céu, os espaços urbanos da vila são também espaços arquitectónicos multidimensionais ainda habitados e com características e qualidades comuns, umas, e próprias, outras.

Além da grande qualidade espacial e arquitectónica que detêm e da excelente qualidade das aberturas e vistas panorâmicas que possibilitam, os espaços públicos não lineares são definidos tipologicamente como largos, têm em comum o pavimento, em cubos de calcário, e algum mobiliário urbano, como os candeeiros e as “papeleiras”.

Diferenciam-se dos restantes pelo tratamento e utilização: o largo da fortaleza - o único espaço público da povoação, arborizado, com bancos e de uso exclusivamente pedonal, o que o torna o espaço de lazer e convívio, por excelência; e o recinto entre a fortaleza e a igreja reservado como parque de estacionamento da população residente, mas pouco utilizado como tal, preferindo os moradores estacionar junto às respectivas portas, com todos os inconvenientes que daí advêm.

Espaços públicos lineares

Da sua análise conclui-se a existência de dois tipos: ruas e “travessas”, em função do perfil transversal a três dimensões que indica o tipo de circulação e as actividades que permite, além das características do espaço canal que define.

Se as ruas correspondem a espaços lineares cuja relação entre o perfil e a céncea dos edifícios é, na generalidade, equilibrada, permitindo a circulação automóvel apenas num sentido, mas comprometendo o conforto da circulação pedonal, as travessas são espaços lineares particularmente estreitos vocacionados para a circulação dos peões, embora em caso de urgência possam ser disponibilizados para a circulação automóvel.

Os referidos espaços públicos organizam-se no tecido urbano de forma clara, como já se fez referência, e ligados aos tipos de malha urbana, incidindo as ruas na malha linear e as travessas na malha de geometrismo irregular.

Pavimentados em cubos de calcário em toda a sua extensão, constituem espaços urbanos equilibrados, cujas qualidade direccional e qualidade formal das fachadas de alguns imóveis propiciam actividades de passeio e encontro.

Existe, contudo, um conflito permanente peão-automóvel, apesar do trânsito na povoação estar condicionado à população residente, aos serviços públicos e de emergência e a cargas e descargas e existir uma área no interior do núcleo histórico, reservada ao estacionamento dos residentes.

O desrespeito por estas regras, por parte dos visitantes e dos habitantes da vila, contribui para um desconforto constante para o peão, que se agrava aos fins-de-semana e nos meses de Verão quando o número de pessoas e as características e intensidades dos usos ultrapassa a capacidade de carga dos espaços urbanos da vila.

Espaços exteriores privados

Relacionados com a implantação dos edifícios e as características topográficas do local encontram-se dois tipos de espaços privados exteriores: “quintal/jardim” - situados maioritariamente em frente à fachada principal, com aspectos de racionalização de áreas de canteiro e de pavimento; e “logradouro/horta” - situados nas zonas traseiras, essencialmente cultivados, destinados à produção de legumes e vegetais.

Estes espaços denotam, de facto, o cumprimento de condições ambientais e de sanidade básicas com a demarcação, bem vincada, entre jardinagem, junto ao acesso principal às moradias e horticultura, nas zonas laterais e traseiras; é aqui que se verifica a localização de

“abrigos” para a criação de animais e aves domésticas, principalmente coelhos, galinhas e pombos.

Ocupando uma área de 3 364 m², equivalente à área ocupada pelos espaços públicos, os espaços privados evidenciam através da sua tipologia e morfologia uma conjugação perfeita com as zonas públicas predominantemente pedonais.

A visibilidade pública que estas permitem sobre os espaços privados, parece induzir na ocupação por jardinagem nas zonas fronteiras dos edifícios e por horticultura nas traseiras.

Em qualquer dos casos está patente, de forma bem clara, a capacidade e o brio que cada proprietário emprega no tratamento dos seus espaços exteriores.

O relacionamento ambiental e funcional entre os quintais e os espaços urbanos públicos é, na maioria dos casos, bastante forte, constituindo um factor de sociabilidade entre vizinhos e entre estes e os visitantes.

Os espaços exteriores privados, da vila, põem em destaque a procura de satisfação dos habitantes relativamente à definição e marcação do seu território exterior, reflectido nos muros baixos caiados de branco que o delimitam no caso dos “quintais-jardins” e nos muros mais altos, garantindo maior segurança, que vedam os logradouros.

Se nestes os produtos hortícolas e os citrinos predominam, nos “jardins” são os pessegueiros, os damasqueiros e as nespereiras associados a alecrins, malvas, jasmineiros e madressilvas as espécies vegetais mais utilizadas.

Os espaços exteriores privados constituem, em última análise, espaços de relevante interacção social, com uma diversificada capacidade de uso e contribuem para uma benéfica qualidade ambiental, sendo portadores de um grande significado funcional e estético.

As actividades e o mobiliário urbano

O tipo e a forma como as actividades se organizam no tecido urbano, transformando-o numa zona de grande incidência e concentração, e a sua diversidade, permitem concluir que:

- se principalmente durante o verão e os fins-de-semana, por razões de ordem turística e/ou religiosa, a povoação se vê invadida por “multidões” e um sem número de automóveis, durante a “estação turística baixa” e à noite, a vila mostra uma “imagem de cenário vazio”, pois apenas metade dos edifícios se encontra habitada.
- Se, por um lado, se assiste à desertificação humana, por outro residir na povoação é, de um modo geral, residir com algumas carências pois as condições de habitabilidade causadas pelo mau estado de conservação dos alojamentos e pela falta de equipamento de base, coincide com fogos permanentemente ocupados ou recentemente devolutos.
- Se a capacidade de uso dos espaços exteriores públicos satisfaz as necessidades das populações residente e ocasional, a sobrecarga humana e a excessiva carga de tráfego automóvel, provocada pela população visitante, causa incompatibilidades de uso trânsito de veículos/circulação de peões e actividades de estada urbana e lazer; isto, apesar da clareza de definição, carácter e hierarquia dos espaços urbanos, aos quais se junta o ordenamento de trânsito automóvel qualificado pela presença de um sinal de trânsito condicionando a circulação no interior da povoação e a existência de áreas de estacionamento para visitantes e residentes.

- Os similares de hotelaria, com as respectivas esplanadas, se por um lado dinamizam a vida social e económica local, por outro são responsáveis pelo aumento do tráfego motorizado e pelas cargas e descargas que se fazem por toda a área urbana sem qualquer limitação de horário.
O eventual aumento do número de restaurantes e afins constituirá um agravamento substancial da qualidade de vida urbana.
- o cemitério apresenta uma área desmesuradamente grande relativamente ao núcleo urbano e um ritmo de crescimento elevado, causando um forte impacto negativo na qualidade urbana e paisagística.
- o recreio, o lazer e o estar no exterior estão associados às actividades económicas tradicionais da povoação, como a pesca, sendo o espaço nas traseiras da igreja que, dominando o mar e a ria, é eleito pela população residente como local de conversa e convívio; e as actividades comerciais ao ar livre: venda ambulante de produtos de mercearia, do pão e frutas e legumes, que decorre preferencialmente à entrada da povoação ou junto à cisterna.
- com características de meio funcional, conforto ambiental e de atractividade, o largo da fortaleza, predominantemente pedonal, sem limitação da prática de actividades ligadas à estada urbana, é largamente utilizado pelas populações visitante e infantil, constituindo um recinto gerador de convivência natural e de vitalidade urbana.

As actividades e o mobiliário do espaço urbano estão intimamente relacionados. O aumento da diversidade de actividades e de serviços no espaço público provocou, inevitavelmente, o aparecimento de mais e novos elementos de mobiliário urbano na povoação.

O conjunto de intervenções realizado pela Câmara Municipal de Vila Real de Stº António e pela Associação de Defesa do Património no princípio da década, com vista ao estabelecimento de uma ordem e de selecção de funções no espaço urbano, que incluiu a repavimentação de todo o espaço público com calçada grada de calcário, substituindo o betuminoso, o ordenamento do trânsito, a implementação de um sistema de iluminação pública de qualidade formal superior e de um serviço de higiene e limpeza mais eficaz, apoiou-se na colocação de um gupo de elementos de mobiliário urbano, com preocupações de integração na paisagem urbana, de funcionalidade e de fácil compreensão para o cidadão.

No entanto e apesar de não ultrapassar a capacidade do espaço público dentro dos limites aceitáveis de conforto e clareza urbana, o mobiliário urbano existente corresponde a um vasto conjunto de elementos com grande variedade de desenho e disparidade de critérios de selecção e localização, o que provoca nalgumas situações um impacto visual negativo.

A avaliação do mobiliário em termos de quantidade, adequação funcional e qualidade formal pressupõe a sua identificação e caracterização.

O mobiliário urbano existente na povoação é constituído por: contentores do lixo, papeleiras, sinais de trânsito, cabine telefónica, bancos, armários da E.D.P., candeeiros de iluminação pública e “lettering”.

Relativamente ao mobiliário associado aos serviços públicos, existe uma diferenciação na qualidade formal e estética dos vários elementos. Se os três contentores, de plástico verde, localizados no exterior do núcleo urbano, e os quatro sinais de trânsito correspondem a modelos “standardizados”, a cabine telefónica colocada no “centro da vila” e as seis papeleiras equitativamente distribuídas, correspondem a modelos “tipo antigo” comuns a outros centros históricos e que se integram bem nas características urbanas locais.

A salvaguarda e conservação da paisagem urbana passa necessariamente por evitar a concentração de elementos do mobiliário urbano e por atender ao seu desenho e manutenção.

Se estas permissas foram, em parte, cumpridas na implementação do sistema de iluminação pública, com a passagem dos cabos aéreos a subterrâneos e a escolha de um modelo de candeeiro tipo “clássico”, com lâmpada de vapor de sódio, que contribuem para a qualificação ambiental, os armários da Electricidade de Portugal, de modelo corrente e indevidamente colocados, constituem elementos perturbadores da expressão patrimonial local.

Também os dois únicos bancos existentes, construídos em tijolo e pedra e revestidos a azulejo, não foram ergonomicamente concebidos, sendo desconfortáveis. Contribuem, além disso, para a desvalorização da imagem urbana do espaço onde se inserem.

O seu número mostra-se, no entanto, aceitável e suficiente dada as alternativas que as esplanadas e os muretes proporcionam.

O elevado número de poiais e muros baixos e largos existentes na povoação são bastante utilizados como bancos, com toda a carga expressiva da tradição rural local do estar no exterior (“sentado no portal ao fresco”).

Em Cacela, o espaço urbano tem a riqueza suficiente para oferecer o local adequado a cada elemento do mobiliário urbano, pelo que é fundamental definir critérios na sua escolha relativamente ao desenho, material de fabrico e cores e atender, evidentemente, à necessidade dos utentes.

Se a localização dos candeeiros, das papeleiras e dos bancos, cujo modelo deve ser substituído, é a acertada, pondo em destaque aqueles pressupostos, a colocação dos sinais de trânsito, no interior da povoação, e das “placas informativas” nos cemitérios, não faz sentido pela inadequação funcional e péssima qualidade formal e estética que apresentam.

Se as “placas informativas” se mostram desnecessárias e provocam um impacto visual negativo, também o reclame luminoso vermelho colocado no alçado tardoz do restaurante e demais “lettering” nas fachadas do restaurante e da pastelaria, não se coadunam com as características arquitectónicas e patrimoniais do núcleo histórico.

A repetição e massificação de sinais de trânsito e de “lettering”, com vista à localização e identificação das actividades económicas e do equipamento, tem provocado uma “invasão” de formas, materiais e cores que a paisagem urbana não necessita.

De facto, a reduzida dimensão e a clareza de estrutura e vivacidade de identidade que a povoação apresenta, tornam desnecessários quaisquer elementos publicitários ou de informação sobre a localização das actividades ou dos edifícios.

Concluindo, poder-se-à afirmar que, apesar de existirem na vila condições para a realização de actividades económicas complementares e compatíveis, assiste-se, exceptuando no largo da fortaleza, à convivência num mesmo espaço urbano de diversos elementos por natureza relacionados com actividades distintas e que gera incompatibilidades de uso. Se relativamente às actividades no espaço urbano não se cumprem regras de conduta que definem com clareza as actividades desejáveis - mais de metade do número de condutores que se desloca à vila circula e estaciona no seu interior desrespeitando o sinal de trânsito proibido - no que respeita à selecção do mobiliário urbano existente só em parte se seguiram critérios de austeridade na linguagem de rigor nos materiais e de simplicidade na forma, pelo que só alguns elementos, como é o caso dos candeeiros e das papeleiras, se harmonizam com as características formais, funcionais e ambientais específicas do núcleo urbano.

O carácter urbano, a imagem da vila e os seus elementos

Os programas e as soluções de desenho urbano que a povoação apresenta são resultado de factores de ordem “histórica” que originaram a fixação de equipamento militar - cerca árabe medieval e fortaleza - e religioso - igreja e cemitérios, e factores de ordem socio-económica ligados essencialmente à pesca, ao comércio e ao turismo, responsáveis pela implantação de edifícios de cariz habitacional e comercial.

A vila de Cacela tem, sem dúvida, uma história político-militar, cultural e socio-económica de importantes proporções locais e a evidência visual desse passado é a principal responsável por grande parte da sua forte expressão.

Encaixada no mesmo assentamento original, debruçada sobre a ria, o mar e o campo, a povoação detém formas, alinhamentos e recortes, mas também trajectos e gestos que têm, certamente, largas centenas de anos de existência e de repetição quotidiana.

No seu tecido concentram-se as marcas da sua evolução que são, ao mesmo tempo, a síntese do passado e a preparação do futuro.

Bem demarcada no território e com uma estrutura clara e organizada, a antiga vila de Cacela é um núcleo de carácter forte e bem definido, onde predomina a escala humana e ganha expressão a presença qualificadora da igreja, da fortaleza, da cisterna e do edifício quinhentista à sua ilhargá, a sequência ordenadora e equilibrada dos seus espaços públicos e privados e o alcance visual que possibilitam.

O núcleo histórico apresenta uma estrutura com um sentido progressivo dado pelos diferentes planos topográficos, pela sequência contínua e unificada que a cor e a textura da calçada emprestam aos diferentes espaços públicos, pela continuidade das fachadas tradicionais ainda existentes, num desenvolvimento de elementos perceptuais contínuos, ou ainda pelo contraste claro/ escuro da luz e da sombra nos muros brancos e pela singularidade e riqueza cromática da vegetação, nos quintais.

Muito embora os efeitos negativos causados pelas últimas intervenções a vila apresenta, ainda, uma unidade temática proporcionada pela continuidade de côr, branco e azul ou ocre nas fachadas e castanho ou verde nas portas e janelas, de textura dada pelas inúmeras caiações e pelo calcário do pavimento, de detalhes ricos de forma e geometrismo das platibandas e chaminés tradicionais, de iluminação pontual e precisa, dada pelos candeeiros de *design* clássico.

Se a homogeneidade física expressa, essencialmente, na estrutura urbana da vila - qualidade espacial homogénea - é notória, os hábitos e categoria social estão em profunda mutação, pois a tendência geral da população residente no que se refere à dinâmica de transformação social é de retrocesso.

Fruto da leitura e interpretação do “sítio” mas, também, segundo parâmetros de memória visual, anotam-se os elementos que estruturam a leitura da imagem da vila, assente nos conceitos de Kevin Lynch ³⁸⁷.

Embora a riqueza e valor patrimonial se alarguem à paisagem histórica da qual faz parte, o núcleo urbano possui no seu interior elementos significativos principais como as muralhas, a fortaleza, a igreja, a cisterna ou o cemitério “velho”, pormenores significativos como escadas, poiais, muros, árvores, platibandas, beirados ou chaminés e dois trechos urbanos cujas diferenças traduzem características fundamentais da estrutura morfotipológica da área urbana: malha irregular, correspondente aos “largos”, qualificada pelos edifícios de carácter

³⁸⁷ LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, pp.57-102

monumental e malha urbana linear, onde o edificado, de cariz habitacional, se agrupa em banda.

De qualquer modo e embora se possam distinguir entre si, de forma perceptível para o observador, e possuam elementos que se evidenciam pela sua importância funcional e pela sua imagem destacada, constituem e propiciam, pela reduzida dimensão - da área urbana -, um ambiente urbano uno: o que caracteriza todo o núcleo histórico de Cacela.

Os espaços exteriores públicos constituem no seu conjunto «vias» por onde nos deslocamos e que têm como referências laterais «limites» - elementos lineares que têm por função manter a união do espaço urbano e que coincidem com os limites reais fixados.

A qualidade formal e direccional das «vias» - principais eixos de atravessamento e circulação - de largueza e profundidades visuais variáveis, com pontos marcantes como a cisterna e a escada de acesso ao largo da fortaleza e pontos terminais claros e estratégicos como a fortaleza, a igreja, os muros brancos ou o horizonte, é reforçada pelas características dos «limites» que, embora não permitam a continuidade, «conduzem» a visualidade tendo, tal como as «vias», características direccionais importantes, o que possibilita espectaculares vistas panorâmicas.

Os limites, ao fixarem as fronteiras, vincadas e precisas da povoação, reforçam a sua identidade.

Por sua vez as características físicas da vila: a igreja e as muralhas, uma certa homogeneidade arquitectónica aparente, traduzida na pouca diversidade tipológica das fachadas, mantendo formalmente o edificado um carácter histórico de urbe medieval, o que quer dizer casas baixas caiadas de branco com beirados e/ou platibandas e algumas chaminés tradicionais, largos e ruas estreitas e inclinadas, empedradas, por onde circulam, ainda, pescadores e mulheres vestidas de negro, candeeiros tipo “antigo” e quintais floridos, identificam no conjunto urbano a sua «unidade temática».

Ligada à estrutura significativa da povoação fazendo dela o foco de uma “região”, o espaço urbano público e, em sentido mais lato, todo o núcleo urbano, constitui um «nó central» associado a «concentrações temáticas», históricas, de carácter religioso, nomeadamente os casamentos, os funerais ou a Festa anual em honra da padroeira Nossa Senhora da Assunção, e concentrações temáticas, contemporâneas, de carácter turístico como visitas guiadas ao património histórico edificado ou a procura da gastronomia local.

À multifuncionalidade urbana correspondem neste momento problemas ambientais. Os limites da capacidade de carga dos seus espaços públicos são frequentemente ultrapassados pela elevada afluência de público à vila, que se vê literalmente invadida por grandes grupos de pessoas e de automóveis que transformam, temporariamente, a vila num imenso estacionamento anárquico.

A vila possui no entanto qualidades que permitem o seu reconhecimento em diversos níveis de referência e uma importância simbólica e visual que a tornam um sítio notável.

Visível e reconhecível de perto e de longe, de dia ou de noite, inconfundível, dominante pela sua localização, silhueta e contornos, cuja expressão visual forte é reforçada pelo perfil das muralhas e da igreja; ainda ligada socialmente ao território, é difícil pensar na paisagem sem que a povoação nos venha à imaginação e pensar nesta sem que a paisagem esteja presente.

Além de constituir ela própria um “ponto marcante” na paisagem e no território com que contrasta, os «elementos marcantes» da sua imagem urbana são essencialmente: a cerca árabe medieval e os muros brancos, a igreja, a fortaleza, a “casa do padre” e o antigo cemitério.

Há a juntar a estes um outro elemento de referência: um sinal de trânsito condicionado, localizado à entrada da povoação, reforçado pela marcação da diferença de pavimento, o que

constitui um factor de grande importância para a segurança, qualidade e eficiência da vida urbana, embora nem sempre respeitado por quem visita a vila.

Os principais elementos da sua imagem urbana - largos, ruas e travessas, muralhas e muros, “unicidade ambiental”, igreja, fortaleza e cisterna - não só estruturam o tecido da vila como também intensificam a identidade do núcleo histórico, valorizando e aumentando o seu carácter.

Ao operarem em conjunto, os vários elementos constituem as componentes da estrutura e identidade da povoação. A continuidade e interligação desses elementos contribui para a conservação do valor e da qualidade da imagem urbana da vila.

Como refere Hans Mausbach: “...*A multiplicidade e a diversidade das formas urbanas...a alternância entre espaços vastos e estreitos, a tensão produzida pelos inesperados e pitorescos efeitos espaciais, dão origem no olhar do observador a uma imagem benéfica de viva arte urbanística.*” ³⁸⁸

³⁸⁸ MAUSBACH, Hans, *Urbanismo Contemporâneo*, Editorial Presença, 3ª edição, 1981, p.152

III - PARTE
BASES PARA UMA PROPOSTA DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO



III - BASES PARA UMA PROPOSTA DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO

Considerando a paisagem a componente unificadora do território, ela é a expressão integrada da sociedade com a natureza enquanto níveis de uma só realidade. Caracterizada ainda, por um acerto entre as circunstâncias do meio e a sua humanização, a paisagem histórica de Cacela é património entendido como conceito global.

Defendemos pois a interpretação da paisagem como um todo, onde se avaliam de forma global e crítica as relações, os significados, os ciclos, as actividades e as formas dos elementos nas suas harmonias e enquadramentos.

Construída por razões específicas no local mais apropriado, desde logo se estabeleceram relações biunívocas entre a antiga vila e o território, do qual é parte integrante.

O núcleo urbano foi e terá de continuar a ser o ponto de partida e um referencial para o equilíbrio da paisagem em que se insere. Devido ao actual processo de evolução, que urge contrariar, estas relações tornaram-se mais ténues, tendo-se fragilizado o significado da imagem e das funções tanto da povoação como do espaço cultural e natural que a rodeia, pelo que a requalificação do núcleo histórico passa, necessariamente, pela reafirmação da sua razão de ser no território.

Razão que decorre obviamente da visão horizontal dos problemas da área de intervenção, inclusivé duma zona mais alargada, e do papel que a povoação aí desempenha.

Para que o aglomerado urbano não se transforme, irremediavelmente e a curto prazo num “cenário vazio” ou num “museu sem peças (de arte)”, torna-se necessário dotá-lo dos instrumentos capazes de promover a sua reabilitação física, social e económica de modo a permitir à população residente, tradicional, a sua própria identificação.

Assim, pretende-se actuar ao nível do território através do planeamento global, integrar as exigências de protecção e conservação do património arquitectónico e paisagístico, preservando a continuidade histórica do ambiente social, humano e natural.

Na realidade, o núcleo histórico só se torna um organismo completo e essencial quando se considera o seu carácter unitário e a sua integração no meio. Este pressuposto constitui o ponto de partida para a elaboração das Bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização do núcleo histórico de Cacela e da zona especial de protecção, que permita a todas as camadas da estrutura social a redescoberta e reafirmação do seu carácter essencial específico.

Como refere José Gomes Alvarez³⁸⁹ “...A salvaguarda da paisagem significa, entre muitas outras coisas, recriar o perdido equilíbrio cidade-campo, reencontrar o significado dessa paisagem como quadro de referência para a identificação das comunidades...”

Se com a “reabilitação urbana integrada” se reequilibra o núcleo histórico através do desenvolvimento de um conjunto de acções coerentes e orquestradas de modo a optimizar os valores socio-económicos, ambientais e funcionais da povoação, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações residentes e a salvaguarda, para as gerações vindouras, de um valioso património urbano e arquitectónico³⁹⁰, com o ordenamento dos elementos da paisagem, sob os quais o homem tem acção, efectiva-se o ponto de vista paisagístico da intervenção no espaço rural, que é a síntese do ponto de vista edáfico, climático e geobotânico

³⁸⁹ ALVAREZ, José Gomes, *Património Cultural e Conservação da Natureza*, in «Conservação da Natureza», edição do Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, pp.105 a 124

³⁹⁰ AGUIAR, João, *et alii*, *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, vol.1, LNEC, Lisboa, 1994, p.17

- permanência da paisagem - com o ponto de vista humano - permanência no tempo e máximo rendimento em cada momento ³⁹¹.

Como refere ainda o mesmo autor ³⁹² “...*Quer se trate do meio urbano ou do meio rural ou do futuro integrado dos dois, a realidade ecológica e os princípios do equilíbrio biológico impõem a mesma maneira de encarar o planeamento...*”

Assim, se nesta paisagem histórica os valores do passado são presenças que devem continuar vivas e em uso, e as recentes descaracterizações e agressões ao seu património arquitectónico e paisagístico devem ser “corrigidas e/ou eliminadas”, as intervenções propostas com vista à protecção, conservação ou recuperação patrimonial devem ser equacionadas de forma integrada numa “política” global de ordenamento dos espaços urbano, rural e marinho, tendo em atenção a complexidade dos valores estético, cultural, histórico e social, os condicionamentos e factores do seu quadro biológico e o sentido de evolução urbana e paisagística.

1. Objectivos

O núcleo histórico de Cacela e a paisagem que o envolve representam no seu conjunto o «monumento» - a marca cultural e natural a salvaguardar.

As interrelações entre a povoação e a sua localização exigiram uma avaliação global e crítica ao diagnóstico dos problemas e potencialidades da área com vista à elaboração de propostas de intervenção que efectivem a sua conservação e reabilitação e o desenvolvimento da comunidade nele territorializada.

Foi no sentido do planeamento global da paisagem que se criou a «base comum de informação» por forma a alicerçar e sustentar uma Proposta de Salvaguarda e Valorização, cujos principais objectivos são:

- a manutenção, protecção e construção da paisagem humanizada, equilibrada biologicamente e fisicamente estável, através da colaboração do Homem com a Natureza de modo a que os sistemas continuem a servir os seus interesses e a ser fontes de cultura, ou seja, assegurar a protecção dos elementos fundamentais da paisagem garantindo, assim, o seu equilíbrio biofísico, a presença da natureza e a sua humanidade.
- proteger a qualidade ambiental, estética e funcional da paisagem, assegurando a continuidade e evolução própria da vida tradicional das populações residentes e criar, simultaneamente, incentivos de modo a que jovens de estrato social idêntico possam habitar na povoação e imediações de forma a evitar a desertificação e conservar as características socioculturais da área; ou seja, através da promoção social e económica das populações residente e a instalar, salvaguardar os aspectos característicos nos hábitos e cultura local, com a prossecução das actividades tradicionais - pesca, mariscagem, moluscicultura e agricultura - apoiadas num turismo controlado como fonte de receita.
- manter viva a função cultural e económica, evitando a morte da povoação pelo excessivo aumento do cemitério em área e volumetria e pela crescente instalação de actividades produtivas de apoio turístico - restaurantes e outros similares de hotelaria - e pela conversão de casas devolutas e/ou reparadas, em segunda habitação de pessoas que não residem habitualmente na vila, através da valorização da função residencial e sociocultural, salvaguardando a sua identidade morfológica e cultural.

³⁹¹ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem*, in «Uns Comem os Figos...», p.98

³⁹² Id., *Ib.*, p.147

O que pressupõe a manutenção e restituição da função original de *habitat*, dos edifícios habitacionais, resolvendo os danos físicos e a patologia construtiva e ambiental, adaptando o equipamento interior a padrões de conforto actuais, tornando os edifícios aptos para o seu completo e actualizado (re)uso como primeira residência.

- conservação e “reabilitação integrada do património cultural e natural” através da manutenção e/ou restabelecimento da sua unidade patrimonial, recorrendo à reconstituição da expressão original, quando justificável, ou à correcção de expressões agressivas, com vista ao desenvolvimento harmonioso do território e da comunidade residente.
- preservar o tecido urbano na sua forma, imagem tradicional e limites, assegurando a sedimentação da povoação como “núcleo de referência”, ou seja, como estrutura formal, estética e funcional, significante no seio do território e da paisagem.

2. Quadro legal de apoio

Além da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António têm jurisdição sobre a vila de Cacela e a área envolvente as seguintes entidades públicas: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Parque Natural da Ria Formosa, Comissão de Coordenação da Região do Algarve e Direcção Regional de Agricultura. Todos os organismos dispõem de instrumentos legais próprios, pelo que o núcleo histórico de Cacela e a zona especial de protecção estão sujeitos a um vasto conjunto de servidões e restrições relacionadas com a protecção do património histórico-edificado e a defesa do equilíbrio ecológico e paisagístico. No entanto e face à falta de transversalidade entre organismos, devidamente apoiada numa colaboração mútua e interdisciplinar que possibilite a decisão com transparência, continua a assistir-se a pressões descoordenadas com a defesa do património e do ambiente, acabando sempre por gerar situações de lesa-património, de que são exemplo algumas intervenções recentes ou a decorrer no núcleo urbano e zona de protecção.

Só a partir de um conceito global alargado sobre património e através da existência de uma política de gestão integrada para o sector patrimonial se poderão pôr cobro a situações que continuam, por clientelismo e incompetência, a causar danos irreparáveis num Património que está “classificado e protegido por lei”.

De facto, a povoação e área envolvente encontram-se sujeitas aos cuidados e estatutos especiais decorrentes dos seguintes enquadramentos legais:

- Decreto nº 2/96 de 6 de Março que, por parte do Ministério da Cultura, determina a classificação do núcleo urbano de “Imóvel de Interesse Público”, através da alínea b) do Artº 1º e do Anexo II, e considerando o disposto nos Artºs 24º e 30º do Decreto nº 20985, de 7 de Março de 1932, na base I da Lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949, no nº 1 do Artº 7º e no Artº 12º da Lei nº 13/85, de 6 de Junho, e no Artº 2º do Decreto-Lei nº 106-F/92, de 1 de Junho, nos termos da alínea g) do Artº 202º da Constituição.
- Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura de 87/01/15 que aprova a zona especial de protecção que fica sujeita às disposições legais em vigor, designadamente aos Artºs 25º, 26º, 45º e 46º do Decreto nº 20985, de 7 de Março de 1932, ao Decreto-Lei nº 28468, de 15 de Fevereiro de 1938, ao Artº 123º do RGEU, que faz parte integrante do Decreto-Lei nº 38382, de 7 de Agosto de 1951, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto nº 38888, de 29 de Agosto de 1952, ao Decreto-Lei nº 1/78, de 7 de Janeiro, ao Decreto-Lei nº 59/80, de 3 de Abril, à Lei nº 13/85, de 6 de Junho, ao Decreto-Lei nº 205/88, de 16 de Junho e ao Decreto-Lei nº 216/90, de 3 de Julho.

A referida legislação impõe os seguintes condicionamentos principais:

- nos bens imóveis classificados de interesse público, por decreto da Secretaria de Estado da Cultura, nas respectivas zonas de protecção e imóveis nelas situados é obrigatória a obtenção prévia de parecer do IPPAR relativamente a:

- a) propostas, estudos e projectos para quaisquer obras de construção, demolição, conservação, remodelação, restauro e reutilização;
- b) criação ou transformação de zonas verdes, incluindo as que se reportem a qualquer movimento de terras ou dragagens;
- c) loteamentos e empreendimentos turísticos;
- d) em caso de alienação, direito de preferência por parte do Estado.

- os pedidos de licenças de obras em edifícios classificados de interesse público, de qualquer tipo, localização ou uso e nas respectivas zonas especiais de protecção, têm de ser elaborados e subscritos por arquitectos ou sob sua responsabilidade (artº 3 do D.L.nº 205/88, de 16 de Junho).

Apesar de não regulamentada e, por isso, fortemente cerceada na aplicação prática das suas medidas, a Lei Quadro do Património Cultural Português - Lei nº 13/85 de 6 de Julho - concretiza nos seus princípios gerais os compromissos assumidos pelo Estado em prol da salvaguarda e conservação dos valores culturais e arquitectónicos.

Por sua vez os efeitos da legislação anterior têm de ser devidamente integrados no actual regime da Lei 13/85, uma vez que esta revoga aquela.

As suas principais determinações são as seguintes:

- os bens imóveis classificados ou em via de classificação não podem ser total ou parcialmente demolidos nem sujeitos a obras de restauro sem parecer prévio do IPPAR (nº 1 do artº 14º).

- todos os planos de ordenamento territorial devem tratar de maneira especial os imóveis classificados ou em vias de classificação, propondo medidas para a sua valorização (nº 8 do artº 21º).

- em cada zona de protecção pode incluir-se uma zona *non aedificandi* (nº 2 do artº 22º).

- nas zonas de protecção não podem ser autorizados pelas câmaras municipais ou por outras entidades, sem prévia autorização da Secretaria de Estado da Cultura, os seguintes actos:

- a) alienações;
- b) obras de demolição, instalação, construção ou reconstrução;
- c) obras de criação ou transformação de zonas verdes;
- d) qualquer movimento de terras ou dragagens;
- e) alteração ou diferente utilização contrária à traça originária

-os bens imóveis situados nas zonas de protecção de bens classificados, que prejudiquem a boa conservação destes últimos e ofendam ou desvirtuem as suas características ou enquadramento, também podem ser expropriados pela Secretaria de Estado da Cultura mediante parecer favorável do IPPAR (nº 3 do artº 16º).

Se a Lei nº 13/85 ou Lei do Património conceptualiza a actual noção legal de “património cultural português” assim como os meios e as formas jurídicas da sua protecção, a Lei nº 11/87 de 7 de Abril ou Lei de Bases do Ambiente procura responder às disposições consagradas constitucionalmente no sentido da preservação, entre outros, dos componentes ambientais humanos, nomeadamente a paisagem e o património natural e construído. E considera como instrumentos da política de gestão das paisagens “...A protecção e

valorização das paisagens que, caracterizadas pelas actividades seculares do homem, pela sua diversidade, concentração e harmonia e pelo sistema sócio-cultural que criaram, se revelam importantes para a manutenção da pluralidade paisagística...”, (alínea a) do artº 19º, e do património natural e construído “...bem como o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização...” (nº 2 do artº 20) e “...Legislação especial definirá as políticas de recuperação de centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e naturais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais...” (nº 2 do artº 20º).

Se no domínio do acervo normativo que se aplica sobre o património arquitectónico e paisagístico sobressaem a Lei Quadro do Património Cultural Português e a Lei de Bases do Ambiente, nas figuras legais de planeamento urbanístico realçam-se os Planos Directores Municipais, que incluíram nos seus objectivos “...garantir a conveniente utilização dos recursos naturais, do ambiente e do património cultural...”

- O Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António, ratificado ministerialmente pela Portaria nº 347/92 de 16 de Abril e aprovado pelo D.L. nº 160/92 de 14 de Julho e D.Regulamentar nº 174/92 de 27 de Julho, integra nas respectivas peças desenhadas e escritas todas as servidões e condicionamentos a que a vila e áreas envolventes estão sujeitas e regulamenta os respectivos usos, estabelecendo as medidas de protecção em vigor até à aprovação do seu futuro “Plano de Salvaguarda”.

No que diz respeito à povoação, refere-a na secção II - Das Zonas Históricas na alínea b) do nº 1, nº 2 e nº 3 do artº 57º, e no nº 1 e nº 2 do artº 59º que se transcreve:

1 - Nos edifícios localizados no...Núcleo Histórico de Cacela, são autorizadas obras de conservação e modificação destinadas:

- a) À sua consolidação;*
- b) À sua adaptação a novos usos compatíveis com o carácter histórico e localização central da zona e com a notabilidade expressiva ou arquitectónica dos edifícios, quer exterior quer interior;*
- c) Ao seu saneamento, através da construção de equipamentos sanitários necessários a dotá-los de boas condições de habitabilidade, respeitando no entanto e no possível, a definição original interior quando com interesse;*
- d) A reconstituição da expressão original, quando justificável, ou à correcção de expressões agressivas.*

2 - Nestes edifícios são interditas:

- a) As alterações à morfologia dos edifícios que impliquem o aumento do número de pisos, a alteração do plano marginal para a via pública, a construção de corpos balanceados e a ocupação de logradouros;*
- b) As alterações das fachadas que impliquem:*
 - *O aumento do número de vãos ou a alteração dos vãos existentes, para a via pública;*
 - *A utilização de pedra serrada aplicada a cutelo em aros de portas e janelas;*
 - *A utilização, em caixilharias e outros elementos arquitectónicos, de alumínio e, em casos de expressão arquitectónica sensível, de alumínio de côr;*
 - *O revestimento da fachada para a via pública em materiais cerâmicos, vítreos, ou outros estranhos à tradição local;*

- *A introdução de quaisquer elementos decorativos que possam contundir com as características tradicionais da expressão de conjunto de Cacela.*

Relativamente à área integrada na zona de protecção, refere-a o mesmo Regulamento da prática urbanística, no título II-artº 9º, que se transcreve nas partes que lhe respeitam:

1- As servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao uso dos solos seguidamente identificadas e delimitadas na Planta de Salvaguarda e Estrutura e na Planta de Síntese - Plano de Uso dos Solos, regem-se pelo disposto no presente título e legislação aplicável:

a) Reserva Ecológica Nacional

b) Reserva Agrícola Nacional

2- As servidões e restrições de utilidade pública referidas no número anterior têm como objectivo:

a) A preservação do meio ambiente e equilíbrio ecológico

b) A preservação da estrutura da produção agrícola e do coberto vegetal

c) A preservação das linhas de água e de drenagem natural

d) O enquadramento do património cultural e ambiental

Por sua vez os artigos 10º e 11º estabelecem as restrições e condicionamentos dos actos e actividades nos terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, respectivamente; também os artºs 22º, 23º, 24º, 26º, 27º, 28º e 29º respeitantes aos terrenos situados na Zona Agrícola 1 integrada na zona especial de protecção, estabelecem disposições cujo teor se anexa na íntegra.

- Decreto-Lei nº 373/87 de 9 de Dezembro, cria o Parque Natural da Ria Formosa, com os seguintes objectivos:

-a preservação, conservação e defesa do sistema lagunar do sotavento algarvio;

-a protecção da fauna e flora específicas da região e das espécies migratórias e dos habitats respectivos de uma e outra;

-a promoção de um uso ordenado do território e dos seus recursos naturais de forma a assegurar a continuidade dos processos evolutivos;

-a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da população residente, de forma que não prejudique os valores naturais e culturais da região;

-o ordenamento e a disciplina das actividades recreativas na região, nomeadamente no litoral, de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.

A fim de garantir o desejável controle da área protegida, foi entretando elaborado o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 2/91 de 24 de Janeiro que, na sua Proposta de Ordenamento - folha nº 13-B e respectivo Regulamento, condicionam o uso e ocupação do solo na zona de protecção do núcleo histórico de Cacela do seguinte modo:

-orla terrestre integrada em zonas de baixa e média densidade de ocupação, cujas disposições legais se anexam; e que no ponto 5.1. refere que "...Algumas áreas, revestindo um carácter muito específico, são consideradas de baixa densidade de ocupação edificada, nas quais a implantação de novas construções será bastante limitada. São os casos da zona de enquadramento de Cacela, onde os valores do património urbano não se poderão desligar do seu enquadramento paisagístico..."

-zona lagunar e cordão dunar, considerados zona de uso limitado dos recursos naturais, ou seja, "...zonas em que a exploração dos recursos naturais não deverá afectar as condições naturais do meio e nomeadamente a sua produtividade natural.

Nas zonas húmidas são apenas permitidas actividades de pesca e mariscagem, dentro da regulamentação específica destes sectores de actividade.

Nas zonas de dunas e praias do cordão litoral não é permitida qualquer medida tendente a facilitar a acessibilidade...poderão ser mesmo estabelecidas medidas de interdição temporárias ou permanentes do uso público..."

- Numa perspectiva de "macro-escala" importa referir o Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROT-Algarve) aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 11/91 de 21 de Março.

Segundo a Carta de Ordenamento nº 2, a área integrada na zona de protecção do núcleo histórico de Cacela inscreve-se nas *Zonas Imperativas de recursos naturais e equilíbrio ambiental*, designadamente na *Zona Agrícola* e na *Zona de Protecção da Natureza* identificadas através das alíneas b) e c) do nº 4 do artº 7º e através do artº 8º, capítulo II do referido Decreto.

As restrições e condicionamentos dos actos e actividades nestas zonas são expressas pelo nº 2 do artº 14º e pelo nº 2 do artº 15º *"...Nos solos que integram estas zonas é proibido o desenvolvimento de actividades e a realização de obras ou acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades..."*

A zona de protecção do núcleo urbano compõe-se, ainda segundo o PROT-Algarve, de áreas já contempladas e protegidas por lei, em especial os Decretos-Lei nº 93/90, de 19 de Março, e nº 196/89 de 14 de Junho, que estabeleceram o regime jurídico da REN e da RAN, respectivamente, e a área classificada ao abrigo do Decreto-Lei nº 373/87 de 9 de Dezembro, que ficam afectas aos respectivos fins dominantes, ou seja, à manutenção da estrutura permanente da paisagem e ao uso agrícola, tendo especialmente em vista a estabilidade e perenidade dos sistemas naturais e da qualidade do ambiente e a produção de bens alimentares.

Embora o núcleo histórico de Cacela e a zona especial de protecção se encontrem contemplados e protegidos por lei através de um vasto conjunto de figuras de planeamento e de enquadramentos legais, é fundamental que a sua reabilitação urbana e a protecção da paisagem se façam através do instrumento mais eficaz de gestão urbanística e protecção do património arquitectónico e paisagístico: O Plano de Salvaguarda e Valorização.

Se a Lei do Património pressupõe, através do artº 21, que a classificação de um imóvel corresponde a necessidade de elaboração do respectivo plano de salvaguarda num prazo de 180 dias, o Regulamento do Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António pressupõe a necessidade de elaboração de um plano para o núcleo histórico de Cacela e zona de protecção no nº 3 do artº 57º, avançando com disposições, já referenciadas, a ser aplicadas até à entrada em vigor dos regulamentos ou das normas provisórias do referido plano de salvaguarda.

Parece que a não regulamentação dos planos de salvaguarda e valorização, cujo projecto foi abandonado em 1990, e o curto prazo previsto pela lei para a sua elaboração, constituem razões para que o núcleo histórico e a zona de protecção não disponham ainda desse instrumento de gestão patrimonial.

- No entanto e na ausência de regulamentação especial referente a planos de salvaguarda e valorização, estes têm sido elaborados no nosso país segundo o Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março, de acordo com a definição dos Planos de Pormenor consagrados no nº 4 do artº 90 desse diploma.

Determina essa lei, ainda nos seus princípios gerais (artº 5º, nº 1, alínea c), a necessidade de garantir “...*A compatibilização da protecção e valorização das áreas agrícolas...e do património natural e edificado, com a previsão das zonas destinadas a habitação e serviços...*” e que o Plano de Pormenor (artº 9º, nº 4) passará a estabelecer “...*a concepção do espaço urbano, dispondo designadamente, sobre usos do solo e condições gerais de edificação, quer para as novas edificações, quer para a transformação das edificações existentes, caracterização das fachadas dos edifícios e arranjo dos espaços livres...*”

Quanto à tipificação dos usos dominantes dos solos (artº 28º, alínea g) considera-se a necessidade de um específico zonamento espacial, definindo os espaços objecto de protecção e salvaguarda como “...*culturais e naturais, nos quais se privilegiam a protecção dos recursos naturais ou culturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos, arqueológicos, arquitectónicos e urbanísticos...*”

As Bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico de Cacela e Zona Especial de Protecção, enquadram-se “técnica e juridicamente” nas seguintes figuras legais de planeamento urbanístico e territorial e de defesa do património e do ambiente:

- Decreto nº 2/96 de 6 de Março, que classifica o núcleo urbano de «Imóvel de Interesse Público».
- Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura de 87/01/15 que aprovou a zona especial de protecção.
- Lei nº 13/85, de 6 de Julho - Lei Quadro do Património Cultural Português.
- Lei nº 11/87, de 7 de Abril - Lei de Bases do Ambiente.
- Portaria nº 347/92, de 16 de Abril, que ratificou ministerialmente o Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António, e Decreto-Lei nº 160/92, de 14 de Julho, e Decreto-Regulamentar nº 174/92, de 27 de Julho, que aprovaram o referido P.D.M..
- Decreto-Lei nº 373/87, de 9 de Dezembro, que criou o Parque Natural da Ria Formosa e Decreto-Regulamentar nº 2/91 de 24 de Janeiro, que aprovou o Plano de Ordenamento daquela Área Protegida.
- Decreto-Regulamentar nº 11/91 de 21 de Março que aprovou o Plano de Ordenamento do Território para o Algarve (PROT-Algarve).
- Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março, que consagra no nº 4 do artº 9º a figura do Plano de Pormenor.

3. Estratégias de intervenção propostas

A reabilitação da paisagem histórica na perspectiva de uma conservação activa e integrada do património é aquela que mais leva em consideração a globalidade da zona onde se vai intervir. Perspectiva, de resto, indissociável duma nova visão sobre o património e a sua salvaguarda.

O conceito de reabilitação pressupõe, evidentemente, uma atenção particular pela cultura específica de lugar e do território e pela sua diversidade. É a partir da revivificação da memória do sítio e da actualização dos seus contextos integradores que se criam formas correctas de intervenção.

Consentânea com tal perspectiva é a procura de uma efectiva manutenção das “características tradicionais” da vida local, da beneficiação e reposição da imagem da arquitectura da vila, da preservação das qualidades estéticas e funcionais do espaço urbano, considerado como um todo, e dos valores ecológicos, culturais, cénicos e sociais da paisagem.

A globalidade do conjunto patrimonial é, de facto, a sua marca distinta.

Feito de diferentes expressões arquitectónicas, de diferentes funções urbanas, de diferentes apropriações das estruturas biofísicas e de diferentes formas biológicas onde se expressa a sua evolução humana e ecológica, a paisagem histórica necessita de especial atenção às suas componentes sociais.

Tendo como objectivo a sua fruição, quer pela população nela territorializada quer pelos visitantes atraídos pelos serviços únicos que oferece e pela riqueza cultural e patrimonial que detém, as intervenções no núcleo histórico e na zona de protecção, têm como dificuldade maior conseguir dimensionar o grau de permissividade de alterações associadas ao desempenho dos espaços e conseguir estabelecer os limites das capacidades física, ecológica e psicológica sem que isso colida com a preservação e salvaguarda patrimonial que se deseja.

Com as medidas de protecção a implementar, procura-se manter o equilíbrio dos espaços sem que isso implique a intenção de “congelar” ou colocar numa “redoma”. O que se pretende é condicionar o processo, de forma a que ele seja de mudança e não de mutação; isto é, que na paisagem urbana as transformações se dêem na continuidade formal e exemplar das edificações de que partem e que na paisagem rural se assegure a preservação da sua estrutura permanente e a manutenção e o aumento do fundo de fertilidade do espaço agrícola, eliminando todas as medidas, culturas e técnicas que conduzam à sua degradação e descaracterização.

Se as capacidades, física e psicológica, podem mais facilmente ser dominadas através dos mecanismos que limitam e condicionam a ocupação do solo, a sua capacidade ecológica depende directamente da capacidade de carga e o controlo do pisoteio é uma questão fundamental em áreas ecologicamente sensíveis como esta.

O talude a sul da igreja e da fortaleza, as dunas, o sapal, as margens da ribeira e a falésia são áreas extremamente sensíveis que obrigam a cuidados especiais de protecção e salvaguarda.

Procura-se, através do conveniente ordenamento do espaço, disciplinar a ocupação humana no sentido de aliviar as áreas mais sensíveis e mais ricas do ponto de vista do equilíbrio ecológico.

A implementação de trilhos de descoberta da natureza, devidamente integrados, e a criação de um espaço de recreio e repouso permite, assim, conciliar as tendências das populações em férias com as exigências da gestão dos recursos naturais. Se a protecção da zona húmida da Ria Formosa pretende assegurar a continuidade e evolução própria da vida tradicional local e a riqueza e diversidade da avifauna paleártica, a protecção da ribeira garantirá a salvaguarda do que ainda resta da importante jazida de moluscos miocénicos e do seu suporte físico, uma ímpar unidade geológica conhecida por “Formação de Cacela”, além de permitir a defesa de numerosas espécies anfíbias e da avifauna, bem como a vegetação ripícola.

Por outro lado, a manutenção do equilíbrio formal, exterior e interior, dos edifícios com a introdução de melhorias nas condições de habitabilidade tendo em vista a manutenção da população instalada e a fixação de “novos” residentes ligados culturalmente ao território, a reconstituição da expressão arquitectónica e urbanística original, quando justificável, assim como a eliminação e/ou substituição de usos e actividades instalados e que reconhecidamente ameaçam o equilíbrio entre a população, o seu quotidiano e os ambientes onde se desenvolve, por outros directamente relacionados com a continuação desse equilíbrio, são estratégias e objectivos a cumprir em termos de uma concreta reabilitação urbana.

Assim, ao recuperar-se um núcleo urbano de valor arquitectónico como o de Cacela e reutilizá-lo nas funções que o moldaram ao longo do tempo, propondo-se a não expansão em área e volumetria do actual cemitério e o não crescimento do número de serviços de apoio turístico como restaurantes e afins, é valorizar a povoação muito para além da sua glorificação histórica e económica.

As intervenções no património aparecem, pois, de forma integrada, numa política global de ordenamento do espaço urbano e do território. Como refere Aires - Barros, *"...A política de conservação integrada do património cultural deve ter em consideração o quadro da planificação económica e do ordenamento do território. Mas uma política de conservação no quadro do ordenamento do território só é possível se existir um adequado conhecimento (um recenseamento) dos bens a conservar..."*³⁹³.

Neste sentido procedeu-se à elaboração de um *corpus* informativo de base, globalizante (que abarca o território e a paisagem, a evolução socio-económica, o tecido urbano e os edifícios) a partir do qual as estratégias de intervenção se podem traçar com mais clareza e rigor.

Pretende-se, assim, em detrimento de intervenções de carácter mais imediato e "físico", acções mais alargadas e abrangentes que assegurem, para além das intervenções sobre o edificado, a reabilitação socio-económica e funcional do núcleo histórico e da paisagem envolvente, preservando a continuidade histórica do ambiente social e humano.

De facto, ao encarar-se a "reabilitação integrada da paisagem" como uma acção que não separa a comunidade dos seus espaços de vida, interligando a qualificação ambiental e o desenvolvimento económico e social, as suas operações incluem intervenções estruturantes para:

- a organização e qualificação do espaço físico (espaço exterior urbano e edificações) e do território (estruturas permanente e produtiva);
- o desenvolvimento de acções na área social com vista ao progresso económico e socio - cultural das populações residentes.

Pelo que se torna necessário a estruturação de operações que conjuguem no espaço (urbano, rural e marinho) os diferentes tipos de acções de reabilitação de modo a tornar compreensível a totalidade dos seus múltiplos objectivos.

3.1. Propostas de intenções e acções prioritárias

É a partir da povoação que se devem estabelecer os sucessivos horizontes de planeamento global da paisagem, programando intervenções prioritárias nos espaços ou elementos cujo valor ou produtividade exijam uma acção rápida em face da sua importância no equilíbrio geral da paisagem.

As propostas de intervenção e as acções prioritárias possíveis de realizar a curto prazo e que apoiam o início do processo de planeamento integrado - reabilitação urbana e arquitectónica e revitalização e protecção da paisagem - são as seguintes:

- a par da reabilitação e conservação dos edifícios habitacionais na perspectiva da valorização da função residencial e socio-cultural, propõe-se, de modo a garantir a continuidade das funções históricas (militar e religiosa) da vila e a salvaguarda da sua identidade morfológica e cultural:

³⁹³ AIRES-BARROS, Luis, *As grandes questões do Património Cultural Construído* in Cadernos SPPC-nº2, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996, p.13

- a consolidação e conservação dos troços de muralha da cerca árabe medieval, incluindo o talude a sul desta, junto à igreja e à fortaleza.

- o restauro da fortaleza através de um conjunto de medidas de terapêutica como o reboco e a caição a branco das faces exteriores das muralhas, da reconstrução da guarita do lado nascente tendo como modelo a guarita do lado poente, que ainda se mantém no seu estado de pureza e o corte das árvores exóticas existentes na “esplanada”.

- proceder, simultaneamente, à reposição do revestimento tradicional das coberturas das “casas dos guardas” e na impossibilidade de retirar o recém - instalado sistema de vigilância da zona costeira constituído por umas inestéticas torres metálicas vermelhas e um radar, viabilizar a sua pintura de branco ou azul - celeste de modo a minorar o seu impacte visual negativo.

- instalação do sistema de iluminação pública e da rede telefónica em valas subterrâneas e instalação da TV por cabo, de modo a eliminarem-se os vários cabos eléctricos ao longo das fachadas dos edifícios e as inúmeras antenas de televisão.

- a desactivação a prazo do actual cemitério cuja escala e localização rompe com o equilíbrio e harmonia da paisagem, propondo-se a construção de um novo, em local a estudar, devidamente integrado.

- reordenamento do trânsito automóvel no interior da povoação através do estabelecimento de

um método mais eficaz de controle das regras de circulação recentemente veiculadas e a implantação de outro parque de estacionamento, de características idênticas ao existente, no lado direito da via de acesso à vila.

- valorização do núcleo urbano como área de circulação de peões e de actividades ligadas à

estada urbana, o que pressupõe uma alteração do tipo de algum mobiliário urbano e “lettering” existentes.

Pretende-se que, com preocupações de integração na paisagem, de funcionalidade e de fácil compreensão para o cidadão, os elementos do mobiliário e o “lettering” se harmonizem com as características formais, funcionais e ambientais específicas do núcleo histórico.

- reabilitação do parque imobiliário através de um conjunto de obras de conservação e recuperação. A definição da prioridade de intervenção a efectuar nos edifícios nºs 2, 8, 12, 18, 21, 22, 23, 24, 3, 9, 10 e 20 foi baseada nos seus problemas de índole física, relacionados com a estrutura e carências de serviços e equipamentos básicos, nos problemas de ordem social, nomeadamente o rendimento e o escalão socio-profissional dos ocupantes e no grau de adulteração arquitectónica que o edifício apresenta.

A promoção do bem estar dos seus moradores e a beneficiação e reposição da imagem da arquitectura tradicional de forma a recuperar e preservar a memória cultural, material e artística da comunidade e da povoação são as principais intenções desta acção.

Neste sentido e relativamente aos edifícios nºs 3, 9 e 10, todos com o segundo piso clandestino e porque causam um forte impacte negativo no equilíbrio e harmonia da paisagem urbana, propõe-se a demolição dos pisos superiores dos dois primeiros edifícios.

No entanto, atendendo, às condições socio-económicas dos seus proprietários, e se o edifício nº 3 constitui casa de férias e o rés-do-chão é suficiente para alojar a família proprietária, o segundo piso do edifício nº 9 é habitado por um pescador e respectiva família pelo que se apresenta, obrigatoriamente, uma alternativa de habitação que poderá passar pela construção

de um “novo edifício térreo” a integrar devidamente no único espaço disponível no núcleo urbano e que corresponde ao lote entre os edifícios n.ºs 19 e 20.

Por sua vez propõe-se para o segundo piso do edifício n.º 9, onde habita a família mais numerosa da povoação, não a sua demolição mas um conjunto de obras de reabilitação e conservação com vista à sua integração arquitectónica e urbana.

- se o desassoreamento da ria e a recuperação do cordão dunar (obras em curso) constituem acções de inegável importância para a sobrevivência da zona húmida, o que permite assegurar a conservação da natureza e a continuidade e evolução própria da vida tradicional local, a demolição dos edifícios ilegalmente construídos e entretanto embargados, na zona especial de protecção (cujas localização e escala destroem o enquadramento e o carácter dos valores históricos e paisagísticos da povoação e área envolvente) deve constituir uma acção exemplar como única forma aliás de restabelecimento da integridade da paisagem histórica de Cacela.

- reabilitação e protecção da paisagem através da salvaguarda e valorização da estrutura ecológica e da reposição, beneficiação, manutenção e aumento do fundo de fertilidade dos solos.

No que diz respeito à recuperação e preservação da estrutura permanente da paisagem e a par do desassoreamento da ria e da reposição do sistema dunar há que atender:

- à protecção e reconstituição da “compartimentação” dos campos de cultura através da manutenção das sebes existentes e da replantação de sebes de figueiras-da-índia ou de oliveiras e figueiras, entretanto substituídas por vedações de arame ou por acácias;

- e ao total revestimento das margens da ribeira com vegetação própria, nomeadamente com ulmeiros, choupos, canas, loendros e tamargueiras.

No que diz respeito à revitalização e protecção da estrutura produtiva da paisagem é essencial, além da desocupação indevida com construção, a replantação das árvores dispersas da cerca algarvia (figueiras, amendoeiras, oliveiras, alfarrobeiras) entretanto derrubadas e/ou substituídas por espécies ornamentais exóticas, por forma a “recuperar”, também, a “imagem histórica” dos campos de Cacela, principalmente nos terrenos contíguos à “estrada do ribeiro” e na(s) Quinta(s) do muro.

Só assim se estende a todo o espaço agrícola a riqueza biológica e cultural dos agrossistemas tradicionais que desde sempre procuraram integrar a humanização da terra com a conservação da natureza.

De facto, só a partir da revitalização e protecção das estruturas permanente e produtiva da paisagem, se consegue a conservação da natureza, através da presença de sistemas biológicos garantidos pela existência da ribeira e da galeria ripícola, de sebes vivas, de dunas e de sapais, e a salvaguarda de valores culturais e sociais insubstituíveis, de solos férteis e dos elementos essenciais do equilíbrio paisagístico do local.

3.1.1. Os instrumentos normativos internacionais a respeito da salvaguarda do património arquitectónico e paisagístico e o significado dos conceitos fundamentais.

Integradas nas “novas políticas” de requalificação patrimonial e ambiental as intervenções propostas enquadram-se numa filosofia geral que reflecte o espírito das diversas leis nacionais de defesa e salvaguarda do património arquitectónico e paisagístico e pretende respeitar as

teorias gerais do desenvolvimento das acções de conservação tal com têm sido entendidas e aperfeiçoadas no decurso de importantes encontros internacionais.

Importa antes deixar aqui enunciados os significados dos diversos conceitos fundamentais e dos seus correspondentes pressupostos operacionais.

No âmbito do conceito de paisagem global e em face das vocações e aptidões próprias dos diferentes espaços, o ordenamento do território propõe as seguintes atitudes :

- Protecção

“...A Protecção corresponde à necessidade de garantir a permanência de determinadas imagens, obras, paisagens e elementos da Natureza que constituam valores culturais, científicos e sociais...” ³⁹⁴

- Construção

“...A Construção corresponde a toda a actividade humana que, tendo em vista um desenvolvimento coerente, deverá ter em atenção a dignificação e valorização social e cultural das populações e o desenvolvimento económico. A construção de paisagens biologicamente activas e equilibradas que integrem as estruturas e intervenções no campo físico, deverá permitir uma evolução racional segundo os princípios da ecologia....todo o processo de desenvolvimento tem que construir-se em função do Ambiente que deverá permitir a dignificação, em plenitude física e espiritual do Homem....” ³⁹⁵

- Recuperação

“...A Recuperação deverá ocupar-se das áreas já degradadas pela exploração dos recursos naturais de uma maneira que destruiu a sua capacidade de renovação...A regeneração dirá mais respeito à revitalização de sistemas ecológicos e paisagísticos com vista a diferente utilização...” ³⁹⁶

Entende-se que a recuperação da paisagem pressupõe a sua leitura como valor cultural, havendo, simultaneamente, a necessidade de apreensão da escala da paisagem e da definição dos “contínuos natural, produtivo e construído”. Se a água, o homem e a relação entre o território e as actividades económicas constituem elementos importantes a considerar na recuperação da paisagem, a grande aposta diz respeito à salvaguarda, valorização e recuperação da estrutura permanente ou ecológica da paisagem.

- Reabilitação

A Reabilitação da paisagem corresponde a uma operação de conservação crítica e integrada de todos os elementos por forma a que se efective a manutenção e construção da máxima complexidade, diversidade, continuidade e funcionalidade da paisagem, integrando as marcas de cultura do passado e a conservação da natureza, de acordo com os princípios ecológicos.

³⁹⁴ RIBEIRO TELES, Gonçalo, *Da formação do solo à socialização da paisagem*, in «Uns comem os figos...», p.131

³⁹⁵ Id., *Ib.*, pp. 129 e 130

³⁹⁶ Id., *Ib.*, p. 130

Poder-se-à dizer que a reabilitação da paisagem histórica, ao considerar como condição de vida, urbana e rural, a manutenção dos elementos essenciais da paisagem, preconiza a conservação e/ou reconstrução do “contínuo natural” e do “contínuo cultural” segundo os princípios gerais a que obedece a vida na paisagem: a continuidade, a elasticidade, a meandrização e a intensificação ³⁹⁷.

No âmbito do lançamento do conjunto de intervenções de salvaguarda e conservação do património edificado e de reabilitação urbana e arquitectónica, está subjacente o lançamento simultâneo de operações especializadas e diferenciadas cujo significado se expressa nos seguintes conceitos fundamentais:

- Conservação do património arquitectónico

De acordo com Virgolino Jorge ³⁹⁸ a conservação exprime a atitude fundamental da salvaguarda do património histórico, devendo por isso ter primazia sobre todas as outras medidas de protecção. Conservar (Lat. *conservare*) significa manter no mesmo estado, defender cuidadosamente. No âmbito da conservação monumental incluem-se todas as acções preventivas que visem, prioritariamente, acautelar a sua genuidade material (preservação da autenticidade) evitando qualquer intervenção e retardando a ruína.

João Aguiar *et alii* ³⁹⁹ consideram que o termo “conservação” engloba todas as acções destinadas a prolongar o tempo de vida de uma edificação, o que implica desencadear todo o conjunto de medidas destinadas a salvaguardar e prevenir a degradação através da realização das operações de manutenção necessárias ao correcto funcionamento de todas as partes e elementos de um edifício. Consideram, ainda, que a conservação do património arquitectónico, ao exigir um grande rigor científico e envolver uma grande diversidade e complexidade de temas na sua abordagem, necessita de apoio laboratorial para o desenvolvimento de análises especializadas e para o estabelecimento de diagnósticos patológicos. E que exige, além disso, o domínio de velhas e novas tecnologias e o conhecimento dos materiais e processos construtivos.

A Sociedade para a Preservação do Património Construído - SPPC, na sua Declaração de Princípios (1994) considera no ponto 5. “...*Por conservação entende-se o conjunto de acções destinadas a prolongar o tempo de vida de um dado elemento do património e a manter ou restabelecer a sua unidade sem cometer mistificações artísticas ou históricas e sem alterar os traços característicos da passagem do tempo...*”

No entanto “...*Um centro histórico não poderá...manter-se como conjunto, exclusivamente com medidas conservadoras. A função dos valores de usos de muitos agrupamentos arquitectónicos pode exigir também outras medidas de protecção pontuais e cuidadosas, como o restauro e a reabilitação e, muito excepcionalmente, a renovação. Mas conservar é e*

³⁹⁷ CALDEIRA CABRAL, Francisco, *O “Continuum Naturale” e a Conservação da Natureza* in «Conservação da Natureza», edição do Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, pp.35 a 54

³⁹⁸ JORGE, Virgolino Ferreira, *Princípios de salvaguarda do Património Monumental*, in «Correio da Natureza», nº 17, edição do SNPRCN, Lisboa, 1992, pp. 56 a 58

³⁹⁹ AGUIAR, João; APPLETON, João; CABRITA, António Reis, *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, vol. 1, LNEC, Lisboa, 1994, Anexo I-1 a 5

permanece sempre o ponto de partida, na ética da salvaguarda do património histórico edificado... ” ⁴⁰⁰.

De facto, no núcleo histórico de Cacela, conjunto de reconhecível valor patrimonial, nacional, é de todo importante respeitar a “ética da conservação” sob o ponto de vista operativo e técnico. Neste sentido deve ser adoptado como princípio genérico que “...são as técnicas que têm de ser adaptadas aos princípios e não estes a serem adaptados às práticas usuais que essas técnicas envolvam...” ⁴⁰¹

Assim, entre outros critérios de auxílio na configuração da estratégia de actuação, qualquer intervenção, ao obedecer aos princípios éticos aceites pela comunidade científica, deve respeitar e integrar-se nas características tipológicas e morfológicas que marcam a arquitectura do lugar onde incide⁴⁰².

- Restauro

“...Enquanto a conservação procura consolidar, tecnicamente, as partes isoladas de um monumento que ameaçam dano, o restauro, adoptando as regras válidas para a conservação, preocupa-se com a integridade técnica da sua configuração geral, como produto de significado histórico e de valor artístico (materiais, formas, figuras, cores, texturas, etc.). O restauro admite, assim, o acréscimo indispensável e harmonioso de partes novas que facilitem a leitura interpretativa do objecto original ideal (reconstituição da substância original), após a conservação e a consolidação da estrutura antiga, sem preocupação de o caracterizar no tempo histórico com o carimbo da época...Restaurar (Lat. Restaurare) significa restabelecer, regressar à situação primitiva ideal. O vocabulário não deve ser utilizado para grandes intervenções de protecção monumental; trata-se de uma medida de terapêutica específica, muito diferente da conservação, mas por vezes complementar daquela e, frequentemente, confundida com esta...” ⁴⁰³

“...Trata-se de um tipo de acção com algumas dificuldades éticas, que deve ser baseado em investigações e análises históricas inquestionáveis e utilizar materiais que permitam uma distinção clara, quando observadas de perto, entre original e não-original.” ⁴⁰⁴

- Reabilitação de edifícios

“ O termo reabilitação designa toda a série de acções empreendidas tendo em vista a recuperação e a beneficiação de um edifício, tornando-o apto para o seu uso actual. O seu objectivo fundamental consiste em resolver as deficiências físicas e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais, acumuladas ao longo dos anos, procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel sobre o qual incide - actualizando as suas instalações, equipamentos e a organização dos espaços existentes -

⁴⁰⁰ JORGE, Virgolino Ferreira. *ob.cit.*, p. 57

⁴⁰¹ Sociedade para a Preservação do Património Construído - SPPC, *Declaração de Princípios* (1994), in «Textos Fundamentais-Cadernos SPPC», nº 1, Évora, 1996, p. 35

⁴⁰² AGUIAR, João, *et alii. ob. cit.*, vol. 1, pp. 113 a 115

⁴⁰³ JORGE, Virgolino Ferreira, *ob. cit.*, p. 57

⁴⁰⁴ HENRIQUES, Fernando, *A Conservação do património histórico edificado*, LNEC, Lisboa, 1991, p.3

melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses edifícios aptos para o seu completo e actualizado reuso...” ⁴⁰⁵

- Reabilitação urbana

“...A reabilitação é um processo integrado sobre uma área que se quer manter ou salvar. No geral envolve o restauro ou a conservação dos imóveis, a que alguns chamam reabilitação física, e a revitalização funcional, ou seja, a dinamização do tecido económico e social, uma vez que manter um bairro implica conservar as suas características funcionais, aumentar a sua capacidade de atracção quer para os habitantes, quer para o exercício das actividades económicas e sociais compatíveis com a residência...” ⁴⁰⁶

“...Consiste numa nova política urbana que procura a requalificação da cidade existente, desenvolvendo estratégias de intervenção múltiplas, orquestrando um conjunto de acções coerentes e de forma programada, destinadas a potenciar os valores socio-económicos, ambientais e funcionais de determinadas áreas urbanas, com a finalidade de elevar substancialmente a qualidade de vida das populações residentes, melhorando as condições físicas do seu parque edificado, os níveis de habitabilidade e de dotação em equipamentos comunitários, infra-estruturas, instalações e espaços livres de uso público.

O programa atrás expresso reúne-se também no conceito, hoje pacífico e globalmente defendido de “reabilitação integrada” e tem como seu antónimo a renovação urbana, tomando esta no antigo e mau sentido do termo, ou seja: a demolição dos “velhos” edifícios e quarteirões tradicionais, substituindo-os por outros, mais “modernos e higiénicos”, edifícios e traçados urbanos...” ⁴⁰⁷

- Renovação

“...Renovação é a acção mediante a qual se procede à substituição das estruturas existentes; envolve portanto a demolição dos edifícios e a construção de novos imóveis...” ⁴⁰⁸

“...Hoje estas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados nos quais não se reconhece ou não se pode atribuir valor como património arquitectónico ou conjunto urbano a preservar...” ⁴⁰⁹

Assim, e “...Face ao primado da conservação, como doutrina suprema de todos os esforços na salvaguarda do património histórico-artístico, e segundo exigências de restrição interventiva ao absolutamente indispensável, poder-se-à argumentar, com convicção, que conservar é sempre necessário, restaurar é defensável em condições muito específicas, e renovar é incompatível com os ensinamentos básicos da defesa patrimonial...” ⁴¹⁰

- Reparação

“...Designa-se por reparação o conjunto de operações destinadas a corrigir anomalias existentes por forma a manter a edificação no estado em que se encontrava antes da

⁴⁰⁵ AGUIAR, João, *et alii*, *ob.cit.*, vol.1, Anexo I-2

⁴⁰⁶ SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal - uma geografia urbana*, 2ª edição, Edições Afrontamento, Lisboa, 1992, p. 390

⁴⁰⁷ AGUIAR, João, *et alii*; *ob.cit.*, vol.1, Anexo I-2 e 3

⁴⁰⁸ SALGUEIRO, Teresa Barata, *ob.cit.*, p.390

⁴⁰⁹ AGUIAR, João, *et alii*, *ob.cit.*, fol.1, Anexo I-4

⁴¹⁰ JORGE, Virgolino Ferreira, *ob.cit.*, p.58

*ocorrência dessas patologias. Quando as anomalias são de carácter estrutural, o termo “consolidação” é muitas vezes utilizado para traduzir a ideia de reparação no sentido da manutenção da integridade estrutural da edificação...”*⁴¹¹

- Revitalização

*“...Termo que se tem aplicado, sobretudo, como significante de operações desenvolvidas em áreas urbanas degradadas ou em conjuntos arquitectónicos de valor histórico, de modo a relacionar as intervenções pontuais de recuperação dos seus edifícios com intervenções mais gerais de apoio à “reabilitação” das estruturas sociais, económicas e culturais locais, procurando a consequente melhoria da qualidade geral dessas áreas ou conjuntos urbanos...”*⁴¹²

- Manutenção

*“...Série de operações empreendidas, visando minimizar os ritmos de deteriorização na vida de um edifício (ou de um determinado parque edificado) e desenvolvidas sobre as diversas partes e elementos da sua construção, assim como sobre as suas instalações e equipamentos. São operações programadas e geralmente efectuadas em ciclos regulares...”*⁴¹³

- Salvaguarda activa

*“...Designação adoptada internacionalmente (Conselho da Europa, UNESCO) que implica as acções de conservação, restauro e reabilitação do património construído com a participação dos cidadãos, o que implica a utilização socialmente útil das edificações...”*⁴¹⁴

Numa perspectiva mais alargada do conceito de património, a “Declaração de Nairobi” define salvaguarda como sendo *“...um conjunto de acções de identificação, protecção, conservação, restauro, reabilitação, manutenção e revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e da sua envolvência...”*

Para além dos conceitos e doutrinas fundamentais, a questão da salvaguarda e valorização do património beneficia de um conjunto de elementos normativos baseados fundamentalmente nos programas de intenções das cartas, convenções e recomendações internacionais oriundas principalmente da UNESCO, Conselho da Europa e ICOMOS.

O crescente interesse pela preservação do património, centrado inicialmente nos monumentos de maior significado histórico, alargou-se posteriormente aos centros históricos e mais recentemente iniciou abordagens ambientalistas e ecologistas numa visão globalizante dos problemas, tentando contrariar as agressões provocadas pelas rápidas e pouco qualificadas alterações no património arquitectónico e paisagístico⁴¹⁵.

É no âmbito do alargamento da noção de património e da necessidade de um olhar sobre a paisagem na sua globalidade, com vista à revitalização do núcleo histórico de Cacela, a manutenção da ambiência cultural e social e a reabilitação da sua paisagem histórica, que se

⁴¹¹ HENRIQUES, Fernando, *ob.cit.*, p.2

⁴¹² AGUIAR, João, *et alii*, *ob.cit.*, vol. 1, A.I-3

⁴¹³ *Id. Ib.*, vol.1, A.I - 4 e 5

⁴¹⁴ *Id. Ib.*, vol.1, A.I - 4

⁴¹⁵ LOPES; Flávio, *Cartas e Convenções Internacionais*, edição do IPPAR, Lisboa, 1996, p.9

enquadram as múltiplas referências a estas matérias contidas nos vários documentos internacionais.

A Carta de Veneza - Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios - aprovada em 1964, veio trazer uma nova dimensão ao conceito de monumento que passa a integrar, para além da criação arquitectónica isolada, os sítios urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Conceito este que é aplicável tanto às grandes criações como às obras mais modestas que, com o passar do tempo, adquiriram um significado cultural.

Observa-se então que o “monumento”, privado do seu quadro ambiental de referência, perdia uma grande parte do seu significado. Ao constatar-se que muitos bairros antigos de cidades e muitas vilas e aldeias poderiam apresentar um interesse cultural se tomadas no seu conjunto, passou-se de uma noção de “conservação pontual” a uma noção mais larga de “conservação global”. A conservação do monumento passou a contar com a manutenção de um espaço envolvente devidamente proporcionado. Este documento recomenda que sempre que o espaço envolvente tradicional subsista, deve ser considerado, recusando-se quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas. Adiantando que o monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido.

Defende também a necessidade de recorrer a todas as ciências relevantes nas acções de conservação, a necessidade de manutenção periódica dos edifícios e reforça a importância para a conservação da atribuição de uma utilização socialmente positiva do edifício a salvaguardar.

Se é relativamente à conservação e ao restauro que a Carta de Veneza estabelece princípios gerais que se aceitam, a concepção dinâmica e abrangente do património que aqui se defende, ao integrar o núcleo histórico e a zona de protecção, exige novas abordagens de modo a encontrar-se a justa medida nas intervenções propostas.

Neste sentido destacam-se as referências veiculadas na Convenção para a Protecção Mundial Cultural e Natural (Paris, 1972, e que Portugal subscreveu pelo Decreto 49/79, de 6 de Junho), na Carta Europeia do Património Arquitectónico (Amesterdão, 1975), na Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua função na vida contemporânea (Nairobi, 1976), no Apelo sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território (Granada, 1976), na Carta Europeia do Litoral (1981), na Carta Europeia do Ordenamento do Território (1984) e na Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Washington, 1987), entre outros.

A Convenção de Paris, destinando-se a preparar a criação de medidas administrativas, jurídicas e financeiras destinadas a garantir a preservação do património mundial, distingue património cultural e natural aceitando que o primeiro é constituído por monumentos, conjuntos e sítios de valor histórico, estético, ou antropológico de carácter universal, enquanto considera património natural os monumentos naturais constituídos por “estruturas físicas” e biológicas, as formações geológicas e fisiográficas e as zonas que, perfeitamente delimitadas, constituem *habitat* de espécies faunísticas e florísticas ameaçadas e os sítios naturais de valor universal excepcional de ponto de vista científico, da conservação da natureza e dos recursos naturais ou da beleza natural.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico, imprescindível para a compreensão do pensamento contemporâneo sobre o património edificado, confirma a noção alargada de património aos conjuntos que constituem as cidades antigas e as aldeias tradicionais, integradas nos seus ambientes natural ou construído.

Introduz a metodologia da conservação integrada do património arquitectónico com objectivos sociais de melhoria das condições de vida (cujos princípios se mantêm válidos), o que implica a disponibilidade de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos adequados e a concertação de esforços entre todos os intervenientes nos processos de ordenamento do território.

Consagra-se definitivamente a importância e a preponderância dos aspectos sociais e ambientais nas intervenções de reabilitação urbana.

“...A conservação do património arquitectónico representa um dos objectivos prioritários do planeamento urbano e do ordenamento do território...”

Se no plano filosófico se retoma a definição de património arquitectónico expressa anteriormente na Convenção de Paris, mas ampliada agora aos bens com interesse social ou técnico, cujas definições vieram a ser incorporadas na Lei do Património Cultural Português, no plano jurídico são aconselhadas medidas concretas integradas, também, na referida lei.

A Recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e à sua função na vida quotidiana, considera que os conjuntos históricos e o seu enquadramento natural constituem um património universal insubstituível. A preocupação com o enquadramento dos tecidos históricos assume relevância, pois o aumento da densidade e da escala das novas edificações destrói frequentemente o plano paisagístico envolvente e o carácter dos valores históricos adjacentes.

Para efeitos desta Recomendação reconhece-se como conjunto histórico ou tradicional todo o grupo de construções e de espaços, incluindo os sítios arqueológicos e paleontológicos que constituem uma fixação humana, tanto em meio urbano como em meio rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou socio-cultural.

Entre estes conjuntos merecem especial atenção os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os antigos bairros urbanos, as aldeias e os casarais, assim como os conjuntos monumentais homogéneos, entendendo-se que estes últimos deveriam, por regra, ser conservados cuidadosamente, sem alterações.

Para evitar a descaracterização ambiental e desenvolver os valores culturais e sociais de cada “região” é necessário, de acordo com a convenção, promover a salvaguarda dos conjuntos históricos.

Considera que estes constituem os testemunhos mais relevantes da riqueza e diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que, neste contexto, a sua salvaguarda e a sua integração no quadro de vida da sociedade contemporânea constitui um elemento fundamental do planeamento urbano e do ordenamento do território.

Refere ainda a Recomendação que, no meio rural, todas as intervenções que provoquem a degradação da paisagem e todas as mudanças nas estruturas económicas e sociais devem ser rigorosamente controladas de modo a preservar a integridade das comunidades rurais históricas no seu ambiente próprio.

Entendendo-se por «enquadramento» dos conjuntos históricos ou tradicionais a envolvente natural ou construída afecta à percepção estática ou dinâmica destes conjuntos e com os quais se encontra ligada por relações sociais, económicas ou culturais.

O Apelo de Granada, sobre a arquitectura rural e o ordenamento do território, é o primeiro documento que trata de maneira específica a problemática da salvaguarda da arquitectura rural e a sua paisagem.

Só possíveis à luz das teorias da «conservação integrada», a salvaguarda do património construído e da paisagem que o sustenta preconiza o desenvolvimento global das áreas rurais, nas vertentes económica, social e cultural, através do planeamento e da acção simultâneos sobre as estruturas físicas, a fixação da população jovem e a melhoria das condições de vida proporcionada pela criação de emprego em actividades tradicionais diversificadas como a agricultura, a pesca, o artesanato e as actividades de lazer.

Ao adoptar a Carta Europeia de Solos, o documento insurge-se contra a crescente mecanização da agricultura que se mostre incompatível com a preservação do fundo de fertilidade da terra, defendendo que a conservação do património deve enquadrar-se numa política de desenvolvimento sustentável baseado na utilização racional dos recursos naturais e na recuperação das edificações.

“Ecologia e ordenamento integrado do território” surgem como ideias chave de um processo de desenvolvimento sócio-económico baseado nas relações de equilíbrio e harmonia entre o Homem e a Natureza.

A Carta Europeia do Litoral, adoptada pela Conferência das Regiões Marítimas Periféricas da União Europeia, pretende definir orientações e coordenar a gestão do litoral europeu definindo como objectivos desta gestão o desenvolvimento regional e a protecção das zonas costeiras.

Reconhece como principais ameaças ao desenvolvimento sustentável destas zonas a poluição e a excessiva urbanização, propondo que *“...As características peculiares de modos de vida devem ser preservados em cada zona costeira como factor de qualidade de vida e como meio de combater a uniformização e despersonalização que muitas vezes acompanha o desenvolvimento urbano moderno...”*.

Considera que o papel das zonas costeiras no desenvolvimento económico não pode desligar-se dos seus valores naturais, cénicos e culturais.

A estratégia aconselhada por esta Carta consiste em procurar conciliar o desenvolvimento social e económico e a protecção da Natureza através do planeamento integrado, organizando o espaço litoral, protegendo e explorando, de modo racional, a originalidade de cada zona costeira.

Preconiza a integração da actividade turística na vida das comunidades locais, como fonte de receita complementar, advogando o seu controle no espaço e no tempo, de modo a que seja compatível com outras actividades e com os objectivos de protecção dos ecossistemas costeiros. Propõe o desenvolvimento de planos que se prolonguem para as partes terrestres e marítimas definindo um “zonamento contrastado” adaptado aos diferentes locais e que permita resistir à descaracterização e “standardização” da paisagem.

A área objecto de estudo, ao estar integrada no Parque Natural da Ria Formosa, é alvo de recomendações especiais quanto à conservação e protecção da zona lagunar e dos sistemas dunares, nomeadamente através da Convenção para a Conservação da Vida Selvagem e Habitats Naturais Europeu, da publicação «Salt marshes in Europe» (Dijkema, 1984) que recomenda a realização de *“...programas integrados de conservação e gestão para os sapais, áreas intertidais e paisagens terrestres adjacentes...”*, e da Convenção de Ramsar⁴¹⁶, assinada

⁴¹⁶ Convenção relativa às Zonas Húmidas de Importância Internacional como Habitat de Aves Aquáticas, Ramsar, Irão, 1971

e ratificada pelo nosso país, que “classificou” o Parque Natural da Ria Formosa como zona húmida de importância internacional no que diz respeito à avifauna.

A Carta Europeia do Ordenamento do Território coloca o Homem e o seu bem estar assim como a sua interacção com o ambiente no centro das preocupações do ordenamento do território, cujo objectivo maior é proporcionar às populações um quadro e uma qualidade de vida que assegurem o seu desenvolvimento social e económico num ambiente planeado à escala humana.

Para isso o ordenamento do território deve procurar, simultaneamente: o desenvolvimento socio-económico equilibrado, a melhoria da qualidade de vida, a utilização racional do território e a gestão responsável dos recursos naturais e a protecção do ambiente, prestando particular atenção à paisagem e ao património arquitectónico.

Neste sentido a Carta especifica que as áreas rurais, dada a sua função prioritariamente agrícola, têm um papel fundamental a desempenhar, sendo indispensável criar condições aceitáveis nos planos económico, social, cultural e ecológico consonantes com a conservação e a gestão da paisagem, enquanto que as zonas costeiras, dado o desenvolvimento do turismo, necessitam de políticas próprias tendo em vista assegurar o seu desenvolvimento equilibrado e uma ocupação controlada, atendendo às exigências da protecção do ambiente e às características regionais.

Nas áreas urbanas, por sua vez, a valorização do património deve ser parte integrante de uma política global de ordenamento do território e planeamento urbano.

Uma estrutura urbana equilibrada necessita da implementação sistemática de planos de ocupação do solo e da aplicação de orientações para o desenvolvimento das actividades económicas para a melhoria das condições de vida das populações residentes e evitar a emigração.

A Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas aplica-se às cidades e vilas e aos centros e bairros históricos com o seu enquadramento natural ou edificado que, para além da sua qualidade de documento histórico, expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

Esta Carta propõe medidas e instrumentos concretos de actuação, nomeadamente a figura de «plano de salvaguarda».

A salvaguarda das cidades e bairros históricos, cujo sucesso depende da participação e envolvimento das populações residentes, deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento social e económico e ser considerada nos planos de ordenamento do território.

Os valores a preservar são o carácter histórico da *urbe* e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, especialmente: a morfologia urbana; as relações entre edifícios e espaços exteriores urbanos; a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade como o seu enquadramento e as diversas funções adquiridas pela *urbe* ao longo da sua história.

Reconhecendo que qualquer “ataque” a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica.

Sobre a questão da autenticidade nas intervenções de conservação e restauro do património histórico-edificado, ganha importância o Documento de Nara (1994), que se pode considerar um prolongamento conceptual da Carta de Veneza.

Por seu lado, as tendências de maior abrangência e integração já registadas relativamente ao património arquitectónico, têm sido acompanhadas pela evolução dos cenceitos sobre a protecção do património arqueológico. Assim, assiste-se hoje à necessidade de articulação da salvaguarda do património arqueológico com o ordenamento do território segundo os princípios da conservação integrada e num processo em que se verifique a participação das populações, que constituem, aliás, princípios consagrados na Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico (Lausanne, 1990).

Actualmente a questão da salvaguarda do património cultural passa, necessariamente, pelo reforço das relações de equilíbrio entre o objecto patrimonial - monumento, conjunto ou sítio - que se quer preservar e o seu enquadramento, natural ou construído.

3.2. Estratégias de condução das acções

Se “quem” possui o património arquitectónico e paisagístico, na área em estudo, são os particulares, a Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela, a Igreja e o Estado, os seus principais gestores são a Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela (JFVNC), a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (CMVRSa), O Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), O Parque Natural da Ria Formosa (PNRF), a Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA) e a Direcção Regional de Agricultura do Algarve (DRAA).

Tendo como objectivo a defesa e protecção do património histórico-edificado e do ambiente surgiu no início da década de noventa a Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela (ADRIP).

Se o património tem “donos” e institucionalmente há “quem” seja responsável pela sua gestão, esta deverá respeitar, no que concerne ao património cultural construído, os seguintes princípios “...o princípio da autenticidade, o princípio da intervenção mínima, o princípio da reversibilidade e o princípio da competência mínima e consciência profissional máxima dos intervenientes bem como o uso e prática da linguagem comum e adequada ao domínio da Conservação e Restauro...”⁴¹⁷.

Relativamente ao património paisagístico e ambiental, a sua gestão deverá ter em atenção a complexidade do seu valor estético, cultural, histórico, social, os condicionamentos e factores do seu quadro biológico e o sentido de evolução paisagística.

Só com a gestão integrada do núcleo histórico e da zona especial de protecção, de acordo com a realidade ecológica e os princípios do equilíbrio biológico se obtem, de forma efectiva, a salvaguarda e valorização do património classificado.

Pois como refere António Lamas “...Cuidar dos imóveis como peças isoladas e não atender à preservação da harmonia da sua zona envolvente - indispensável à sua fruição coerente e plena - corresponde a uma apreciação inconsequente do valor do património, mas revela também de não se querer impôr a questão das zonas de protecção e do seu controlo, por se considerar que são uma servidão que limita o direito a destruir e construir livremente...”⁴¹⁸

Neste sentido considera-se que o núcleo histórico de Cacela e a zona especial de protecção constituem uma «unidade patrimonial» cujo uso e gestão deverão respeitar a sua coerência e integridade.

⁴¹⁷ AIRES-BARROS, Luis, As grandes questões do património cultural construído, in «Cadernos SPPC-Gestão e Tutela do Património», nº2, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996, p.15

⁴¹⁸ LAMAS, António R.Garcia, *Fracturas na Gestão do Património Construído. Ensinaamentos para o Futuro*, in «Cadernos SPPC - Gestão e Tutela do Património», Nº 2, Évora, 1996, p.26

É, pois, necessário realizar múltiplos esforços para a sua salvaguarda e reabilitação pelo que qualquer actuação nesta área, no domínio do património, do urbanismo e do ordenamento do território, impõe um claro entendimento da prevalência do interesse público sobre o privado. A área em estudo, deverá, assim, ser objecto de um conjunto de intervenções/operações integradas de reabilitação urbana e ambiental, mediante uma acção coordenada pela administração pública e a Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Cacela, com a participação efectiva da população residente, conforme programa de actuação correspondente.

Assim, as estratégias para a viabilização, tanto operacional como financeira, das operações de salvaguarda e reabilitação assentam na permanência da população tradicional e na fixação de uma população jovem de estrato socio-cultural idêntico, no protagonismo da Associação de Defesa do Património, com o apoio da administração pública, na gestão da operação, como condição indispensável para garantir a função social do solo e a obtenção das necessidades da área de estudo face às expectativas privadas e, ainda, na criação de um “fundo de capitais mistos” co-participado pelas “empresas privadas” sediadas no local, ligadas ao turismo e à produção de bivalves, pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, pelo Parque Natural da Ria Formosa e pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

A intenção é conciliar recursos oriundos de vários âmbitos e níveis da Administração Pública bem como comprometer e envolver a sociedade civil na co-responsabilização e consecução das acções.

Pois como refere José Aguiar “...os custos destas intervenções -sempre afectados pelas suas implícitas exigências de qualidade, de higiene, de segurança, de respeito tipológico pelo que existe - e, por outro lado, o reduzido potencial económico dos proprietários e das populações residentes em áreas históricas degradadas criam um défice muito difícil de resolver...”⁴¹⁹.

De facto e de acordo com o mesmo autor⁴²⁰, o actual quadro financeiro aplicável à reabilitação dos edifícios habitacionais é bastante reduzido em termos de benefícios práticos para quem se proponha a desenvolver operações concretas de reabilitação de imóveis degradados.

Para a área de estudo há a considerar um número muito reduzido de incentivos, principalmente fiscais, e de apoio financeiro às operações de reabilitação urbana e do património arquitectónico. São eles:

- Isenção de Contribuição Autárquica - Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 12º do Código da Contribuição Autárquica aprovado pelo Decreto-Lei nº 254/91 de 18 de Junho, estão isentos os prédios que hajam sido classificados como imóveis de interesse público, nos termos da legislação aplicável.
- Isenção de Sisa - Nos termos do nº 15 do artº 13 do Decreto-Lei nº 252/89 (Código de Sisa) estão isentos do imposto de sisa as aquisições de bens classificados como de património cultural.
- Lei do Mecenato - O Decreto-Lei 65/93 de 10 de Março, prevê que os donativos atribuídos por empresas a um projecto de reconhecido interesse cultural poderá ser dedutível nos seus

⁴¹⁹ AGUIAR, José, *Dificuldades na conservação e reabilitação do património urbano português* in Revista de estudos urbanos e regionais, Nº 21, edições Afrontamento, Porto, 1995, pp. 34 e 35

⁴²⁰ AGUIAR, José, et alii, *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, vol.1, LNEC, 1994, pp.100 a 110.

impostos. A aplicação desta lei e dos financiamentos respectivos tem na salvaguarda e reabilitação urbana e arquitectónica um campo privilegiado.

Em termos de possibilidade de financiamento externo às referidas operações, a Comissão das Comunidades Europeias criou o “Fundo Europeu dos Monumentos e Sítios” para auxiliar as iniciativas de conservação e recuperação do património arquitectónico. Também o programa anual “Ajuda aos Projectos Piloto de Conservação e de Promoção do Património Arquitectónico da Comunidade”, a cujos auxílios financeiros se pode concorrer através do IPPAR, constitui outra alternativa de financiamento à conservação do património edificado.

É de modo a ultrapassar a exiguidade dos meios financeiros, oficiais, de apoio à reabilitação física e socio-económica da povoação e da paisagem envolvente, que se propõe a criação de um “fundo de capitais mistos” co-participado pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, o Parque Natural da Ria Formosa, o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e as “empresas privadas” sediadas no local.

Assegurado o sistema de financiamento e tendo o apoio logístico da Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Cacela e a participação activa da população, reúnem-se as condições para a condução das acções.

A finalidade de preservar e reabilitar o núcleo histórico e a paisagem, tendo definido como destinatário final as populações residente e a fixar dispõe, assim, de um suporte legal e financeiro dos vários níveis da administração pública, contando não só com a participação económica das “empresas privadas” já sediadas que, em regime de exclusividade, explorarão o potencial produtivo, recreativo e turístico de Cacela mas, também, com a colaboração da ADRIP e da própria população residente.

De facto, é principalmente à C.M.V.R.S.A, ao P.N.R.F, ao I.P.P.A.R. e aos “empresários”, à ADRIP e à população em geral, que se reserva o dever de criar condições para, ao mesmo tempo que se assegura a melhoria da qualidade urbana, arquitectónica e paisagística, com a presença indispensável da população tradicional, se garante um tipo de turismo mais selectivo, com menos “gente” para uma permanência mais longa.

3.2.1. Metodologia

O desenvolvimento de estratégias de intervenção múltiplas baseia-se na orquestração de um conjunto de acções coerentes a incidir simultaneamente no parque habitacional, nos edifícios de carácter monumental, nos espaços livres de uso público e nas estruturas produtiva e permanente da paisagem.

As operações de conservação e de reabilitação a realizar nos edifícios habitacionais consistem, por um lado, na melhoria das suas condições físicas e dos níveis de habitabilidade, respeitando e integrando-se nas características tipológicas e morfológicas que marcam a arquitectura de que partem e, por outro, na correcção de expressões agressivas com vista à reposição da harmonia formal e estética da arquitectura tradicional da vila, sempre com a finalidade de elevar substancialmente a qualidade de vida das populações residentes.

Por sua vez, as operações de conservação e restauro a levar a efeito na fortaleza dizem respeito a medidas de terapêutica específicas que visam a valorização integral do monumento enquanto produto de significado histórico e de valor artístico, de modo a poder continuar a desempenhar as suas funções de controle e vigilância da orla costeira e permitir a sua compatibilização com visitas de âmbito de turismo rural.

Também a cerca árabe medieval apresenta, em determinados pontos, evidentes sinais de degradação a que urge pôr cobro.

As operações de conservação e consolidação das muralhas devem integrar-se numa acção mais alargada e abrangente que vise, através de trabalhos arqueológicos, o estudo diacrónico da ocupação muçulmana da povoação.

O real conhecimento do contributo cultural herdado dos muçulmanos pode constituir um capital económico, além de espiritual e social, de valor incalculável.

O núcleo histórico de Cacela tem como “lugar de memória” uma enorme procura. E se aos fins-de-semana, nos dias em que se realizam casamentos ou funerais e nos meses de Verão, a sua estrutura física é incompatível com tão elevado número de visitantes, a integridade dos seus valores formais, estéticos, sociais e culturais encontra-se ameaçada pelo constante crescimento do cemitério em altura e superfície. Esta é equiparável já, à área ocupada pelo núcleo urbano.

Neste sentido será fundamental a desactivação, a prazo, do actual cemitério que concorrerá, desde logo, para a melhoria da qualidade urbana e da paisagem, com repercussões positivas no reequilíbrio funcional do espaço urbano e do território.

Por outro lado, a revitalização do espaço exterior urbano como verdadeiro animador da vida pública, através da melhoria das suas condições funcionais, ambientais e de segurança, passa obrigatoriamente pela proibição expressa do trânsito automóvel no núcleo histórico, excepto a residentes e serviços públicos, o que impõe a fiscalização e a aplicação de coimas correspondentes, e a construção de um parque de estacionamento no lado direito da estrada de acesso à povoação, com características idênticas ao parque pré-existente.

Mas se a protecção, conservação e recuperação de valores urbanos e arquitectónicos se faz através de medidas que os defendem de impactos que os degradam e/ou de operações de conservação e de reabilitação que podem ser financiadas através do sistema co-participado pela administração pública e pelas “empresas privadas”, quando os valores são, também, a própria paisagem, as medidas e acções de recuperação e valorização tornam-se muito difíceis de implementar porque a sua conservação e construção é feita, fundamentalmente, pelos próprios habitantes - a quem ninguém paga para o fazerem.

Neste sentido defendemos que deverá caber ao Estado, como regulador responsável pela prevalência do interesse público, o estabelecimento de condições para a permanência da população tradicional, constituindo-se o núcleo histórico e a zona especial de protecção em “património habitacional”, objecto indispensável para o reequilíbrio social e funcional e a melhoria da qualidade da paisagem.

É assim fundamental o desenvolvimento de um processo de actuação eficaz que evite os efeitos negativos que resultam do “escorraçar” os residentes de menores recursos, levando-os a investir, sem ser necessariamente em meios financeiros, na melhoria das suas próprias condições habitacionais.

A par da melhoria das condições de habitabilidade da população residente e de modo a tornar efectiva a sua fixação propõe-se a criação de uma “linha de incentivos económico-financeiros” com vista à manutenção e dinamização das actividades tradicionais na ria e no campo.

Simultaneamente e para obviar o despovoamento, a prazo da povoação, as entidades com jurisdição sobre o núcleo histórico e a zona de protecção, (C.M.V.R.S.A., I.P.P.A.R e P.N.R.F), podem adquirir em parceria, com a ajuda financeira de “empresas privadas”, a preços não especulativos, os edificios devolutos e habitados por idosos que possam, no futuro

próximo, vir a ser distribuídos a jovens de estrato social idêntico de modo a conservar as características sociais e culturais da área.

De facto, só a população residente consegue dar continuidade à riqueza biológica e cultural dos agrossistemas tradicionais e garantir a permanência dos valores ecológicos e sociais associados à pesca artesanal, à mariscagem e à produção de bivalves em viveiros.

Por sua vez, a preservação e integração desta cultura histórica de humanização do território num tipo de turismo ambiental e cultural pode, de facto, proporcionar importantes fontes de receita à economia familiar das populações residentes.

Como refere Aires-Barros ⁴²¹ “...o uso do património é uma fonte de recursos económicos. O património cultural hoje é considerado um produto de consumo capaz de gerir receitas relevantes...”.

Neste sentido propõem-se três medidas ou acções que, integradas em programas de turismo cultural e ecológico, contando com a participação activa da população local e a colaboração da ADRIP, podem contribuir largamente para o desenvolvimento autosustentado da povoação:

- abertura da fortaleza e da igreja a visitas guiadas, pagas.
- implementação de passeios de barco a remos pela ria e a sua integração em percursos de descoberta da natureza, ligando os locais de maior interesse biológico, paleontológico e arqueológico.
- criação de um núcleo museológico evolutivo que traduzisse a realidade Homem-Natureza na sua complexa interligação e contasse a história do território e das comunidades humanas, dos seus usos, costumes e relações socio-económicas ou seja, a instalação de um ecomuseu, na “casa do padre”- edifício quinhentista de elevado valor patrimonial.

De facto, numa região em profundo desequilíbrio social, cultural e paisagístico, caracterizada por um turismo de massas, o valor histórico, estético, científico e educacional dos ecossistemas que a área de estudo integra, pode constituir, como “potencial turístico”, uma mais-valia fundamental se se reconhecer o extraordinário papel das actividades culturais e de recreio como factor de criação de “emprego” e de riqueza, que poderão ter reflexos evidentes na própria revitalização socio-económica da povoação e na preservação e reabilitação do seu acervo histórico-cultural e ambiental.

Mas se o núcleo histórico apresenta uma estrutura física incompatível com tão elevado número de visitantes, a zona especial de protecção, incluindo a zona húmida lagunar e a planície costeira, é uma área extremamente sensível às modificações do meio ambiente, pelo que a sua defesa se impõe com grande acuidade, não só como valores económicos em si mas também como meios biológicos muito ricos que revitalizam as cadeias ecológicas de toda a paisagem.

Assim, conciliar as tendências das populações em férias com as exigências da gestão dos recursos naturais é, como já se referiu, um imperativo.

Além da necessidade de um turismo mais selectivo e controlado, virado para o ambiente e a cultura, com menos pessoas e uma permanência mais longa, é preciso disciplinar a ocupação humana e proteger a natureza através da criação de um espaço de recreio e lazer no sítio da Fábrica, 200 metros a poente de Cacela, da implementação de um sistema de sinalização que identifique biótopos e espécies faunísticas e florísticas a preservar e de uma intensa campanha de sensibilização do público no sentido de aliviar zonas tão sensíveis e ricas do ponto de vista

⁴²¹ AIRES-BARROS, Luis, *As Grandes questões do Património Cultural Construído* in «Cadernos SPPC», nº2, Évora, 1996, p. 13

do equilíbrio económico e ecológico como são a zona húmida (sapal, esteiros, viveiros), as dunas, a falésia, a ribeira e os solos agrícolas.

Por outro lado, a manutenção e dinamização das actividades agro-marinhas tradicionais, consideradas o suporte imprescindível para a conservação e reabilitação da paisagem, pressupõe a realização de um conjunto de intervenções que assegurem, por um lado, a propagação da riqueza biológica e cultural dos ecossistemas tradicionais a toda a área agrícola e, por outro, permitam a utilização “responsável” dos recursos aquáticos e a protecção do meio ambiente.

Se a reafirmação das actividades tradicionais ligadas à terra e à ria constituem a melhor forma de preservar as características peculiares do modo de vida local e a conservação da paisagem, a promoção social e económica da população passa, também, pela sua integração em actividades complementares dependentes do potencial recreativo e turístico do núcleo histórico e do território envolvente, como fonte de receita suplementar.

O que é indispensável, de facto, é fazer participar as famílias mais necessitadas nas iniciativas que a elas dizem respeito, incentivando-as e interessando-as pelo processo e garantindo-lhes novas fontes de receita e a sua promoção num quadro de vida humano digno.

3.2.2. Quadro de intervenções

O conjunto de intervenções preconizado diz respeito à reabilitação integrada do núcleo histórico e ao ordenamento dos elementos da paisagem visando, por um lado, a reabilitação física dos imóveis e a dinamização do tecido social e económico, reforçando a integração da povoação no quadro de vida e no território e, por outro, o desenvolvimento do valor intrínseco da paisagem histórica e das potencialidades produtivas da “região”.

Pelo que se considerou o núcleo urbano num permanente diálogo com o meio em que se encontra, a que confere mas de que recebe também significado, numa relação de “dependência” e complementariedade.

Assim, entendendo o núcleo histórico e a zona especial de protecção como um todo em perpétua interacção, foram propostas estratégias múltiplas que actuam em diversas frentes, fornecendo diferentes e adequadas respostas à plural diversidade dos problemas de detioração física e social da área em estudo.

A ser apoiada pela dinamização dos agentes locais com o máximo de participação da Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Cacela e de um processo de informação, formação e motivação com a população residente, a realização das acções de reabilitação propostas para o núcleo histórico e a zona especial de protecção depende, pois, de uma consertação entre todas as entidades públicas e privadas.

Como refere Fernando Henriques: “...Assistimos hoje, como no passado, a uma fragmentação da tutela entre várias entidades públicas e privadas, resultante da nossa própria estrutura e organização social, potencialmente geradora de situações de conflito entre interesses por vezes opostos. A compatibilização desses interesses e a gestão dos conflitos daí resultantes é algo de essencial para a conservação do património...”

Mais do que visar grandes desígnios de difícil concretização, importa ter o realismo necessário para antever o que pode ser atingível, procurando assim salvaguardar os valores essenciais, ainda que estes fiquem aquém daquilo que possa ser julgado como conveniente. Um instrumento deste tipo, dadas as suas implicações e sensibilidade, deveria ser sediada a um nível que permitisse ultrapassar sem grandes dificuldades as questões inerentes às responsabilidades próprias de cada tutela.

O conceito referido anteriormente tem em si algo de novo, não prevendo a liderança ou supremacia de qualquer instituição em desfavor das restantes, mas antes uma consertação entre todas na procura das linhas orientadoras e na definição das regras - necessariamente simples e claras - de relacionamento entre si. Esta aparente ausência de liderança não deve ser entendida como um convite para que o Estado se exonere das suas obrigações culturais, enquanto repositório da maioria dos bens considerados de interesse nacional e dos meios financeiros comuns necessários à sua conservação. É precisamente o Estado que deve proceder à criação dos mecanismos adequados para que esta nova ordem de relacionamento entre instituições seja possível e efectiva. A necessidade dessa nova consertação é algo que fala por si!...”⁴²².

Neste sentido, delineadas as formas de atingir os objectivos preconizados e uma vez definidas as acções de reabilitação prioritárias, apresenta-se para a realização de cada uma delas os respectivos intervenientes.

⁴²² HENRIQUES, Fernando, *Discurso de Abertura do Encontro Gestão e Tutela do Património Construído*, in «Cadernos SPPC», nº 2, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996, pp. 4 e 5.

Intervenções / operações de reabilitação prioritárias	Intervenientes na realização das acções / operações
<ul style="list-style-type: none"> • acções de conservação e beneficiação nos edifícios nºs 2, 3, 8, 10, 12, 18, 20, 21, 22, 23 e 24 	<ul style="list-style-type: none"> • proprietários e inquilinos, IPPAR, CMVRSA e entidades privadas
<ul style="list-style-type: none"> • aquisição/compra dos edifícios nºs 2, 8, 18 e 21 para instalação de jovens de tipologias sociais tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> • entidades privadas, IPPAR, CMVRSA e PNRF
<ul style="list-style-type: none"> • reordenamento do trânsito automóvel e construção de parque de estacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> • JFVNC,ADRIP,CMVRSA, GNR e entidades privadas
<ul style="list-style-type: none"> • acções de valorização do núcleo histórico como área peatonal e de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • JFVNC,ADRIP,CMVRSA, IPPAR e entidades privadas
<ul style="list-style-type: none"> • instalação de TV por cabo e da rede eléctrica e telefónica, subterrânea. 	<ul style="list-style-type: none"> • CMVRSA, IPPAR, PNRF, EDP e TELECOM
<ul style="list-style-type: none"> • desactivação do actual cemitério 	<ul style="list-style-type: none"> • JFVNC e CMVRSA
<ul style="list-style-type: none"> • acções de consolidação e conservação da muralha árabe medieval. 	<ul style="list-style-type: none"> • IPPAR, CMVRSA, PNRF e entidades privadas
<ul style="list-style-type: none"> • acções de conservação e restauro na fortaleza 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Defesa, IPPAR, CMVRSA e entidades privadas
<ul style="list-style-type: none"> • acções de beneficiação e recuperação do parque edificado com vista à correcção de expressões agressivas 	<ul style="list-style-type: none"> • proprietários (apresentam um nível socio-económico elevado)
<ul style="list-style-type: none"> • demolição dos edifícios nºs 26 e 30, construídos com alvará da CMVRSA, mas considerados ilegais pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e pela Secretaria de Estado da Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> • proprietários e CMVRSA
<ul style="list-style-type: none"> • recuperação do cordão dunar e desassoreamento da ria (canal principal) 	<ul style="list-style-type: none"> • obras em curso co-financiadas pelo Ministério do Ambiente e pelo programa FEDER
<ul style="list-style-type: none"> • reconstituição da “compartimentação” dos campos de cultura com a plantação de sebes vivas 	<ul style="list-style-type: none"> • proprietários, DRAA, PNRF e ADRIP
<ul style="list-style-type: none"> • recuperação dos agrossistemas tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> • proprietários, DRAA, PNRF e ADRIP
<ul style="list-style-type: none"> • revitalização da galeria ripícola com a arborização das margens da ribeira 	<ul style="list-style-type: none"> • ADRIP, PNRF e entidades privadas

ADRIP	-Associação de Defesa, Reabilitação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela
CMVRSA	-Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
DRAA	-Direcção Regional de Agricultura do Algarve
IPPAR	-Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
JFVNC	-Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela
PNRF	-Parque Natural da Ria Formosa

4. Proposta de Regulamento para um Plano de Salvaguarda e Valorização

A vila de Cacela dispõe desde a década de sessenta de medidas de protecção veiculadas quer através de um estudo realizado pelo arquitecto Cabeça Padrão em 1967, correspondente ao 11º volume de um trabalho denominado “Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Architectónicos Notáveis em Áreas Urbanas e Marginais Viárias na Região do Algarve”, quer através do Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António, concluído em 1986 e ratificado em 1992.

Se o primeiro inclui um diagnóstico da situação então existente, em termos urbanos e architectónicos e um regulamento preventivo que, dizia então o autor, pretendia “...estabelecer uma estrutura que defina, oriente e controle a renovação e recuperação da área urbana classificada considerada de interesse paisagístico-urbano fundamental...”⁴²³, o segundo inclui um conjunto de peças escritas e desenhadas e um Regulamento de normas urbanísticas que define todas as servidões e condicionantes a que a povoação e áreas envolventes estão sujeitas e regulamenta os respectivos usos, estabelecendo, no que diz respeito à vila, as medidas de protecção que devem estar em vigor até à aprovação do seu futuro “Plano de Salvaguarda”⁴²⁴.

Mas se os referidos estudo e plano incluem válidos e importantes conjuntos de medidas e condicionamentos visando a defesa e valorização do património edificado e da paisagem, a actuação da administração pública, ao ignorá-los por incompetência e negligência técnica e política, tornou-os meros “instrumentos passivos”, tendo vingado o desrespeito pelas questões da defesa e salvaguarda do património architectónico e paisagístico.

É assim que, contrariando as importantes servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública ao uso dos solos, previstos no Título II-artigos 9º, 10º, 11º, 12º, 22º, 23º e 24º do Regulamento do P.D.M. de Vila Real de Santo António, se permitem construir edifícios na zona especial de protecção do núcleo histórico, em áreas afectas à Reserva Ecológica Nacional e à Reserva Agrícola Nacional, identificadas e delimitadas na Planta de Salvaguarda e Estrutura do referido Plano.

Por outro lado e no que se refere ao núcleo histórico, a actuação das mesmas entidades administrantes tem-se pautado igualmente pelo desprezo pelas medidas de protecção e pelos condicionamentos estabelecidos nos artigos 57º e 59º do Regulamento do P.D.M., o que tem promovido inúmeras intervenções que têm contribuído para a descaracterização e adulteração da harmonia formal e estética da arquitectura tradicional da vila.

De facto, a “política de intervenção” seguida, tanto no núcleo histórico como na zona de protecção, têm consistido, por norma, na demolição de edifícios antigos com áreas de implantação e superfícies totais de pavimento superiores às das pré-existências; ou seja, tem-se assistido, com o aval da C.M.V.R.S.A. e do I.P.P.A.R., a um processo de renovação, sistemática, do património edificado, o que contraria todos os princípios da ética da conservação do património.

Sobre a questão da destruição de bens patrimoniais insubstituíveis importa referir José Aguiar que, sob o título “O Medo” (dos arquitectos e da arquitectura) afirma: “...com pirâmides etárias completamente invertidas, adivinhamos tempos de contenção, de reabilitação dos parques edificados existentes, recuperando o que é recuperável e beneficiando mais do que faremos de novo. Num contexto que já surge, impreparados para esta nova ecologia, usamos

⁴²³ CABEÇA PADRÃO, *Prospecção e Recuperação de Elementos Urbanos e Architectónicos Notáveis no Algarve*, 11º vol.-Cacela, MOP, Lisboa, 1967

⁴²⁴ *Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António - Regulamento de normas urbanísticas*, artº 57-ponto 3.

*ainda e demais o martelo pneumático. Deitamos abaixo e fazemos de novo porque não sabemos resolver as patologias da velha construção, porque perdemos (nós e os outros) o seu saber construtivo, porque aos mais jovens não ensinamos a reconhecer estes valores, porque à indústria nacional não exigimos o desenvolvimento de materiais e tecnologias adequados... Com mais ou menos resistência vamos, a pouco e pouco, perdendo a alma. Autodesculpamo-nos, aceitamos o predomínio de teses formais que advogam o esgotamento (já hoje!) de todas as formas e de todos os espaços, revendo e reformando com o seu olhar correctivo e moralista os espaços de ontem, transformando e renovando (que sempre significa deitar abaixo e fazer de novo) numa escala tão inédita e tão ampla que corremos o risco de, para o amanhã, só ficar - da tecnologia construtiva ao léxico utilizado - o que é próprio dos nossos dias... ”*⁴²⁵ .

Neste contexto, importa chamar a atenção para o facto de ser urgente e necessário recuperar para as instituições e para a sociedade o entendimento do dever do Estado, via Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e Instituto da Conservação da Natureza, de promover de modo rigoroso e efectivo a salvaguarda do património urbano, arquitectónico e paisagístico da área de estudo.

A sua actuação impõe, como já se referiu, um claro entendimento da prevalência do interesse público sobre o privado através da limitação à “liberdade” de destruir e construir.

É, pois, numa perspectiva de salvaguarda e valorização da imagem global e da funcionalidade da paisagem histórica - núcleo urbano, planície costeira e zona húmida lagunar - com forte densidade de valores históricos, culturais, sociais, biológicos e estéticos e “grande” dinâmica de transformação que se justificam as disposições cautelares para a ocupação, uso e transformação do solo.

⁴²⁵ AGUIAR, José, *O Medo* in *Jornal dos Arquitectos*, nº..., Lisboa, 199..., pp. 14-18

Proposta de Regulamento para um Plano de Salvaguarda e Valorização

Artigo 1º

Âmbito da Aplicação

A presente proposta de regulamento contem um grupo essencial de normas que sistematizam e disciplinam as condições de actuação e intervenção para o núcleo histórico de Cacela e para a zona especial de protecção, reunindo um conjunto de servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao usos dos solos e estabelecendo um conjunto de disposições com a intenção de orientar e controlar as intervenções.

Artigo 2º

As servidões e restrições ao uso dos solos na zona especial de protecção

1 - As servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao usos dos solos seguidamente identificadas e delimitadas na Planta de Zonagem - Estrutura e Salvaguarda, regem-se pelo disposto na presente proposta de regulamento e legislação aplicável:

- a) Reserva Ecológica Nacional;
- b) Reserva Agrícola Nacional.

2 - As servidões e restrições de utilidade pública referidas no número anterior têm como objectivo:

- a) A preservação da estrutura ecológica da paisagem - preservação dos sistemas dunares e da zona húmida lagunar, preservação da ribeira de Cacela e das linhas de drenagem natural, e manutenção das sebes vivas e do revestimento vegetal da arriba;
- b) A preservação da estrutura de produção agrícola e do coberto vegetal pertencente às floras espontânea e tradicional;
- c) O enquadramento do património cultural e natural.

Artigo 3º

Reserva Ecológica Nacional

1 - Os terrenos e as áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional estão sujeitos aos seguintes condicionamentos:

- a) Interdita a construção;
- b) Interdita a utilização pelo público excepto:
 - o direito de passagem no acesso que serve de ligação entre a povoação e a península de Cacela (praia);
 - o uso dos trilhos/percursos de descoberta da natureza;
- c) Interdita a prática de desportos náuticos como a motonáutica e o esqui-aquático, a pesca ilegal e a piscicultura;
- d) Interdita a extracção de inertes e dragagens.

Artigo 4º

Reserva Agrícola Nacional

- 1 - Nos terrenos da Reserva Agrícola Nacional são interditos os seguintes actos e actividades:
- a) Construção de edifícios;
 - b) Abertura de vias de comunicação e acessos;
 - c) Realização de aterros e escavações;
 - d) Instalação de vedações e abertura de furos para captação de água;
 - e) Práticas e técnicas agrícolas que destruam o fundo de fertilidade dos solos.

Artigo 5º

Flora e Vegetação

- 1 - No núcleo histórico de Cacela e na zona especial de protecção é expressamente interdito:
- a) A destruição do revestimento herbáceo espontâneo e o derrube de espécies vegetais isoladas, de sebes e de maciços arbustivos e arbóreos da flora espontânea e tradicional;
 - b) A introdução e plantação de espécies vegetais exóticas.

Artigo 6º

Disposições gerais sobre o edificado

Aos edifícios de carácter monumental - fortaleza e cerca árabe medieval, igreja e cemitérios - e aos edifícios habitacionais e outros, localizados no núcleo histórico e na zona especial de protecção, aplicam-se as disposições previstas na Lei 13/85 de 6 de Julho, Lei Quadro do Património Cultural Português, não podendo ser levadas a efeito quaisquer obras de conservação, restauro, beneficiação ou limpeza sem parecer prévio do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico - IPPAR.

Artigo 7º

Edifícios monumentais

- 1 - Nos edifícios de carácter monumental apenas são autorizadas obras de conservação e restauro destinadas:
- a) À sua consolidação utilizando sempre os materiais e técnicas tradicionais de construção;
 - b) À sua recuperação através de medidas de *terapêutica* que revelem os seus valores estéticos e históricos respeitando a sua autenticidade histórica, formal e dos materiais.
- 2 - Nestes edifícios é expressamente interdito:
- a) Alterar a morfologia, nomeadamente através do aumento da volumetria, da ocupação de espaços exteriores livres, de alterações nos pavimentos, nas paredes mestras, coberturas, abóbadas e noutros elementos estruturantes das edificações;
 - b) Alterar as fachadas e os remates dos telhados, designadamente através:
 - da modificação dos vãos existentes, desde que originais;
 - da alteração das cantarias originais ou do seu acabamento ou, ainda, da sua substituição;

- da alteração das caixilharias de madeira e a sua substituição por outro material;
- da substituição do reboco de cal por qualquer outro revestimento;
- da substituição do acabamento de *leite de cal* por qualquer outro acabamento;
- da alteração e substituição dos telhados de telha de canudo e dos respectivos beirais;
- da introdução de qualquer elemento decorativo ou de *lettering*.

Artigo 8º

Edifícios habitacionais e outros localizados no núcleo histórico e na zona de protecção

1 - Nestes edifícios só são autorizadas obras de conservação e de reabilitação destinadas:

- a) À sua limpeza e reparação geral;
- b) À sua consolidação e beneficiação;
- c) Ao seu saneamento e melhoria no conforto e nas condições de higiene, o que pode implicar a construção dos equipamentos sanitários necessários a dotá-los de boas condições de habitabilidade, mas respeitando sempre que possível a definição original interior.
- d) À reconstituição da expressão arquitectónica tradicional e à correcção de expressões agressivas, incluindo nomeadamente a demolição de pisos ou a sua remodelação por forma a serem reintegrados no ambiente envolvente.

2 - Nestes edifícios são interditas:

- a) As alterações aos actuais usos e funções de modo a assegurar-se o predomínio da componente habitacional;
- b) As alterações à morfologia das edificações que impliquem:
 - o aumento do número de pisos;
 - o aumento da área de implantação e de superfície total de pavimento como forma de suster as expectativas de especulação imobiliária;
 - a alteração dos alinhamentos existentes;
 - a ocupação de logradouros ou a sua cobertura, ainda que com materiais ligeiros.
- c) As alterações das coberturas que impliquem:
 - a substituição do revestimento tradicional das coberturas inclinadas (telha de canudo ou de Santa Catarina) e das coberturas planas (ladrilho);
 - a substituição dos remates dos telhados e dos terraços / açoteias;
 - a alteração ou substituição de chaminés de modelo tradicional.
- d) As alterações das fachadas que impliquem:
 - o revestimento das fachadas em materiais estranhos (cerâmicos, vítreos, plásticos) à tradição construtiva local;
 - o aumento do número de vãos ou a alteração dos vãos existentes, quando originais;
 - a utilização, em caixilharias e outros elementos arquitectónicos de alumínio, inclusivé;
 - a utilização de pedra em guarnecimento dos vãos;
 - a utilização de estores de plástico com ou sem caixa exterior, e de portadas;
 - a introdução de quaisquer elementos decorativos estranhos ao vocabulário tradicional;
 - a colocação de *lettering* e de elementos publicitários que pelo volume, materias, côres ou iluminação, prejudique a fachada ou altere o ambiente por distorcer ou obstruir a expressão arquitectónica do edifício ou da paisagem urbana, sendo expressamente proibidos anúncios luminosos, tubos de néon e outros semelhantes.

Artigo 9º

Espaços exteriores urbanos

1 - Nos espaços urbanos de uso público são autorizadas modificações destinadas à sua melhoria ambiental e funcional visando a sua utilização como zona pedonal e como local de estada urbana.

2 - Nestes espaços são interditas:

- a) As alterações à morfologia e à tipologia que impliquem a sua ocupação com quiosques, esplanadas e toldos, mobiliário urbano e outros elementos, assim como com vegetação, de qualquer tipo;
- b) A circulação rodoviária e o estacionamento automóvel, com excepção a residentes-que dispõem de parque de estacionamento próprio, venda ambulante, cargas e descargas (entre as 9 e as 11 horas) e serviços públicos.

Artigo 10º

Achados arqueológicos

Sempre que em qualquer intervenção ou obra que decorra no núcleo histórico de Cacela ou na zona especial de protecção, forem encontrados elementos arquitectónicos e achados arqueológicos considerados de interesse no seu todo ou em parte, as mesmas deverão parar imediatamente e o facto ser comunicado à Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Cacela, à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico ou ao Parque Natural da Ria Formosa, que procederão de acordo com a legislação em vigor sobre a matéria, nomeadamente com o capítulo IV do regime específico do Património Arqueológico, da Lei 13/85 de 6 de Julho.

BIBLIOGRAFIA

1. Manuscritos

1.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Livro de Mestrados, fls. 186/186 v.º, Lisboa, 1240

- Carta de confirmação, redigida pelo papa Inocêncio IV, da doação do castelo de Cacela à Ordem de Santiago, por parte de D. Sancho II.

Livro de Mestrados, fls. 173 v.º/174, Santarém, 1255

- Carta de confirmação da doação do castelo de Cacela à Ordem de Santiago, por parte de D. Afonso III.

Livro de Mestrados, fls. 199/199 v.º, Portalegre, 1465

- Carta redigida por Diogo Henriques fazendo saber a D. Afonso V que se tomou conhecimento, através de D. Fernando, que naquela data a vila de Cacela se encontrava despovoada e em ruínas.

Registos Paroquiais, de 1570 a 1785 - Distrito de Faro, Concelho de Vila Real de Santo António, Cacela.

Nos livros n.º 1 e 6 constam os baptismos realizados durante o referido período na antiga vila e nos Livros n.º 2 e 3 os óbitos ocorridos no mesmo período de tempo.

1.2. Arquivo Histórico Militar

Documentos n.º 3 e 4, caixa 99 - n.º 7 - Revista de inspecção ao material de Artilharia efectuada à fortaleza de Cacela a 13 de Outubro de 1831.

O documento n.º 3 presta informação, sobre a qualidade e dimensão das plataformas, armazéns e paióis e o documento n.º 4 faz uma descrição dos pontos militares.

Documentos avulsos - 3.ª Divisão, 9.ª Secção - Contêm referências sobre a constituição da corporação e sobre as armas existentes na fortaleza de Cacela em 1764.

1.3. Arquivo do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

Documento n.º 74 - 1- 8A - 96, n.º 198, sobre a localização da fortaleza, o material de Artilharia disponível no início do século XX e apresenta uma planta e um perfil do forte.

1.4. Arquivo da Direcção Geral de Monumentos do Sul (Évora).

Intervenções da DGEMN na fortaleza de Cacela, Processo n.º F 081601/002 - Núcleo Histórico de Cacela.

1.5. Arquivo do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Lisboa).

Processo n.º DPA - 83/12 (17) referente à classificação da Zona Especial de Protecção do Núcleo Histórico de Cacula.

2. Impressos

ABRAMI, Giovanni, *Progettazione Ambientale - Una Introduzione* - 1.ª Edição, Cooperativa Libreria Universitaria del Politecnico de Milano, Milano, 1987.

AGOSTINHO, Frei José de St.º. *Memoria sobre uma chronica inedita da conquista do Algarve*, Memórias da Literatura Portuguesa, vol. I, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1792.

AGUIAR, José - *Dificuldades na Conservação e Reabilitação do Património Urbano Português*, in Revista de estudos urbanos e regionais, Porto, 1995, p.p. 24 - 35.

Estudos cromáticos nas intervenções de conservação e reabilitação, em núcleos urbanos históricos - Comunicação ao III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, Viana do Castelo, 1995.

O Medo - in Jornal de Arquitectos n.º _____, Lisboa, 199____, p.p. 14 a 18.

(Com APPLETON, João e CABRITA, António Reis) - *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, 2 volumes, Relatório 177/93 - NA, LNEC, Lisboa, 1993 (Reimpressão 1994).

(Idem) - *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, Câmara Municipal de Lisboa/LNEC, Lisboa, 1993.

(Com CABRITA, António Reis) - *Monografia Portuguesa sobre inovação e reabilitação de edifícios*, ITE - 17, LNEC, Lisboa, 1988 (Reimpressão, 1991).

AIRES - BARROS, Luís - *Alteração e Alterabilidade das Rochas*, INIC, Lisboa, 1991.

As grandes questões do Património Cultural Construído, in Cadernos SPPC - n.º 2, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996, p.p. 7 - 21.

ALARCÃO, Jorge - *Arte do Bronze Final e da Idade do Ferro e Arquitectura romana in História da Arte em Portugal*, vol. 1, ed. Publicações Alta, Lisboa, 1986, p.p. 57 - 66 e p.p. 75 - 110.

Introdução ao Estudo da História e do Património Locais, edição do Instituto de Arqueologia e Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1987.

Portugal das Origens à Romanização in Nova História de Portugal, vol. I, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

A cidade romana em Portugal. A formação de «Lugares Centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização in Cidades e História (Ciclo de Conferências), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

ALEGRIA, José A. - *Arquitectura Tradicional: Marrocos e Algarve - formas e ambientes*, Separata dos Anais do Município de Faro, n.º XVI, Faro, 1987.

Arquitectura em Terra, edição da Câmara Municipal de Silves, Silves, 1992.

Arquitectura em Terra: "O futuro de uma tradição no Algarve" in 4.º Congresso do Algarve, Montechoro, 1986, p.p. 203 a 208.

ALMEIDA, João de - *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. III, edição do autor subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1947.

ALVAREZ, José Gomes - *Património Cultural e Conservação da Natureza*, in Conservação da Natureza, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, p.p. 77 - 104.

ALVES, Adalberto - *O meu Coração é Árabe - A Poesia Luso-Árabe*, edição Assírio & Alvim, Lisboa, 1987.

ALVES DIAS, João J. - *Estratificação Económico-Demográfica do Concelho de Loulé nos finais da Idade Média* in Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia, edição da Câmara Municipal de Loulé e da Universidade do Algarve, Loulé, 1987, p.p. 210 - 223.

ANDRADE, Eugénio - *Escrita da Terra*, Limiar Editora, 5ª. Edição, Porto, 1983.

ANDRÉS, Luís F. Castro - *Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís*, in Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995, p.p. 30 - 35.

ANDERSEN, Sophia de M. Breyner, *Obra Poética II*, Editorial Caminho, Lisboa, 1991.

ANTUNES, Miguel Teles, *Nouvelles données sur la datation des formations miocènes de l'Algarve (Portugal) et l'évolution géologique regionale* in Ciências da Terra, n.º 6, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1979.

Paisagem do Passado, Academia das Ciências de Lisboa e Centro de Estudos Geológicos da UNL, Lisboa, 1996 Fichas coleccionáveis n.º 15 - 17.

(Com CIVIS, J. et alii) - *El Neógeno del Algarve (Portugal) y de la Cuenca del Guadalquivir (España)*, Actas de Paleontologia, Universidade de Salamanca, 1990.

APPLETON, João - *Edifícios Antigos. Contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, LNEC, Lisboa, 1991.

ARAÚJO, Ilídio de - *Problemas da Paisagem Urbana*, Centro de Estudos de Urbanismo, Ministério das Obras Públicas, Porto, 1961.

Arte Paisagística e dos Jardins em Portugal, vol. 1, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Lisboa, 1962.

ARROTEIA - Jorge Carvalho - *Portugal: perfil geográfico e social*, Col. Horizonte, n.º 45, Livros Horizonte, Lisboa, 1985.

ATAHIDE OLIVEIRA - Francisco Xavier, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, edição Algarve em Foco, Faro, 1985.

AYENI, Bola - *Concepts and Technics in Urban Analysis*, ed.Croom Helm, London, 1979.

BAIÃO, António - *Fontes para a História do Algarve*, Lisboa, 1915.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline - *Geografia Urbana*, edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Tradução de Raquel Soeiro de Brito, Lisboa, 1983.

BELLIDO, António Garcia y - *España y los Españoles hace dos mil años*, Libro tercero, ed. Collection Austral, Madrid, 1942.

Resumen histórico del urbanismo en España, 2ª. Edição aumentada, Instituto de Estudios de Admnistracion Local, Madrid, 1968.

BENEVOLO, Leonardo, *A Cidade e o Arquitecto*, edições 70, Tradução de Rui Santana Brito, Lisboa, 1984.

A Cidade na História da Europa, Editorial Presença, Lisboa, 1995.

BETTENCOURT, Pedro, *Les Environnements Sedimentaires de la Côte Sotavento (Algarve, Sud Portugal) et leur Évolution Holocène et Actuelle*, deux volumes, L'Université de Bordeaux, 1994.

BLAZQUEZ, A. - *Descripción de España por Abu-Abd-Alla-Mohamed-Al-Edrisi (Obra del siglo XII)*, Imprensa y Litografia del Deposito de La Guerra, Madrid, 1901.

BLOS, Dorotea - *A Parceria entre Iniciativa Pública e a Promoção Privada: o caso de Madrid*, in *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995, p.p. 120 - 126.

BORGES COELHO, António - *Portugal na Espanha Árabe*, vol. 1 - *Geografia e Cultura*, vol. 2 - *História*, 2ª. Edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.

Algumas notas sobre o Algarve dos séculos XVI e XVIII in *Cadernos Históricos IV*, edição da Comissão Municipal de Descobrimentos, Lagos, 1989, p.p. 50 - 56.

"Nova" agricultura no Portugal do século XIV, in *Revista de Economia*, vol. XVI, 2ª. Série, III vol., fasc. III e IV, Lisboa, 1964.

BOTLER, Milton et alii - *Estratégias Recentes e Perspectivas de Revitalização do Bairro do Recife in Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995, p.p. 36 - 41.

BOURCART J. e ZBYZEWSKI, G. - *La faune de Cacela en Algarve (Portugal)*, Comun. Serviços Geológicos de Portugal, tomo XXI, Lisboa, 1949, p.p. 3 - 60.

BRADSHAW, A.D. et alii - *The Restoration of Land - The Ecology and Reclamation of Derelict and Degraded Land*, in *Studies of Ecology*, vol.VI, Blackwell Scientific Publications, Oxford, 1980.

BRAUDEL, Fernand - *O Mediterrâneo. O espaço e a história*, Col. Teorema 4, Lisboa, 1987.

El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la época de Felipe II, 2 tomos, México, 1953.

BRANDÃO, Frei António - *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, edição Livraria Civilização, Porto, 1946.

BRITO, Marcelo - *Alternativas para a Revalorização de Centros Urbanos: de Olinda a Barcelona*, in *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995, p.p. 127 - 134.

BRITO, Raquel Soeiro de - *Portugal Perfil Geográfico*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

CABREIRA, Tomaz - *O Algarve económico*, Imprensa Libânico da Silva, Lisboa, 1918.

CALDEIRA CABRAL, Francisco - *Zonagem sob o ponto de vista paisagista*. Separata dos Anais do Instituto Superior de Agronomia, vol. XIV, Lisboa, 1943.

O "Continuum Naturale" e a Conservação da Natureza in *Conservação da Natureza*, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, p.p. 35 - 55.

(Com RIBEIRO TELES, Gonçalo) - *A Árvore*, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1960.

CALIXTO, Carlos Pereira - *As velhas fortificações do litoral algarvio - o forte de Cacela* in *O Dia* de 24 de Fevereiro de 1995.

CAMPOS, A. Correia de - *A Arquitectura Árabe em Portugal*, Lisboa, 1965.

CAMPOS, Vítor - *Estratégias de intervenção urbanística num contexto de recursos muito escassos*, Memória n.º 777, LNEC, Lisboa, 1992.

Orientações metodológicas para início da elaboração de um plano de pormenor, INCGURPLAM 7, LNEC, Lisboa, 1992.

A concepção e redacção dos regulamentos de urbanismo, INCGURPLAM 6, LNEC, Lisboa, 1992.

Bibliografia de referência para a elaboração de regulamentos municipais no domínio da urbanização, INCGURPLAM 11, LNEC, Lisboa, 1992.

CASTRO, Elda de - *A conservação de monumentos em pedra. Estado actual dos conhecimentos*, LNEC, Lisboa, 1984.

CATARINO, Helena - *A ocupação islâmica in História de Portugal*, vol. III, direcção de João Medina, edição do Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1995, p.p. 47 - 92.

Fortificações do Período Almoada no Sul de Portugal, in 5º. Congresso do Algarve, Silves, 1987, p.p. 13 a 18.

CAVACO, Carminda - *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*, vol. I, edição do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976.

Geografia e Turismo no Algarve. Aspectos Contemporâneos in Finisterra IV - 8, Lisboa, 1969, p.p. 216 - 272.

Migrações Internacionais de Trabalhadores do Sotavento do Algarve in Finisterra VI - II, Lisboa, 1971, p.p. 41 - 83.

La vigne et Les Arbres Fruitières de plein champ en Algarve Oriental (Portugal) in *Paesaggi Rurali Europei*, Perugia, 1975, p.p. 87 - 94.

CAVACO, Hugo - *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*, edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (CMVRSa), 1984.

“Visitações “ da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio, edição da CMVRSa, 1987.

Cacela no século XVII (Dez anos de Governo Autárquico), edição da CMVRSa, 1990.

CHAVAN, A. - *Les fossiles du Miocène supérieur de Cacela*, Comun. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1949, tomo 1, p.p. 222 a 312 e tomo XXI, p.p. 61 - 106.

CENTENO, Yvette e FREITAS, Lima de - *A Simbólica do Espaço - Cidades, Ilhas, Jardins*, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

CERVER, Francisco - *Rehabilitated Buildings*, vol. 3, edição Axis books, Barcelona, 1994.

Urban Planning, vol. 2, edição Axis books, Barcelona, 1994.

CHAVES, Luís - *As estradas arcaicas do Algarve* in Boletim da Junta de Província do Algarve, Faro, 1941.

As estradas de Beja pelo Baixo Algarve in Arquivo de Beja, vol. II, Beja, 1944.

CHAGAS, Ofir - *Algarve e Andaluzia no Itinerário de D. Paio Peres Correia*, edição do autor, Tavira, 1995.

CHOAY, Françoise - *L'Urbanisme - Utopies et Réalités, Une Anthologie*, éditions du Seuil, Paris, 1965.

La Règle et le Modèle, sur la Théorie de l'Architecture et l'Urbanisme, éditions du Seuil, Paris, 1980.

L'Allégoire du Patrimoine, éditions du Seuil, Paris, 1992.

CHOEN, Beth H. - *Public-Private Partnership for Downtown Revitalization and Historic Preservation*, in *Estratégia de Intervenção em Áreas Históricas*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995, p.p. 135 - 141.

CORREIA, Fernando Branco - *Considerações sobre testemunhos e técnicas arquitectónicas do período muçulmano em monumentos militares portugueses* in Livro do 1º. Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses, Lisboa, 1982, p.p. 83 - 87.

Fortificações muçulmanas no Algarve - Estado da questão e perspectivas in Livro do 4º. Congresso do Algarve, Montechoro, 1986, p.p. 97 - 109.

CORREIA, José E. Horta - *A Arquitectura Algarvia do séc. XVI ao séc. XIX: Tentativa de Caracterização* in Livro do 4º. Congresso do Algarve, edição do Raca Club de Silves, 1986, p.p. 197 - 202.

A Arquitectura religiosa do Algarve de 1520 a 1600, Publicações Ciência e Vida, Lisboa, 1987.

André Pilarte no Centro de uma Escola Regional de Arquitectura Quinhentista in IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Universidade de Coimbra, 1988, p.p. 387 - 398.

A Arquitectura do Algarve como Expressão Privilegiada da sua Especificidade Cultural in *O Algarve na perspectiva da Antropologia Ecológica*, INIC, Lisboa, 1989, p.p. 135 - 146.

Arquitectura Portuguesa - renascimento, maneirismo, estilo chão, Editorial Presença, 1ª. Edição, Lisboa, 1991.

COSTA, José Augusta da - *Flora e Vegetação do Parque Natural da Ria Formosa*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1991.

COSTA, P^{de} António Carvalho da - *Corographia Portuguesa e Descripçam Topographica do famoso Reyno de Portugal*, tomo III, Lisboa, 1712.

COSTA LOBO, A. de Sousa - *História da Sociedade em Portugal no século XV*, edição da Imprensa Nacional, Lisboa, 1903.

COSTA LOBO, Manuel da - *Fragmentation of Land - Rural and Urban: A Mayou Problem of South European Mediterranean Countries*, Plenum Press, New York, 1986.

CULLEN, Gordon - *Paisagem Urbana*, edições 70, Lisboa, 1988.

CUSTÓDIO, Jorge - *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza* in *Dar Passado ao Futuro*, SEC/IPPAR, Lisboa, 1989.

Santarém - Cidade do Mundo, 2 volumes, Câmara Municipal de Santarém, 1997.

DELCROIX, G. e TORTEL, C. - *Contribution a l'elaboration d'une methodologie de la sauvegarde des biens culturels*, (policopiado), C.N.R.S., Paris, 1973.

DIAS, Jacinto Palma - *O Algarve revisitado*, 1.^a Edição, Festa do Livro, Lisboa, 1994.

DONNE, Marcela delle, *Teorias sobre a cidade*, Colecção Arte e Comunicação, edições 70, Lisboa, 1983.

ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Filipe - *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, 4 volumes, edição Imprensa Nacional, Lisboa, 1886 a 1891.

O Romanceiro do Algarve, edição Imprensa Nacional, Lisboa, 1870.

ENCARNAÇÃO, José d' - *A População Romana do Litoral Algarvio*, in Anais do Município de Faro, n.º XVII, Faro, 1987.

FABIÃO, Carlos - *Ler as cidades antigas: arqueologia urbana em Lisboa*, in Penélope, n.º 13, Lisboa, 1994.

FABOS, J. GY. - *Planning the Total Landscape - a guide to intelligent, Land Use 2*, University of Massachussets, 1.^a edição, New York, 1978.

Land - use Planning from Global to Local Challenge, University of Massachussets at Amherst, New York, s.d..

(Com WELL, E.S.), *Composite Landscape Assessment*, Research Bulletin n.º 637, U.M.A., New York, 1979.

FEIO, Mariano - *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, Évora, 1983 (Reimpressão de 1949).

FERRO, Gaetano - *L'Algarve (Monografia Regionale)* in Annali di Recerche e Studi di Geografie, Ano XI - n.º 3, Genova, 1955.

FERREIRA, Isabel Caetano, *Contribuição da Análise Paisagística para o Planeamento da Reabilitação de Áreas Urbanas*, Relatório 258/91 - GURPLAM, LNEC, Lisboa, 1991.

Contribuição Disciplinar para uma Metodologia Global de Análise Urbana - A Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1987.

GAMA BARROS, Henrique da - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomos I a IV, edição Imprensa Nacional, Lisboa, 1885.

GAMITO, Teresa J. - *Breve Apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a Pré-História até à Época Romana e o seu Condicionismo Geográfico* in Anais do Município de Faro, n.º XIII, Faro, 1987, p.p. 331 - 355.

GARCIA, João C. - *A percepção do espaço numa corografia seiscentista do Reino do Algarve* in Revista da Faculdade de Letras, 5.^a Série, n.º 6, Lisboa, 1986, p.p. 99 - 118.



GARCIA DOMINGUES, José D. - *Ossónoba na Época Árabe* in Anais do Município de Faro, n.º1, Câmara Municipal de Faro, 1971, p.p. 181 - 229.

O Garb Extremo do Andaluz e «Bortugal» nos Historiadores e Geógrafos Árabes in Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1960, p.p. 327 a 359.

Património Cultural Árabe-Algarvio, edição da Casa do Algarve, Lisboa, 1956.

GASPAR, Jorge - *As Regiões Portuguesas*, edição do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, 1993.

A propósito da originalidade da cidade muçulmana in separata de Finisterra + Revista Portuguesa de Geografia, vol. III, 5, Lisboa, 1968.

GESTA, Alexandra - *A reabilitação do Centro Histórico de Guimarães* in Jornal de Arquitectos n.º _____, Lisboa, p.p. 22 - 25.

GIRÃO, Amorim - *Geografia de Portugal*, Lisboa, 1942.

GIRARD, Luigi F. - *The Complex Social Value" of the architectural heritage* in ICOMOS Information January/March, 1986.

GOITIA, Fernando Chueca - *Breve História do Urbanismo*, Colecção Dimensões, Editorial Presença, Lisboa, 1982.

A Arquitectura muçulmana e a sua influência na Arquitectura cristã, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1962.

Protótipos na Arquitectura Greco-Romana e a sua Influência no Mundo Ocidental, edições Ulmeiro, Lisboa, 1997.

GOMES, Rita Costa - *A Reconquista e o Imaginário da Cidade Peninsular* in A Simbólica do Espaço coordenação de Yvette Centeno e Lima de Freitas, Editorial Estampa, 1ª. Edição, Lisboa, 1991, p.p. 43 - 58.

GUEDES, Lívio da Costa - *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVIII. A Descrição de Alexandre Maasay (1621)* in Boletim do Arquivo Histórico Militar, Lisboa, 1988, p.p. 57 - 203.

A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold em 1798 in Boletim do Arquivo Histórico Militar, Lisboa, 1992.

GUERREIRO, Manuel Gomes, *O Algarve à luz de um Ordenamento dos seus Recursos Naturais*, Luanda, 1973.

O Algarve do Presente e do Futuro in Vida Mundial; Lisboa, 1974, p.p. 30 - 35.

HAGGETT, Peter et alii - *Locational Analysis in Human Geography*, vol. I - *Locational Models* and vol. II - *Locational Methods*, Edward Arnold, London, 1965.

HENRIQUES, Fernando - *A Conservação do Património Histórico Edificado*, LNEC, Lisboa, 1991.

Humidade em Paredes, Série Conservação e Reabilitação/Edifícios 1, LNEC, Lisboa, 1994.

Património construído: passado e futuro, in Público de 19 de Novembro de 1995, p.p. 33.

Fortaleza de Sagres, evolução na continuidade in Público de 28 de Outubro de 1996, p.27.

HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal - Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de D. Afonso III*, 4 tomos, edição Livraria Bertrand, Lisboa, 1980.

Os monumentos, Lisboa, 1838.

IRIA, Alberto - *Da importância geo-política no Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*, edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976.

O Algarve e os Descobrimentos, tomo I, edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1956.

O Algarve sob o domínio dos Filipes in Memórias do Congresso do Mundo Português, vol. VI, tomo II, Lisboa, 1940.

Os Arquivos do Algarve no séc. XVIII. As antiguidades da Câmara de Tavira e os célebres livros de Cacela in Povo Algarvio, ano VI, n.º 266, Tavira, 1939, p.2.

O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do séc.XV (subsídios para a sua história) 1404 - 1449, vol. I, edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1982.

JACKSON, John B. - *Discovering the Vernacular Landscape*, Yale University Press, 1984.

JOKILEHTO, Jukka - *Conservation Principles and their Theoretical Background; Comments on a selection of charters and Recommendations concerning the built heritage in the Examination and Conservation of Architectural Surfaces*, ICCROM, BDA - Vienna, 1996.

Management of Historic Cities and Areas, in Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995, p.p. 3 - 12.

JORGE, Virgolino Ferreira, *Princípios de Salvaguarda do Património Monumental*, in Correio da Natureza, n.º 17, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), Lisboa, 1992, p.p. 56 - 58.

KRIER, Rob - *Urban Space*, Rizzoli Internacional Publications, USA, 1979.

LACERDA, Aarão - *História da Arte em Portugal*, vol. I, Portucalense Editora, Porto, 1942.

LAMAS, António R. Garcia - *Fracturas na Gestão do Património Construído. Ensinamentos para o Futuro* in Cadernos SPPC - n.º 2, Évora, 1996, p.p. 23 - 32.

LAMAS, José R. Garcia - *Morfologia Urbana e desenho da cidade* in Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1993.

LAMEIRA, Francisco, *A Escultura Romana do Algarve*, in Anais do Município de Faro, N.º XVIII, Faro, 1988, p.p. 19 - 56.

LAVEDAN, Pierre - *Histoire de l'urbanisme. Antiquité - Moyen Age*, Henri Laurens Edition, Paris, 1926.

LEITE DE VASCONCELOS, José - *Religiões da Lusitânia*, 3.º. Vol., edição Imprensa Nacional, 1ª. Edição, Lisboa, 1913.

Coisas Velhas in O Archeólogo Português, vol. XXIV, Lisboa, 1919.

De Terra em Terra, vol. II, edição Imprensa Nacional, Lisboa, 1927.

LEMOS, Francisco de Sande e BAPTISTA, António - *Arqueologia da Paisagem* in Correio da Natureza - N.º 17, SNPRCN, Lisboa, 1992, p.p. 22 - 28.

LEONE, Milha, *Revitalização através da Preservação* in Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas, U.F.P., Recife, 1995, p.p. 55 a 62.

LOUREIRO, Francisco de Sales - *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve*, edição Livros Horizonte, Lisboa, 1984.

LOVEJOY, Derek - *Land Use and Landscape Planning*, Thomson Litho, East Kilbride, Scotland, 1979.

LYNCH, Kevin - *A Theory of Good City Form*, Massachusetts Institute of Technology, 1981.

A Imagem da Cidade, Edições 70, Porto, 1982.

MABBERLEY, D.J. and Placito, P.J. *Algarve Plants and Landscape - Passing Traditios and Ecological Change*, Oxford University Press, 1993. .

MACHADO, José Luís P. - *Habitação Rural. Sugestões para a renovação ou construção. Métodos construtivos e Elementos Tradicionais*, 2ª. Edição, Instituto Fontes Pereira de Melo, Lisboa, 1984.

MACHADO, José Pedro - *A Península Hispânica segundo um Geógrafo do século XII*, in Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964, p.p. 17 - 52.

MANTAS, Vasco - *Teledetecção e Urbanismo Romano: o Caso de Beja* in Geociências, 5, Universidade de Aveiro, 1990, p.p. 74 - 88.

MARQUES, Sónia - *As estratégias dos Lugares de Memória: Um Novo Elo entre Cultura e Política* in Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas, UFP, Recife, 1995, p.p. 95 - 99.

MARTINS, Artur Pires; CASTRO, Celestino de e TORRES, Fernando - *Arquitectura Popular em Portugal (Zona 6 - Algarve)*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980.

MATEUS, Rui - *Recuperação e Conservação em Zonas Históricas, Contribuições Metodológicas para a Investigação Geo-Histórica associada ao Planeamento Urbano, Mértola - um caso de estudo*, Universidade de Évora, 1995.

MATTOSO, José - *Histórica de Portugal*, vol. 1 e 2, Editorial Estampa, Lisboa, 1995.

A escrita da História, teoria e métodos, Coleção Imprensa Universitária 67, Editorial Estampa, Lisboa, 1988.

MAURET, Elie - *Pour un Équilibre des Villes et des Campagnes, Aménagement, Urbanisme, Paysage*, Collection Aspects de l'Urbanisme, Paris, 1974.

MEDEIROS, Carlos Alberto - *Geografia de Portugal, Ambiente natural e Ocupação humana; uma introdução*, 2ª. Edição, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

MAUSBACH, Hans - *Urbanismo Contemporâneo*, Editorial Presença, 3ª. Edição, Lisboa, 1981.

MEDINA, João (coord.) - *História de Portugal*, vol. I, II e III, edição Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1995.

MENEZES, José L. Moza - *Horizontes das Intervenções em Áreas Históricas* in Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas, UFP, Recife, p.p. 25 - 27.

MILLER, E. Lynn - *Landscape Architecture History Handbook*, Cryml Beck Press, London, 1981.

NEURAY, Georges - *Des Paysages - Pour Qui ? Pourquoi ? Comment ? Les Press Agronomiques* de Gembloux, ASBL, 1982.

NEVES, José - *Estudos Geográficos e Históricos sobre Faro e a formação lagunar do Sotavento Algarvio*, edição do autor, Faro, 1981.

A evolução histórico-geográfica da cidade de Faro, in Anais do Município de Faro, N.º IV, C.M. Faro, 1974.

NEWTON, Norman - *Design on the Land - The Development of Landscape Architecture*, The Belknap Press of Harvard University Press, Massachusetts, 1971.

NUNES, António Pires - *As fortalezas de Transição nos cartógrafos do século XVI*, in Livro do 2º. Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses, Património XXI, Lisboa, 1983.

Dicionários Temático de arquitectura militar e arte de Fortificar, edição do Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1991.

NORBERG-SHULZ, C. - *Luogo e identità, in Centro storico ? Restauro o progetto ?*, La casa usher, Fondazione Giovanni Michelucci, Florença, 1987.

OLIVEIRA MARQUES, António - *Para a História do Algarve Medieval* in Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º 4, 1995.

Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais) in Revista de História Económica e Social, n.º 1, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1982, p.p. 1 - 16.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Colecção Portugal de Perto, Biblioteca de Etnografia e Antropologia, n.º 24, Dom Quixote, Lisboa, 1992.

OLIVEIRA, Luís Perestrelo - *O enquadramento jurídico-administrativo da reabilitação urbana* in Jornal de Arquitectos, Novembro de 1988, p.p. 10 - 18.

PADRÃO, Cabeça - *Prospecção e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Architectónicos Notáveis no Algarve* - 11.º. Volume - Cacela - Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1976.

PAIS, João J. Cardoso - *O Miocénico do Litoral Sul Português*, Universidade Nova de Lisboa, 1982.

Evolução da Vegetação durante o Quaternário em Portugal, Centro de Estudos Geológicos da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Ficha coleccionável n.º 11, Público, 1996.

PARDAL, Sidónio - *Planeamento do Território - instrumentos para a análise física*, Colecção Espaço Sociedade, edição Livros Horizonte, Lisboa, 1988.

(com COSTA LOBO, Manuel) *Normas Urbanísticas*, Direcção Geral do Ordenamento do Território / UTL, Lisboa, 1991.

PASSOS, José M. Silva (coord.) - *Estudos de Integração do Património Histórico-Urbanístico para a Reabilitação Urbana*, SEC / SEALOT, Lisboa, 1989.

PATO, Bulhão - *Paizagens*, edição Rollandg Semiond, Lisboa, 1871.

PAULA, Rui e PAULA, Frederico - *Faro, Evolução Urbana e Património*, edição da Câmara Municipal de Faro, 1993.

Lagos, Evolução Urbana e Património, edição da Câmara Municipal de Lagos, 1 _____.

PAVON MALDONADO, Basílio - *Ciudades e fortalezas lusomusulmanas, Crónicas de viagens por el sur de Portugal* in Cuadernos de Arte y Arqueologia, 5, Instituto de Cooperacion com el Mundo Árabe, Madrid, 1993.

PAZ BRANCO, J. - *Manual do Pedreiro*, LNEC, Lisboa, 1981.

PEREIRA, Luz Valente - *A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento / Acção da sua Reabilitação*, INCGURPLAM 12, LNEC, Lisboa, 1996.

A Forma Urbana no Planeamento Físico, ICT, S 309, LNEC, Lisboa, 1983.

Metodologia de Planeamento da Reabilitação de Áreas Urbanas, ICT, INCGURPLAM 4, LNEC, Lisboa, 1996.

Comunicação e Discussão Públicas no Planeamento da Reabilitação de Áreas Urbanas, ICT, INCGURPLAM 13, LNEC, Lisboa, 1995.

Reabilitar o Urbano ou como Restituir a Cidade à estima pública, ITC, ITE 16, LNEC, Lisboa, 1987.

Método de Apoio Técnico à Acção de Desenvolvimento Socio-Urbanístico de uma Área Urbana de Intervenção, vol. I - Metodologia, ICT, ITE 13, LNEC, Lisboa, 1993 (Reimpressão).

Método de Apoio Técnico à Acção de Desenvolvimento Sócio-Urbanístico de Áreas Urbanas de Intervenção, vol. II - Planeamento e Programação das Intervenções a Curto Prazo, ICT, ITE 13, LNEC, Lisboa, 1987.

Informação Socio-Económica para Planeamento Municipal. A Perspectiva de algumas Municipalidades sobre a Promoção do Desenvolvimento Local, ICT, ITGURPLAM 1, LNEC, Lisboa, 1990.

PEREIRA, Paulo - *História da Arte Portuguesa*, vol. 1 e 2, edição Temas & Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.

PEREIRA DE SOUSA, Francisco - *Descrição geral do megasismo no Algarve segundo vários documentos e publicações*, Distrito de Faro, edição do Centro de Coordenação Distrital de Protecção Civil de Faro, Lisboa, 1919.

PESSOA, Fernando - *Museologia nas Áreas Protegidas* in *Correio da Natureza* n.º 17, SNPRCN, Lisboa, 1992, p.p. 38 - 39.

PINHO LEAL, Augusto S.A. Barbosa - *Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, II e III, edição Livraria Mattos Moreira & Comp., Lisboa, 1873.

PINHEIRO E ROSA, José A. - *Quatro Meses com Estácio da Veiga (Estudo arqueológico - bibliográfico)* in *Anais do Município de Faro*, N.º IV, edição da C.M. Faro, Faro, 1975.

Fortificações de Faro in *Anais do Município de Faro*, N.º XX, edição da C.M. Faro, Faro, 1990.

PORTAS, Nuno - *Passado, Presente y Futuro de las Ciudades Património de la Humanidade* in *Congresso Internacional de Urbanismo y Conservación de Ciudades Patrimonio de la Humanidade*, Cáceres, 1992.

Conservar renovando ou recuperar revitalizando, Programa Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos, Museu Municipal de Machado de Castro, Coimbra, s.d..

Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente, in *Sociedade e Território* n.º 2, edições Afrontamento, Porto, 1985.

RIBEIRO, Orlando - *Ensaio de Geografia Humana e Regional*, edição Livraria Sá da Costa Editora, 1ª. Edição, Lisboa, 1970.

Introdução ao estudo da geografia regional, Edições João Sá da Costa, 1ª. Edição, Lisboa, 1987.

Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, edição Livraria Sá da Costa Ed., Lisboa, 1987.

A Formação de Portugal, edição do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª. Edição, Lisboa, 1987.

Geografia e Civilização, edição do Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1961.

Mediterrâneo, Ambiente e Tradição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1968.

(Com LAUTENSACH, Hermann) - *Geografia de Portugal, II - O Ritmo Climático e a Paisagem*, edições João Sá da Costa, Lisboa, 1988.

RIBEIRO TELES, Gonçalo - *Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem* in Uns Comem os Figos ..., edição Seara Nova, Lisboa, 1975, p.p. 55 - 150.

Um novo Conceito de Cidade: a Paisagem global, Lisboa, 1996.

A Conservação das Paisagens Históricas e Naturais in Correio da Natureza n.º 17, SNPRCN, Lisboa, 1992, p.p. 22 - 28.

A Propósito de Ecossistema Urbano e Conservação da Natureza in Conservação da Natureza, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, p.p. 127 - 137.

(Com CALDEIRA CABRAL, Francisco) *A Árvore*, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1960.

RODRIGUES, Maria João et alii - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, edições Quimera, Coimbra, 1990.

ROMERO MAGALHÃES, Joaquim - *Algarve Económico durante o século XVI*, Edições Cosmos, Lisboa, 1970.

O Algarve Económico (1600 - 1773), Editorial Estampa, Lisboa, 1988.

(Com GUERREIRO, Manuel V.) - *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, edição Sá da Costa Editora, 1ª. Edição, Lisboa, 1983.

ROMEIRO PACHECO, José I. - *Reflexos sobre o Estado do Algarve*, Lisboa, 1841.

ROSENEAU, Helen - *A cidade ideal, evolução arquitectónica da Europa*, Colecção Dimensões / Série especial 13, Editorial Presença, Lisboa, 1988.

ROSSI, Aldo - *A arquitectura da cidade*, edição Cosmos, Lisboa, 1977.

ROSA, Maria João V. - *O envelhecimento da População Portuguesa*, edição de António Barreto, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Público, Lisboa, 1996.

SALGUEIRO, Teresa Barata - *A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana*, Coleção Cidade em Questão / 8, 2.^a Edição, Edições Afrontamento, Porto, 1992.

SANTOS, Maria Luisa Estácio da Veiga A. - *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. I e II, edição da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1.^a Edição, Lisboa, 1971 e 1972.

Defesa do Património do Algarve in Boletim Informativo - Encontro de Arqueologia do Algarve, edição da Secretaria de Estado da Cultura, Faro, 1990.

SARRÃO, Henrique Fernandes - *História do Reyno do Algarve*, Lisboa, 1600.

SEGURADO, João dos Santos - *Materiais de Construção*, Biblioteca de Instrução Profissional, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d..

Acabamentos das Construções, Biblioteca de Instrução Profissional, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d..

SILVA, Carlos Marques da - *Paleontologia em Portugal in Al-madan*, II série, n.º 1, Centro de Arqueologia de Almada, 1992, p.p. 27 - 30.

SILVA LOPES, João Batista - *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, edição da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1841.

S. JOSÉ, Frei João de - *Corografia do Reyno Algarve*, Livro I - *Descrição Geral do Reyno e todas as Fortalezas e outros lugares em Portugal*, Lisboa, 1577.

SIMONDS, John - *Landscape Architecture, a Manuel of Site Planning and Design*, Mc Graw - Hill Book Company, USA, 1983.

SOTTO - MAYOR, J. e MASCARENHAS, J.M. - *A análise do cadastro antigo de Palmela por processamento digital de uma imagem Spot* in Geociências n.º 5, Aveiro, 1990.

TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago - *A arte islâmica no Ocidente Andaluz* in História da Arte Portuguesa (dir. Paulo Pereira) vol. 1, edição Temas & Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p.p. 150 - 176.

O Garb-al-Andaluz, A Terra e os homens e os recursos e os poderes in História de Portugal, (dir. José Mattoso) vol. 1, Editorial Estampa, Lisboa, 1993, p.p. 363 - 630.

VASCONCELOS, Damião de Brito - *Notícias Históricas de Tavira 1242 / 1840*, edição da Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 1989.

VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim - *História de Portugal*, vol. I, 4.^a Edição, revista, vol. II, 3.^a Edição, revista, vol. III, 2.^a edição, revista, vol. IV, 2.^a edição, revista e melhorada, vol. V, 2.^a edição, vol. VI, 2.^a edição, vol. VIII, Editorial Verbo, Lisboa, s.d..

VITRUBIO, M. - *Loz dez libros de arquitectura*, Barcelona, 1993 (facsimile da edição espanhola de 1787).

VIANA, Abel e ZBYSZEWSKI, G. - *Contribuição para o Estudo do Quaternário do Algarve in Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, tomo XXIX, Lisboa, 1949, p.p. 197 - 250.

WEINOLTZ, Manuel de Bivar - *Contribuição para o Estudo da Evolução das Flechas de Areia na Costa do Sotavento do Algarve*, Direcção Geral de Portos, Lisboa, 1982.

ZEVI, Bruno - *Architectura in Nuce - Uma Definição de Arquitectura*, Edições 70, Lisboa, 1986.

3. Outros documentos

Actas das I Jornadas de *História Medieval do Algarve e Andaluzia*, edição da Câmara Municipal de Loulé e Universidade do Algarve, Loulé, 1987.

Actas da 7ª *Conferência Internacional sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra*, DGEMN, s.l., 1993.

Actas do *III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico*, Viana do Castelo, 1995.

Actas do Seminário *Il Concetto di Centro Storico (Ricerca Archeologica, Recupero, Conservazione, Riuso, Protezione dei Beni Culturali) - Metodologia e Storia delle comporcenti culturali del território*, Edizione Angelo Guerini, Milano, 1990.

Actas do 1º. Encontro sobre *Conservação e Reabilitação de Edifícios de Habitação*, LNEC, Lisboa, 1985.

Actas do 2º. Encontro sobre *Conservação e Reabilitação de Edifícios*, 2 volumes, LNEC, Lisboa, 1994.

Actas do 1º. *Encontro sobre a Ria Formosa*, Centro de Educação Ambiental de Marim, Olhão, 1992.

Comunicações ao seminário *A Zona e os Problemas Ambientais*, Universidade de Aveiro, 1991.

Comunicações do II Congresso de *Áreas Protegidas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989.

Cadernos SPPC - n.º 1, *Gestão e Tutela do Património*, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996.

Cadernos SPPC - n.º 2, *Textos Fundamentais*, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996.

Cartas e Convenções Internacionais in Património Arquitectónico e Arqueológico - Informar para Proteger, IPPAR, Lisboa, 1996.

Critérios para Classificação de Bens Imóveis, 2ª. Edição, in *Património Arquitectónico e Arqueológico - Informar para Proteger*, 2ª. Edição, IPPAR, Lisboa, 1996.

Estratégia de Intervenção em Áreas Históricas - Revalorização de Áreas Urbanas Centrais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

Legislação Nacional in Património Arquitectónico e Arqueológico - Informar para Proteger, IPPAR, Lisboa, 1996.

Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Mértola, Gabinete Técnico Local, coord. Ana Paula Félix, Mértola, 1992.

Plano de Salvaguarda e Reabilitação da Mouraria de Santarém, Gabinete do Planeamento Municipal de Santarém, C. M. Santarém, 1994.

Plano de Pormenor - Plano de Salvaguarda e Valorização dos Núcleos Históricos da Cidade de Faro, Gabinete Técnico Local, coord. Conceição Pinto, Faro, 1994.

Plano de Salvaguarda do Núcleo Antigo de Sacavém, Departamento de Administração Urbanística, coord. Luz Valente Pereira, C. M. Loures, 1994.

Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira, Direcção Geral do Equipamento Regional Urbano, coord. Carlos Duarte e José Lamas, Lisboa, 1989.

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, Divisão de Ordenamento e Projectos, coord. Hugo Raposo, SNPRCN, Lisboa, 1986.

Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António, Relatórios 1 a 6, Risco - Projectistas e Consultores de Design, coord. Manuel Salgado, Lisboa, 1986.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, CCRA, Faro, 1990.

Servidões e Restrições de utilidade pública, Direcção Geral do Ordenamento do Território, Serviço de Normas de Ordenamento, Lisboa, 1988.

Textos das I e II Jornadas Internacionais de *Urbanismo, Paisajismo y Medio Ambiente*, Fundación "La Caixa", Reus (Espanha), 1992 e Valência, 1994.

Revista Arquitectura del Paisaje, dir. Jesús de Vicente, n.ºs entre 1992 e 1997, Valência.

Revista Vértice n.º 54, II série, 1993 - Artigos sobre o Património Cultural em Portugal.

4. Plantas e Cartas

4.1. Plantas e Cartas antigas

Planta da vila de Cacela desenhada pelo engenheiro napolitano Alexandre Massay em 1617 in ANTT, *Livro das Plantas* - Casa Cadaval n.º 29, Rolo 1717 e em Cacela no Século XVIII (*dez Anos de Governo Autárquico*) de Hugo Cavaco, edição da C. M. V. R. Stº. António, 1990, p.64.

Carta Antiga n.º 261 de 1775 da autoria do engenheiro José Sande de Vasconcelos in Instituto Geográfico e Cadastral de Lisboa e em *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz* de Hugo Cavaco, edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1983.

Planta de Cacela de 1874 da autoria do arqueólogo Sebastião Estácio da Veiga in *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. 1, de Maria Luísa E.V. Santos, edição da Associação de Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1971.

4.2. Plantas e Mapas da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Planta de Cacela - Vila Real de Santo António (Faixa litoral), folha n.º 23, escala 1:2 000, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962.

Ortofotomapa - folha n.º 252/021, escala 1:2 000, Instituto Geográfico e Cadastral, 1979.

Planta Síntese - Plano de Uso dos Solos (P.D.M. de Vila Real de Santo António - Zona de Cacela) - Desenho n.º 6, registo 3149, escala 1:5 000, Risco / Projectistas e Consultores de Design, 1990.

4.3. Cartas Temáticas

Carta Arqueológica de Portugal, folhas 600 - 1 e 600 - 3, escala 1:25 000 (reduzida a 75%), CMP, 1995.

Carta ecológica (edafo - fitoclimático) do Parque Natural da Ria Formosa, folha n.º 4, escala 1:200 000 in *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa* (POPNRFP) SNPRCN, 1986.

Carta fitogeográfica, folha n.º ____, escala _____ de J. Pina Manique e Albuquerque, DGSA, 1952.

Carta Geológica da Região do Algarve, folha oriental, escala 1:100 000, Serviços Geológicos de Portugal, 1992.

Carta Geológica de Portugal, folhas 53 - B e 50 - D, escala 1:50 000, e Notícia Explicativa, Serviços Geológicos de Portugal, 1949.

Carta Litológica do Parque Natural da Ria Formosa, folha n.º 2, escala 1:200 000 in POPNRFP, SNPRCN, 1986.

Carta de solos - carta n.º 4 (Tavira), escala 1:50 000 in *Os Solos do Algarve e as suas características*, Direcção Regional de Agricultura do Algarve, Faro, 1989.

Carta de solos e Carta de Capacidade de uso do solo, folhas 53 - B e 50 - D, escala 1:50 000, SROA, 1975.

Cartas e mapas da evolução da linha de costa do sotavento algarvio entre 1561 e 1942, escala 1:500 000 in *A Evolução da Costa Algarvia*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 1986.

Cartas da evolução da linha de costa do sotavento (Algarve - Portugal) 1870 - 1985, folha 5, escala 1:50 000 in *Les Environnements Sedimentaires de la Côte Sotavento (Algarve, Sud Portugal) et leur Évolution Holocène et Actuelle*, II - er volume, Universidade de Bordéus, 1994.

Carta militar de Portugal _____, folha n.º _____, escala 1:25000, 19 _____